



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PRPPG
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL – PPGHB

SEDUÇÕES TROPICAIS:
Júlio de Mesquita Filho entre projetistas e ideólogos do Brasil

FRANCISCO ADRIANO LEAL MACÊDO

TERESINA – PI
2021

FRANCISCO ADRIANO LEAL MACÊDO

**SEDUÇÕES TROPICAIS:
Júlio de Mesquita Filho entre projetistas e ideólogos do Brasil**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí. Orientador: Prof. Dr. Fábio Leonardo Castelo Branco Brito

TERESINA – PI
2021

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial de Ciências da Natureza – CCN
Serviço de Processamento Técnico

M141s Macêdo, Francisco Adriano Leal.

Seduções tropicais: Júlio de Mesquita Filho entre projetistas e ideólogos do Brasil / Francisco Adriano Leal Macêdo – 2021.
194 f. il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Teresina, 2021.

“Orientador: Prof. Dr. Fábio Leonardo Castelo Branco Brito.”

1. História - Brasil. 2. Brasil – História – Século XX. 3. Cultura Brasileira 4. Produção Intelectual (Júlio de Mesquita Filho). 4. I. Brito, Fábio Leonardo Castelo Branco. II. Título.

CDD 981

FRANCISCO ADRIANO LEAL MACÊDO

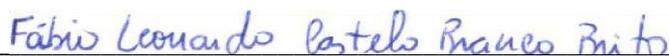
SEDUÇÕES TROPICAIS:

Júlio de Mesquita Filho entre projetistas e ideólogos do Brasil

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí. Orientador: Prof. Dr. Fábio Leonardo Castelo Branco Brito

Aprovada em: 05 / 04 / 2021

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Fábio Leonardo Castelo Branco Brito – UFPI
Orientador



Prof^a. Dr. Renilson Rosa Ribeiro – UFMT
Examinador Externo



Prof. Dr. Edwar de Alencar Castelo Branco – UFPI
Examinador Interno

*Dedico este trabalho a memória de:
Henrique Moreira; Marielle Franco;
Anderson Gomes; Evaldo Rosa dos Santos;
Marcos Vinícius da Silva; e tantos outros
que foram imolados pelas cruéis
contingências da nossa história
contemporânea.*

AGRADECIMENTOS

Amigo, para mim, é isto: é a pessoa com quem a gente gosta de conversar, do igual o igual, desarmado. O de que tira prazer de estar próximo. Só isto, quase; e os todos sacrifícios. Ou – amigo – é que a gente seja, mas sem precisar de saber o porquê é que é.
(João Guimarães Rosa – Grande Sertão: Veredas)

Faço parte daqueles que resolveram estudar os conflitos da História. Compartilhamos com os objetos de pesquisa que fabricamos a mesma condição humana – inclusive sermos, na poética definição de Carl Sagan, poeira de estrelas. Dentro do caos que é a vida, temos alguns “possíveis” que nos impedem de sufocar. Esse é o grande desafio a que nos propomos mesmo sabendo de antemão que será tarefa vã: escrever agradecimentos. Já foi dito que fazê-lo é mais difícil do que escrever dissertações, e é verdade. Ainda assim, me lanço nessa onda. Escrevo essas linhas com a consciência que certamente estão aquém do merecimento de todos aqueles que penso nesse momento, pois estão presentes no meu mapa de afetos de tal modo que a linguagem falha.

Começo por cada afeto quebrado ou rasurado, pois acredito que estes também são importantes naquilo que estamos nos tornando. Nesse cruzamento de devires diversos, não importa em quantos cacos esses agenciamentos tenham se estilhaçado, um precioso legado continua presentificado em cada palavra escrita. As conexões que estabeleço com as temporalidades que me habitam hoje me levam a concluir que esse trabalho é, antes de tudo, o resultado de cada encontro, mesmo que ele seja esquecido. É por isso que dedico esse trecho inicial às vítimas da erosão da minha memória, bem como a toda pessoa que me fez um aceno, sentou ao meu lado n’algum ponto de ônibus, trocou comigo algumas dúzias de palavras com boa vontade e se foi sem eu saber seu nome. De alguma maneira, sinto que a maioria dos que fazem parte da melodia vital que compõe as nossas histórias e estórias é uma multidão que nos parece anônima, mas que possuem seus próprios nomes e complexos significados.

Enquanto vivemos os perigos da travessia, nos deparamos com histórias singulares que fazem ressoar com a nossa e produzem uma melodia vitalista. A seguir, os nomes de algumas pessoas que me ajudam a ter aquilo que a gente mais carece, que é coragem [Guimarães Rosa, sempre certo]. A importância deles na minha vida não tenho mais como avaliar. Estão no epicentro de muitos dos possíveis que me impedem de sufocar entre uma margem e outra do

rio, não importando a que altura da travessia eu os encontrei. Agora, me dedico a pensar um pouco sobre aqueles que posso escrever os nomes.

Em primeiro plano, cuja ordem ninguém questiona, agradeço a quem devo diretamente a minha existência e a compartilho profundamente: minha mãe, Maria Aurisnéia e o meu irmãozinho, José Arthur. Ambos fazem da teimosia um modo de existir e os sorrisos nunca são falsificados. Essa atitude sertaneja me fortaleceu, por isso [e muitas outras coisas] a minha infinita gratidão. Ainda que o violento empuxo do rio da vida insista em afastar geograficamente de algumas pessoas que nos são caras, estamos conectados existencialmente. Mãe, obrigado por todas as vezes que me levou à escola, debaixo de chuva ou sol, seja na garupa daquela velha bicicleta Monark ou a pé. Arthur, por sua vez, me ensinou as mais valiosas lições do que é ser humano. Ele me levou a acreditar em milagres, pois o registro da sua existência é, em si mesma, uma manifestação da misteriosa magia do cosmos.

Essa pós-graduação e qualquer outra que eu venha a fazer, ocorre graças a uma base constituída durante a minha graduação, entre 2014 e 2018. Durante esse hiato de tempo, resguardadas as turbulências políticas que ocorreram no país entre as duas eleições presidenciais (entrecortadas por um golpe de estado em 2016 e uma eleição controversa em 2018, eventos que certamente me marcam profundamente), foi uma época existencialmente muito feliz, apesar de tudo. Ocorreu dessa forma graças aos amigos e amigas que ganhei nesses anos, e eu os levo para a vida. Mesmo sob o risco iminente de cometer alguma injustiça, opto por nomeá-los.

Kaio César, amigo meio dândi a quem tenho grande apreço; Anderson Barão, um filósofo ébrio e sóbrio que muito me ensinou; Janayne Ferreira, amiga de infância que só conheci quando estávamos na crisálida para virar adultos; Rosamaria Barbosa, Vanessa Barbosa e Welligton Costa, que enriqueceram infinitamente o meu mapa afetivo; Matheus Bonfim, com quem compartilho o apreço às artes; Tarcísio, sempre gentil, prestativo e repleto de doçura; Raila Damascena, Raquel, Leonora e Sanna, que de cara me compreenderam de forma extremamente sensível; Ingrid Bonfim e Bernardo Blanche, pelos sonhos de país que acalentamos; Mariana Karenina, Romário Moura, Paulo Lúcio, Jackson Macêdo, Rômulo Rossy, Jardel Alves, Rayra Atsley, Stéffany Galvão, Ana Paula Sousa e Quezia Soares, encontros acidentais que se tornaram importantes amizades; Francimary Cavalcante e Lincoln Franco, cujas parcerias foram pontos de inflexão em diversas instâncias da minha vida; Cristiano Santos e Aline Campos, idealistas e que sempre buscam uma práxis honesta, horizontal e ética; Elias Rocha, amigo de uma grande inteligência que vem me socorrendo desde

a graduação; Henrique Moreira (*in memoriam*), amigo nômade pelo Brasil e sonhador, com quem tive tantas trocas alegres que não podem ser mensuradas com base no nosso breve período de convivência; Heitor Matos, com quem já acumulo tantas experiências que a memória falha; Elierson Moura, Kelly Leal, Romão e Stéfany Marquis, meus veteranos de graduação que, além de amigos queridos, se tornaram inspirações para seguir a carreira acadêmica; Simoni Portela, amiga de inteligência e gentileza incomparáveis e por quem nutro o mais profundo respeito e carinho. Obrigado a todos e todas pela abertura para a nossa camaradagem, que resultou em leais e consistentes amizades, além de memórias tão alegres.

Tive também a felicidade de encontrar professores extraordinários que, como em *A sociedade dos poetas mortos*, me ensinaram a ver o mundo de outras perspectivas, além de me proporcionarem uma excelente formação. Destaco, em especial, os professores que me tiveram como orientando nas minhas tímidas experimentações de pesquisa no curso de graduação em História e no mestrado – Fábio Leonardo Castelo Branco Brito e Marylu Alves de Oliveira. As orientações pacientes e afetuosas desses profissionais tão sensíveis foram essenciais na minha trajetória acadêmica, na qual ainda sou um novato.

Ao professor Fábio, agradeço por toda a paciência e dedicação durante os nossos tempos de orientador-orientando que, contando com o tempo de escrita dessa dissertação e da Iniciação Científica anteriormente realizada, já completamos seis anos de diálogo constante; a sua orientação carrega uma marca forte na minha identidade de pesquisador, pois sempre me estimulou a ousar. Me ensinou, afinal, que se os paradigmas e regras de uma disciplina existem, eles nos servem muito mais para definir a sua historicidade do que pra fixar uma verdade derradeira sobre o ofício.

Para a professora Marylu Oliveira, deixo registrado que a sua orientação não é mais apenas acadêmica, se tornou também existencial, desde 2017. Os primeiros passos nessa pesquisa foram dados graças ao seu encorajamento. Tenho uma dívida impagável com os incentivos constantes e a leitura do projeto que agora se transforma em dissertação. Reescrevo aqui as palavras que anotei na seção de agradecimentos em trabalho anterior a este, no qual tive a alegria de contar com a sua orientação, que enfatizo com orgulho. Pode até parecer pieguice ou efusividade exagerada, mas os que a conhecem me compreendem. Uma das memórias mais alegres do período do mestrado é das vezes que me juntei para almoçar com a sua família, em Teresina. Sou enormemente grato pela generosidade, paciência e amizade daquela que, quando estive atormentado pelas impermanências da vida, me ajudou a recuperar a serenidade com apenas dois dedos de prosa.

Nota de gratidão aos meus excelentes professores da graduação: Mairton Celestino, Erica Lôpo, Sabrina Verônica, Jasmine Castro, Nádia Fernanda, Ada Raquel, Leonardo Severo, Mara Gonçalves, Gleison Monteiro, Luís Filipe Brandão, Agostinho Coe, José Lins Duarte, Carla Silvino, Heitor Matos, Lorena França, Ana Paula Cantelli e Paulo Mafra. A vocês, obrigado pelas inestimáveis contribuições na minha formação e de tantos outros. Os que atendem por estes nomes me mostraram um universo novo e acompanharam de perto a minha iniciação no admirável mundo louco na Universidade pública brasileira.

Em São Paulo, agradeço à minha irmã, Raylaine, e a sua família – Francisco, Rosilaine, Conceição e Manoel – por me acolherem com tanto afeto por ocasião da minha viagem de pesquisa. Ao Ruy Mesquita Filho, pela solicitude em me receber e me disponibilizar as fontes para este trabalho. Dona Graça, pelas conversas encorajadoras na sala do arquivo do *Estadão*, imensamente significativas para um jovem meio perdido na “metrópole de Orfeu”. Mariana Uemura Sampaio, por todo o esforço para tornar possível o meu acesso ao arquivo. Gabriel Severino, pelos incentivos de um “nordestinado” para outro.

No Rio de Janeiro, minha gratidão aos funcionários do CPDOC e do Arquivo Nacional, por receberem tão bem o “rapaz do Piauí”. Aos administradores da residência universitária da FIOCRUZ, obrigado por abrirem uma exceção e me receberem durante a minha pesquisa. Também no Rio, agradeço ao caboverdiano Lucindo Cardoso, que me recebeu com extrema gentileza e fez sentir-me em casa.

Agradeço às minhas tias, que fizeram das suas lutas cotidianas exemplos que nunca deixarei de seguir. Tia Rosa, o seu caráter me inspira a ser alguém mais humano e sensível; Tia Solange, obrigado por toda palavra e atitude que me ajudaram a continuar lutando; Tia Francisca, nunca esquecerei o seu apoio, especialmente durante o árduo período do mestrado. Quanto ao meu pai, Francisco, agradeço pela sua contribuição em fazer de mim a pessoa que me tornei.

Não poderia deixar de mencionar um grupo de amigos que estiveram me dando apoio, talvez sem o saber, com mensagens simples como “hoje tem jogo, vamos”. Esses momentos de lazer, sejam vividos durante as peladas que jogamos ou nos jaburus que fazemos a pretexto de nos reunir, sempre me trazem grande alegria. José Paulo, Gabriel, Raimundo, José Pedro, Janielson, Danielson e Natan, obrigado por tudo.

Gratidão a todos aqueles que me acolheram no campus da Universidade Federal do Piauí em Picos. Aos funcionários do Restaurante Universitário, em especial Seu Paulo Luz. Não posso esquecer de Dona Verinha, Cleide e a imensidão dos seus corações. Não são apenas

funcionários da Universidade na qual me graduei, mas pessoas importantes no meu mapa afetivo. Por fim, minha gratidão àqueles que habitaram comigo espaços como NUPEDOCH e o LEHIST em Picos, e o Núcleo de História Oral em Teresina, que se transformaram em ancoradouros para memórias muito felizes.

No período que estive em Teresina, ainda que o mestrado passe em um piscar de olhos, também tive a felicidade de fazer consistentes amizades. Júlio César, Júlio Eduardo, Sabrina Steinke, Vanessa Negreiros, Carlos Mota, Wellington Pereira e Wanderson Dantas, Ramone Sousa e Ana Karoline estão entre os principais nomes da lista. Além disso, foi durante a escrita desse trabalho que tive o privilégio de assistir aulas ministradas por professores que são referências em suas áreas de pesquisa: Edwar Castelo Branco, Francisco Alcides do Nascimento, Francisco Nascimento, Jhonny Santana e Túlio Pereira. Ao professor Edwar e a professora Elizângela Cardoso, agradeço pelas excelentes contribuições durante o exame de qualificação desse trabalho. Na defesa do trabalho final, pude ter contato com o professor Renilson Rosa Ribeiro, que foi o avaliador externo e fez uma leitura tão competente quanto gentil, e por isso sou imensamente grato. Obrigado a vocês por tudo.

Tive o privilégio de ter o projeto original desse trabalho lido e comentado pela professora Maria Helena Rolim Capelato, que para mim é modelo de intelectual e historiadora. No SNH da ANPUH, em 2019, pude encontrá-la pessoalmente. A sua sabedoria só pode ser comparada a sua gentileza encantadora. Obrigado por tanto!

Foi também durante essa trajetória na capital piauiense que conheci Shirley, aquela que viria a ocupar a minha “memória poética” a partir de meados de 2019. Sua presença na minha vida trouxe conexões inéditas. *Thank You!*

Concluo agradecendo a CAPES, cujo auxílio financeiro que tornou possível a realização dessa pesquisa, desde o tempo da Graduação, quando viajei para arquivos auxiliado financeiramente pelas verbas do PIBID-CAPES

[...] O livro como imagem do mundo é de toda maneira uma ideia insípida. Na verdade, não basta dizer Viva o múltiplo, grito de resto difícil de emitir. Nenhuma habilidade tipográfica, lexical ou mesmo sintática será suficiente para fazê-lo ouvir. É preciso fazer o múltiplo, não acrescentando sempre uma dimensão superior, mas, ao contrário, da maneira mais simples, com força de sobriedade, no nível das dimensões de que se dispõe, sempre n-1 (é somente assim que o uno faz parte do múltiplo, estando sempre subtraído dele). Subtrair o único da multiplicidade a ser constituída; escrever a n-1.

(Gilles Deleuze e Félix Guattari)

[...] Uma coisa é por ideias arranjadas, outra é lidar com país de pessoas, de carne e sangue, de mil-e-tantas misérias... Tanta gente – dá susto de saber – e nenhum se sossega: todos nascendo, crescendo, se casando, querendo colocação de emprego, comida, saúde, riqueza, ser importante, querendo chuva e negócios bons... De sorte que se carece de se escolher: ou a gente se tece de viver no safado comum, ou cuida só de religião só.

(João Guimarães Rosa)

[...] as boas maneiras de ler hoje, é chegar a tratar um livro como se escuta um disco, como se olha um filme ou um programa de televisão, como se é tocado por uma canção: todo tratamento do livro que exigisse um respeito especial, uma atenção de outra espécie, vem de uma outra era e condena definitivamente o livro. Não há nenhuma questão de dificuldade nem de compreensão: os conceitos são exatamente como sons, cores ou imagens, são intensidades que convêm a você ou não, que passam ou não passam.

(Gilles Deleuze)

RESUMO

Este trabalho constitui um esforço para estudar historicamente parcelas dos projetos de Brasil e buscas de consolidação de ideologias da Cultura brasileira entre as décadas de 1920 e 1960. O pretexto da pesquisa é a vida, os engajamentos políticos e a produção intelectual do jornalista paulista Júlio de Mesquita Filho. O principal objetivo da dissertação é analisar as condições históricas no interior das quais é possível visualizar diferentes formações discursivas a respeito do Brasil, no presente caso olhadas a partir da perspectiva de Mesquita Filho, dirigente do *O Estado de São Paulo* por mais de quatro décadas (1927-1969). Durante a análise da nebulosa discursiva acima referenciada, são avaliados pontos de vista sobre o sujeito-signo aqui tratado e sua atuação intelectual, política e, ainda que brevemente, militar. Tendo em vista que este indivíduo foi um dos personagens centrais no processo de criação da Universidade de São Paulo, na década de 1930, discute-se esse processo especialmente a partir da interlocução do mesmo com o cenário político e intelectual brasileiro no período em estudo, a exemplo de Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Jorge Amado, Darcy Ribeiro, Paulo Duarte, Assis Chateaubriand e Oliveira Vianna. Observa-se de que maneira, na qualidade de escritor e ensaísta, esteve influenciado por referências próprias às suas experiências, a exemplo do bandeirantismo, ideias sobre raça e cultura. Por fim, se dedica a observar as diferentes estratégias de evasão e fabricação do tempo empreendidas pelo personagem, como o desejo de estabelecer uma cristalização da imagem de Brasil simultâneo a vivências de severas fraturas ontológicas, levando-o a posições políticas e intelectuais cujos desdobramentos foram contraditórios. São fontes centrais para a escrita: correspondências, depoimentos obtidos em arquivos públicos e privados, livros escritos por ou sobre os personagens envolvidos, além de documentos pessoais. Como fontes hemerográficas, trazemos algumas edições do jornal *O Estado de São Paulo*, da *Revista do Brasil* e a *Revista Klaxon*. No papel de referências bibliográficas, se destacam os historiadores Carlos Guilherme Mota e Nicolau Sevcenko, bem como os filósofos Gilles Deleuze e Felix Guattari, que ajudam a estruturar a espinha teórico-metodológico da dissertação.

PALAVRAS-CHAVE: História. Júlio de Mesquita Filho. Intelectuais. Nação. Cultura brasileira.

ABSTRACT

This work constitutes an effort to historically study portions of Brazilian projects and searches for consolidation of ideologies of Brazilian culture between the 1920s and 1960s. The pretext of the research is the life, political engagements, and intellectual production of São Paulo journalist Júlio de Mesquita Filho. The main objective of the dissertation is to analyze the historical conditions within which it is possible to visualize different discursive formations about Brazil, in the present case, looked at from the perspective of Mesquita Filho, director of *O Estado de São Paulo* for more than four decades (1927-1969). During the analysis of the discursive nebula referred to above, points of view on the subject-sign treated here, and its intellectual, political, and, even if briefly, military performance are evaluated. Considering that this individual was one of the central characters in the creation process of the University of São Paulo, in the 1930s, this process is discussed especially from the interlocution of the same with the Brazilian political and intellectual scenario in the period under study, like Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Jorge Amado, Darcy Ribeiro, Paulo Duarte, Assis Chateaubriand, and Oliveira Vianna. It can be seen how, as a writer and essayist, he was influenced by his references to his experiences, such as Bandeirantism, ideas about race, and culture. Finally, he is dedicated to observing the different strategies of evasion and fabrication of time undertaken by the character, such as the desire to establish a crystallization of the image of Brazil simultaneously with experiences of severe ontological fractures, leading him to political and intellectual positions whose unfolding were contradictory. Central sources for writing are correspondence, testimonies obtained from public and private archives, books written by or about the characters involved, as well as personal documents. As hemerographic sources, we bring some editions of the newspaper *O Estado de São Paulo*, *Revista do Brasil*, and *Revista Klaxon*. In the role of bibliographic references, the historians Carlos Guilherme Mota and Nicolau Sevcenko stand out, as well as the philosophers Gilles Deleuze and Felix Guattari, who help to structure the theoretical-methodological spine of the dissertation.

KEYWORDS: History. Júlio de Mesquita Filho. Intellectuals. Nation. Brazilian culture.

LISTA DE IMAGENS

- Figura 1:** Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 1919 (“Álbum Julinho”, Acervo Ruy Mesquita Filho). 42
- Figura 2:** Almoço comemorando a posse de Júlio de Mesquita Filho nas funções de secretário do "Estado", em 1920, em que aparece ao lado de figuras de destaque da sociedade intelectual paulista a exemplo de José Bento de Monteiro Lobato, Paulo Duarte e Plínio Barreto. Álbum: ("Almoço ao Capitão", “Álbum Julinho”, Acervo Ruy Mesquita Filho). 45
- Figura 3:** Júlio de Mesquita Filho (Julinho) e Rui Barbosa São Paulo - abril/1919 (“Álbum Julinho”, Acervo Ruy Mesquita Filho). 49
- Figura 4:** Júlio de Mesquita Filho (Julinho). “Revolução de 32” (“Álbum Julinho”, Acervo Ruy Mesquita Filho). 53
- Figura 5:** Júlio de Mesquita Filho com companheiros de prisão na "sala da Capela". Rio de Janeiro – 1932 (“Álbum exílio”, Acervo Ruy Mesquita Filho) 61
- Figura 6:** Júlio de Mesquita Filho, Luiz Piza, Armando de Sales Oliveira e Marina V. de C. Mesquita no navio durante o exílio. 03/11/1938 (“Álbum exílio”, Acervo Ruy Mesquita Filho). 79
- Figura 7:** Júlio de Mesquita Filho, Luiz Piza, Armando de Sales Oliveira e Marina V. de C. Mesquita no navio durante o exílio. A placa na parte inferior esquerda da fotografia, em francês, diz: “reservado aos passageiros de primeira classe”. 03/11/1938 (“Álbum exílio”, Acervo Ruy Mesquita Filho). 84
- Figura 8:** Júlio de Mesquita Filho (Julinho) e Assis Chateaubriand (“Álbum Julinho”, Acervo Ruy Mesquita Filho). 105
- Figura 9:** Júlio de Mesquita Filho (Julinho) discursando para exilados brasileiros em Buenos Aires. Marina V. de C. Mesquita à esquerda (entre 1939 e 1943) (“Álbum exílio”, Acervo Ruy Mesquita Filho). 141
- Figura 10:** Júlio de Mesquita Filho (Julinho), ao centro, despedindo-se dos colegas da "La Chateleine". Genebra – 1910 (“Álbum Julinho”, Acervo Ruy Mesquita Filho). 143
- Figura 11:** Carlos Lacerda, Júlio de Mesquita Filho (Julinho) e outros (“Álbum Julinho”, Acervo Ruy Mesquita Filho). 157
- Figura 12:** "Sérgio Milliet, com cigarro na mão, ao lado de Júlio de mesquita Filho. 'Não posso deixar de aplaudir essa rebelião de uma elite que há de preceder a das massas [...]' 168
- Figura 13:** Jean-Paul Sartre, Ruy Mesquita, Júlio de Mesquita Filho, Luis Carlos Mesquita – Fazenda Louveira, SP, 1960 (Acervo Ruy Mesquita Filho). 175

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL – Academia Brasileira de Letras

AI5 – Ato Institucional nº 5

AN – Arquivo Nacional

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

EUA – Estados Unidos da América

FGV – Fundação Getúlio Vargas

IHGB – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

MASP – Museu de Arte de São Paulo

OESP – O Estado de São Paulo

PPG – Programa de pós-graduação

RB – Revista do Brasil

UDN – União Democrática Nacional

UNB – Universidade de Brasília

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

UNESP – Universidade Estadual Paulista

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. A GUIA DE INTRODUÇÃO	16
1.1. Algumas notas metodológicas e percurso de pesquisa	27
1.2. Da organização do texto	36
2. JANELA SOBRE A METRÓPOLE ÓRFICA: Júlio de Mesquita Filho e a sua “simultaneidade histórica”	39
2.1. Engajamento, conflito e exílio em 1932	41
2.2. “A crítica intelectual torna-se política”	63
3. JANELA SOBRE IMPRESSÕES TROPICAIS: projetistas de Brasil entre as décadas de 1920 e 1960	86
3.1. Esgrima para dizer uma coisa ausente	89
3.2. Cosmovisão mítica em <i>A Crise Nacional</i> e <i>n’Os Ensaios Sul-Americanos</i>	108
4. JANELA SOBRE O RELICÁRIO DE UMA EXISTÊNCIA: mundos fraturados e estratégias de fabricação do tempo	133
4.1. Fraturas ontológicas de um intelectual engajado	135
4.2. “Aquela Nação que o seu grande passado prometia”	153
4.3. Testemunhos de “gerações”	166
5. O QUE AS JANELAS PERMITIRAM ENXERGAR:	177
5.1. Epílogo: o acender dos holofotes	182

1. A GUISA DE INTRODUÇÃO

[...] o narrador, que se revelará no momento oportuno, não disporia de meios para lançar-se num empreendimento desse gênero se o acaso não o tivesse posto em condições de recolher um certo número de depoimentos e se a força das circunstâncias não o tivesse envolvido em tudo o que pretende relatar. É isso que o autoriza a agir como historiador. É claro que um historiador, mesmo que não passe de um amador, tem sempre documentos. O narrador desta história tem, portanto, os seus: em primeiro lugar, o seu testemunho; em seguida, o dos outros, já que, pelo seu papel, foi levado a recolher as confidências de todas as personagens desta crônica; e, finalmente, os textos que acabaram caindo em suas mãos. Pretende servir-se deles quando lhe parecer útil e utilizá-los como lhe aprouver. Propõe-se ainda... Mas é talvez tempo de abandonar os comentários e as precauções de linguagem para passar ao assunto em si.

(Albert Camus – A peste).

Esse texto deve ser apresentado nos moldes de uma dissertação de História. Como autor, não faço questão de tal definição rígida, mas assim demanda o PPG (programa de pós-graduação) ao qual estou vinculado. Ainda assim, mesmo com todas as cargas de formalismos que a chamada prudência acadêmica recomenda, o texto carrega efetiva e afetivamente as marcas do seu escritor. A propósito disso, a epígrafe logo acima, do filósofo e literato argelino Albert Camus em seu livro *A peste*, é muito esclarecedora sobre como foram originalmente idealizadas as várias dezenas de páginas subsequentes. Inclusive no sentido de que, inspirado neste filósofo-literato que atravessa habilidosamente as fronteiras disciplinares, também me arrisco a fazê-lo, ainda que não tenha nenhuma pretensão em arremedar a sua competência. Na realidade, o pensamento camusiano se faz implicitamente presente com certa frequência ao longo de todo o desenvolvimento, apropriado de maneira por vezes furtiva, talvez até sob o risco de ter um pouco do meu pensamento colonizando por este e outros intelectuais que admiro – ainda que, espero – de maneira potente.

A escolha dessa citação de abertura se faz não apenas por se referir ao ofício do historiador, mas também devido ao estado de confinamento social em que me encontrei enquanto escrevi um grande quinhão desse texto – com acontecimentos que envolveram o

mundo de maneira semelhante à cidade de Oran, ambiência de *A peste*. Esse momento de isolamento, com propósito original de proteção de um vírus que assola o globo inteiro e não conhece nenhuma fronteira, é também um lembrete de como a laboriosa tarefa de escrever tem a sua condição conectada à solidão, como indicava Blanchot.¹ Em outras palavras, as condições históricas e subjetivas de existência daquele que toma da pena, além da máquina, do teclado ou da caneta para escrever, são também importantes aspectos da sua contemporaneidade, dos tempos em que está mergulhado e de coisas que o inquieta; e mais, não operam apenas elementos de racionalismo puro, estando presente a paisagem afetiva. O que existe anteriormente não é, como alertara Deleuze e Guattari, apenas página em branco esperando ser preenchida.² Elas já carregam elementos tão invisíveis quanto sensíveis que, apesar de circunstanciais, demarcam uma certa geografia do pensamento. Talvez por isso mesmo o eventual leitor ache o tropo discursivo excessivamente trágico ou o estilo maçante. Uma contingência como uma pandemia mundial certamente altera o tom e os tropos discursivos de qualquer coisa em que – seja historiador ou algum outro “gênero” de escritor –, esteja empenhado.

Ainda a propósito de Camus e seus comentários sobre o que faz um historiador, é notável o fato de que ele mesmo escreveu uma parte considerável da sua obra em meio a uma hecatombe mundial – a guerra. Dessa forma, a Segunda Grande Guerra demarcou vivamente o tom angustiado dos seus escritos. Enquanto alertamos que essa escrita carrega as coordenadas de pensamentos cujos sulcos estão inelutavelmente no presente, lembramos uma anedota circulante nos meios virtuais sobre o fantasma dos anos vinte que, segundo a qual, no turno de cada século, costuma presentear a humanidade com memórias tantas vezes dolorosas. Esoterismos a parte, as equações de valores costumam passar por pontos de inflexão periodicamente, à luz dos acontecimentos e conjunturas respectivas. Para efeito de esforços acadêmicos, essas crises costumam ser recheadas de sensibilidades outras, fusos e meridianos inéditos a serem cartografados.

Imagino, por exemplo, que um dos principais motes que transversalmente habita esse texto é o nosso “presente cheio de passados”, ou o “autoritarismo brasileiro”. Afinado com alguns mestres e teóricos, admito como pressupostos a impossibilidade de simplesmente se “aprender com a história” e a necessidade de achar caminhos alternativos, distantes de uma

¹ BLANCHOT, Maurice. **O espaço literário**. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

² DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** São Paulo: Editora 34, 2010.

“história *magistra vitae*”.³ Não procure pois o leitor, ao fim dessas páginas, alguma lição ou moral ou exemplo a ser seguido. As inquietações intelectuais dos principais “projetistas de Brasil” que foram capturados e/ou se debateram em seus tempos para produzir sentido permitem refletir sobre os nossos próprios tempos, ajudando a “tirar o véu do espanto”⁴ já que, como na expressão do célebre historiador e personagem recorrente dessa narrativa, Sérgio Buarque de Holanda, “o historiador escreve a partir da sua contemporaneidade”. Como os conceitos valem pelo seu uso, esse trabalho escrito entre 2019 e 2021, *tempos interessantes*,⁵ também é um exercício do contemporâneo para nós que existimos no enigmático século XXI. Tornar-se-á, inclusive, um documento e registro dos afetos dessa ambiência histórica a partir de um ponto de vista em particular.

Destarte, ocorre que estamos embebidos pela linguagem que nos mobiliza hoje, que contempla o recrudescimento das *necropolíticas*⁶ tropicais e o estado de exceção endurece em dimensão transnacional. Pode-se sentir através de leituras como do recente livro *Visionários de um Brasil profundo* do historiador Fábio Leonardo Castelo Branco Brito – que contempla de maneira extensa as convulsões em torno da cultura e da sociedade brasileira – que o Brasil e os seus “visionários”, tal como definiu Antônio Carlos Jobim, de fato “não é para principiantes”.⁷ A sua alegria-triste hoje se expressa em mais de duzentos milhões de almas em busca de um

³ Essa expressão faz referência a uma história que seria “mestra da vida”, segundo a sua compreensão clássica de fazer um uso pedagógico do passado. Autores como Reinhart Koselleck e Hans Ulrich Gumbrecht fazem uma crítica a respeito da possibilidade de um efetivo uso da História escrita para efeito de orientar eticamente a vida. Ver: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução: Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

⁵ *Tempos interessantes* é uma expressão cunhada pelo Historiador britânico Eric J. Hobsbawm, em referência aos conflitos bélicos e ideológicos que marcaram o século XX. Nessa sua obra, cujo subtítulo é “uma vida no século XX”, Hobsbawm elabora um esboço de autobiografia no qual alinha com a história vivida. Tomo de empréstimo esse termo para conceituar as condições históricas de existência do século XXI em alusão útil da centúria anterior e admitindo o caráter autobiográfico da presente dissertação. Ver: HOBBSAWM, Eric J. **Tempos interessantes**: uma vida no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁶ O conceito de *necropolítica* é trabalhado com profundidade pelo historiador camaronês Achille Mbembe. Segundo a abordagem a partir da qual Mbembe elabora o seu ensaio mais geral de apresentação desse conceito, a noção de soberania é distante do “romance” da reta razão do sujeito, e sim “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações”. Podemos tomar como exemplo o Estado brasileiro, que tem os seus mecanismos biopolíticos, de exceção e soberania. É nesse sentido específico que lançamos mão do uso desse termo, já que entre os intelectuais é possível distinguir esse dispositivo que relaciona noções artificiais de inimizade, dividindo as populações em grupos humanos e perspectivas de mundo antagônicas. Ver: MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1, 2018.

⁷ Essa expressão de Jobim se tornou célebre e é recorrentemente citada. Para efeito de referência, aponto: MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira**: pontos de partida para uma revisão histórica (1933-1974). São Paulo: Editora 34, 2014. p. 395.

lugar ao sol. Aqui, se encontra mais um estudo sobre os esforços desses “visionários”.⁸ Esses pré-textos compõem algumas das razões pelas quais essa “introdução” possui características pouco ortodoxas, como se alongar mais do que o costumeiro e o seu tom ensaístico.

Mas “é tempo de abandonar os comentários e as precauções de linguagem para passar ao assunto em si”.⁹ Passo a situar questões mais pragmáticas.

O foco inicial dessa pesquisa nasceu em meio a contingências obscuras, ou melhor, os primeiros passos dela foram dados ainda sem um propósito estabelecido, tampouco algum projeto havia sido escrito. Na cidade do Recife-PE, em 2016, encontrei em um sebo o livro *Cartas do Exílio*,¹⁰ pontapé inicial para os processos seguintes. Esse achado inesperado foi adquirido com pouquíssimas expectativas. Devo admitir que fui motivado principalmente pelo baixo custo de aquisição, e ainda assim nos limites financeiros de um estudante da graduação em viagens. O julgar-o-livro-pela-capla me pregou uma peça – talvez por não ter o nome de nenhuma das editoras aclamadas pela cultura acadêmica do país, como uma Companhia das Letras, Editora 34 ou Cosac Naify.

Fui surpreendido positivamente. Estive diante de um livro muito curioso, cujas personagens centrais eram avós do seu autor, sujeito que mesmo sendo de central importância para que esse estudo exista, terminarei por mencionar poucas vezes. O referido livro se trata de uma compilação de textos diversos, e em sua maioria são transcrições de cartas trocadas entre Júlio de Mesquita Filho – proprietário e dirigente do proeminente Jornal *O Estado de São Paulo* – e a sua esposa, Marina Vieira de Carvalho, durante exílios passados entre a Europa e países da América Latina. Além de prefácio de seus herdeiros, textos comemorativos e anotações, algumas correspondências com escritores como Jorge Amado em tom intimista. Resolvi escrever sobre, ou melhor, a pretexto desse sujeito até então totalmente desconhecido por mim.

Alguns elementos biográficos que podem ser encontrados facilmente disponíveis em domínio público: Júlio de Mesquita Filho nasceu na cidade de São Paulo no dia 14 de fevereiro de 1892, filho de Júlio César de Mesquita e de Lucila Cerqueira César de Mesquita. Seu pai foi advogado, deputado estadual no início do período republicano e proprietário do jornal *O Estado de São Paulo*, fundado originalmente com o nome de *A Província de São Paulo* por seu avô materno, José Alves de Cerqueira César, grande proprietário rural representante da lavoura

⁸ O professor Fábio Leonardo, autor do texto referenciado, foi também orientador da presente pesquisa. BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco. **Visionários de um Brasil profundo**: invenções da cultura brasileira em Jomard Muniz de Britto e seus contemporâneos. Teresina: EDUFPI, 2018.

⁹ CAMUS, Albert. **A peste**. Rio de Janeiro: Record, 2019. p. 07.

¹⁰ MESQUITA FILHO, Ruy. **Cartas do exílio**: a troca de correspondência entre Marina e Júlio de Mesquita Filho. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2006.

cafeieira do Oeste Novo paulista. Sua irmã, Raquel Mesquita, casou-se com Armando de Sales Oliveira, interventor federal em São Paulo de 1933 a 1935, governador de 1935 a 1936 e candidato à presidência da República nas frustradas eleições de 1938.¹¹ Pertencente a uma família com longa atuação no jornalismo – ofício conhecido por eleger os temas de discussão e definir suas relevâncias – Mesquita Filho se enveredaria ao longo de sua trajetória de vida pelos terrenos da política e cultura brasileira, sendo não apenas um observador passivo, mas também um participante, militante em seus escritos e, em determinados momentos, como homem de armas.¹²

Em que pese a presença de “traços biográficos” imbrincados ao longo da escrita, especialmente no terceiro capítulo, este texto não possui a pretensão de configurar uma biografia propriamente dita; quem tiver interesse particular em escritos desse tipo, aponto o livro *Irredutivelmente liberal*, o mesmo que ganhará status de fonte de apoio para efeito dessa dissertação.¹³ O que interessa de fato não são os exemplos das gerações anteriores em si mesmos, mas a sua problematização, submetidos a uma perspectiva histórica. Visualizo uma proposta de perceber as tradições como existentes e consolidadas por enunciados às vezes míticos e que não estamos colados a elas por *natureza*. Enfim, a partir da reconstituição de alguns dos passos de Júlio, ensejamos apalpar a “atmosfera” de uma época – tradução aproximada do conceito de *Stimmung*, cunhado por Hans Ulrich Gumbrecht.¹⁴

Em termos “formais”, o discurso acadêmico consensual dos nossos tempos reza que para elaborar um texto de História se carece, em primeiro lugar, de um arquivo. Este ambiente é o *point* no qual agarramos o fio da pipa a ser soltada. Sem o sopro de tal vento, essa pipa penderia inerte. O *feeling* que permite erigir a narrativa dá-se através das perturbadoras perguntas que nascem no encontro entre o vivo e o morto, animado e inanimado, carne e texto; o pesquisador vivo e os papéis inertes, fotografados, visualizados na tela de um computador. Cabe àquele criar o vento capaz de fazer voar o tal papagaio. Esprememos os olhos para fitar o

¹¹ FERREIRA, Marieta de Moraes. Júlio de Mesquita Filho. **Verbete Biográfico**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo>> acessado em 12 de jul. de 2019.

¹² SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

¹³ SALONE, Roberto. **Irredutivelmente liberal: política e cultura na trajetória de Júlio de Mesquita Filho**. São Paulo: Albatroz editora, 2009.

¹⁴ Diversas obras deste autor orienta a crítica às fontes e metodologia no presente trabalho. Ver: GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2010.; GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Em 1926: vivendo no limite do tempo**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.; GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Depois de 1945: latência como origem do presente**. Trad. Ana Isabel Soares. São Paulo, Editora da Unesp, 2014.; GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Devemos continuar a escrever histórias da literatura?** Tradução: Caio Cesar Esteves de Souza. Revista do Programa de Pós-Graduação em Teoria Literária e Literatura Comparada FFLCH-USP, 2018.

corpo e as afecções que de lá emanam. Não raramente, a frustração toma conta, por não conseguir sentir direito os ecos das batidas do coração daqueles que escreveram, tocaram, ou são “contados” naqueles papéis antigos. O personagem proposto dentro desse discurso amparado em fontes, Mesquita Filho, precisa ser materializado, e com isso busco ajuda nos “fragmentos da filosofia” para compreender a “pedreira da História” e do material empírico que a possibilita ser moldada.

Através das entradas que proponho construir a seguir, descortina uma oportunidade privilegiada de confrontar o teatro dos fatos históricos – essa linearização de trajetória em um ato único teleológico e monolítico – presente em livros como *Cartas do exílio*,¹⁵ que busca solidificar numa perspectiva de determinada coerência em relação à história em si. Antes do manuseio ou organização em obras – tampouco aquelas financiadas pelos descendentes dos sujeitos de época – é possível perceber a palpitação de tentativas de seduções. Isso significa fazer uma análise cruzada sobre sujeitos em seus respectivos tempos, além das construções futuras da memória, cujo processo de trabalho tem como ponto de partida cada presente visualizado.¹⁶

É de ordem ontológica que os indivíduos enfatizem a importância de “dotar o mundo que os rodeia de significados especiais”, e isto por si só já detém um curioso enigma: qual arquivo Júlio de Mesquita Filho, com todas as suas controvérsias, desejaria ter dado a ver? E os seus descendentes, qual *persona* teriam desejado dar a ver ao jovem pesquisador que lá chegou, deslumbrado com um mundo que lhe era quase completamente inédito? Nisto apresentam-se aspectos das próprias vidas que possam dar um sentido maior às suas existências, para que se construa uma notoriedade ancorada em “qualquer característica excepcional para serem dignas de serem lembradas”.¹⁷ Parto dessa hipótese, provavelmente um pouco desagradável para os amigos dos sonhos de coerência. Como o corpo empírico que sustenta o trabalho devém em grande parte de arquivos privados, isto precisa estar muito claro. A propósito da leitura de Derrida, esclarecemos que a própria natureza da fonte já é, em si, uma fonte.¹⁸

¹⁵ Esse livro é uma organização das mesmas cartas que servirão de fonte para esse trabalho. A obra, projeto da família Mesquita, também servirá como fonte. Ver: MESQUITA FILHO, Ruy. **Cartas do exílio**: a troca de correspondência entre Marina e Júlio de Mesquita Filho. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2006.

¹⁶ BRESCIANI, Maria Stella Martins; NAXARA, Márcia. **Memória e (Res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

¹⁷ GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 07-23. p. 11.

¹⁸ DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

Me empenho, então, em explicar os desdobramentos iniciais da busca em arquivos. Algum tempo após essa primeira ventoinha que tornou possível soltar os primeiros metros de linha da pipa e fazê-la voar como um objeto de pesquisa em fabricação, dei início a outros itinerários de busca. Quando soube que os “restos” e “rastros”¹⁹ que estava então procurando poderiam ser encontrados em arquivos na cidade de São Paulo, me embrenhei por terras (e ares) nunca dantes navegados por mim. Diferente de muitos pesquisadores que já marcham com seus problemas de pesquisa razoavelmente consolidados, eu fui com uma imagem bastante diáfana do que poderia ser um texto efetivamente escrito a partir dos vestígios cujo teor não me era conhecido para além do que a imaginação e a intuição permitiam. Na capital paulista, visitei dois arquivos, ainda em fins de 2017. O primeiro, pertence a Ruy Mesquita Filho, contendo uma massiva documentação pessoal sobre o seu avô, Júlio, que se tornaria o carretel central dos meus interesses. Ruy me recebeu em sua casa no bairro Morumbi, conhecido como “zona nobre” da cidade. Fotografei cartas, telegramas, cartões, retratos antigos, artigos escritos durante o exílio – sendo que alguns já havia lido no livro *Cartas do exílio*, já citado. Na despedida, o meu anfitrião me presenteou com algumas obras escritas pelo seu avô, como *Ensaios sul-americanos, A Europa que vi, Nordeste e Política e cultura*, além de interceder junto aos atuais setores administrativos do Jornal *O Estado de São Paulo* para que eu pudesse ter acesso ao seu arquivo.

Neste segundo “repositório de fontes”, encontrei documentos ainda mais densos que cobriam em panorama uma narrativa de diversos ângulos sobre Júlio de Mesquita Filho e diversos personagens que contracenaram com ele durante pelo menos quatro décadas localizadas entre os anos 1920 e 1960. Notei entre aqueles papéis com as marcas do tempo e arranjados sem muito método, esforços consideráveis de sujeitos diversos em colocar lá seus desejos de verdade. Muitas correspondências ali existentes possuíam um tom de afecção mais intimista e familiar, como as cartas entre Júlio e a sua esposa, Marina Viera de Carvalho, durante os exílios; outras, passavam um ar severo de homens – e quase apenas homens mesmo – com papéis timbrados e palavras formais, fossem agressivas ou lisonjeiras. Pude sentir especialmente que os documentos que ali estavam tinham uma materialidade traiçoeira e fugidia, e não poderiam ser “prova” de nada, no sentido pericial. Aliás, dentro de uma concepção de prova e evidência, a operação historiográfica costuma ser muito mais cética em relação aos procedimentos de testemunho do que a jurisprudência que lhe é contemporânea.

¹⁹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Raros e rotos, restos, rastros e rostos: os arquivos e documentos como condição de possibilidade do discurso historiográfico. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 15, n. 26, p. 7-28, jan.-jun. 2013.

Exemplo didático: a historiografia suspeitaria profundamente de uma “delação premiada”, ainda que o seu valor de fonte não seja menor, já que todo vestígio é material para análise histórica.

É pertinente dedicar um par de parágrafos para esclarecer mais alguns pormenores do processo de aquisição de documentos, em sua dimensão mais sensível e corpórea, bem como as burocracias e desconfianças envolvidas. Uma sensação singular que tive, enquanto pesquisador em busca das fontes relativas à sua pesquisa, foi a aura de mistério e cautela que se constrói em redor de um sujeito como este, devido ao fato de sua considerável notoriedade na sociedade de uma grande cidade como São Paulo. Ao serem indagados sobre algumas polêmicas ao longo da vida do personagem, sujeitos ligados a ele foram, de certa forma, vagos ou evasivos, contando algumas anedotas curiosíssimas e talvez impublicáveis. Na época, não me ocorreu solicitar permissão para gravar as esclarecedoras conversas que tive com Ruy Mesquita Filho, que descrevo como sisudo em aparência, mas sempre gentil. Ainda nos primeiros dias, depois de algumas taças o seu riso ficava mais dado, passando a contar muitas estórias espirituosas que terminaram por me desarmar da postura *pré-conceituosa* de pesquisador que conseguia ser “prevenido” e inexperiente a um só tempo.

Voltando alguns meses antes desse encontro pessoal, um contato virtual havia se feito presente de maneira marcante e decisiva. Uma pesquisa surgia como um rio ainda sem margens definidas, ameaçada constantemente de derramar as suas águas pelos arredores e definhar em uma mera charneca alagadiça. Inúmeros e-mails partiram de mim para destinatários encontrados em recantos da internet ou seguindo rastros contidos em fichas catalográficas de livros. Algumas pistas não deram em nada. Alguns contatos nunca retornaram. Outros se mostraram gentis e solícitos, como o caso do diplomata Roberto Salone, que escreveu uma dissertação sobre o personagem que agora pretendia estudar.²⁰ Fui invadido por incontida alegria quando consegui o endereço eletrônico do neto de Júlio, Ruy. Ele seria o caminho para o aprofundamento no tema, através de uma infindável sequência de mensagens enviadas e recebidas. Depois de percorrer uma vereda bastante singular, correndo o risco de pecar por insistência, o trajeto foi cravado. O objeto de estudo começava então a despontar.

Se insisto em detalhes tão prolixos dessa experiência como parte inicial dessa dissertação, é porque a considero tão essencial quanto as questões de ordem teórica e metodológica. Esse percurso foi surpreendente e educativo, pois começou a treinar o olhar para

²⁰ SALONE, Roberto. **Irredutivelmente liberal**: política e cultura na trajetória de Júlio de Mesquita Filho. São Paulo: Albatroz editora, 2009.

dimensões da própria natureza dos trabalhos vindouros, uma vez que seriam escritas que se ocupariam de elementos delicados. De início, em trabalho anterior, estudei a dimensão “retórica” que os arquivos sinalizaram. O primeiro rebento dessa busca foi o texto intitulado *Nação como retórica: a construção da ideia de Brasil por Júlio de Mesquita Filho (1932-1964)*.²¹ Essa primeira tentativa de texto tem a qualidade argumentativa e de análise na medida que é possível para um estudante ainda muito jovem, ansioso por terminar a graduação, quadro que não difere tanto do pesquisador a nível de mestrado que agora escreve, mas que anseia em avançar algo.

Nesse ponto, anoto uma identificação muito próxima com aquilo que Umberto Eco aponta como sendo características costumeiras de um trabalho de jovens alunos de vinte e dois a vinte e quatro anos, especialmente no que diz respeito aos seus limites, faixa etária da qual saí apenas muito recentemente.²² Admito ter cometido algumas das imprudências contra as quais alertou o autor supracitado, como arriscar uma monografia “panorâmica” e de recorte temporal bastante amplo. Ainda assim, sem algumas epifanias provocadas por aquela escrita, esta que ora fabrico não seria possível, ao menos não nesses moldes. Arrisco comparar aquela com um recipiente e esta última com um recheio mais detalhado e pormenorizado.

Inquietações. Pesquisa. Escrita. Os passos dados que me levaram até o presente ponto, contados acima com ajuda de anotações demasiado vagas e com pouca regularidade para me atrever chamar de “diário”, influenciaram no caminho a ser trilhado doravante. Mais uma vez, cedemos a tentação de tratar de coisas que talvez sejam bastante panorâmicas, atrevendo-se inclusive a expandir a baliza temporal da monografia anterior de trinta e dois anos para abranger quase meio século. Mas esse que pode parecer um ato de pouca astúcia e temeridade,²³ o que talvez de fato o seja, é também uma posição que pretendo deixar clara: os anos que escoam a partir das referências fatiadas pelo calendário cristão não demarcam com rigidez e transcendentalmente as “seduções tropicais” e os elementos desejantes que buscamos cartografar. Com isso, como será explicado mais adiante, a narrativa não terá um tempo linear, mas consiste numa sucessão de entradas em variados recortes que buscam entender elementos históricos a partir dos discursos enunciados por e sobre um sujeito específico, o já mencionado Júlio de Mesquita Filho.

²¹ Monografia produzida no âmbito da Universidade Federal do Piauí. Ver: MACÊDO, Francisco Adriano Leal. **Nação como retórica: a construção da ideia de Brasil por Júlio de Mesquita Filho (1932-1964)**. 2018. 115 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2018.

²² ECO, Umberto. **Como se faz uma tese em ciências humanas**. Tradução de Ana Falcão Bastos e Luís Leitão. Lisboa: Editorial Presença, 2007. p. 29.

²³ *Ibidem*, p. 36.

Quando penetramos as temporalidades do projetistas-ideólogos de Brasil – e dentre eles colocamos em posição de sujeito-signo Júlio de Mesquita Filho – o que afirmou Albert Einstein em carta de 1955 parece ressoar de maneira precisa se adaptado a esse contexto: “A distinção entre passado, presente e futuro é só uma ilusão, ainda que persistente”.²⁴ Deixemos que os físicos se ocupem das mecânicas do tempo e suas referidas ilusões, mas as sensibilidades dos sujeitos que vivem, *desejam, idealizam e projetam* dentro dos ciclos temporais nos interessam, bem como os seus traços biográficos e as miragens que lhes concernem. Desta feita, tratar-me-ei de buscar mais profundidade nas análises dos vestígios deixados pelos corpos carcomidos pelas areias da ampulheta de Cronos com o objetivo de dar-lhes um derradeiro sopro de vida suficiente para que nos confidenciem algum segredo quase-esquecido, oculto em plena vista.

Em itinerário particular que estou a descrever, por conta de ser um objeto sensível, partindo de uma inspiração metodológica na “aventura de contar-se” proposta por Margareth Rago,²⁵ vamos ao encontro das narrativas de si de sujeitos como Darcy Ribeiro, Jorge Amado, Paulo Duarte e Monteiro Lobato. Em comum, eles têm o fato de terem cruzado os seus caminhos com a presença austera do jornalista e intelectual Júlio de Mesquita Filho, em algum momento da vida. Esses encontros fermentaram narrativas escorregadias que mostram a extensão das milhares de tramas possíveis. Intelectuais de fora do Brasil também travaram conhecimento com a figura de Mesquita Filho, como os franceses Jean-Paul Sartre, Fernand Braudel, Claude Lévi-Strauss e Raymond Aron.

Dentro dessa profusão de sujeitos já notáveis ou que ainda se notabilizariam, o dirigente d’*O Estado de São Paulo* parecia exercer um forte interesse. Como os personagens cá mencionados foram vistos e/ou se viram enquanto intelectuais, é sintomático que tenham buscado enunciar suas verdades pessoais e a verdade dos tempos que viveram – como esclarecia Michel Foucault em prefácio a uma edição estadunidense do *Anti-Édipo*.²⁶ As verdades

²⁴ Citado por: VERSIGNASSI, Alexandre. **O futuro já aconteceu. E o livre-arbítrio não existe.** Superinteressante, 9 de jan. de 2019. Disponível em: < <https://super.abril.com.br/especiais/o-futuro-ja-aconteceu-e-o-livre-arbitrio-nao-existe/>>. Acesso em: 15 de abril de 2020.

²⁵ RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade.** Campinas: UNICAMP, 2013.

²⁶ Se referindo a Europa, Michel Foucault fala de uma certa “forma correta de pensar”, um *ethos* intelectual que tornava rígida a estrutura epistemológica dos saberes. Uma vez que os intelectuais que estudamos aqui são tributários de uma tradição europeia, é cabível fazer essa transposição conceitual. Isso se prolonga para “um certo estilo de discurso político”. Nessas condições, e apenas nelas, se tornava “aceitável essa singular ocupação que era a de escrever e de enunciar uma parte da verdade sobre si mesmo e sobre sua época”. É sobre essas circunstâncias e sobre essas verdades em dois níveis que introduzo a minha análise, que se fará presente durante toda a escrita. Ver: FOUCAULT, Michel. Introdução à vida não-fascista. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Anti-Oedipus: capitalism and schizophrenia.** New York: Viking Press, 1977, p. XI-XIV. Traduzido por Wanderson Flor do Nascimento.

enunciadas por Mesquita Filho, tomam forma de um agenciamento que não está mais no singular. Se pensarmos Júlio como um “personagem-conceitual”²⁷ adaptado em alguma medida à maneira dos historiadores, cada um desses sujeitos, que me falaram de sua persona presumivelmente nutriam a sua própria versão que, alinhavadas e misturadas, mostrarão as faces aqui. Por outro lado, o sujeito-signo que mencionamos é o corpo ora mais jovem, ora mais envelhecido, que mergulhou em sua aventura no tempo como uma esponja cai em uma bacia de líquido e absorve os seus odores e sabores. A partir desses fios,²⁸ o perigoso existir fornece um caminho que dá em janelas que, uma vez estando escancaradas ou entreabertas, permitem estabelecer aquela que é a problemática de ordem histórica que orienta o texto. Pretendo analisar as condições no interior das quais o personagem da pesquisa, Júlio de Mesquita Filho, inscreve-se nos debates políticos e culturais do Brasil, bem como quais sistemas de pensamento o influenciaram.

Algumas colunas teóricas sobre as quais esse texto se constrói estão situadas em torno do filósofo Gilles Deleuze, especialmente noções como “diferença”, “repetição” e, implicitamente, “*gauche*” (esquerda). Explico: segundo esse autor, a ideia de “esquerda” remete a algo como um endereço postal, uma questão de perspectiva, a busca por olhar o mundo partindo daquilo que está longe de nós mesmos. Assim, podemos dizer que essa dissertação busca fazer um exercício de *gauche* ao tomar como personagem central um sujeito cujo endereço postal fixo – desconsiderando os seus tempos de exílio – foi consideravelmente distante das plagas em que essas linhas são escritas.

Quanto às noções de “diferença” e a “repetição”, situamos como uma acepção conceitual capaz de mapear em que medida os sujeitos que estiveram “à procura de uma imagem do Brasil” – ou, ainda, em busca de consolidar uma “ideologia da cultura brasileira” – apresentaram um sonho de mundo que continha na sua dialética as diferenças dos espasmos contemporâneos, como a repetição de lugares-comuns em voga. Os esforços narrativos aqui estabelecidos são escovas para pentear no contrapelo, engajados mais em sacudir e desestabilizar do que em buscar coerências. Afinal, a “consciência social” é por definição contraditória.

²⁷ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?**. São Paulo: Editora 34, 2010.

²⁸ Esse é um ponto de conexão deliberada com o trabalho monográfico anteriormente produzido, que teve como título de capítulos o termo “fio”.

1.1. Algumas notas metodológicas e percurso de pesquisa

Depois de uma jornada de pesquisa relativamente longa como a que dá origem a esses escritos, uma imagem viva do personagem pode começar a bulir na cabeça do pesquisador. Foi este o presente caso. Júlio ganhou contornos diversificados, mas tão precisos quanto possível – quando considerei necessário anexar algumas fotografias de diferentes momentos da sua vida ao longo da dissertação. Tais imagens não carregam consigo propósitos vazios de meras ilustrações, mas registrar visualmente a que ponto do vigor físico se encontrava naquela altura da vida, naquela respectiva entrada em que se estabelece o foco narrativo. O alinhamento das suas vivências a questões muito propaladas na História escrita no Brasil é fruto, também, de um esforço característico de gerações intelectuais que quiseram costurar as próprias existências à existência da nação.²⁹

Dentro das questões que se desdobraram na monografia já citada, foi possível mapear sobre como os projetos dos engajados “por uma ideia de Brasil” trazem consigo uma série de paradoxos.³⁰ Uma hipótese nascida do texto produzido sobre Júlio de Mesquita Filho foi que os conceitos que compuseram paisagens políticas nos tempos em que esteve mergulhado possuíam acentuada influência do passado, que se definiria no desejo de criação de futuros que espelhasse os tempos pretéritos.³¹ Uma questão que me inquieta a escrever esse novo texto – agora como uma dissertação –, é refletir e aprofundar uma questão ainda inconclusa: em que medida a ideia transcendente de “Nação” se aproximava do sujeito imanente, que parecia querer se colocar como arauto de um país futuro. Nesse pitoresco cruzamento de sujeito contemporâneos, ênfase que dividem o palco as fragmentações e o contraditório. Uma outra questão cara e amplamente reverberada por uma historiografia recente que busca fazer um diagnóstico do presente é posta centralmente: como a *força das tradições* operava – no caso brasileiro, pode ser o regime escravocrata que perdurou por três séculos – nos sujeitos que encarnavam os projetos de Estado-Nação? Essas continuidades e descontinuidades serão analisadas ao longo do segundo capítulo.

²⁹ MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história: Interfaces. 1996, **Revista Tempo**, vol.1 n. 2, p. 73-98 Disponível in: <https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-4.pdf>. Acessado em 23 de jan de 2021.

³⁰ Como exemplo de engajamentos por uma projeção de Brasil, citamos Monteiro Lobato e Júlio Mesquita – pai de Júlio de Mesquita Filho – que tiveram sua atuação em torno da *Revista do Brasil* analisada pela historiadora Tania Regina de Luca. Ver: DE LUCA, Tania Regina. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

³¹ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução: Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006. p. 102.

O tempo é tomado como o elo que conecta acontecimentos, sujeitos e as suas ideias que circulavam por determinados espaços. O pano de fundo dessa trama em que os atores principais são o pensamento e as ideias de um personagem – Júlio de Mesquita Filho –, sujeito cujos engajamentos encontram contradições e aspectos polêmicos. A publicação de *A crise Nacional*, em 1925, demarca o início do recorte temporal, dado a perspectiva diagnóstica e um primeiro esforço de síntese da realidade nacional. A construção da análise seguirá através de sua participação no “Manifesto dos Pioneiros” (1932), o envolvimento na “Revolução Constitucionalista de 1932”, os dois exílios durante a “Era Vargas” (1932 e 1939) e o apoio à “Revolução de 1964”, onde encontrará o desfecho com as suas críticas ao estado ditatorial que se instalaria em seguida, já muito próximo da morte de Mesquita Filho, em 1969. Em torno desses “marcos”, uma série de matizes são abordados, como a perspectiva de contemporâneos e debates que marcaram as suas trajetórias.

Como um conceito que atravessa toda sua produção, o liberalismo – que Stella Bresciani apontou como uma “ideia estranha” por causa dos significados diversos atribuídos – é introduzido como um significante em disputa no texto, quase sempre associado a democracia. Uma análise transversal do liberalismo no pensamento do personagem se fará presente de maneira mais densa no terceiro capítulo, quando ressaltamos as contradições fundante em torno das ideias de liberalismo e democracia.³² Esse ponto chave de sua conceituação do sistema econômico que julgava apropriado para Nação que desejava, merece cuidado extra, aprofundando. Nos trechos do terceiro capítulo, são analisadas as configurações em que um autoproclamado liberal “irredutível” e democrata se preocupava com o Estado de direito e como o compreendia.

Essa linha argumentativa é a antessala da discussão que une as pontas para o objetivo mais geral da pesquisa, que é um rizoma composto por diversas linhas e passagens, como: qual modelo de Nação Júlio de Mesquita Filho desejava imprimir no *modus operandi* da política brasileira; em que medida seus projetos eram coletivos, ainda que partisse de uma representação de elite. A perspectiva será menos de perceber a força – ou ausência dela – na interpretação deste pensador engajado e pretende enfatizar sua potência enquanto testemunha de lacunas da História brasileira no século XX, onde ideias e sujeitos costumeiramente se misturavam de maneira efusiva. Mas ainda assim, em momentos do segundo capítulo, trechos analisam a penetração das ideologias no mundo palpável e as estratégias de “trapaça” exigidas.

³² BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 17.

O retorno ao argumento de Maria Stella Martins Bresciani como bússola inicial para o desdobramento independente se dá quando pretendemos estudar um pensador que “foi mandado aos infernos” – pelo menos no mercado editorial atual.³³ Não significa, contudo, que queiramos que os seus postulados retornem às matrizes epistemológicas tomadas a priori para nossos textos contemporâneos. As ideias por ele propaladas estão localizadas no tempo e espaço, mas compartilham argumentos com pensadores que estão sendo resgatados do limbo dos “malditos” – a exemplo de Gilberto Freyre, que após um hiato de obscuridade, voltou a ser referenciado na escrita da História contemporânea. A insistência desses personagens em serem projetistas de Brasil não é gratuita, uma vez que as arestas do pensamento social possuem penetração profunda nas estruturas sociais.

A vida e a obra se misturam. Mesquita Filho entra na disputa pelas realidades da nação brasileira, que encontrava contendores desde o período imperial, com a criação do IHGB, como discutiremos no segundo capítulo.³⁴ As concepções providencialistas do conhecimento social costumeiramente se atracavam na força do indivíduo, como remete a citação que abre esse texto. Quereria por acaso, como o exemplo de Varnhagen, construir a identidade de um “grande brasileiro”, arquiteto de uma comunidade *Nacional, liberal*, e forjada na *Tradição*?³⁵ Essas conjecturas hipotéticas nos lançam à operacionalização das fontes, cabendo o desafio de compor o painel de mais de quatro décadas da história – necessariamente lacunar, com vaivéns algumas vezes vertiginosos entre as temporalidades. Como ideias não conhecem fronteiras políticas e circulam intempestivamente, o recorte espacial é menos fixo, dado que o personagem conceitual escreve sobre a Europa que viu nos seus tempos de exílio,³⁶ bem como sobre o Nordeste do Brasil. Mas defino como maior centro de interesse os seus projetos de Brasil, já que é o ponto chave que liga a morfologia do pensamento de Júlio em face aos seus tempos.

Para que não se fiquem dúvidas, a pretensão de análise a ser feita sobre a trajetória de Júlio Mesquita Filho é a pretexto de discutir projetos de construção da Nação e da cultura brasileira, abrangendo uma temporalidade que busca aliar acontecimentos e conjuntura para penetrar nas estruturas. Nessa articulação, estarão em foco as pistas das lógicas de organização social pretendida por esse sujeito. O diâmetro de circulação de suas ideias e sua representatividade entre determinados grupos ajudará a entender *por quem e para quem* era

³³ BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O charme da ciência e a sedução da objetividade:** Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2007. p. 13.

³⁴ HRUBY, Hugo. O templo das sagradas escrituras: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a escrita da história do Brasil (1889-1912). **História da Historiografia**, n.2, p. 50-66, março, 2009. p. 59.

³⁵ CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. **Topoi**, v.8, n.15, jul-dez, p.159-207, 2007. p. 173.

³⁶ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A Europa que eu vi.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 1953.

planejado o país. As disputas em torno da constituição do Estado mostram o conflito entre prioridades, dilemas e paradoxos, vetores recorrentes na forja artificial dos sentidos dos países – em especial daqueles que, como o Brasil, partem de matrizes étnicas plurais e portadores de memórias históricas controversas. Partindo de todas essas inquietações, lanço a pergunta que ocupa palco mais abrangente, para quem quiser arriscar um palpite preliminar: o que mobilizou as formulações intelectuais e ações sociais de Júlio Mesquita Filho na construção de um ideal de Estado-Nação para o Brasil entre as décadas de 1920 e 1960?

Dentro da “operação historiográfica”,³⁷ esse objeto de pesquisa pode se inserir “formalmente” no horizonte de análise em que a historiografia tem se enveredado com frequência desde a década de 1980.³⁸ A escrita contemporânea da história, que outrora privilegiou modelos histórico-estruturais, passou a refletir também sobre o pensamento social de sujeitos de épocas anteriores. A história intelectual, ou história das ideias e teorias, define esses indivíduos como “intérpretes do Brasil”, portadores de “diagnósticos” e “projetos” para a Nação.³⁹ Essa preocupação com o que pensavam e desejavam esses personagens do mundo intelectual é tal que, na virada do milênio, ganhou status comemorativo, com a *Folha de S. Paulo* lançando a coleção de livros *Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro*. Conforme explicitado na apresentação de cada volume, o leitor deveria “entender como o Brasil se tornou o que é”.⁴⁰ Dentro dessa busca de uma arqueologia dos saberes que atravessaram a História do Brasil, é importante manter em vista que, como escreveu Michel Foucault, uma *vontade de verdade* se faz presente desde o século XIX e que esta não se manifesta de maneira inocente. Mesquita Filho aparece no centro dessa busca por uma verdade sobre o Brasil; não buscava

³⁷ Para Michel de Certeau, a operação de escrita da História possui lugar, procedimentos e texto. Essas categorias orientam as diretrizes do ofício e se transformam com o tempo. Ver: CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. **A escrita da história**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 65-119.

³⁸ A historiadora brasileira Angela de Castro Gomes argumentou que as novas abordagens da historiografia depois da década de 1980 lançou novos objetos e fundou novas interpretações da História do Brasil. Um exemplo dessa tendência é a história intelectual, ou história das teorias e dos sistemas de pensamento que manejavam a visão de mundo de sujeitos que se propuseram pensar a realidade nacional. Ver: GOMES, Angela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para debate. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.34, jul-dez, 2004. pp. 157-186.

³⁹ Para elencar uma bibliografia sobre este tema, podemos citar os estudos empreendidos pelas historiadoras Tânia Regina de Lucca e Maria Stella Bresciani, respectivamente: Ver: BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O charme da ciência e a sedução da objetividade**: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2007. DE LUCA, Tania Regina. **A Revista do Brasil**: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

⁴⁰ SILVA, José Bonifácio de Andrada e. **Projetos para o Brasil**. São Paulo: Companhia das letras; Publifolha, 2000.

apenas “pronunciar a justiça”, mas que era desejoso da palavra profética e arregimentar os homens para a sua causa.⁴¹

Os esforços em estudar os intelectuais que atuaram na cena política e social brasileira tomam como objeto de análise indivíduos dos séculos XIX e XX. As conclusões apresentadas possuem semelhanças e diferenças sutis, variando conforme a temporalidade e os conceitos que os preocuparam. Nesse ponto, e como desdobramento de uma pesquisa anterior, o personagem aqui trabalhado é um intelectual paulista que atuou no século XX através de livros publicados e editoriais em seu próprio jornal – *O Estado de São Paulo*. Defrontando com Júlio de Mesquita Filho, indivíduo cuja notoriedade familiar já vinha sendo consolidada desde o século XIX, encontramos a “possibilidade metodológica de se trabalhar com a dimensão social do pensamento e das ideias dos atores, explorando-se fontes que indicam ‘pistas’ e ‘indícios’”.⁴²

A complexidade que circunda esse objeto culminou na busca pela empiria, essencial para que o trabalho possa ser alicerçado com solidez. Recapitulando, a viagem de pesquisa que empreendi em busca de fontes me conduziu às cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. O itinerário de pesquisa durou pouco mais de um mês, visitando acervos particulares como o pertencente a Ruy Mesquita Filho e o vasto material do Jornal *O Estado de São Paulo*, bem como arquivos públicos, a exemplo do CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) e o AN (Arquivo Nacional). Essa fase foi especialmente significativa, uma vez que o aprendizado pode ser sentido paulatinamente, dia após dia, à medida que mergulhava nos papéis amarelados. Assim, em face ao *sabor do arquivo*, o voyeurismo do pesquisador perscruta zonas inertes e empoeiradas, fragmentos de visões de mundo se desnudam frente aos olhos, à revelia da vontade daqueles que tomaram da máquina ou da pena para escrever aquelas linhas.⁴³

O grande volume de informação adquirida através da pesquisa das fontes é suficiente para que se possa remexer o passado, abanar a espuma da superfície e olhar onde a luz quase nunca bate. Todavia, fontes históricas ainda são esfinges em forma de texto, escorregadias, nas quais se manifestam paixões diversas, fazendo-se necessário o constante exercício de suspeição. E mais: não descartamos, sobremaneira, a necessidade de empreender nova viagem aos mesmos e outros arquivos. Dado que se trata de uma pesquisa cujo mote se detém ao Brasil – ao menos a sua constituição enquanto Nação – as fontes não devem ser limitadas em apenas uma

⁴¹ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996. p. 15-16.

⁴² GOMES, Angela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para debate. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.34, jul-dez, 2004. p. 161.

⁴³ FARGE, Arlete. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 19.

categoria. Tomando como epicentro o personagem central, suas cartas, seus relatos autobiográficos, escritas de seus correspondentes intelectuais – brasileiros e estrangeiros – dá um tom que já permite divisar minimamente algumas de suas paixões, razões e sonhos. O jogo se delinea a partir disso, na dança empírica entre fontes centrais e de apoio.

O problema central é compreender as formulações intelectuais e ações sociais de Júlio Mesquita Filho na construção de um ideal de *Nação* para o Brasil entre as décadas de 1920 e 1960. A isso se tangenciam outras questões, como analisar quais elementos eram eleitos pelo personagem pesquisado para representar uma pretensa “alma nacional”, a exemplo de lugares geográficos e teóricos; investigar como a vida e a obra foram estetizadas para que fosse dada inteligibilidade e coerência, escamoteando as contradições comuns aos sujeitos históricos, entrecruzando um ideal de sujeito e de Nação; discutir as práticas e engajamentos de Júlio de Mesquita Filho em confronto com sua produção científica; atrelado a tudo isso, observa-se como a dimensão do desejo pessoal – a partir da ideia de uma “sedução” tropical – se efetuava na corporeidade do personagem central e se irradiava entre os seus contemporâneos. Esses motes internos do texto se atravessarão nos argumentos e interpretações, fazendo um esforço metodológico de arqueologia do saber, conforme os estudos de Michel Foucault.

Arno Mayer descreveu no seu livro *A força da tradição* as permanências de aspectos do Antigo Regime europeu nos escritos e militâncias de intelectuais da época. *Grosso modo*, nomes do mundo intelectual e científico do século XIX, a exemplo de Friedrich Nietzsche e Charles Darwin, refletiram largamente em suas obras e contemporâneos comentadores uma tradição aristocrática, à revelia da promessa moderna.⁴⁴ O indivíduo pensara uma sociedade ao seu modo, mas que deviria dissonante dos seus desejos. É nesse ponto que a força das tradições se faz presente, demonstrando força de reação, quase seguindo as leis Newtonianas de “igual força e sentido contrário”.

As análises buscam balizar tanto o grau de influência efetiva do indivíduo pesquisado na sociedade que habitou, bem como o caminho inverso – a sociedade definindo o itinerário dos indivíduos. Não existe uma força teleológica panteísta que possibilite pensar a História como um modelo supraindividual. As sociedades não possuem elementos estruturais que possam ser tocados, discerníveis, e estão sempre incompletas, apesar de serem vistas como uma totalidade: “de onde quer que sejam vistas, continuam em aberto na esfera temporal em direção ao passado e ao futuro”. A *tradição* de Mayer vem do passado, do indivíduo saudoso de uma

⁴⁴ MAYER, Arno J. **A força da tradição**: a persistência do antigo regime (1848-1914). São Paulo: Companhia das letras, 1987. p. 269.

ordem de tempo que considerava feliz, que adaptava aquela visão de mundo para o seu arcabouço intelectual, em busca de canonizar determinada realidade. Mesquita Filho seria um dos sujeitos que Sérgio Buarque de Holanda descrevera como partidários de um retorno à tradição como a única defesa contra a desordem?⁴⁵ Essa é uma hipótese que será observada nos tópicos finais do primeiro capítulo a partir do caso de um diálogo com outro personagem notável nos debates intelectuais brasileiros – Darcy Ribeiro.

No decorrer de mais de quatro décadas, os regimes políticos mudaram algumas vezes e as pessoas que habitavam o Brasil mudaram de feições. Em meio a esse tempo, Mesquita Filho se envolve em nomeadas “revoluções”, e nos deparamos com recortes clássicos. O filósofo Gilles Deleuze avaliou a partir da filosofia da diferença – sistematizada em sua obra – que as sociedades que se desenvolvem na História não seguem ritos teleológicos. O pensamento de Deleuze se fará presente em todo esse texto para orientar os argumentos centrais, notadamente em torno dos espectros políticos clássicos de “direita”, “esquerda”, a noção de “desejo” que alimentaria a concepção de uma “sedução dos trópicos”, além de concepções sobre escrita e literatura. É lançado o desafio de estudar um personagem “clássico”, tornando-o potente em sentimentos, aprofundando a discussão sobre os conceitualismos categóricos e mirando as brechas, como quando se olha mais detidamente a relação entre Júlio de Mesquita Filho e Jorge Amado, principalmente as questões que aparecem em livro de memórias deste último (terceiro capítulo); no primeiro capítulo, isso se faz presente em conflitos e aproximações com sujeitos como Darcy Ribeiro e Paulo Duarte, expressas em entrevistas realizadas com estes últimos, também ajudam a compreender essa dinâmica sutil.

Carlos Guilherme Mota, através dos seus livros *Ideologia da Cultura brasileira e História e Contra-História*, servirá de guia para orientar sobre pessoas que conversavam no tempo, mesmo que não efetivamente entre si, a partir da sua periodização da cultura brasileira. Os tempos de Júlio de Mesquita Filho e os projetos de Brasil que buscou construir o coloca no seio de uma inquietação comum entre muitos sujeitos e intelectuais de época. Observando os traços biográficos, buscando perceber como ele foi se configurando sujeito. Depois de definidas essas dinâmicas, escavo a construção do *telos* que Mesquita Filho estabeleceu como *desejo* seu, levando-nos a observar como os indivíduos que veem seus mundos confortáveis ruírem, não têm muito de extraordinário por fazer, exceto a habilidade barganha nos limites da existência. Buscar-se-á perceber em quais margens da história Júlio de Mesquita Filho mergulhou no período estudado, e quais futuros vislumbrara em suas projeções.

⁴⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1992. p. 5.

Dentro dessa gestação de ideias que ensejaram enunciar a realidade brasileira e que sobrevivem ainda hoje no mercado editorial, colocamos no interstício entre fontes de apoio e teoria algumas obras ligadas ao pensamento sociológico. Trata-se de autores que, ligados a espectros políticos variados, buscaram construir um retrospecto da *Formação*, ou das *raízes* do Brasil. O primeiro escrito nesse sentido trata-se do clássico *Casa grande & senzala* de Gilberto Freyre;⁴⁶ *A formação do Brasil contemporâneo*,⁴⁷ de Caio Prado Júnior; *Raízes do Brasil*,⁴⁸ de Sérgio Buarque de Holanda. Essa tríade de autores clássicos do nosso pensamento social escreveu no tempo de Júlio de Mesquita Filho – estando esses volumes todos a contar em sua biblioteca, hoje localizada na sede do Jornal *O Estado de São Paulo*. Esses pensadores, contemporâneos ao personagem pesquisado, podem ser comparados em suas teorias explicativas, ajudando a perceber as eventuais semelhanças e diferenças entre eles. Escolhemos para estudar nesse texto em perspectiva simétrica o livro de Freyre intitulado *Nordeste* por motivos de ser título homônimo a uma obra do personagem central de que tratamos. Esse trecho faz parte das análises presentes no segundo capítulo.

Compõem as principais fontes para o desenvolvimento dessa escrita: Livros publicados pelo personagem pesquisado, em ordem de publicação: *A crise nacional – reflexões em torno de uma data*, lançado em 1925; *A Europa que eu vi*, editado pela primeira vez em 1953; *Memórias de um revolucionário – notas para um ensaio de Sociologia Política*, de 1954; *Ensaio sul-americanos*, de 1956; *Nordeste*, 1963; e um livro organizado postumamente – *Política e cultura*, de 1969 – com textos escritos por Mesquita Filho em momentos diversos de sua carreira, principalmente os seus artigos publicados no tópico *Notas e informações* do jornal *O Estado de São Paulo*. As fontes supracitadas são textos produzidos com motes críticos e diagnósticos, que tangenciam discussões onde os temas política e sociedade se fazem presentes. Esses escritos cumprem a função de reconstituir o painel intelectual que lhe servia de baliza. A abordagem crítica desse material empírico terá inspiração metodológica na produção de Stella Bresciani.⁴⁹

⁴⁶ FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003.

⁴⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. **A formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

⁴⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

⁴⁹ A noção de intelectual que penso nesse trabalho se insere na tradição historiográfica à qual se remete a historiadora Maria Stela Martins Bresciani em seu livro *O charme da ciência e a sedução da objetividade*. Trata-se de um estudo sobre “homens das letras” da primeira metade do século XX que se propuseram pensar o Brasil e seus problemas. Partindo de seus lugares sociais, buscavam aliar o pensamento teórico a “uma ação política consciente”, se investindo de uma certa vidência, autorizados por um saber científico e objetivo. A História intelectual busca historicizar essas teorias e sistemas de pensamento, avaliando sua força política e sopesando suas intencionalidades. Ver: BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

Para situar qual era o projeto de Nação que Mesquita Filho pensara antes do início de sua carreira como jornalista, utilizaremos a sua primeira obra publicada, *A Crise nacional* (1925). Esse livro marca o início das suas atividades intelectuais, e como sugere seu título, atesta que existe uma crise generalizada no Brasil e estabelece suas causas e possíveis soluções. Em sua escrita, fala desde os “efeitos da lei de 13 de maio”, dá sua posição sobre modelos de governo, economia e demonstra interesse pela criação das universidades. Nesse ponto, a ideia de crise manifesta posição de discordância conflituosa com o *status quo*. Essa é a primeira relação notada na qual são confrontados o intelectual e a realidade nacional.

Em seguida, para compreender a questão da *força das tradições*, voltamos o olhar para a sua aproximação com o governo, através da análise de correspondências da década de 1930, durante seu exílio (1932-1933), o artigo *Cidades universitárias* que publicou em 1939, trechos do livro *Política e Cultura* (1969) sobre liberalismo, o texto *Universidade, realização da revolução democrata* que fora pronunciado na USP em 1937; *conceitos e ideias de Armando Salles de Oliveira* (1945); Textos contidos no livro *Ensaio Sul-Americanos* (1946), especialmente aqueles tratando de Sociologia, abordando como temas os bandeirantes, os indígenas e os Jesuítas. O livro de Jorge Amado *Navegação de Cabotagem*, com passagens sobre sua relação com Júlio de Mesquita Filho.

Para a análise dos elementos-chave eleitos pelo intelectual para analisar teoricamente e sociologicamente o Brasil, *A Europa que vi* (1953) e *Nordeste* (1963) são obras que ilustram seu pensamento social e geográfico, estabelecendo sua explicação sobre a realidade. O livro de Gilberto Freyre também intitulado de *Nordeste*, para análise comparada com o livro homônimo de Mesquita Filho. Sua correspondência durante o segundo exílio (1938-1944). O texto *A América do Sul em face do momento internacional* publicado na “Esprit International” (1939), *Aspectos da política nacional e da formação da nacionalidade* (1948), “*O Estado de São Paulo*” e *a questão social* (1969).

Para pensar o entrecruzamento entre vida e obra, indivíduo e projetos coletivos, utilizaremos em grande medida fontes epistolares ao longo dos recortes. Um relato autobiográfico datilografado na década de sessenta, que corrigiu de próprio punho, mas que nunca foi publicado. O livro *Cartas do exílio* (2006). A maioria dessas fontes foram adquiridas durante a viagem de pesquisa anteriormente mencionada, confrontando com o arquivo da família de Júlio de Mesquita Filho e, ainda, empreendendo diálogo com os seus descendentes. No Arquivo do Jornal *O Estado de São Paulo*, uma vez que tive permissão para pesquisar no acervo, tive a oportunidade de obter a empiria necessária para empreender este estudo. A

biblioteca que pertencia a Mesquita Filho também se encontra no arquivo, e é composta por volta de 4.000 exemplares. A maior parte da documentação que possuo já digitalizada em mãos veio desse arquivo, mas muitas correspondências e imagens se encontravam na casa de seus familiares, que me cederam. No Arquivo Nacional e no CPDOC, embora mais rarefeitos se comparados com o arquivo anterior, também me forneceram diversas fontes, como correspondências internacionais interceptadas pela polícia. De maneira geral, pode-se dizer que os materiais obtidos nos arquivos supracitados contemplam aspectos plurais da vida de Júlio, a exemplo dos seus engajamentos, relações pessoais – desde “importantes” até aquelas que poder-se-ia considerar prosaicas. É digno de nota que algumas novas fontes foram surgindo por meio de arquivos digitais, como o da UNESP, cujo Campi curiosamente carrega o nome de Júlio de Mesquita Filho.

1.2. Da organização do texto

Só escrevemos no limite de nosso saber, na extremidade que separa nosso saber e nossa ignorância que transforma um no outro. É só desse modo que somos determinados a escrever.

(Gilles Deleuze – Diferença e repetição, p. 15-16)

Quanto a estrutura de organização do texto, recomendo que o leitor imagine o texto completo como o desenvolvimento de um conceito cujo engrenagem central é o estudo sobre as maneiras de pensar o Brasil a partir de mecanismos de desejo e que perpassam pelo poder e se efetuam nos corpos, mentes e afetos. O personagem em torno do qual o enredo se constrói é apresentado de maneira rizomática e não necessariamente segue lógica de causalidade, o que deve possibilitar a leitura de qualquer um dos capítulos de maneira individual sem prejuízos na compreensão. Ainda assim, como parto da premissa que “todo conceito é ao menos duplo, ou triplo”,⁵⁰ organizei o texto em três capítulos que nomeei de “janelas”. Essa forma textual deseja tornar inteligível as condições históricas de algumas alas do pensamento social brasileiro as décadas de 1920 e 1960, deixando posto de antemão que quando arquitetei tal formato tive em

⁵⁰ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** São Paulo: Editora 34, 2010. p. 23.

mente que um conceito é questão de “articulação”, “corte” e superposição”⁵¹ e que isso tudo implica em uma perspectiva – ao abrir essas vidraças poderemos enxergar certo ângulo. É por isso que algumas vezes os trechos poderão dar impressão de *Déjà Vu*, mas tratam-se de um olhar modificado sobre a mesma paisagem. São – com inspiração livre nos escritos de Gilles Deleuze – “platôs” que se expressam como “um conjunto de anéis quebrados” e podem “penetrar um nos outros”, de modo que cada um deles têm individualmente os seus timbres próprios.⁵² Nesse sentido, a dissertação terá caráter “híbrido”: teórico – na medida que discute pensamentos e ideias abstratos –, sendo que essas cortinas serão abertas a partir de uma empiria que o situa historicamente.

Primeira vista (primeiro capítulo): *Janela sobre a metrópole órfica: Júlio de Mesquita Filho e a sua “simultaneidade histórica”* elabora um panorama da cidade de São Paulo no início da década de 1920, a realidade histórica conflituosa em que Júlio de Mesquita Filho se viu lançado e os conflitos que o envolveu; na segunda parte, analisamos os ecos desses conflitos que lhe rendeu o primeiro exílio, as mudanças de estratégia na busca pelo poder e as mudanças de alvo no processo de nomeação da realidade, e, ainda, a contribuição de correligionários e adversários em meio a essa sua contenda. Segunda paisagem (segundo capítulo): *Janela sobre impressões tropicais: intelectuais e projetos de brasil entre as décadas de 1920 e 1960* ilustra os esforços de significação dos intelectuais brasileiros sobre o caráter nacional; Júlio de Mesquita Filho é posto em confronto com outras ideias que se gestaram no período estudado. Entre outros documentos, dois livros do personagem – *A crise Nacional* e *Nordeste* – são sondados em busca de pistas da cosmologia do seu pensamento. O terceiro e último panorama (terceiro capítulo): em *Janela sobre o relicário de uma existência: mundos fraturados e estratégias de fabricação do tempo*, lanço mão de recursos teóricos metodológicos que aliam os estudos filosóficos sobre a memória para compreender como os engajamentos de Mesquita Filho eram lembrados por ele mesmo e de que maneira se ancorou na própria história de vida para legitimar a sua fala sobre pilares de “ilusões biográficas” – construídas sobre experiências específicas –, e fazendo usos “políticos” desse passado reconstituído.

Um derradeiro esclarecimento se faz necessário, na dimensão das referências que estruturam de maneira central os argumentos e proporcionaram os principais *insights* e interpretações. *Orfeu Extático na metrópole* e *Literatura como missão*, de Nicolau Sevcenko; *Ideologia da Cultura brasileira*, escrito por Carlos Guilherme Mota. *O Bravo Matutino*, de

⁵¹ Ibidem.

⁵² DELEUZE, Gilles. *Conversações (1972-1990)*. Tradução Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2013. p. 37.

Maria Helena Rolim Capelato; *Visionários de um Brasil profundo*, de Fábio Leonardo Castelo Branco Brito. Além desses historiadores brasileiros, alguns livros de saberes distintos entre as humanidades e da literatura mundial também foram importantes auxílios para a construção do pensamento e da lógica da escrita, como obras de Albert Camus e Marcel Proust bem como dos historiadores Eric J. Hobsbawm e Hans Ulrich Gumbrecht. Na filosofia, destaco textos e entrevistas de Gilles Deleuze e Félix Guattari. Nesses moldes, o eventual leitor que deseje mais profundidade nos temas abordados, aponto esses autores e obras como influências importantes. Ademais, trata-se de um texto escrito nas bordas do meu próprio saber, desfilando sobre um abismo do não saber para buscar a diferença – como sugere o trecho de Deleuze que abre esse subtópico final da introdução.⁵³

Do ponto de vista formal que articule um texto dissertativo, algumas variáveis se fazem presentes, sendo um ponto comum que dá unidade ao texto o sujeito signo Júlio de Mesquita Filho, uma vez que o recorte acompanha a sua trajetória intelectual e engajamentos políticos. Cabem, portanto, três variáveis centrais em torno das quais o texto se estrutura e os capítulos buscam dar respostas, ainda que parciais: (1) As suas tentativas de interpretação e intervenção acerca da realidade social brasileira, evidenciadas através de questões bélicas – como o Movimento constitucionalista de 1932 –; (2) a busca de “revolução das ideias” através de engajamentos educacionais como ser signatário do Manifesto dos Pioneiros e elaboração dos propósitos da Universidade de São Paulo, e, por fim, (3), as reflexões sobre o seu pensamento em diálogo com o de outros intelectuais brasileiros ajuda a definir as semelhanças e dessemelhanças entre contemporâneos.

⁵³ DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Tradução Luiz Orlandi e Roberto Machado. 1ª Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018. p. 15-16.

2. JANELA SOBRE A METRÓPOLE ÓRFICA: Júlio de Mesquita Filho e a sua “simultaneidade histórica”⁵⁴

[...] Deus vela o sono dos brasileiros. Anjos alvíssimos espreitam a hora de apagar a luz de teu quarto para abrirem sobre ti as asas que afugentam os maus espíritos e purificam os sonhos. Deus vela o sono e o sonho dos brasileiros. Mas eles acordam e brigam de novo.

(Carlos Drummond de Andrade – Alguma Poesia, outubro de 1930).

Este capítulo inicial busca cumprir algumas funções centrais em si mesmo, e levantar outros elementos a serem desenvolvidos e aprofundados pelos capítulos seguintes. Em resumo, essa primeira parte é composta por dois tópicos nos quais serão discutidas algumas variáveis. No primeiro, como a intitulação sugere, trata-se de um esforço para reconstituir – ainda que brevemente –, a ambiência histórica em São Paulo. O enredo se configura situando em panorama o que significava ser e estar nessa cidade entre os anos 1920 e início da década de 1930. Busco elaborar um mapa aproximativo, presentificando elementos que caracterizaram o período. A principal base historiográfica para o texto é a tese de Livre docência de Nicolau Sevcenko *Orfeu Extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. A obra desse historiador possibilita o delineamento desse palco essencial. A partir dele, enxergamos através de várias janelas os mundos e a metrópole que o personagem central – Júlio de Mesquita Filho – habitou.

Ocorre que, na década de 1930, Mesquita Filho foi obrigado abandonar o Brasil duas vezes pelo governo de Getúlio Vargas. O primeiro desterro se deu em outubro de 1932, firmando uma estadia em Portugal, de onde retornaria no final do ano seguinte. O motivo do primeiro exílio fora a sua participação destacada na guerra civil que os seus correligionários chamaram de “Revolução Constitucionalista”. Quando compôs as trincheiras para enfrentar a União das demais unidades da federação, Mesquita Filho encarna em si parte dos anseios paulistas pelo retorno da Constituição, suspensa desde 1930. Poucos anos mais tarde, com o

⁵⁴ Partes desse texto foi publicado na revista acadêmica especializada *Vozes, Pretérito & Devir*, com algumas modificações textuais para fins das normas de artigos, mas que não altera de maneira significativa os argumentos levantados na presente versão. Ver: MACÊDO, Francisco Adriano Leal. Janela sobre a metrópole órfica: Júlio de Mesquita Filho e a cidade-mundo que habitou. **Vozes, Pretérito & Devir**, Ano VII, Vol. XI, Nº I, p. 208-228. 25 mai. 2020. Disponível em: <<http://revistavozes.uespi.br/ojs/index.php/revistavozes/article/view/264/250>>. Acessado em 27 de mai. 2020.

advento do “Estado Novo”, o jornalista é mais uma vez impelido a deixar o país. Dessa vez, passaria um quadriênio fora do território brasileiro, firmando estadias na França, Estados Unidos, Chile e Argentina. Essas duas situações de ostracismo demonstram a relação conflituosa de um sujeito com o poder político, cujos flertes ora se aproximam, ora se distanciam do *status quo* constituído. Os *lugares* políticos e teóricos que o atravessaram no decorrer de sua trajetória são escorregadios, repletos de alianças e rupturas.

A partir desse ponto inicial, o foco passa a ser situado entre as décadas de vinte até o ano de 1932, quando participa do Movimento Constitucionalista, protagonizado por parcelas da população do estado de São Paulo. Atentamos de maneira específica para as mutações e rupturas de pensamento que forjaram o regionalismo paulista, uma “comunidade imaginada” a partir do conflito com o restante do Brasil e a percepção do Outro enquanto espelho que reflete o inverso de si. Este é um elemento construído por mitos, a partir da invenção de noções temporais ou espaciais.

Esses acordes míticos, cuja problematização orienta o fio narrativo do capítulo, sendo exemplo da demarcação do bandeirismo como um interesse central do sujeito-signo Mesquita Filho, passando a compor alguns *leitmotivs* presentes ao longo da dissertação. Observamos através dessa primeira janela proposta as convulsões desse período que causariam a implosão das estruturas ontológicas, principalmente em sujeitos que ainda estavam ligados ao pensamento da *belle époque*. A partir da derrota do Movimento Constitucionalista, um exílio. O retorno, que se dá em 1933, demarca um outro engajamento por parte desse sujeito, que propõe uma resposta não bélica aos fracassos anteriores. Júlio então se volta para a fundação da Universidade de São Paulo, um centro de saber que restauraria o orgulho de São Paulo em um tempo que ele definia como obscurantista e autoritário. Discutir os pormenores dessa problemática é, no geral, o mote do tópico 2.2.

O fragmento transcrito das poesias de Drummond que abre esse capítulo,⁵⁵ datado do final de 1930, repassa uma imagem forte e que sintetiza bastante os conflitos a serem discutidos a seguir. Nesse momento, alguns sujeitos estavam acordados e brigavam intensamente. Essa peleja se prologou em diversos sentidos, que se atribuiu os seus começos a partir daquela conhecida posteriormente como “Revolução de trinta”, hoje já extensamente questionada enquanto tal.⁵⁶ Mas aqui, o que nos interessa não é propriamente esse fato em seus pormenores e cristalizações, mas os processos históricos que o cercaram. Na verdade, não são

⁵⁵ ANDRADE, C. D. **Nova reunião**: 23 livros de poesia - volume 1. 1. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2009.

⁵⁶ Ver: DE DECCA, Edgar Salvadori. Parte I: A falência das interpretações. In.: DE DECCA, Edgar Salvadori. **O silêncio dos Vencidos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

exclusivamente os conflitos bélicos que nos inquietam; são as ideações que seduzem os seus proprietários – ou seriam elas uma parte da imanência que compõe os espíritos dos sujeitos e os impelem a lutar, sendo, assim, proprietárias deles? Quais ideias mobilizaram tantos brasileiros a acordarem para “brigar novamente” em diversos turnos durante o século XX, antes, e depois dele? Certamente, muitos desses insones ora tomaram das suas armas de pólvora, ora as de tinta, para fazer nascer um tempo e um lugar *ideal*. A seguir, aparecerão alguns personagens belicosos que apesar de Drummond os conceber como sendo velados por “Deus” e por seus “anjos alvíssimos”, não se contentaram com “sonhos purificados”. Seguiremos estes contendores simbólicos que carregavam consigo afiadas intenções, ou “uma ‘visão de Brasil’”, veiculadores de uma ideologia.⁵⁷

No desenvolvimento da escrita, são utilizados como referência autores como Stella Bresciani, Reinhart Koselleck e Tania Regina de Luca. Esses estudiosos auxiliam em empreitadas como pensar noções de intelectual, definir concepções de temporalidade, e estabelecer a relação indivíduo/sociedade e trajetórias.

2.1. Engajamento, conflito e exílio em 1932

Eduardo Galeano escreveu um livro de contos intitulado *As palavras andantes*,⁵⁸ cujos textos nele contidos chamam a atenção pela enigmática expressão “janela” em boa parte dos títulos: “janela sobre a memória”, “janela sobre o corpo”, etc. Outro título, cujas intenções de início me pareceram enigmáticas, foi o do livro *Orfeu extático na metrópole*, do historiador Nicolau Sevcenko. Este último texto é sobre a cidade de São Paulo nos anos vinte. No subtítulo dessa inquietante obra, a *metrópole* é uma grande cidade em turbilhão; a *sociedade*, é composta de gente, uma multidão tantas vezes anônima de pessoas e rostos; a *cultura* é criação, agenciamentos em meio às confusões e colonizações; *frementes*, o turbilhão dos chamados anos loucos.

Voltando a Galeano e pondo-o emparelhado com Sevcenko, podemos imaginar um encontro, uma nova e possível conexão, literato e historiador. Ela situa-se na dança cósmica, metáfora nietzschiana que remete ao perspectivismo; dessa maneira, olha-se a História a partir de várias *janelas*, evitando eleger uma delas como a vista mais verdadeira ou mesmo a única possível. É a filosofia da experimentação. Olhando através dessas janelas, busco ver o tempo

⁵⁷ MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da Cultura brasileira**: Pontos de partida para uma revisão histórica (1933-1974). São Paulo: Editora 34, 2014. p. 125.

⁵⁸ GALEANO, Eduardo. **As palavras andantes**. Porto Alegre: L&PM, 2007.

que serviu de palco para a atuação de um indivíduo, mergulhado naquela imensa confusão de uma ordem de tempo nova em tantos aspectos, eventualmente conhecida como os “anos loucos”.

A fotografia abaixo (figura 1), tirada em 1919, estabelece certa ambiência. Júlio veste trajes que remetem ao estilo ainda proveniente do século XIX, fitando um livro e com o cigarro na boca. Esse retrato, levando em consideração as tecnologias de então, sugere um cuidadoso exercício de preparação e enquadramento para que se passasse a impressão que pode oscilar entre traços de nobreza e intelectualidade. Muito dificilmente teria sido um instantâneo qualquer, em vista do fato que, mesmo entre as classes mais abastadas, as câmeras fotográficas não era um equipamento tão corriqueiro.

Ao observar essa imagem, é possível entrever tonalidades de tempos que envolveram o personagem central dessa escrita antes do recorte estabelecido. Possui uma única função – pelo menos deliberada –, que é de estabelecer o contraste com os momentos vindouros a que nos debruçaremos. O leitor, claro, estará livre para fazer as suas próprias interpretações. Para o uso específico, servirá para demarcar que lidamos com gente que possuía sentidos, envelhecia, sentia dor, e que não mirava e via o mundo apenas através da razão – mesmo que assim desejasse transparecer, pois como lembrou Albert Camus em *O mito de Sísifo*, “a razão não encontra par no mundo”. A imagem, em sua textura e presença:

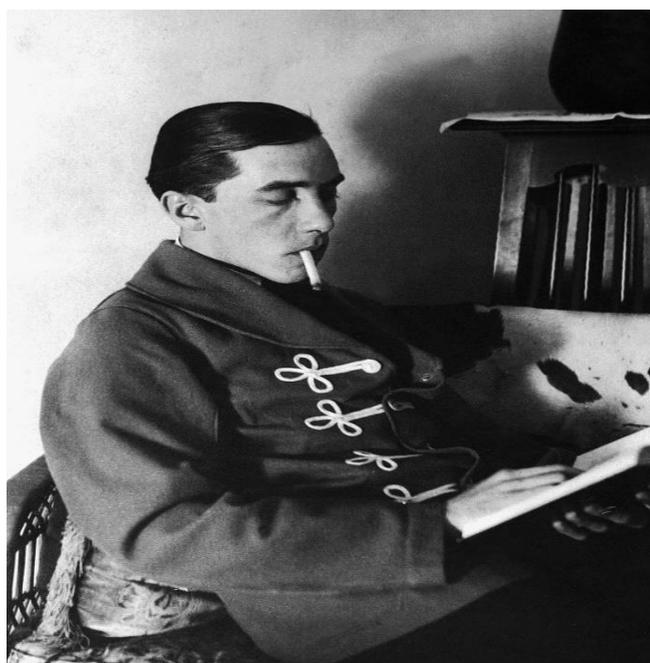


Figura 1: Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 1919 (“Álbum Julinho”, Acervo Ruy Mesquita Filho).

Júlio esteve inserido nessa multiplicidade de durações que podem coexistir numa simultaneidade histórica subjetiva, entremeada de elementos arcaicos e novidades surpreendentes. Perseguimos o tempo não linear, que se efetua nos ritmos e tons diversos, indicando mobilidades e permanências de ideias, éticas, estéticas e desejos. Nesse palco de êxtase, a linguagem é enfeitiçadora, definindo consensos e tiranias. Seguindo a trilha teórica de Wittgenstein, a filosofia seria a luta contra os feitiços da linguagem sobre a inteligência. O pós-guerra foi um momento-chave para a intelligentsia a nível transnacional, o que trouxe ressonâncias para o Brasil, como o próprio modernismo. A questão da não linearidade narrativa de Sevcenko é uma estratégia de defesa que aprende com o próprio objeto, de não se deixar enfeitiçar pelas insidiosas armadilhas da linguagem, e em vista disso, desejo também seguir como for possível essa valiosa lição. No que diz respeito a História, nem sempre as coisas carregam relações mecanicistas de causalidade, e os processos mais sutis e complexos se interseccionam sem relações de linearidade temporais. A prosa que cá proponho admite aquilo que propôs Evaldo Cabral de Melo sobre a dimensão *narrativa* da História, embora não um [apenas] “retorno”.⁵⁹

O panorama traçado é que, dentro das transformações nos paradigmas estéticos e políticos do início do século XX, uma virada epistemológica entra em cena na forma de rupturas com os moldes do século anterior. Os valores universais ameaçam desmoronar sob o peso dos cataclísmicos eventos que logo tomariam conta do mundo. A Primeira Guerra Mundial varre muitos dos consensos, solapando as certezas. A busca de novos valores instaura na sociedade paulista dos anos 1920 um mal-estar, assim como o estava sendo com os europeus. A questão em jogo era a própria sobrevivência do ser humano, atropelado por impulsos de mobilização dos sentidos que passavam a falar mais alto do que a cultura herdada, esta última que era desejosa de ordem social e controle acurado. A cultura modernista tinha a ânsia de rompimento com referências estéticas obsoletas que imperaram durante o século XIX, então consideradas anacrônicas, no espaço da metrópole em ascensão, São Paulo. Nos anos 1920, essa cidade-metrópole passa a ser palco de uma ofuscação da consciência e da memória. No êxtase de Orfeu referido por Sevcenko, “[...] é pela Diferença, é no diverso que se exalta a existência”. Este livro avalia os custos “irredimíveis” da modernidade. Foi justamente com esses preços que Júlio de Mesquita Filho esteve negociando, já que a sua cidade foi o palco de tudo isso. É pertinente sopesar as barganhas então realizadas.

⁵⁹ SCHWARCZ, Lília Moritz. O acaso não existe. In: _____. **Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 161-162.

Os remanejamentos dos referenciais culturais passavam a ganhar almas esculpidas a partir das notas sonoras de Orfeu. “A cidade viraria ela mesma o foco e a fonte da criação cultural, se tornando um tema dominante, explícita ou tacitamente, para as várias artes...”.⁶⁰ As cidades são ora pensadas como um lugar com potências revolucionárias e criativa, ora como um monstro (esfinge) que devora quem não a decifra, em todo um conjunto de ambiguidades e desorientações. “Para pronunciar o ineditismo dessa experiência” de habitar cidades e metrópoles, fazia-se necessária uma nova linguagem: “fluida, pontual, plástica, descontínua, multifária”. A linguagem milenar, antiga, se tornava obsoleta e não possuía mais o vocabulário para dizer a realidade profusa e estonteante da metrópole, suas usinas elétricas e outros apêndices da “cidade moderna”. Essa realidade intempestiva desfavorece a construção de referências estáveis. O tempo se acelera nas cidades. O ritmo passa a ser totalmente outro, e a memória perde a âncora.

No panorama histórico da década, “um murmúrio de vozes da cidade revela, em contrapartida, a perplexidade amplamente difundida, diante da nova equação de valores”. A aceleração do tempo e os frutos dessa euforia pós-guerra e pós-pestes turvaria a inteligibilidade da ordem das coisas, imaginada sob determinados moldes pretensamente estáveis. Faria um complexo de representações que até então tinha contorno definido e transparente perder as fronteiras, que “só poderia ser entrevisto parcialmente, borrado, diluído e impreciso, sob o rebuliço das águas turvas”.⁶¹ Nesse clima histórico de abertura dos anos loucos, todos passam a viver de maneira diferente a mesma experiência, “concentrada no mesmo setor do espaço público e no mesmo intervalo de tempo”.

A fragmentação das percepções se revela através desse quadro “revelador da nova sensibilidade que se vai definindo na cidade que cresce de maneira fenomenal”. De um lado, a ênfase na coesão da ação coordenada e coletiva, multidões de indivíduos se submetendo a experiências semelhantes, as mesmas motivações e estímulos para a ação. Do outro, exalta-se a diferença, a distância de percepções entre sujeitos que participam das mesmas coisas. Essas percepções de análises, em aparência distantes, partem do mesmo padrão epistêmico e dialético: O que enfatiza a “identidade”, está buscando compor a multidão; o que enfatiza a “diferença”, encontra excitação e se coloca de fora do carnaval que descreve e cria distâncias entre si mesmo e o que o rodeia.⁶²

⁶⁰ SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: companhia das letras, 1992. p. 18.

⁶¹ Ibidem, p. 26.

⁶² Idem, ibidem, p. 28-29.

As narrativas jornalísticas perante os desastres naturais desvelam as desigualdades sociais. Nas grandes enchentes de 1919, os pobres são os alvos das inóspitas condições de existência nos lugares alagadiços. Cria-se um vácuo entre as pessoas de classes diferentes, que se afastam – em uma palavra – indiferença. Essa é “a disposição de estranhamento intrínseca ao processo de metropolização”. Os abismos sociais se tornavam atrozes na cidade de São Paulo, enquanto os cronistas d’*O Estado de São Paulo* percorriam as vielas da cidade, tomando notas do mundo que se desdobrava diante de si. Como funcionários do matutino paulista, eram diretamente subordinados ao proprietário do jornal de então, Júlio Mesquita. Logo seria a vez do seu filho sucedê-lo como diretor, tomando a responsabilidade que mais tarde narraria como uma missão. Júlio de Mesquita Filho afirmava que assumir a direção do jornal na década de 1920 foi uma “delicada missão”, que cumpriria mantendo a “linha de conduta que permitisse manter as tradições do velho órgão no plano elevado em que elas sempre pairaram, desde os dias mais remotos da sua fundação”.⁶³ O momento em que Júlio foi incluído como secretário do jornal, ainda em 1920, foi motivo para um almoço em comemoração ao cargo recém-assumido, como a fotografia abaixo busca cristalizar.

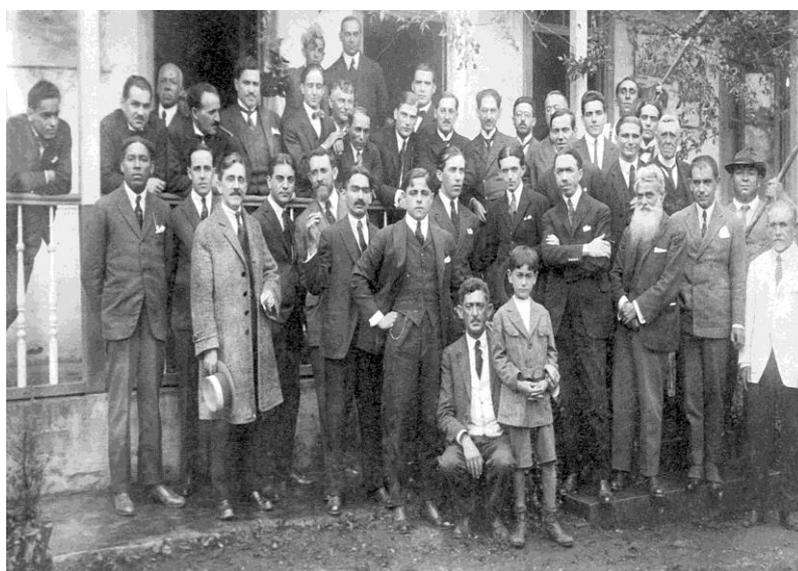


Figura 2: Almoço comemorando a posse de Júlio de Mesquita Filho nas funções de secretário do "Estado", em 1920, em que aparece ao lado de figuras de destaque da sociedade intelectual paulista a exemplo de José Bento de Monteiro Lobato, Paulo Duarte e Plínio Barreto. Álbum: ("Almoço ao Capitão", "Álbum Julinho", Acervo Ruy Mesquita Filho).

⁶³ MESQUITA FILHO, Júlio de. Uma linha de conduta. In: _____. **Política e Cultura**. Política e cultura. São Paulo: Martins Editora, 1969. p. 68.

O retrato acima (figura 2) também revela toda a pompa e circunstância de um enquadramento cuidadoso. Presenças ilustres, como a de José Bento Monteiro Lobato, abrilhantam a ocasião. A turma de homens trajando sobretudos e sobrecasacas, tais quais àqueles ironizados constantemente pela personagem Emília (criada pelo próprio Monteiro Lobato) e que se incumbiam de pretensos feitos valiosos. A estética que repassa a imagem é de uma austeridade clássica, com tons formais; em suma, homens prontos para apostar alto em seus projetos. Nas correspondências de Lobato para Júlio, até muito mais tarde, este último era tratado pelo primeiro como “querido capitão”. Paulo Duarte, outro nome recorrente na trajetória de Mesquita Filho, também posa para a foto. Duarte será retomado na segunda parte deste capítulo.

Isso tudo acontecia num momento em que a identidade da cidade vazava e era um enigma para os próprios habitantes. Ninguém sabia muito sobre a historicidade que possuía. Uma verdadeira amnésia coletiva, onde as pessoas lutavam para não serem devorados pela esfinge. Personagens mergulhados em um mundo em ebulição carecem com urgência de referências estáveis, inventadas a duras penas. Esse seria uma das motivações para a busca do “eixo de solidez”, de possibilidades existenciais que dê base a vida, “repertório capaz de impor sentidos em um meio intoleravelmente inconsciente”. A razão científica e liberal do século XIX se mostraria, em muitos casos, insuficiente. Nesse ponto, todavia, situo Júlio de Mesquita Filho como um insistente dessa tradição, que não teria aceitado de bom grado o vórtice desorientador da metrópole que causava êxtase e dissipava “as bases de uma cultura de referências estáveis e contínuas”. Como no trecho acima transcrito, falava em “manter as tradições”.

São Paulo enfrenta no início da década de 1920 enchentes sublimes (no sentido kantiano) de um processo em que os expectadores não entendiam de outra maneira que não fosse a partir de uma sensação por vezes angustiante de estar-perdido, numa palavra, inconsistência. Os murmúrios das ruas e de uma multidão sôfrega por sentidos, em polvorosa para reencontrar propósito. Sujeitos anônimos ou não que tentavam decodificar um mundo estranho, uma metrópole órfica de dimensões assustadoras. Nicolau Sevchenko anota que ainda não havia presente e futuro definidos, bem como o passado estava se tornando diáfano. Era como um imenso cogumelo que surgira misteriosamente depois de uma inesperada chuva. A torrente de sensações que desnorteia as subjetividades paulistanas perturba o *modus vivendi* daqueles que estavam acostumando-se com estabilidade do mundo habitado por uma linguagem que já havia sido decifrada, pelo menos parcialmente. Situamos esse fenômeno como o prenúncio das rachaduras das vértebras do *breve século XX*, que acabara de brotar do ventre

quente e cheio de seguranças utópicas do anterior, eventualmente alcunhado de “século da ciência”.⁶⁴

Nessa multidão, o então herdeiro d’*O Estado de São Paulo* – matutino paulista que foi tomado como uma das principais fontes para estudar os “frementes anos vinte” – anuncia a “derrocada de Rousseau” em sua maneira de ver o mundo, tornando-se um pessimista em relação à natureza humana.⁶⁵ Com essa determinação e os pés fincados na pantanosa década estudada por Sevcenko em *Orfeu extático na metrópole*, Júlio de Mesquita Filho forjaria os conceitos iniciais que o permitiu lançar-se como uma flecha, no século adentro. O que move esse texto é a busca de compreensão de um personagem da *intelligentsia* brasileira no *locus* de proprietário de um veículo de imprensa como *O Estado de São Paulo*.

Alguns sujeitos, não livres dessa desorientação, buscaram de maneira urgente e em conexão com a prática política, reestabelecer os códigos valorativos e pastorais aos quais eram acostumados. A incidência de manifestos eram absolutamente uma evidência desse desejo de reconstrução duma realidade que parecia disforme e escatológica. O livro *A crise nacional* é a evidência privilegiada desse fenômeno.⁶⁶ Seguimos aqui nas trilhas da pesquisa desenvolvida por Nicolau Sevcenko em *Orfeu extático na metrópole*, que dispôs de meios e experiência para produzir um texto que, na interpretação que aqui apresento, o historiador enuncia uma *presença* sobre a *atmosfera* histórica e condições de existência dos indivíduos em São Paulo do início do século XX. O palco de morada e de engajamentos de Júlio de Mesquita Filho, intelectual e militante de armas e letras, é a metrópole que Sevcenko demonstra estar em um êxtase coletivo, fulgurante em promessas e tentativas de construções de identidades. Entre a terceira e a sétima década do século XX, nada esteve estático – mas sim extático.

Ante a inviabilidade de percorrermos toda a trajetória de Mesquita Filho atentos para questões de contexto detalhadas, esse esforço é válido e essencial ao menos na era dos “frementes anos vinte”, temporalidade de início de sua atividade intelectual. Esse momento é de tamanha relevância que aparecerá em diversos outros momentos do texto, nos próximos

⁶⁴ A “desorientação” a que me refiro aqui encontra elementos que podem ser mapeados desde alguns anos antes. Exemplo disso é um artigo da Revista do Brasil subtítulo de “reflexões de um desorientado”. Ver: FREIRE, V. da Silva. A guerra e a produção nacional: reflexões de um desorientado. In: **Revista do Brasil**, 1918, anno III, v VII, n 28. p. 317. Disponível em: < <http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/26253> > Acessado em 19 de mai. de 2020.

⁶⁵ Retornarei essa questão de maneira mais detida no terceiro capítulo dessa dissertação. Ver: MESQUITA FILHO, Júlio de. Dissidência republicana, reação democrática. In: _____. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Editora, 1969. p. 63. Discussão disponível também em artigo publicado em revista: MACÊDO, Francisco Adriano Leal. Relíquias da existência de um intelectual. **Intelligere**, n. 8, p. 17, 30 dez. 2019.

⁶⁶ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A crise nacional**: reflexões em torno de uma data. Secção de obras d’O Estado de São Paulo, 1925. Essa discussão será retomada de maneira mais minuciosa no segundo capítulo.

capítulos. O fôlego e densidade surpreendentes do estudo de Nicolau Sevcenko dá a ver como, depois da primeira grande guerra, as transformações no pensamento, cotidiano e ritmo de vida dos habitantes da cidade de São Paulo foram irreversíveis. Recuperar o solo sob os pés passou a ser uma prioridade de muitos que se propuseram inventar novas ontologias, calcadas nos esportes, carros, edifícios monumentais – em outras palavras, a invenção de novos mitos que desse sustentação a uma vida no século XX, com ênfase na capacidade de sonhar.

Foi exatamente nesse tempo-limite que muitos pensadores em seus respectivos regimes de contemporaneidade ensaiaram “interpretações” carregadas de sedução para fazer jus às exigências identitárias, imediatas e, de certo modo, vitais. A turbulenta ordem de tempo dos anos vinte na maior metrópole do país continha entre o nascer e pôr do sol diversos sujeitos como Mesquita Filho, preocupados com as contradições e sulcos desiguais da realidade que confrontavam. Em momento de violenta destruição de referências, e igualmente voraz construção de outros monumentos, as buscas por novos vocabulários políticos por vezes fizeram uso da *tradição*. As referências que escavavam eram vislumbradas em tempos já distantes, talvez apenas adivinhados por trás dos imaginários herdados.

Na imagem abaixo (figura 3), Mesquita Filho aparece ao lado de Rui Barbosa em uma grande aclamação pública ao notório político e intelectual do início do período republicano. Nesse momento de violentas transições, em breve a presença do “Águia de Haia” – minuciosamente estudado por Sevcenko – seria substituída por “águias” que tomavam outras armas no lugar das palavras e a retórica. Era um tempo do privilégio da ação em detrimento do pensamento. Em outras palavras, o jovem Mesquita demonstra ser um entusiasta do estilo de Barbosa, mas este último estava às vésperas de perder o seu capital político, abrindo espaço para um outro horizonte de possibilidades e linguagens políticas inovadoras.



Figura 3: Júlio de Mesquita Filho (Julinho) e Rui Barbosa São Paulo - abril/1919 (“Álbum Julinho”, Acervo Ruy Mesquita Filho).

Essa fotografia de 1919 conecta o personagem central desse texto àquele palco que se desenhava na cidade de São Paulo em seu *boom* de metropolização. O que estava por vir depois deste momento em que Júlio de Mesquita Filho é fotografado ao lado de Rui Barbosa era como uma reação em cadeia canalizados pelo mundo ao qual a cidade estava intimamente ligada. Dentro das efervescências e o florescimento de novas maneiras de se relacionar com o mundo, a ontologia dos indivíduos se encantava pela novidade, pelo divertimento. Mas isso, ao mesmo tempo, encontrava resistências. O equilíbrio político, todavia, mantinha contornos de momentos anteriores, quase anacrônicos. Isso traria uma vasta reação conservadora de moralistas que considerariam a metrópole e os novos formigamentos culturais um espetáculo de decadência moral e da civilização. Muito tempo depois, ao lembrar dessa época, Júlio de Mesquita Filho faria alusão a ter passado a ver o mundo como o “palco das ideias Freudianas”. “O mundo não era mais o de Víctor Hugo, de Tolstoi, Pasteur, Wagner, Verdi e Disraeli...”, em reação nostálgica. Era um mundo que naufragava em suas certezas.⁶⁷ Mesquita Filho desejava recuperar ou criar alguma certeza, influenciando aquele presente.

A divisão de um tempo anterior estava situada em torno das doutrinas liberais a que exaltava com paixão indisfarçada. Esse era o liberalismo excludente que foi o sistema majoritário que predominou durante a chamada Primeira República, o que pode ser conferido

⁶⁷ SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole:** São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: companhia das letras, 1992. p. 35.

minuciosamente em livro clássico de José Murilo de Carvalho.⁶⁸ O tempo das utopias e do progresso, quando julgava haver uma paz social ideal. Esse é um sentimento que, ao fazermos um exercício de perspectivismo e olhar aquela ordem de tempo por seus olhos, podemos compreender. Em outras palavras, Júlio afirmava olhar o mundo com um olhar de “inocência”, ainda ignorando as agruras do “cataclismo”. Havia razões para Júlio se encantar pela possibilidade de ver a solidariedade imperar, ao utilizar a mesma sociedade que Rousseau havia diagnosticado como a corruptora de homens para fins de reeducá-los.⁶⁹

Nicolau Sevcenko fez uma análise que coincide com algumas das percepções enunciadas por aquele homem a discursar na metade do século do século XX. Segundo ele, a Grande Guerra não foi deflagrada com outro sentimento mais dominante do que o de esperança. A utopia era buscar a construção de um novo mundo, mais justo e mais livre. Isso reflete nas palavras de Júlio, que se regozijava por viver na época de grandes expressões da inteligência humana. A noção de sacrifício dava a poesia para a guerra, a partir da percepção que tudo aquilo era um ato de amor pela humanidade. Apesar das mortes, noticiadas aos milhares, parecia que aquela era a guerra para acabar com as guerras.

Esse sentimento, contudo, se tornaria em breve frio desespero e “ódio visceral à ordem existente”, “um misto de cólera reprimida e impotência”. Isso se deu por conta da carnificina prolongada e a utopia que havia seduzido e permitido ter esperança se esvaiu. Se em 1914 haviam presságios sombrios na Europa, depois da guerra total o mundo estava “dilacerado por conflitos sangrentos, ódios políticos, guerras civis... e a Era da Violência começou” (F. L. Carsten – *A ascensão do fascismo*). A explicação mais aceita é que a Primeira Guerra Mundial foi extremamente traumática porque o imaginário coletivo estava preso a uma noção bélica pré-tecnológica e ninguém “estava preparado para essa magnitude de perdas humanas”. É nessa brecha de tempo que um ressentimento generalizado sobre a guerra se estabelece, expresso no epitáfio proposto por Rudyard Kipling para a juventude imolada: *If any question why we died, Tel lthem, because our fathers lied.*⁷⁰ Como veremos, as lembranças de Júlio sobre esse tempo possuem uma sensível aproximação com esse trecho:

Por pouco tempo, porém, pois, a pretexto de implantar a justiça social no mundo, a revolução russa eliminaria pura e simplesmente classes inteiras, e para provar a excelência das lucubrações de um profeta em delírio,

⁶⁸ CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas:** o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 17.

⁶⁹ Discussão que se fará presente no terceiro capítulo.

⁷⁰ [Se alguém perguntar por que morremos, diga-lhe, porque nossos pais mentiram]. SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole:* São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: companhia das letras, 1992. p. 166.

determinaria o extermínio de trinta milhões de criaturas! Haveis de convir, senhores, que era o bastante para que começasse a vacilar em nós a crença nos ensinamentos do pensador ilustre.

Não parariam, entretanto, aí as nossas decepções. O advento do totalitarismo vermelho nas estepes euro-asiáticas provocaria, como consequência necessária, a explosão do fascismo na Itália e do nazismo alemão. Por uma vez a dialética hegeliana encontrava nos acontecimentos uma aparência de confirmação: à tese comunista, vitoriosa na terra dos czares, respondia o Ocidente, subvertido pela guerra de 14, com a sua antítese, o totalitarismo da direita.

A violência com que irrompera a reação fazia acreditar no predomínio definitivo dos regimes de força. E, ante a inacreditável ousadia dos que negavam a moral e o direito e sob a capa de um pseudo-realismo político, proclamavam como norma sistemática de ação o mais deslavado amoralismo; a democracia, tal qual a havia concebido a civilização greco-latina, recuava vertiginosamente. *Os acontecimentos se encarregavam, assim, de oferecer o mais brutal dos desmentidos às teorias que, durante cerca de três séculos, haviam alimentado a crença numa humanidade melhor.*⁷¹

São Paulo era uma cidade em expansão que carecia de identidade ainda inconclusa, sendo “figurada insistentemente refletida num improvável espelho do futuro”.⁷² A identidade da cidade paulista era inventada a partir de importações de imagens estrangeiras e projeções fantasmagóricas da silhueta paulista nas cidades do exterior. A metrópole nasce híbrida. Esse foi o palco de crescimento para o intelectual proprietário do OESP, depositário de discursos que captam esse clima tão efervescente. A Babel invertida recebe imigrantes de outros países, com sonhos prestes a serem frustrados pela insalubridade dos abrigos que encontrariam pela frente. Muitas línguas, diferenças desagregadoras, um palco fértil para o desespero.

Essa dinâmica efervescente levou a consolidação de mitos e a emergência de “aprendizes de feiticeiros”. Getúlio Vargas foi, como descreveria com precisão Raymundo Faoro em *Os donos do poder*, “uma aventura cintilando no horizonte”, fazendo-se um homem vestido de mitologias. A política da República dos conselheiros, depois de 1930, cederia espaço para uma outra elite política travestida de uma nova linguagem. Pensando o quadro apresentado por Sevcenko como um palco de possibilidades no qual Júlio de Mesquita Filho se movimentaria, fazemos um hiato para fitarmos através de fontes do sujeito em questão uma temporalidade próxima que nos permite elaborar reflexões sobre o que caracteriza como consequência direta desse processo de metropolização paulista nos anos 1920. Nos referimos ao movimento constitucionalista de 1932, olhado a partir da ótica do então dirigente do

⁷¹ MESQUITA FILHO, Júlio de. Dissidência republicana, reação democrática. In: _____. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Editora, 1969. Grifos meus. p. 64-65.

⁷² SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: companhia das letras, 1992. p. 37.

periódico *O Estado de São Paulo*, que firmou uma acirrada oposição a alguns dos mitos acima referidos, ao mesmo tempo que buscava também consolidar outras mitologias.

Júlio de Mesquita Filho faria um inventário de sua formação no “campo das humanidades” onde contava a sua educação, notadamente privilegiada. Esteve, segundo ele, dividida entre Portugal e a Suíça. Viria a dizer que historiadores como Guizot, Burckhardt, Michelet, Thiers, Taine e Sorel, concluiriam o que chamou de “serie de leituras que agiriam de modo definitivo e profundo” na sua “formação intelectual”.⁷³ Essa formação dialoga diretamente com o argumento que propus trazer, outorgando-lhe o saber necessário para se inserir numa ordem discursiva dos homens das letras. O próximo passo teria sido a junção entre esse intelectual e homem de ação. Além de tomar seus ditos e escritos numa perspectiva teórico-política, tornou essa sua missão intelectual em missão concreta, pegando em armas.⁷⁴

Na imagem abaixo (figura 4), observamos esse Júlio que atravessou toda a década de 1920, com a aparência física menos juvenil do que nas primeiras fotografias deste capítulo. Afinal, em fevereiro desse ano de 1932 havia passado pelo seu 40º aniversário. De terno, o contraste com os soldados que o seguem fica demarcado – líder e subordinados. Os seus interesses na “causa paulista” estavam na ponta da pirâmide. No xadrez desse campo de batalha em específico, Mesquita Filho deixava transparecer não ser um mero peão.

⁷³ JORNAL DA TARDE. **Trechos de uma autobiografia**. Segunda-feira, 14/07/1969. Na íntegra: O ESTADO DE SÃO PAULO. **Um esboço de autobiografia**. 13/07/1969.

⁷⁴ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

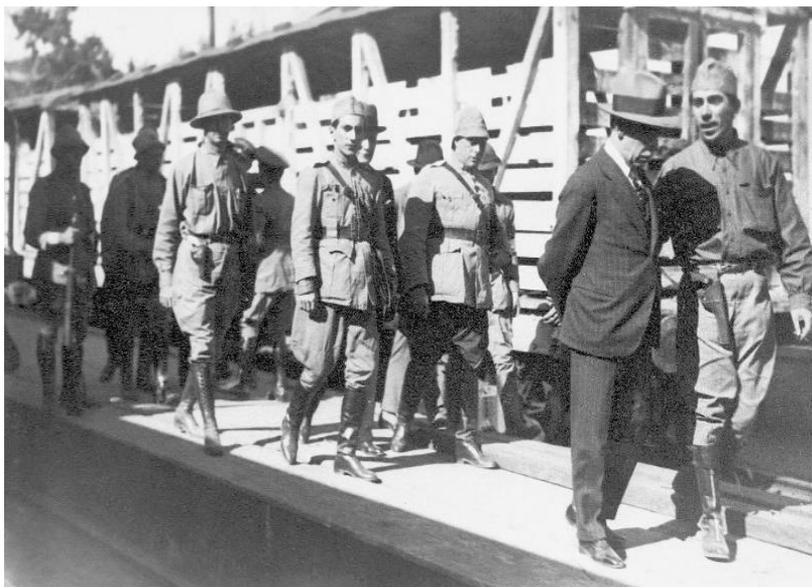


Figura 4: Júlio de Mesquita Filho (Julinho). “Revolução de 32” (“Álbum Julinho”, Acervo Ruy Mesquita Filho).

Um certo Brasil é dado a ver. Os enunciados são diversos, desde as artes até os escopos sociológicos. Uma diversidade de dizeres – uns mais brandos, outros francamente agressivos – lançaram sobre os espaços geográficos do país, arquétipos e estereótipos. Iniciamos aqui uma reflexão que o tema torna possível, sobre como essas forjas de regionalismos e nacionalidade podem ser potencialmente contraditórios. Nas páginas subsequentes tratarei desse recorte de curta duração – apenas três meses – no tempo da chamada “Revolução Constitucionalista de 1932”. Sua empiria consiste em cartas que Júlio de Mesquita filho trocara com sua esposa, Marina Vieira de Carvalho, durante a campanha militar da qual fez parte pela causa pró-constituente. A abordagem deseja capturar o clima histórico paulista durante esses meses de insurgência através da perspectiva do sujeito que servirá como “fio de Ariadne” através do emaranhado novelo da *escrita de si*,⁷⁵ como essa carta que captura sentimentos intensos do conflito:

[...] Há cinco dias que São Paulo está de pé e mais do que nunca São Paulo está só! É incrível! Sinto isto amargamente! Não posso ver, sem profunda mágoa, brasileiros fazerem papéis infames! E como acabará isto, Julinho? Tremo de medo e ao mesmo tempo tenho esperanças de vitória mesmo só dos paulistas.⁷⁶

⁷⁵ GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo*. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 07-23.

⁷⁶ CARTA de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 14 de julho de 1932. Arquivo pessoal de Ruy Mesquita Filho.

Para compreender essa conexão entre Mesquita Filho pensador e o homem de armas, é importante recuar ao que escrevera em seu livro *A crise nacional*, ainda em 1925, na metade da década “fremente” tratada anteriormente; neste texto, ele preconiza a criação de uma educação voltada para o que chamou de “constituição das indispensáveis elites intelectuais, a cuja maior ou menor perfeição devem as nações de hoje a sua maior ou menor eficiência na luta pela existência”.⁷⁷ Uma vez que se considerava pertencente a essa “indispensável elite intelectual”,⁷⁸ – com uma formação que o autoriza no concerto do pensamento social brasileiro e considerando deter os saberes para ajudar a decidir o destino do país –, se lança como um dos líderes da “Revolução Constitucionalista”⁷⁹ – tida como “a mais importante guerra civil brasileira do século XX”.⁸⁰ Investido de tais saberes, parte para o fronte de batalha contra o governo provisório de Getúlio Vargas, que vinha ganhando ferrenha oposição dos paulistas desde a chamada “Revolução de 1930”, afunilando em 1932 no estado de guerra.

Movamos o olhar para 30 de outubro de 1932. Já tendo capitulado o fim do conflito armado, passo a narrar em retrospectiva os desdobramentos, em narrativa que encarna uma espécie de onisciência naquilo que se propõe dizer acerca desses três meses de guerra civil.

Já presos, Júlio de Mesquita Filho e alguns correligionários recebem a ordem para deixar o Brasil imediatamente. As forças paulistas já haviam sido completamente derrotadas. Direto da Casa de Correição, no Rio de Janeiro, foi conduzido para o porto donde havia de pegar um navio que o levaria para o exílio, em Portugal. Subiu a bordo sem ter podido voltar a São Paulo para despedidas – o fez apenas através de uma carta lacônica, escrita sob vigilância das tropas federais:

Casa de Correição, Sala da Capela, Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1932
Minha Marina,

Acabo de receber ordem de embarque. São dez horas e não nos permitiram comunicar-nos com vocês. Sigo com você e os pequenos no coração. O Brasil assim o quis. Agora é esperar, com resignação. Espero você dentro de uns vinte dias em Lisboa.⁸¹

⁷⁷ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A crise nacional**: reflexões em torno de uma data. São Paulo, seção de obras de *O Estado de São Paulo*, 1925. p. 87.

⁷⁸ *Ibidem*.

⁷⁹ Os marcos históricos clássicos aparecem entre aspas para evidenciar uma tomada de posição derivada do argumento postulado por Edgar de Decca em *O silêncio dos vencidos*. Constitui basicamente em não tomar um marco historiográfico – no caso do livro, a chamada “Revolução de 1930” – como um *a priori*, sob pena de escamotear outras narrativas possíveis que não cabem nessa nomeação. DE DECCA, Edgar Savadori. **O silêncio dos Vencidos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. p. 38-39.

⁸⁰ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012. p. 100.

⁸¹ CARTA de Júlio de Mesquita Filho para Marina Vieira De Carvalho. Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho ao autor deste trabalho.

Esse seria o desfecho da guerra que, durante três meses, esteve mergulhada a capital do estado de São Paulo. Não colhera, pelo menos por hora, qualquer êxito ou vitória aparente. A insurgência comandada pela elite paulista fora desencadeada pelo que José Murilo de Carvalho chamou de “permanência do governo revolucionário”, remanescente de 1930, e contou com uma grande mobilização e engajamento dos paulistas. Exilados como Júlio de Mesquita Filho em breve voltariam ao Brasil, já que apesar da derrota do movimento em si, mais tarde se revelaria uma vitória política. Getúlio Vargas perceberia que não seria possível ignorar as elites paulistas.⁸² É necessário, contudo, compreender certos desdobramentos durante esses três meses de conflitos. Nesse intento, será analisada uma parcela da correspondência entre dois *indivíduos*⁸³ que viveram intensamente o conflito a partir de duas perspectivas: Júlio de Mesquita Filho, a ação da batalha; Marina de Vieira Carvalho, esposa daquele, a partir da cidade, dos preparativos e dos engajamentos paralelos à causa.

Seu início é marcado no dia dezoito de julho de 1932. A primeira imagem é de Marina que, debruçada sobre sua escrivaninha, toma da pena para escrever uma carta ao seu marido, que já se encontrava a caminho do campo de batalha. Sua atuação fervorosa demonstra um forte entusiasmo com o movimento em que estão mergulhados “os paulistas”, demonstrando ser alguém também engajada.

São Paulo, 18 de julho de 1932

Julinho,

[...] São Paulo não é uma cidade, é um país dos mais civilizados do mundo! Os estrangeiros residentes aqui estão boquiabertos com o nosso patriotismo, organização modelo de tudo e capacidade de trabalho fantástica!! É lindo e é tristíssimo tudo isto. A partida do batalhão do Pereira anteontem foi tremenda! A estação da Sorocabana estava completamente cheia (principalmente de senhoras) e todos berravam “Viva, São Paulo” feito loucos e choravam ao mesmo tempo. A rapaziada partiu firme mas comovidíssima!! Coisa bonita e que a gente nunca mais há de esquecer! [...].⁸⁴

É a partir das cartas que sentimos o tom do discurso com que provavelmente conversavam no dia-a-dia sobre o movimento. O início da escrita é enfático, repleto de exclamações. É visível a ênfase com que Marina afirma que São Paulo não é uma cidade, mas

⁸² CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012. p. 100.

⁸³ A noção de indivíduo cá estabelecida é pensada a partir de Norbert Elias, que considerava os indivíduos como parte de um tecido social, célula que compõe um todo. Essa ideia serve para fundamentar o uso de uma correspondência entre indivíduos para o estudo de dinâmicas sociais maiores em que estiveram inseridas. Ver: ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

⁸⁴ CARTA de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 14 de julho de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho.

sim um país. E não qualquer país, mas um “dos mais civilizados do mundo”. Segundo ela, o patriotismo era algo que os paulistas tinham que era admirado pelos estrangeiros que lá viviam. Ao mesmo tempo, o ressentimento com os que julgava ter abandonado a causa, como nos lança a epígrafe desse texto, em referência a ausência de apoio das outras federações indecisas – Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A cidade de São Paulo aparece na carta de Marina como um centro radiante de desejos, um lugar de construção de identidades.

“Na cidade o entusiasmo é cada vez maior. Os postos de alistamento estão repletos e todo mundo quer seguir”, diz Marina em carta do dia 14 de julho de 1932.⁸⁵ No dia vinte do mesmo mês, menos de uma semana depois, escreve novamente para o seu marido: “são seis horas da tarde e eu, cansada de tanto virar máquina fazendo perneiras para soldados, venho, às pressas, dar notícias nossas a você”. A ideia de engajamento aparece nessas escritas de maneira profusa, desde o envolvimento narrado por Marina acerca do alistamento dos soldados até o seu próprio que, circunscrita dentro duma condição de minoria, se põe a virar a máquina de costura até a exaustão, contribuindo da maneira mais direta possível para o funcionamento das tropas constitucionalistas.⁸⁶ Esse discurso de comprometimento se mistura com o de saudade dos queridos e aversão aos “ditadores” – “quero ver vocês todos já de volta e os bandidos da ditadura pelo chão!” –, exclama ela, na mesma carta.

No mês de agosto, a conhecida campanha da doação de ouro para a causa paulista está no seu auge. São feitos diplomas para os doadores que financiarão as tropas; as crianças são levadas para se desfazerem das suas peças de ouro. Isso pode ser tomado como evidência do caráter elitista dessa revolta tão festejada pelos paulistas. Até as crianças das famílias que lideravam o movimento possuíam objetos de ouro suficientes para doar. Eventualmente, em 27 de agosto, Marina se diz envergonhada por ainda ter as alianças de ouro do casamento. “Tenho a impressão de que é um pedaço da gente que vai embora. Ao mesmo tempo, quando vejo pessoas de casa já com o anel de ferro, fico meio envergonhada de ainda estar com ouro na mão”.⁸⁷ Em detrimento do valor sentimental, decide entregá-las, convencida pelo slogan enfático que dizia: “você tem um dever a cumprir!”, enquanto um soldado, vestido a caráter,

⁸⁵ CARTA de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 14 de Julho de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho.

⁸⁶ Nesse momento, as cartas de Marina predominam, provavelmente por Júlio estar ocupado com os afazeres da guerra. Marina parece descontente com a distância: “Coitadas das mulheres que ficam! Quanta coisa tem a gente de engolir, queira ou não queira”.

⁸⁷ CARTA de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 27 de agosto de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho.

mantinha um enorme dedo em riste, postura imperativa que intimava as pessoas a se engajarem.⁸⁸

No editorial d’*O Estado de São Paulo* do dia dezesseis de agosto intitulado “Ouro para a vitória!”, é anunciado de maneira elogiosa que “o coração da mulher paulistana, a serviço da grande causa, tem se revelado incansável na realização de prodígios”. Decerto, Marina estava em posição dentre as mais honradas entre essas senhoras tomadas pelo que o periódico chama de “magnífico aparelhamento da alma coletiva pela guerra”, ainda que o estado de conflito armado fosse tido como um lugar eminentemente masculino.⁸⁹ É importante lembrar sempre que os sujeitos de todas as épocas não detêm conhecimento, tampouco controle sobre o futuro. Contudo, o tom das suas respectivas *escritas de si* apresenta uma notável fé em seus próprios ideais e, muito frequentemente, na vitória dos seus projetos; ao escrever as cartas enviadas em julho, não sabiam os desdobramentos da guerra tampouco o que escreveriam em outubro ou novembro. Busco olhar para a escrita de cada correspondência partindo da premissa que as posteriores ainda não existem, numa tentativa de aproximação às perspectivas dos sujeitos enquanto a redigiam. O esforço de compreender o universo mental desses indivíduos nos leva a olhar seus calcanhares, recém-saídos dos anos vinte e a sociedade em que habitavam.

Em análise de contexto, e seguindo a senda aberta pelos estudos de Nicolau Sevcenko, vislumbramos que os anos vinte foram intensos na maior metrópole da América do Sul e se torna rapidamente um terreno fértil para a construção de uma identidade bem demarcada. Júlio de Mesquita Filho escrevera em 1923: “Somos fortes, somos ainda dignos do passado das bandeiras”.⁹⁰ É nesse momento que o sujeito *paulista* emerge de maneira especialmente forte, pastoral em relação a si mesmo. O mito do bandeirante-herói-paulista é retomado e vira propaganda para essa revolta que ganha ares e cores de Revolução no imaginário coletivo.⁹¹ Essa visão vinha sendo cimentada há séculos por uma vasta iconografia apologética às bandeiras, e chegava ao século XX. O antigo personagem mítico choca-se no presente com as novas mitologias, num “salto dialético”. Na perspectiva do paulista que marchava para guerrear contra seus irmãos de pátria, ele estava cumprindo um dever quase metafísico, embalado pelos

⁸⁸ GINZBURG, Carlo. “Seu país precisa de você”: um estudo de caso em iconografia política. In: _____ . **Medo, reverência, terror**: quatro ensaios de iconografia política. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

⁸⁹ OURO para a vitória! **O Estado de São Paulo**. 16 ago 1932, p. 1.

⁹⁰ MESQUITA FILHO, J. de. A comunhão paulista. RBR, v.21, n.84, p.375-6, dez. 1922. O trabalho de Mesquita mereceu elogios de OLIVEIRA VIANNA, F. J. **A comunhão paulista**. Resenha. RBR, v.24, n.92, p.326-8, ago. 1923. Essa resenha que foi publicada em formato epistolar na Revista do Brasil contará com análise detida em tópico do segundo capítulo intitulado “‘A comunhão paulista’: ordens discursivas na vida intelectual”.

⁹¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

acordes de Orfeu. Nisso, vemos notáveis evidências do processo que Sevcenko apresenta como a construção de uma identidade forjada nas sombras, como mito.

Em meados de setembro, a esperança de vitória misturava-se com projeções de hipóteses derrotistas – pelo menos é isso que essa correspondência nos dá a ver. Um absoluto maniqueísmo entre o bem e o mal está instalado entre os “revolucionários”, que acreditam levantar a bandeira que supostamente salvaria o país de um ditador. Adjetivos como “bandidos” são usados para se referir aos inimigos; em suas falas, a derrota da causa constitucionalista se transforma de repente em “desgraça do Brasil”. As cartas dos dias 22 e 24 de setembro são categóricas em afirmar tais convicções. Eis o que dizia a correspondência de 22 de setembro:

São Paulo, 22 de setembro de 1932

Julinho,

A vida que estamos levando é verdadeiro martírio! Agora há dias que já começo a desanimar e tenho vontade de chorar de desespero! Enquanto estes bandidos não saírem de Amparo e adjacências, não posso respirar! Como eles são malvados. Agora começa o bombardeio de São Paulo. Por mim não tenho o menor medo, tenho só pena das crianças e com o susto que vão levar se isso de fato acontecer. Armando, apesar de tudo, está mais seguro que nunca da nossa vitória! Diz ele que ela é certa [...].⁹²

Os sentimentos que atravessam os personagens apresentam uma revolta aguda. Isso demonstra um momento de conflito com o pertencimento com a própria nação; as exclamações que saltam do texto, dão um alto grau de passionalidade às palavras. A relação indivíduo/país apresenta a dinâmica discutida por Norbert Elias – “os vínculos emocionais do indivíduo com seu país podem ser ambivalentes; muitas vezes assumem a forma de um par amor-ódio”⁹³ – e o bombardeio de São Paulo pelas forças nacionais provocava o medo e reforçava as paixões. Dois dias depois, Marina envia mais uma carta, reiterando o maniqueísmo e a incerteza acerca do apoio do Rio Grande do Sul. É nesse apoio que deposita suas esperanças de vitória.

O trecho transcrito logo acima faz parte de um compilado de cartas que, uma vez organizadas por livro *Cartas do exílio*, foram utilizadas para dar um tom de coerência. Os prefácios e posfácios dessa obra, além dos textos escolhidos para compor a obra e lhe dar um tom verossímil. Todavia, essas missivas foram escritas em um tempo em que heroísmos e idealismos tinham os seus contornos demarcados por carne, corações pulsantes e medo “pelas crianças” que estavam submetidas a um tempo que lhes parecia sombrio e aterrorizante. Ir para as trincheiras, trocar tiros com o lado oposto demarca uma situação-limite de violência e pouca

⁹² CARTA de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 22 de setembro de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho.

⁹³ ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p. 179.

previsibilidade. Os esforços de memória que são feitos para dar tons grandiloquentes ou trágicos – ambiente ideal para fazer nascer a touceira do heroísmo e do idealismo – é um trabalho afiado por mais de uma geração. As contradições são capinadas como se fossem ervas daninhas.

Na imprevisibilidade dos acontecimentos, esse ponto parece o mais incerto, o mais ambíguo:

São Paulo, 24 de setembro de 1932

Meu querido Julinho

[...] Ainda tenho esperanças que os bandidos não entrem em Campinas, mas se isso acontecer não sei o que será de nós! Se o Rio Grande nos acudisse em breves tempos, aguentaríamos, se não, considere a partida perdida. Isso vai ser a desgraça do Brasil e a nossa também. [...] Isso são conjecturas derrotistas. Nós ainda podemos vencer. Armando está convencido de que vencemos. Mas eu hoje estou meio pessimista [...].⁹⁴

Seja como for, os rebeldes foram subjugados pelas forças nacionais da União no começo de outubro. Voltamos a nos aproximar da data do exílio de alguns dos líderes do movimento, e entre eles, Júlio de Mesquita Filho. O intelectual formado na Europa, havia tido seu batismo de fogo. Isso forjaria um antagonismo com o governo de Getúlio Vargas que se acirraria ou declinaria no decorrer da década, intensificando particularmente com o advento do Estado Novo. Durante toda a campanha, Mesquita Filho havia mandado notícias para sua esposa, porém as datações das cartas não são exatas – apenas se sabe que estão inseridas nesse recorte de três meses. A primeira correspondência de Júlio com data demarcada parte do dia 16 de outubro – menos de duas semanas antes de ser mandado para o exílio. Na sua escrita, narra resumidamente as suas impressões sobre a guerra e fala de suas expectativas para o futuro:

Casa de Correição, Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1932,

[...] Aqui estamos, na Sala da Capela da Casa de Correição, à espera que sobre nós recaiam as penas que nos reserva a ditadura. Sejam elas quais forem, pode você estar certa de que não as tememos, pois, exceto dois ou três, os demais que aqui se acham para cá trouxeram a disposição de ânimo que aí deixamos na memorável noite em que nos afastamos da nossa querida São Paulo. A coragem com que todos vocês se portaram durante toda a campanha, e sobretudo no instante da nossa separação, faz com que encaremos com serenidade o futuro cheio de ameaças e incertezas que a torpe ditadura nos preparou. A exaltação dos espíritos é tal que as apreensões de toda sorte que por momentos me assaltam não conseguem dominar-me. Vivemos da manhã à alta madrugada numa perpétua exaltação, alimentada pelas recordações destes três meses de epopeia [...].⁹⁵

⁹⁴ CARTA de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 24 de setembro de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho.

⁹⁵ CARTA de Júlio de Mesquita Filho para Marina Vieira de Carvalho. Casa de Correição, Sala da Capela, Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho.

“A comunidade da prisão já nos uniu e aqui vamos, bem tratados é preciso dizer, atravessando galhardamente este último ato do drama”, prossegue Mesquita Filho. Os depoimentos feitos após a derrota são referidos por ele como um momento para pesar a fidelidade em relação a causa, sendo possível aferir desonra a uns, como o comprometimento irreduzível de outros: “Um dos primeiros a depor se portou como um bom poltrão que é. Negou qualquer participação no movimento e, não contente com isso, declarou, mais, que, se soubesse do que se tramava, ter-se-ia declarado inteiramente contrário à revolução” – assim ele adjetivava os “traidores”. Os “heróis”, por sua vez, fazem jus à identidade paulista: “É verdade que a maioria se portou como paulistas, assumindo corajosamente as responsabilidades que lhes cabiam.”⁹⁶ Quanto ao próprio depoimento, diz ter enfatizado que havia se determinado a “tudo fazer para pôr para fora das nossas fronteiras os que desejavam transformar-nos em povo escravizado”. A “epopeia” da “Revolução Paulista” partia para a canonização de uma perspectiva em torno da qual coagularia identidades, o que penso à luz da discussão levantada por Stela Bresciani:

[...] A persistência dessas identidades nacionais (e de outras identidades **socialmente construídas**), poderemos considera-las um **lugar-comum** na acepção que lhe dá Myriam R. D’Allones: a de significarem mais do que simples clichês e banalidades; de serem **lugares do “comum”**, ou seja, um fundo compartilhado de ideias, noções, teorias, crenças e preconceitos, permitindo a troca de palavras, argumentos e opiniões sobre uma comunidade política efetiva.⁹⁷

Retomo a ideia de que o pertencimento a uma identidade paulista se sobrepõe em relação a brasileira. É essencial, contudo, que concebamos essa “identidade” não enquanto uma categoria fechada, mas como uma mitologia política. Essa preferência se destaca na escrita visivelmente ressentida de Marina em sua carta antes de sair do Brasil, depois da partida de Júlio. Um outro cenário se constrói nessa carta enviada para Júlio de Mesquita Filho quando este já estava em Portugal; planejando ir ao encontro do seu marido exilado, Marina ecoa a voz duma cidade que desejava ser nação:

São Paulo, 19 de novembro de 1932
 Meu querido Julinho,
 Parece mentira, mas não é: estamos nós prontinhos para embarcar. No dia 5, se Deus quiser, estaremos singrando os mares, como diz o outro. Não fosse a situação tão ruim de tudo e eu iria radiante. Em primeiro lugar, radiante por ir

⁹⁶ CARTA de Júlio de Mesquita Filho para Marina Vieira de Carvalho. Casa de Correição, Sala da Capela, Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho.

⁹⁷ BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O charme da ciência e a sedução da objetividade**: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2007. Grifos meus.

ao seu encontro(...). Em segundo lugar, satisfeita por sair deste **Brasil miserável!**⁹⁸

O historiador estadunidense Thomas Skidmore escreveu que a cidade e o Estado São Paulo “tinham um tal complexo de superioridade em relação ao resto do Brasil” que a “apaixonada qualificação de paulistas” era suficiente para se tornar um ponto de convergência entre aqueles a princípio nada tinham em comum.⁹⁹ Vimos uma metrópole em polvorosa, mobilizadas por uma causa que demarcaria lugares, e construiria um lastro de memórias para o futuro nas quais aquele complexo de superioridade referido por Skidmore encontraria reforço – de um povo revolucionário, engajado, com a cidadania pretensamente a vários passos do restante do país. Os bisnetos dos “heroicos” bandeirantes emergiriam, belicosos, considerando-se prontos para enfrentar o porvir.



Figura 5: Júlio de Mesquita Filho com companheiros de prisão na "sala da Capela". Rio de Janeiro – 1932 (“Álbum exílio”, Acervo Ruy Mesquita Filho)

A fotografia acima (figura 5) foi tirada quando Mesquita Filho já se encontrava preso e a caminho do exílio. Ele aparece em segundo plano, o terceiro da esquerda para a direita, sem camisa. É difícil atentar às suas feições nesse momento, mas podemos arriscar dizer que carregava o peso das frustrações do movimento que participara de maneira tão engajada. O terno que envergava algum tempo antes lhe foi tirado. A aura concedida pelas roupas elegantes

⁹⁸ CARTA de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 19 de novembro de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho. Grifos meus.

⁹⁹ SKIDMORE, Thomas E. **Brasil:** de Getúlio a Castello. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 36-37.

e o seu elemento de distinção social desaparece subitamente,¹⁰⁰ provavelmente de caso pensado pelos vencedores da guerra civil para que a dignidade dos líderes fosse arranhada. Situamos Júlio como um sujeito que, em seus conflitos com os projetos de poder vigentes, foi considerado *persona non grata* no seu país.

Em *Cidadania no Brasil*, de José Murilo de Carvalho, é notável o argumento que durante a revolta de 1932 São Paulo se torna um espaço cuja noção de civismo se apura. Nas fontes cá analisadas, esse civismo mostra-se em relação à cidade e ao estado, e não sobre o país de fato. É um entusiasmo cívico que chega, em alguns círculos minoritários, a flertar com separatismo: Na afirmação sobre ser “um país dos mais civilizados”, dá a entender que São Paulo está circunscrito dentro de um país “atrasado”, andando em marcha dissonante de progresso. O itinerário da guerra se atravessa intensamente com militância geral, todos engajados pela vitória e, em alguns momentos, crentes na vitória à revelia dos números que não lhes eram favoráveis. O tom das cartas – ora quase épico, ora trágico –, ilustra a partir de um viés bastante íntimo o que pensavam as lideranças paulistas do movimento que foi situado como “conservador”.¹⁰¹

É a primeira fase de um projeto que se transfiguraria algumas vezes nas décadas seguintes; no seio dessas posições declaradas em torno de um orgulho paulista, os seus ecos se fariam ouvir ainda por muito tempo, numa relação de causalidade não teleológica, no seio de contingências que criavam uma série de referências com potencialidades a devir em signos de cultura. Esse é o ponto onde a História que deseja diagnosticar o presente não pode deixar de notar o mapa encomendado pelos que lutaram pela “Revolução Constitucionalista” em 1932, onde a representação do território de paulista aparece representado como um país, com efígies de bandeirantes e referências a essa mentalidade identitária.

Um interessante fenômeno parece influenciar os indivíduos da elite da sociedade paulista nessa época, uma vez que demonstram em um breve espaço de tempo uma recuperação de perspectivas tradicionalistas de sua própria identidade – mesmo que nos anos vinte tenham sofrido uma disputa com as tendências modernizantes. Essa guerra civil aparece, no mínimo, como mais um elemento de construção de identidade. A partir de então adquiriria nuances de conciliar a modernização – representadas pela técnica e a indústria – e a tradição do pensamento e sentimento que remetia a um passado distante. Entre os paulistanos, a ideia de civilização deu uma guinada em alguns níveis, e várias temporalidades se encontraram no terreno das ideias e

¹⁰⁰ STALLYBRASS, Peter. **O casaco de Marx**: roupas, memória, dor. Tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

¹⁰¹ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012. p. 100.

subjetividades. Mutações como essa podem se dar no nível de uma Nação até o de vizinhanças; nesse caso, aconteceu em uma cidade brasileira – São Paulo.

As mutações e rupturas de pensamento que forjaram o regionalismo paulista, uma *comunidade imaginada*¹⁰² a partir do conflito com o restante do Brasil, devém da percepção do Outro enquanto espelho que reflete o inverso de si. Este é um elemento construído por mitos, a negação de noções temporais ou espaciais claras.¹⁰³ Essa “lira de Orfeu” não apenas embalou os sentimentos paulistas por um curto período de conflito, em 1932. Sua melodia adquiriu tons hipnóticos que se diluiriam, ganhando fôlego para se projetar para a frente, como que em missão dos argonautas em busca do pelego de ouro.¹⁰⁴ As convulsões desse período causariam a implosão das estruturas mnemônicas anteriores. Anhanguera, Domingos Jorge Velho e Raposo Tavares seriam tomados como elementos a constituir uma memória de uma cidade que se pensava enquanto “Nação das mais civilizadas do mundo”. Essa identidade imaginada faria principalmente os intelectuais de elite apostarem alto em suas verdades e na homogeneidade interna. Nisso se encaixa o próximo desdobramento do presente enredo. O que se mira especificamente nas páginas subsequentes são os esforços de reinvenção fortemente propalado por aqueles derrotados em 1932, nos quais se mudaram as armas e permaneceram muitas das intenções. O que se busca demonstrar é que, no campo de batalha das ideias, a luta pode ser também muito acirrada.

2.2. “A crítica intelectual torna-se política”¹⁰⁵

[...] o cinismo é a ironia com poder, ou a ironia no poder, e como a ironia é província do intelectual, um intelectual no poder tem o mesmo privilégio do tirano mais bem

¹⁰² ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

¹⁰³ Um debate sobre comunidades imaginadas foi protagonizado pioneiramente pelo historiador Benedict Anderson, no qual o autor argumenta que comunidades como as nações possuem data de nascimento em mito das origens imaginado e suficientemente divulgado. Esse imaginário é poderoso, uma vez que as pessoas que compõem tais comunidades passam a dar a sua própria história uma inteligibilidade linear, como se fosse uma “terra prometida” e de passado glorioso. Essa noção é recorrente no presente trabalho. Ver: ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

¹⁰⁴ Na mitologia grega, os argonautas foi um grupo de heróis – a exemplo de Hércules e Teseu – que saíram em busca de uma valiosa pele de carneiro feita de ouro. O personagem que Nicolau Sevcenko elege como metáfora para o seu livro, Orfeu, era um dos argonautas, responsável por motivar os heróis em dias de tediosos no alto-mar com o som da sua incomparável Lira.

¹⁰⁵ MOTA, Carlos Guilherme. **A ideologia da cultura brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica (1933-1974).** São Paulo: Editora 34, 2014. p. 157.

articulado de Shakespeare, que podia ser Ricardo III e ao mesmo tempo se observar sendo Ricardo III e dizendo que o que é não é e o que não existe, existe. E se maravilhando com ele mesmo.

(Luís Fernando Veríssimo – banquete com os deuses)

Até esse ponto, o personagem Júlio de Mesquita Filho serviu como fio condutor para a análise desse movimento dialético de ações e reações que permearam os anos vinte e penetraram na década seguinte. As forjas de mitos antagônicos que disputaram espaço na cena pública da época se expressam de maneira viva quando Mesquita Filho, ao lado dos seus correligionários, lidera um movimento contra o governo provisório de Getúlio Vargas vestindo, ele mesmo, as suas próprias mitologias.

A temporalidade aqui estudada se apresentou como um campo de batalha real e figurativo no qual se digladiaram projetistas de Brasil, tendo em punho as suas ideias cuidadosamente justificadas por argumentos bastante grandiosos. São Paulo, que apresentamos como “cidade mundo”, foi a ambiência de Júlio de Mesquita Filho quando encarnou um projetista de país. Viveu sobre uma atmosfera histórica que, por vezes, terminou sendo hostil às suas proposições ao ponto de ser mandado ao exílio. No fluxo dessas circunstâncias se tornaria um errante pelos próximos anos enquanto o que ficaria conhecido como a “Era Vargas” se consolidava como o projeto sociedade momentaneamente vencedor.

Passamos agora a nos debruçar por sobre os esforços interpretativos e construtivos da nação que estavam em ebulição constante durante o século XX. Uma questão de fulcral importância para os nossos estudos históricos atuais consiste nos debates deontológicos e os juízos de valores de época. Os rastros dessas dinâmicas se tornam evidências de disputas acirradas no campo das ideias. Seguindo as pistas metodológicas de Hans Ulrich Gumbrecht sobre latência e ambiência histórica, estudamos a seguir trechos de depoimentos de Darcy Ribeiro e Paulo Duarte e escritos de Júlio de Mesquita Filho, dirigente do Jornal *O Estado de São Paulo*, tendo este último como ponto de convergência e objeto central.

Estes intelectuais atuaram na *mise em scene* da construção de uma “consciência nacional” a partir das suas interpretações e formulações ideológicas. O texto problematiza os conceitos que preocuparam e mobilizaram os sujeitos de estirpe intelectual, bem como as suas maneiras de se inscrever no tempo estimulados por determinados *ethos*. Focamos, ainda, nos dispositivos

utilizados pelo personagem central para se inserir na ordem discursiva e regime de dizibilidade intelectual pretendido, a saber, o “charme da ciência” infundido nos enunciados da sociologia e nos significados da universidade.

A temporalidade que pensamos doravante não é fixa, e para uma mais eficaz análise das devidas transversalidade entre o pensamento dos personagens, percebendo a intempestividade de ser contemporâneo,¹⁰⁶ que não significa de maneira alguma apenas habitar o mundo dentro dos mesmos anos do calendário. Ao mesmo tempo que o texto que segue pode ser lido de maneira independente, também está conectado com os tópicos anteriores, já que o personagem central vive as ressonâncias de experiências que observamos durante a abertura da janela sobre as suas vivências e posturas no instável mundo que se fez presente na década de 1920, em São Paulo. Demarca, também, atravessamentos e relações conflituosas entre personagens da intelectualidade pertencentes a “grupos-geração” diversos.¹⁰⁷

No livro *Banquete com os deuses*, o literato, cronista e erudito brasileiro Luís Fernando Veríssimo – filho do romancista Érico Veríssimo – se ocupa em fazer comentários sobre obras dos mais variados gêneros da arte. Essa é a proposta que o título propõe abarcar: banquetear-se com os deuses, ou aqueles que são espécies de divindades em suas ocupações, de tão bem que desempenham seus papéis. Em uma das crônicas, tratando do tema dos intelectuais – que ironicamente o próprio autor é considerado um deles – faz uma consideração bastante ferina sobre o cinismo presente no meio da cultura intelectual. Esse cinismo estabelece referência ao diferencial do poder e aura concedida socialmente àqueles autorizados pelo pertencimento e reconhecimento social que faz vazar pelas frestas institucionais ou não um discurso autorizado. Nessa batalha semântica, o intelectual “no poder” caminharia rumo a certa tirania. Como as instituições de saber são “templos” que costumeiramente legitimam os intelectuais, a epígrafe acima tem a serventia de guiar a leitura desse tópico.

Iniciamos fazendo remissão uma entrevista com Sérgio Buarque de Holanda publicada originalmente pela *Folha de São Paulo* em 26 de junho de 1977, cujos interlocutores eram Tarso de Castro, Paulo Duarte, Moacir Amâncio, Miguel Fontoura e Sérgio Gomes. O título é sugestivo: “Os velhos mestres”. Tal entrevista discute a dinâmica educacional no contexto paulista de maneira específica, e brasileira de maneira geral. Os sujeitos acima demonstram preocupação pelos caminhos tomados recentemente pela universidade brasileira, vista por todos como um lugar do esclarecimento, então tomada pela ditadura civil-militar. A latência de ideias

¹⁰⁶ AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009. p. 58.

¹⁰⁷ MOTA, Carlos Guilherme. **A ideologia da cultura brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica (1933-1974)**. São Paulo: Editora 34, 2014. p. 152.

trazidas por esse pequeno texto permite um olhar amplo por todos os tempos misturados que veiculavam a essa aproximação ao *fin de siècle*. Talvez, instado por questões não tão distantes das que até os nossos dias inquietam, o tema das discussões em torno da universidade naquela época salta aos olhos. Em um presente em que existe uma profusão de narrativas e verdades a serem defendidas com tanto ardor, atentamos a esse passado onde “velhos mestres” estão a esgrimir os seus pontos de vista.

Moarcir Amâncio, sobre o desmonte da universidade no período dos governos militares, diz que o que mais foi prejudicado “foram as ciências sociais e a filosofia. Liquidaram com tudo”.¹⁰⁸ Ora, esse é um mote para lançar as vistas para o passado em busca de reflexões sobre os saberes, na altura do final da década de 1930 e os calorosos debates da cena intelectual que atravessaram o século XX.

Na primeira parte do presente tópico, colocaremos em análise duas entrevistas feita pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) no interior do projeto "História da Ciência no Brasil", desenvolvido entre 1975 e 1978 e coordenado por Simon Schwartzman. O primeiro é Paulo Duarte, referenciado por Carlos Guilherme Mota como um importante intelectual do pensamento social brasileiro,¹⁰⁹ entrevistado em 1977.¹¹⁰ Conforme demonstra Mota, Duarte ao lado de Mesquita Filho foram parte dos intelectuais que receberam a “missão francesa” na USP na década e 1930. Interessa-nos centralmente as impressões de Paulo Duarte como personagem que esteve próximo de Júlio de Mesquita Filho e manteve amizade por um extenso período da vida.

Na segunda parte, se fará presente a narrativa de outro nome muito conhecido no pensamento social brasileiro, Darcy Ribeiro. Os trechos em foco são sobre um encontro entre Ribeiro e Mesquita Filho para tratarem das concepções de universidade no Brasil, evidenciando-se enquanto objeto de litígio e um significante em disputa. É um depoimento conflituoso, com uma perspectiva mais agressiva do que a de Paulo Duarte.¹¹¹

Por fim, Mesquita Filho por ele mesmo, em 1939, quando se encontrava exilado pelo Estado Novo que então vigorava. Como já era um renomado jornalista, ligado a associações internacionais de imprensa, passa a colaborar com alguns periódicos estrangeiros. No caso que cá fazemos referência é o *La Prensa*, que no final da década de 1930 estivera organizando

¹⁰⁸ MARTINS, Renato. **Encontros**: Sérgio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009. p. 102.

¹⁰⁹ MOTA, Carlos Guilherme. **História e contra-história**: perfis e contrapontos. São Paulo: Globo, 2010. p. 48, 123, 178, 218, 259, 310.

¹¹⁰ DUARTE, Paulo Alfeu Junqueira de Monteiro. **Paulo Duarte II** (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 178p.

¹¹¹ RIBEIRO, Darcy. **Darcy Ribeiro** (depoimento, 1978). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 61 p.

dossiês sobre o tema das cidades universitárias na América Latina. Numa nota deste documento datilografado, consta que o texto que o brasileiro desterrado escrevera foi “o terceiro de uma série que o grande orgam da imprensa platina vem publicando sobre o problema da construção de cidades universitárias”, acrescentando que “vêm assinados pelas maiores sumidades sul-americanas no assunto”.¹¹² Essa descrição nos conduz a perceber a notoriedade adquirida no concerto de intelectuais que se esforçavam em consolidar projetos de pensamento social.

Sobre essas fontes, alertamos que se tratam de documentos obtidos por meio de depoimentos concedidos a um centro de pesquisa na década de 1970 e um artigo datilografado em um tempo bastante anterior ao daqueles – década de 1930 – portanto o trato dado aos ditos e escritos em questão não será necessariamente o mesmo rigorosamente dedicado às metodologias da História Oral, ainda que estejam implícitas as recomendações sobre a crítica das fontes. Apropriamos as proposições de Gumbrecht (1999) sobre a simultaneidade histórica e o texto de História poder “proporcionar uma ilusão de uma experiência direta com o passado” como “método” de presentificação e análise. A saber, o termo aparece com aspas pois o próprio autor se esquivava desse status epistemológico de método no sentido clássico, nomeando-o de “complexo de inferioridade tradicional” dos humanistas “em relação aos cientistas”.¹¹³

O depoimento de Paulo Duarte é uma entrevista temática realizada por Ricardo Guedes Pinto, contando com Tjerk Franken para o levantamento de dados. O roteiro foi elaborado por Patrícia Campos de Sousa. Na cidade de São Paulo, entre os dias 12 de abril e 13 de abril de 1977, foram gravadas 7h 50min de fala em seis fitas cassete. No ano de 2010, os áudios foram transcritos em 178 páginas. O projeto “História da ciência no Brasil” justificou a escolha do entrevistado por “sua atuação e atividades no Museu do Homem, em Paris, no Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, e no Instituto de Pré-História da USP” e dentre os temas abordados destacam-se “Armando de Sales Oliveira”, “Desenvolvimento Científico e Tecnológico”, “Educação”, “Ensino Superior”, “História da Ciência”, “Imprensa”, “Júlio de Mesquita Filho”, “Universidade de Brasília”, “Universidade de São Paulo” e “Universidade do Distrito Federal”.¹¹⁴

No início da história contada, Duarte fala longamente sobre como entrou em contato com as ciências e a sua carreira acadêmica nos dias iniciais da sua atuação na Universidade de

¹¹² FILHO, Júlio de Mesquita. **Cidades universitárias**. Documento pessoal do arquivo do jornal O Estado de São Paulo. Buenos Aires, 30 de novembro de 1939. p. 06.

¹¹³ GUMBRECHT, Hans Ulrich. Depois de aprender com a história. In: _____. **Em 1926: vivendo no limite do tempo**. Rio de Janeiro, 1999. p. 474.

¹¹⁴ DUARTE, Paulo Alfeu Junqueira de Monteiro. **Paulo Duarte II** (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 178p.

São Paulo, que fora fundada na década de 1930. É nesse ponto, da fundação da USP, que o personagem Mesquita Filho entra na conversa e se entrelaça com a história de Paulo Duarte. Segundo ele, sem Júlio de Mesquita Filho não poderia existir a universidade. Quando os dois se conheceram, ainda na década de 1920, Duarte aponta o que afirma ter sido algumas percepções daquela época:

[...] Aí fiquei conhecendo o pensamento do Júlio Mesquita. E o Julinho era um excelente sociólogo. Ele era, por assim dizer, um autodidata. Ele não teve uma carreira de Sociologia. Ele estudou na Suíça, onde fez a formação secundária dele. Veio da Suíça para São Paulo, e fez o curso da Faculdade de Direito.¹¹⁵

Conforme demonstrado por Carlos Guilherme Mota, os intelectuais no Brasil passaram a agir nos espaços vazios da prática política como um meio considerado estratégico no terreno das influências. Júlio de Mesquita Filho foi um sujeito cuja trajetória pessoal e intelectual esteve em sintonia fina com “uma certa ideia de Brasil”, com militâncias diversas. Citamos alguns exemplos – mapeados em texto anteriormente produzido, já citado:¹¹⁶ o envolvimento no “Movimento Constitucionalista” de 1932, que lhe rendeu um exílio; depois desse engajamento bélico e frustrado, a sua veia intelectual se faria presente em textos produzidos para os editoriais *Notas e Informações* no período que foi dirigente do *O Estado de São Paulo*, muitas vezes publicados posteriormente como livros. É digno de nota a sua correspondência com intelectuais brasileiros conhecidos como Monteiro Lobato e estrangeiros, como Fernand Braudel e Raymond Aron. Nos interessa saber pistas dos porquês dos esforços intelectuais de Mesquita Filho em definir “onde o Brasil”, conforme famoso verso de Carlos Drummond de Andrade; de quais cobertores esteve embaixo para sonhar o seu próprio país tropical e pátria; qual seria o índice de sucesso das suas conclusões.

É notória a existência de correligionários, conforme fica claro a partir do tom quase-épico de Paulo Duarte, fazendo uma certa elegia das intenções de Júlio de Mesquita Filho e as suas ferramentas sociológicas adquiridas autodidaticamente, fincadas em seus estudos na Suíça. Nesses embates intelectuais, as pistas de um “pensamento brasileiro” indicam a busca da forja de um tempo brasileiro, cujas bigornas retiniram violentamente a altas temperaturas – como veremos adiante através do depoimento de Darcy Ribeiro. Voltamos a citar Carlos Guilherme Mota, sob a justificativa de ter sido um historiador que se dedicou a desvendar as penumbras

¹¹⁵ Idem.

¹¹⁶ Ver: MACÊDO, Francisco Adriano Leal. **Nação como retórica**: a construção da ideia de Brasil por Júlio de Mesquita Filho (1932-1964). 2018. 115 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2018.

que residiam nas “ideias de Brasil”. Para Mota (2014), a ideologia da cultura brasileira se faz presente em diversos tipos de produção intelectual. Quando os esforços bélicos falharam em consolidar projetos, meios menos violentos e mais sutis poderiam ser considerados para “transformar o país”, ou afinar a melodia político-cultural sob determinado diapasão.

Stuart B. Schwartz também anota a existência do paradoxo do Brasil ser “tanto uma ideia quanto um lugar”, e que grupos de intelectuais de épocas distintas entraram, por seu turno, numa corrida para redefinir e reinterpretar o significado da “ideia” e remanejar a materialidade do “lugar”. Temos então a busca de um “verdadeiro Brasil”, flertando em cada momento com os diversos brasis, uma “estratégia argumentativa e discursiva” que significava uma projeção para o futuro. Em outras palavras, as cargas de sedução envolvidas para fazer parecer transcendente e definitivo um determinado Brasil, perpassavam por estratégias que tinham variados níveis: primeiro, estava implícito a existência de “verdadeiros brasileiros”; depois, tal narrativa tinha de se fazer o mais verossimilhante possível. Júlio de Mesquita Filho se lançaria nessa esgrima ideológica carregando como florete certas noções sociológicas e um projeto educacional. O trecho abaixo é sintomático desse esforço em se inserir em tal ordem discursiva:

Quando ele foi para o Estado, levou o germe da sua questão universitária. Da necessidade de uma universidade, porque ele era muito lúcido, tinha estudado muito bem. Ele era sociólogo, era um durkheimiano. Até eu dizia: “O Julinho é tão durkheimiano, que se amanhã apresentar-se um crepúsculo vermelho demais, ele diz: Não, aquilo não existe, porque Durkheim não previu. Ele era do grupo, foi ele que fez o Fernando de Azevedo durkheimiano. Fernando de Azevedo era durkheimiano também, até morrer”. Pois é, o Julinho, um dia lembrou de fazer um inquérito sobre o ensino em São Paulo. O ensino primário, o ensino médio, o secundário e o superior.¹¹⁷

Esse trecho indica um esforço de encaixar a universidade a ser criada em paradigmas científicos demarcados em torno de um mecanicismo bastante preciso, sem possibilidade de falhas. O modelo deveria ser rígido, para refletir a criação de uma pátria forjada pelas letras. Quando o entrevistador indaga Paulo Duarte acerca da finalidade de todos esses esforços para a criação de uma cidade universitária em São Paulo, menciona que num certo discurso de Mesquita Filho começa afirmando ter sido “vencido pelas armas” e justifica que a USP seria uma maneira de recuperar a “hegemonia perdida”. Essa provocação causa efeito, e Duarte admite prontamente que a criação da universidade era sim “um ato político”, acrescentando que

¹¹⁷ DUARTE, Paulo Alfeu Junqueira de Monteiro. **Paulo Duarte II** (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 178p. p. 21.

“[...] o sentido do discurso do Julinho é o sentido cultural, é a conquista do Brasil pela cultura. E a cultura estava na Universidade de São Paulo”.¹¹⁸

O historiador Fábio Leonardo Castelo Branco Brito escreve que, quando o tema é os intelectuais que pensaram a questão nacional em alguma dimensão, “em todos os textos, o Brasil que se buscava tinha sua forma marcada pelo passado”.¹¹⁹ Tratava-se de fundar um *horizonte de expectativas* para a Nação, um ser brasileiro. Mesmo quando esses projetos se opunham radicalmente, esses projetistas de Brasil se aproximavam no objetivo de elaborar “uma proposta de tempo” brasileiro. Os brasis pensados por Ariano Suassuna, Gilberto Freyre e Antônio Cândido se articulam não apenas na dimensão “científica, mas profundamente estética”. A dimensão estética que fascina, seduz e produz um certo efeito de verossímil. Essa era a “carga discursiva que o fabrica no território da linguagem”, inventando-o enquanto paisagem.

Dentro desses embates epistemológicos e estéticos para a definição da cultura e da sociedade brasileira, os seus representantes não estavam vinculados a apenas um espectro político. Fazemos cá essa conexão como demonstração que, de fato, as batalhas pela autoridade de dizer a cultura brasileira se articulam como prioridade vital por intelectuais de várias áreas e posições políticas. Quando Júlio de Mesquita Filho, cercado por nomes como o próprio Paulo Duarte e políticos como Armando Sales de Oliveira, se propõe a erigir uma universidade, o regime dos ventos aponta justamente na direção em que a fonte – o depoimento de Duarte – e o historiador que referenciei, Carlos Guilherme Mota, – situam as suas conclusões: o teor político explícito nos projetos que envolvem o saber, a ideologia latente em cada ato.

A seguir, Duarte é perguntado sobre de quem partia o ato político anteriormente enfatizado, se seria da “elite paulista”. A resposta obtida é que o Armando Sales de Oliveira, cunhado de Mesquita Filho, seria o arquiteto do ato político de conquista cultural. Nesse ponto, o relato do entrevistado ganha um tom particularmente interessante para efeito deste estudo:

[...] Tivemos, em São Paulo, o Armando Sales de Oliveira, que era realmente um homem excepcional, sob o ponto de vista de cultura, honestidade e de princípios. Ele se recusou a fazer um Governo totalitário em São Paulo, sendo um representante do Getúlio. Fundou uma Universidade; permitiu que se fundasse um Departamento de Cultura. Ele tinha os olhos voltados para a cultura, e teve ao lado dele o Julinho, que era um reacionário, não tem dúvida

¹¹⁸ Idem, p. 119.

¹¹⁹ BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco. **Visionários de um Brasil profundo**: invenções da cultura brasileira em Jomard Muniz de Britto e seus contemporâneos. Teresina: EDUFPI, 2018. p. 86.

nenhuma, mas um homem de alta cultura. E o Julinho foi a alma da Universidade, e o vigilante da Universidade, principalmente.¹²⁰

As referências a Armando Sales de Oliveira como político ideal, tendo Júlio de Mesquita Filho como escudeiro intelectual são intrigantes. Ligados por um elo de parentesco – com Sales de Oliveira tendo desposado da irmã de Mesquita Filho – dá um tom especialmente patrimonialista ao ideal de cultura que buscavam consolidar. Definido como a “alma da Universidade”, o paladino da cultura também é a introdução de ideias no interior das negociações com os projetos antiliberais. Essa proeza é realizada com a criação da Universidade de São Paulo, a partir da qual cultivou “todos os franceses e estrangeiros que passavam pela cidade cosmopolita”.¹²¹ Nesse interim, a vontade dos intelectuais que atuaram no tempo da “segunda República” em empreender uma mudança efetiva na sociedade representa uma profunda convicção, como que se auto atribuíssem uma tarefa heroica, uma missão.

Não podemos esquecer, todavia, as premissas envolvidas. O termo “reacionário” é utilizado por Paulo Duarte para definir Mesquita Filho, significaria acreditar que o labor das elites intelectuais fosse um trabalho solitário, aristocrático? É nesse escopo que a historiadora Maria Helena Capelato desdobra o seu livro *Os arautos do liberalismo*, tendo como objeto de pesquisa o jornal *O Estado de São Paulo* entre as décadas de 1920 e 1945, período em que Júlio de Mesquita Filho esteve na direção. Segundo a autora, “o intelecto despótico se transformou em instrumento de domínio de si e dos outros”.¹²² Os chamados “universais” – justiça e verdade, principalmente –, foram convertidos em espadas e escudos dessa *intelligentsia* que não hesitavam em empreender projetos dos quais as massas estavam excluídas, pelo menos a curto prazo; a justificativa que davam era que eventualmente todos seriam beneficiados pelo suposto progresso da nação.

Como não pretendo esgotar o longo depoimento de Paulo Duarte, algumas questões tratadas por ele podem ser olhadas por outra janela, da perspectiva de Darcy Ribeiro. O proeminente antropólogo, que ficou conhecido por não ser um adepto do pudor intelectual e da sisudez, mesmo falando de maneira lacônica sobre Mesquita Filho, é o suficiente para fornecer uma demonstração do clima reinante no encontro entre aquele envolvido na criação da USP e o que ajudou a fundar a UNB.

¹²⁰ DUARTE, Paulo Alfeu Junqueira de Monteiro. **Paulo Duarte II** (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 178p. p. 121.

¹²¹ MOTA, Carlos Guilherme. **História e contra-história: perfis e contrapontos**. São Paulo: Globo, 2010. p. 122.

¹²² CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Concedido em 1978, o depoimento de Darcy Ribeiro assemelha em muitos pontos ao de Paulo Duarte, no que se refere a proposta. Faz parte também do projeto "História da ciência no Brasil", sob a coordenação de Simon Schwartzman. Darcy Ribeiro foi um dos 77 cientistas brasileiros – de gerações diferentes – que foi entrevistado. Falou sobre sua vida profissional, o que significava atividade científica para ele, com ênfase no ambiente científico e cultural no país e a importância e as dificuldades do trabalho científico no Brasil e no mundo.¹²³ Na ficha técnica, a escolha do entrevistado é justificada por sua trajetória profissional: “Etnólogo, antropólogo, professor, educador, ensaísta e romancista, o entrevistado fundou o Museu do Índio, que dirigiu até 1947, e criou o Parque Indígena do Xingu”, bem como ter elaborado para a UNESCO “um estudo do impacto da civilização sobre os grupos indígenas brasileiros no século XX”. Consiste em uma entrevista temática, com o levantamento de dados feitos por Patrícia Campos de Sousa, realizada no Rio de Janeiro entre 15 de fevereiro a 22 de fevereiro 1978, com duração 2h 15min, ocupando duas fitas cassete. Em 2010, o áudio original foi transcrito para 61 páginas – versão a que tive acesso.

Mais uma vez, tomamos as definições de Carlos Guilherme Mota como baliza de compreensão. Sobre Darcy Ribeiro, Mota escreve que “só o tempo dirá, como sempre, se ficará na ala dos críticos da cultura ou na dos ideólogos”.¹²⁴ O antropólogo esteve envolvido em momentos cruciais de grandes reviravoltas no tecido político-cultural brasileiro, sendo, por exemplo, “um dos responsáveis pelo histórico Programa de Reformas de Base antes de 64, e ter sido dos poucos que resistiram concretamente aos golpistas civis e militares, até o último minuto”.¹²⁵ As suas militâncias aguerridas ao longo de boa parte da sua vida são inegáveis. Em *O povo brasileiro*, sua obra síntese, Ribeiro lança logo na introdução um petardo que é especialmente revelador sobre o seu estilo crítico ao elitismo brasileiro. Para ele, o “povo-massa” permanece “sofrido e perplexo”, vendo na ordem social que define como tirânica “um sistema sagrado que privilegia uma minoria contemplada por Deus, à qual tudo é consentido e concedido. Inclusive o dom de serem, às vezes, dadivosos, mas sempre frios e perversos e, invariavelmente, imprevisíveis”.¹²⁶ Nesse ponto, é notável uma afiada postura crítica.

Darcy, em mais de uma oportunidade, se definiu como um “homem de fé e de partido”. Não fazia grandes esforços para se passar por imparcial ou esconder o seu lugar social. Admitia

¹²³ Todas essas entrevistas se encontram publicadas no catálogo "História da ciência no Brasil: acervo de depoimentos / CPDOC", Apresentação de Simon Schwartzman (Rio de Janeiro, Finep, 1984).

¹²⁴ MOTA, Carlos Guilherme. Os dois Darcys. In: _____. **História e contra-história: perfis e contrapontos**. São Paulo: Globo, 2010. p. 208.

¹²⁵ Ibidem, p. 209.

¹²⁶ RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: companhia das letras, 2006. p. 22.

que poderia parecer “mais ousado nas interpretações do que o admite a cautela acadêmica”, mas acrescentava imediatamente que corria esse risco de bom grado com o propósito de ser um discurso “lucidamente participante”. Não apenas através de práticas discursivas operaria este intelectual; as práticas não-discursivas são claras, principalmente com a sua aproximação institucional, de maneira especial durante os mandatos presidenciais de Juscelino Kubitschek e João Goulart, adotando um estilo irreverente e “iracundo”. Fortaleceu uma narrativa antielitista “como marca mais saliente de seu discurso sobre o Brasil.”¹²⁷

É possível, transcorrido algum tempo desde a análise de Mota acerca de Darcy Ribeiro, arriscar uma afirmação sobre ter sido ele um ideólogo ou um explicador da cultura brasileira. Dado o acúmulo de informações, é possível entender Ribeiro como um intelectual orgânico que criticava um tipo de cultura vigente e, ao mesmo tempo, propunha uma outra – tornando-o um crítico e ideólogo. Esse breve perfil nos guia a melhor compreender os afetos envolvidos num encontro em mesa redonda entre Darcy e Júlio de Mesquita Filho para falar de temas que eram caros a ambos e apresentavam conclusões em muitos pontos conflitantes. Na entrevista concedida pelo “iracundo” Darcy Ribeiro ao CPDOC,¹²⁸ Mesquita Filho aparece representado em sua fala como parte daquela elite que combatia.

Existe uma dissonância fundante entre os alegados propósitos das Universidade de São Paulo (USP) e Universidade de Brasília (UNB). Ao mesmo tempo, o destino pretendido parecia bastante semelhante nas suas conclusões. Como pensador ligado a criação da instituição de Brasília, Darcy Ribeiro passa a definir, sob sua perspectiva, o que ela representava para o projeto de sociedade que habitava seus desejos:

Então, a Universidade de Brasília teve um efeito tremendo sobre o Brasil, porque ela apresentou uma tábua de valores, uma tábua de contraste. Uma universidade que podia ser uma universidade adequada para o Brasil, para dominar o saber, para cultivar o saber e para aplicar o saber. Colocando isto em pauta, se podia ver a loucura que eram as outras universidades. O entusiasmo que a Universidade de Brasília provocou nos meios intelectuais brasileiros que estavam descontentes foi tremendo. E, ao mesmo tempo, ela representou uma crítica severíssima à gente contente. Então, surgiram atitudes, desde as bobocas atitudes da Universidade de São Paulo que, com ciúmes, tinha falado mal de Brasília...¹²⁹

A vontade de intervenção efetiva de uma instituição, nas palavras de Ribeiro acima transcritas, é a busca de consolidação de contraponto às demais Universidades que então existia.

¹²⁷ BOMENY, Helena. Aposta no futuro: o Brasil de Darcy Ribeiro. In: BOTELHO, André. SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **Um enigma chamado Brasil**: 29 intérpretes e um País. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 343.

¹²⁸ RIBEIRO, Darcy. **Darcy Ribeiro** (depoimento 1978). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 61p.

¹²⁹ RIBEIRO, Darcy. **Darcy Ribeiro** (depoimento 1978). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 61p. p. 43.

A referida crítica a “gente contente” era o mote central, como uma maneira de dizer que seria um instrumento de franco ataque às tradições. Nesse ponto específico – e poderemos atestar nas próximas páginas – fica bastante evidente do porquê do encontro entre Ribeiro e Mesquita Filho ter sido conflituoso. O caso é que essas batalhas discursivas moviam tantos afetos quanto as bélicas, pois eram contendas entre filosofias pessoais que permitem entrever o espírito de sujeitos que foram contemporâneos em franco combate. Nessa busca de recuperação/criação de horizontes e fundição de uma proposta de tempo, e uma “tábua de contraste” no plano do “cultivo do saber”, os antagonismos pululam. As representações de mundo são muitas e implicam, dentre outras, um lugar social que vai influenciar diretamente nos esforços de classificar entre si os objetos visíveis e as suas respectivas conclusões.¹³⁰

Com efeito, o momento seguinte ao trecho de entrevista supracitado, Ribeiro começa a contar as suas impressões sobre o encontro com Júlio de Mesquita Filho em uma ocasião para falarem dos temas caros à produção de saber no país. Esse fragmento da entrevista demonstra como os antagonismos e as diferenças se operaram, quando Darcy Ribeiro não poupa adjetivos para asseverar as suas intensas discordâncias ao projeto político da Universidade de São Paulo e buscava colocá-lo em dúvida:

[...] Aí há um episódio muito gozado. Fui uma vez a São Paulo para fazer uma conferência a quatro mãos, ou a duas bocas, com o Júlio de Mesquita Filho, que era o diretor do Estado de São Paulo e que hoje tem o nome na Universidade de São Paulo. O Júlio de Mesquita Filho foi uma espécie de patrocinador da USP. E ele, embora fosse um tipo, assim, com um certo interesse cultural, era uma espécie de ditador, também, da vida universitária. **O Estado de São Paulo ajudou, apoiou, mas também exigiu muita coisa.** Por exemplo, ele chegou a fazer a maravilha de colocar o aio dos filhos dele, o professor de repetição de curso primário, que era um débil mental, chamado Laerte Ramos, na universidade de São Paulo. E esse Laerte, porque era aio da família Júlio de Mesquita quando nós caímos em Brasília; quando saiu o Zeferino Vaz, que era um homem competente – é que foi chamado para enterrar a Universidade de Brasília. Esse homem foi quem quebrou a louça, quem liquidou os professores, quem expulsou 200 e tantos professores da Universidade de Brasília. Foi esse imbecil, que era aio dos Mesquita. Então, estive com o Júlio de Mesquita para fazer uma conferência, e o Júlio Mesquita trouxe a conferência escrita no bolso, e ficou meio constrangido, porque **a conferenciuzinha dele era para dizer como o Armando de Salles Oliveira tinha criado a Universidade de São Paulo e a maravilha que era a Universidade de São Paulo. E eu falaria da maravilha que era a Universidade que eu estava fazendo em Brasília.** Aí, eu, ao invés de falar disso, comecei a contar a história da Universidade de São Paulo, dizendo que o Armando de Salles Oliveira e o grupo Júlio de Mesquita podiam ter tido uma

¹³⁰ Análise guiada por alguns postulados de Michel Foucault, notadamente no seu livro *As Palavras e as coisas*. Ver: FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins fontes, 1999. p. 173.

grande influência, mas não tiveram porque foram vencidos pelas grandes escolas. Eles quiseram, como Anísio Teixeira, fazer uma universidade integrada, mas as grandes escolas jamais admitiram que seus alunos passassem pela Faculdade de Filosofia para fazer o curso de Matemática ou qualquer outra coisa [...]

Ele ficou com a cara no chão, porque não pôde ler o discurso dele. Fez só algumas observações, porque, realmente, estava sem discurso. E, de certa forma, era verdade o que eu dizia, que Brasília retomava, não a ideia do Armando de Salles, mas o espírito que informou aquilo, que era criar uma universidade integrada. A Universidade de Brasília, ao ser proposta, provocou ciúmes em São Paulo – que era a melhor atitude, ainda. Ciúme competitivo, bom. Essa emulação que ocorre entre as instituições científicas, que é uma coisa grata, boa. Mas provocou irritação, ciúme, raiva, em quantos catedráticos imbecis e ruins havia nesse país [...].¹³¹

Esse trecho da fala de Ribeiro parece confirmar a sua própria “narrativa do eu” ou a sua vontade de verdade sobre si mesmo, especificamente no que se refere a ser ele um “homem de fé e partido”. Também dá a impressão de desvelar o seu estilo “iracundo”. Textualmente, o que temos é um homem contando uma experiência intensa em meio a uma conferência. Se lida a contrapelo, trata-se da fala de um sujeito defendendo um ponto de vista e colocando-se como o desbaratador de um discurso apologético do “patrocinador da USP” Mesquita Filho e combativo com os seus métodos administrativos. Se feito um exercício de arqueologia dos saberes que os intelectuais que são personagens desse texto cultivavam, é possível encontrar pistas de como os saberes dessa época efervescente de criação de universidades no Brasil se constituíram. Nessa arqueologia possível, inferimos que os diversos esforços de organização dos centros de saber se constituíram em *diferenças* que tornavam possível erigir uma identidade, focando de maneira notável no afastamento de perspectivas e desconsiderando suas vizinhanças e semelhanças.

Em referência livre ao que Freud escreveu sobre o que falar de alguém revela do sujeito em si, Darcy Ribeiro entrega uma posição bastante dura sobre os projetos educacionais que se buscava implantar no Brasil em meados do século XX. Curiosamente, o longo trecho acima apresenta semelhanças ao seu conhecido argumento sobre a crise no sistema educacional brasileiro ser um projeto, um projeto de elite que desejava sucatear e manter as classes subalternas na obscuridade, sem acesso ao pensamento crítico. O que se apresenta nessa narrativa sobre a referida conferência é um claro antagonismo de Ribeiro em relação àqueles apresentados pela Universidade de São Paulo, da qual Júlio havia sido “patrocinador” ao lado de Armando Sales de Oliveira. Este último participou ao lado de Mesquita Filho dos conflitos

¹³¹ RIBEIRO, Darcy. **Darcy Ribeiro** (depoimento 1978). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 61p. p. 43-44 (Grifos nossos).

do movimento constitucionalista de 1932. O nativismo paulista, ao que tudo indica, estava entranhado profundamente nas artérias desses dois sujeitos-signos. Por outro lado, Darcy Ribeiro era natural de Minas Gerais, aquele estado da federação que havia sido considerado “traidor” do movimento paulista. A possibilidade das belicosidades e ressentimentos desse encontro fugaz entre o paulista e o mineiro ter sido uma contenda de regionalismos é bastante alta, uma possibilidade histórica possível, mesmo que não tenha sido evidenciada diretamente pelos envolvidos.

Nesse contexto de debates retóricos acerca do tema da nacionalidade e flertaram com os nativismos, os jornais foram veículos privilegiados para a ancoragem daqueles. Ser proprietário de um significava o manejo de um manancial discursivo, como veremos a seguir. Era exatamente Júlio de Mesquita Filho o dirigente e membro da sociedade anônima que detinha as ações de um jornal. Em que medida esse sujeito buscou ampliar a sua influência no seio do mundo intelectual?

O Estado de São Paulo já foi tomado como objeto de pesquisa histórica pelas historiadoras Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, reunidos no livro *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal “O Estado de São Paulo”*.¹³² Esse trabalho conjunto, escrito no final da década de 1970 está ganhando uma nova juventude, uma vez que o destino desse texto transcende as ambições originais das autoras – partindo de um contexto específico –, passando a pedir novas abordagens. Desta feita, as estudiosas supracitadas mapearam que os discursos de *O Estado de São Paulo* eram expressões de vozes das elites dominantes que se dirigiam a grupos sociais que desejavam representar e/ou convencer. Essas elites dominantes seriam “as classes proprietárias – sem distinção de frações ou grupos específicos –, isto é, a visão daqueles que defendem a manutenção das estruturas econômico-sociais vigentes”. Em outras palavras, segundo Capelato e Prado, a direção do jornal veio de uma tradição conservadora.

Darcy Ribeiro adjetivou Mesquita Filho de “patrocinador da USP”, acrescentando que se tornaria uma “espécie de ditador” da vida universitária. Quando o tema era as configurações de universidades, é salutar compreender o que pensava ele sobre. É uma ideia bastante compartilhada nos postulados da Filosofia da História que o conflito está sempre presente nas estruturas sociais. Um espelho desse fenômeno, mesmo que desfocado e traduzido em suas respectivas linguagens, se apresenta nas paixões presentes nos trechos de depoimentos anteriores, contados em tons de “era uma vez”. Lembramos, todavia, que esses depoimentos

¹³² CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino: Imprensa e ideologia no jornal “O Estado de São Paulo”**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.

não são, na expressão benjaminiana, “uma imagem eterna do passado”.¹³³ Esclarecendo que não existe a pretensão de tornar o já citado artigo escrito por Mesquita Filho para o *La Prensa* essa imagem eterna do passado. A tomamos como uma “centelha” através da qual é possível acessar uma certa empatia¹³⁴ com aquelas possibilidades históricas que habitavam as ideias desse personagem, sempre parcialmente (ir)realizadas. Escrevendo nesse mote de definir o destino das ciências, sua utilidade e seus lugares propagação, diria que:

[...] A mais rigorosa unidade assim intelectual como moral caracterizava a vida desses ilustres centros de alta cultura [o que considerava os maiores centros de saber ao redor do mundo]. Como é sabido, essa unidade era ainda fortalecida pelo fato de ter sido durante séculos o latim a única língua não somente admitida nos cursos, mas ainda nas obras impressas, o que fazia das universidades e dos homens cultos da época uma espécie de sociedade internacional pairando acima das diferentes nacionalidades.¹³⁵

Esse trecho leva a possibilidades bastante particulares de interpretação. Remete a ideias como “alta cultura” e transcendências ligadas a concepções de nação. Júlio de Mesquita Filho passa a concentrar suas ações dentro das possibilidades de recuperação dos destinos de um país ao qual desejava ofertar um projeto, e seduzido por determinada utopia. O que, historicamente, possibilitou imaginar uma nação? Segundo Benedict Anderson, essa questão se divide em aspectos diversos relacionados a derrocada concepções culturais muito antigas: a primeira da lista é a ideia que uma língua antiga – como o latim – que fornecia o acesso à verdade ontológica. A questão do Latim é mencionada no trecho acima transcrito, fortalecendo a hipótese de estar este intelectual buscando uma realidade nacional, já que essa ideia por muito sustentou as comunidades nacionais.¹³⁶

Essas ideias proporcionavam aos seres humanos um sentido superior, enraizando a sua existência à natureza das coisas. Em outras palavras, eram anódinos que tornava suportável as fatalidades e contingências cotidianas, como servidão, a morte e a perda. Aos poucos, essas perspectivas redentoras/consoladoras foram entrando em declínio sob impacto da economia, “‘descobertas’ (sociais e científicas)”, desenvolvimento dos meios de comunicação cada vez mais rápidos. Tudo isso levou a uma “clivagem entre cosmologia e História”. A nação surge como outra entidade transcendente que pudesse unir “fraternidade, poder e tempo”. O

¹³³ BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 250.

¹³⁴ Ibidem, p. 244.

¹³⁵ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Cidades universitárias**. Documento pessoal do arquivo do jornal O Estado de São Paulo. Buenos Aires, 30 de novembro de 1939.

¹³⁶ ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 50.

capitalismo editorial, segundo Anderson, foi um dos principais elementos para que as pessoas “viesses a pensar sobre si mesmas e a se relacionar com as demais de maneiras radicalmente novas”. Nesse esforço de aferir a importância das cidades universitárias, um certo fim se fazia presente:

Tal qual hoje se observa havia idêntica troca de conhecimentos entre os grandes centros de cultura. Com o progresso das ciências, porém, essa unidade se foi pouco a pouco rompendo. À medida que a inteligência humana ia devassando mais profundidade os mistérios da natureza e que, em consequência, se dilatavam os horizontes do ensino, novos institutos se foram criando e passando a funcionar fora da órbita e dos domínios das universidades.¹³⁷

Em resumo, o desejo de unificar novamente os saberes sob a batuta de uma cidade universitária consistia em produzir uma narrativa de sacralidade. Imaginar e consolidar uma comunidade. As referências culturais a que Mesquita Filho demonstrava estar agarrado levavam a uma cosmogonia de saberes que canalizavam ordens discursivas que se dividia entre fazer apologias e críticas. Como escreveu Edward Said, “cada região do mundo produziu seus intelectuais, e cada uma dessas formações é debatida e argumentada com uma paixão ardente”, o que explica, por exemplo, a rivalidade expressa entre as concepções de Darcy Ribeiro e Júlio de Mesquita Filho. Ainda para Said, “não houve nenhuma grande revolução na história moderna sem intelectuais; de modo inverso, não houve nenhum grande movimento contra-revolucionário sem intelectuais”, e o fato desses contemporâneos se aproximarem e se afastarem em suas convicções dependem de quais movimentos históricos estiveram filiados ou tiveram sua simpatia, já que “os intelectuais têm sido os pais e as mães dos movimentos e, é claro, filhos e filhas e até sobrinhos e sobrinhas”.¹³⁸

É razoável admitir que os devires humanos estão fortemente marcados pela imagem de fim, configurada pela própria mortalidade dos sujeitos. Essa narrativa apocalíptica ganha tons mais dramáticos quando existem rupturas históricas significativas, impelindo a inteligência a criar novos começos, escavar novas passagens em labirintos que parecem ter sido obstruídos por desmoronamentos violentos. Após o mergulho de Mesquita Filho nas ondas dos “frementes anos 20” e a busca de recuperar a estabilidade em meio a névoa que se adensava na “noite longa

¹³⁷ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Cidades universitárias**. Documento pessoal do arquivo do jornal O Estado de São Paulo. Buenos Aires, 30 de novembro de 1939.

¹³⁸ SAID, Edward W. **Representações do intelectual**: as conferências Reith de 1993. Tradução Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 25.

e exasperante”¹³⁹ através do estado de enfrentamento – expresso através do engajamento intenso no “movimento constitucionalista de 1932” –, a vida continuou perigosa para o proprietário do grande jornal paulista. Conheceria, então, a experiência do desterro, documentada longamente na correspondência em tom angustiado que manteve com sua família. Pressionado a reinventar novos começos, passou a enxergar na intervenção intelectual um terreno de luta mais eficaz do que as armas.



Figura 6: Júlio de Mesquita Filho, Luiz Piza, Armando de Sales Oliveira e Marina V. de C. Mesquita no navio durante o exílio. 03/11/1938 (“Álbum exílio”, Acervo Ruy Mesquita Filho).

Quando escreveu esse texto, em 1939, se encontrava no segundo exílio. O Brasil estava sob regime de exceção, sob a batuta de Getúlio Vargas. A criação da USP, universidade que Darcy Ribeiro denunciou como tendo sido penetrada pela vida pessoal de Mesquita Filho, tinha se dado alguns anos antes, logo após o seu retorno do primeiro exílio. A parceria com o seu cunhado, Armando Sales de Oliveira (acima, na figura 6), se apresentava como um admitido revide às recentes derrotas no campo político. Os sujeitos que figuram na imagem acima, em especial Júlio, representaram o “verbo engravatado” em busca de definir as fronteiras do Brasil, seguindo certos projetos. Passadas essas experiências como intelectual idealizador de universidade, passou a ser considerado como uma autoridade no assunto e convidado para escrever para um órgão de imprensa estrangeiro. As suas conclusões apresentam um tom apaixonado:

¹³⁹ SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole:** São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: companhia das letras, 1992. p. 313.

Se tivermos bem em mente o espírito geral que em vimos procurando explanar o que entendemos constituir o fundo e a forma do problema universitário, chegaremos logicamente, a conclusão de que um único estilo poderá ser adotado na edificação da cidade: aquele que lembre a todos os momentos tanto a estudantes como a professores as origens ibéricas da nacionalidade. Uma universidade valerá pelo espírito que nela venha palpitar, pelo poder nacionalizador de que se mostre capaz, pela fé nos destinos da nação que saiba instilar no coração da juventude. A ciência, bem o sabemos, em si mesma, não conhece fronteiras. Não é menos verdade, porém que o valor de um povo se mede antes de tudo pelo respeito e pelo amor que saiba dedicar às suas origens, às suas tradições. Se isso constitui um imperativo absoluto para todos os países sem exceção, muito maior o será para os que, por circunstâncias especiais, se vêm procurados por volumosas correntes emigratórias de todos os matizes, como acontece tanto com a Argentina como com o Brasil. Por isso mesmo, impõe-se às suas elites não perder jamais a ocasião de afirmar bem alto a mais intransigente fidelidade ao passado. E que melhor maneira de significar absoluta solidariedade com os nossos maiores do que construir a cidade universitária de tal modo que se lhes fosse dado volver do seio da eternidade, onde descansam, se sentissem dentro de seus muros como em suas próprias casas?¹⁴⁰

Após a eloquente argumentação sobre o propósito da universidade, notamos alguns pontos especialmente dignos de nota, como a passagem que se refere a “as origens ibéricas da nacionalidade”, apontando que este seria a direção para a qual os projetos políticos pedagógicos deveriam apontar. É notável que todo esse enunciado parece ser dirigido às elites, indicando o que estas não devem esquecer. A conclusão se apresenta como uma pergunta retórica que sela em definitivo o seu esforço de definir “um novo começo” que é, ao mesmo tempo, uma “intransigente fidelidade ao passado”. Uma fina ironia se faz presente nesse ponto chave, convergindo entre desejo de criação e busca de uma tradição, remetendo a uma concepção de tempo cíclica. Essas questões se ligam a outras que seriam recuperadas bem mais tarde, a serem discutidas em tópicos do segundo e terceiro capítulos, a saber, a construção de argumentos intelectuais que arredondassem a trajetória enquanto sujeito. Isso fica demarcado nitidamente nos *Ensaio Sul-americanos*, analisado em tópico do próximo capítulo.

As problemáticas supramencionadas se debruçam em torno de um ideal de universidade que, no limite, é possível compreender como uma “sedução” compartilhada por sujeitos intelectualizados de geração distintas, que amealharam o discurso do poder canalizado através de instituições universitárias. Seja na perspectiva de Jean-François Sirinelli, na qual as gerações de intelectuais ocupam escalas móveis de tempo e se concatenam uma na outra,¹⁴¹ ou naquela pensada por Carlos Guilherme Mota dentro do seu longo recorte de estudos entre a década de

¹⁴⁰ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Cidades universitárias**. Documento pessoal do arquivo do jornal O Estado de São Paulo. Buenos Aires, 30 de novembro de 1939.

¹⁴¹ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996. p. 231-269.

1930 e 1970,¹⁴² é possível definir afecções comuns e dissidentes entre os sujeitos Darcy Ribeiro, Paulo Duarte e Júlio de Mesquita Filho, cada um sonhando brasis ideais a partir dos seus pontos de vista. Os olhares sobre si mesmos, sobre os outros e instituições revelam pontas discursivas que afunilam para pontos comuns.

As ressonâncias desses processos de disputas simbólicas e intelectuais se fazem presentes na entrevista já citada – “os velhos mestres” – na qual um dos personagens que constam aqui nessa seção, Paulo Duarte, está entre o time que conversa com Buarque de Holanda. Entre outras questões, conversa-se sobre os devires pelos quais passavam a Universidade de São Paulo, vista a partir do interior da ambiência histórica do ano de 1977, conjuntura sombria da Ditadura Civil-Militar, como decadente e desviante dos propósitos “originais”. Aí está representado um certo pessimismo compartilhado entre intelectuais dissidentes ou não perante a truculência de um regime autoritário. A certo ponto da entrevista, Tarso de Castro demonstra uma inquietação acerca do *O Estado de São Paulo* ter sido apoiador do golpe de 1964 e mesmo assim, contraditoriamente, ter o apoio de muitos intelectuais, o que é redarguido por Paulo Duarte nos seguintes termos:

[...] sou do *O Estado*, eu trabalho no *Estado* há 57 anos. Sou do *Estado de São Paulo* e não sou *persona non grata* lá não. [...] e principalmente da família Mesquita, que tem uma influência enorme dentro do *O Estado de São Paulo*, eu sou queridíssimo. [...] Pois bem, foi o seguinte, quando veio o governo do Jango, isso trouxe pânico ao Julinho [Júlio de Mesquita Filho], que era o cabeça do *O Estado de São Paulo*. Era um homem muito inteligente e um homem muito correto.¹⁴³

A isso, Sérgio Buarque de Holanda responde laconicamente, sobre Júlio, o seguinte: “Mas era menos avançado do que que o velho Júlio Mesquita” [pai de Júlio de Mesquita Filho], indagando a seguir: “O Primeiro Júlio Mesquita: e vai piorando de geração em geração”. Essas questões que estavam sendo discutidas a 13 anos passados após o abril de 1964, enunciavam que, algumas vezes, os sonhos intelectuais derraparam perante a imprevisibilidade do escoar vertiginoso da História, no exemplo de Júlio de Mesquita Filho que, certamente sem o desejar, deixara essa marca indesejável para tantos por análises que podem ser vistas como falhas. Esse seu envolvimento no caso que contribuiu para levar o *status quo* político-social brasileiro a condições adversas a suas próprias militâncias intelectuais será discutido em tópico do terceiro capítulo sobre o seu “roteiro da revolução”.

¹⁴² MOTA, Carlos Guilherme. **A ideologia da cultura brasileira**: pontos de partida para uma revisão histórica (1933-1974). São Paulo: Editora 34, 2014.

¹⁴³ MARTINS, Renato (Org.). **Sérgio Buarque de Holanda**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

Júlio de Mesquita Filho foi situado acima como um personagem em torno do qual uma dinâmica intelectual se delineou sensivelmente e os relatos sobre ela chegaram aos nossos dias por meio de seus contemporâneos. Seja por palavras datilografadas no apagar das luzes da década de 1930, ou ditas quase quarenta anos depois, conceitos caros a esses sujeitos se imprimem intensamente, às vezes com notável ferocidade. Dentro de uma lógica histórica contingente, os três assujeitados a estar-nos-mundos do século XX que são personagens desse texto se engajaram a explicar o Brasil, projetar um tempo. Essa projeção, que era mestiça de interpretação e crítica, era também ideológica na medida que partia de lugares e interesses diferentes e seus enunciadores desejavam ser vencedores em suas respectivas ideias. O país como enigma a ser desvendado era,¹⁴⁴ por igual, visto como uma tábula-rasa a ser preenchida de significados.

Júlio de Mesquita Filho, um explicador e diagnosticador do Brasil a partir do discurso jornalístico e sociológico-universitário, pensa longamente os seus supostos ancestrais como inspirações de civilidade e civilização. A Universidade de São Paulo surge como “morada dos ancestrais”, mas com vestes modernas e afrancesadas. Todavia, lembrando o trecho de Grande sertão: veredas, “no real, as coisas acabam com menos formato, nem acabam”. Tal metáfora nos serve para pôr em suspeição esse construto nacional gelatinoso, cujas múltiplas faces já são esculpidas há quase dois séculos por muitos artistas diferentes. Essa é uma “sedução dos trópicos”, inteligível o bastante para produzir certa verossimilhança, mas que não abrange tudo nem capta uma realidade sagrada *per se*.

Júlio de Mesquita filho pode ser pensado como um observador atento do seu tempo e, de certa forma, buscou construir a partir de si mesmo, sujeito imanente, um arcabouço de ideias que legitimasse a própria ideia de Nação. A trajetória de um sujeito que, contraditório como manda a condição humana, vislumbrou um país ideal que foi fruto das suas experiências. O “caráter nacional” e a “invenção de um povo” se legitimam na palavra escrita e ações práticas, e nesse capítulo observamos ambos os esforços. Esses engajamentos se efetuaram a partir dos encontros e desencontros com diversos dos seus contemporâneos, definindo o sentido geral da sua trajetória. A busca da imagem do pensamento sobre o Brasil, que se construiu solidificando os lugares comuns mais eficazes ou menos concretizados parte, em grande medida, de desejos.

O esforço em produzir as narrativas se aproximam das universidades por serem centros de poder, uma fonte de produção de enunciados sociológicos, filosóficos, então encarados como

¹⁴⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Um enigma chamado Brasil**: 29 intérpretes e um País. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

profundamente políticos. Via-se que esse instrumento poderia ser apropriado para cimentar uma certa visão de mundo, daí as ironias propaladas por Darcy Ribeiro sobre Júlio de Mesquita Filho, já que a participação na criação da instituição teoricamente abriria portas para que esse sujeito arrogasse o direito de deliberação. Essas interpretações, se comparadas a “evangelhos” da cultura brasileira que pretendiam se tornar canônicos, muitas vezes se tornariam livros de *revelações apócrifas*.¹⁴⁵ Nessas tentativas de recortar o palco cultural segundo vontades individuais – o nativismo, no exemplo de Mesquita Filho – fica em evidência os formigamentos dos começos de uma inteligência que criava e ao mesmo tempo “descriava”.¹⁴⁶ Em outras palavras, esses intelectuais penetraram nas brechas da política, e conforme nos lança a epígrafe que abre esse tópico, se atribuíram o privilégio dizer “que o que é não é e o que não existe, existe”, utilizando a ironia como poder.

Busquei explorar a partir desses exemplos históricos de tentativas de organização da realidade. Admitindo a dimensão política da cultura e, em referência ao subtópico sobre a guerra civil, creio ter demonstrado com alguma efetividade as potências de ligação entre estes dois aspectos que, por seu turno, continuarão a ser exploradas nos capítulos e tópicos seguintes. A inversão foucaultiana do princípio elaborado por Carl Von Clausewitz sobre os estados de guerra e da política faz sentido nesse contexto, na medida em que aspectos culturais (que são políticos) se ligam a questões bélicas de maneira íntima: quando Clausewitz afirmara que a guerra era um prolongamento da política, Foucault argumenta que a política é uma forma de guerra; apresentamos que as atitudes de guerra civil e de disputa cultural tem um fluxo comum de intensidades.

Recapitulando de maneira breve, propus uma análise em primeiro plano de elementos do clima de uma época e as suas transformações no palco onde o sujeito-signo Júlio de Mesquita Filho se inseriu. Logo após isso, o estado de guerra civil aponta para elementos e paixões que demarcam sensivelmente a mentalidade de um regionalismo, transmutado em nativismo, em que Júlio foi fervoroso partícipe. Uma vez derrotado, o movimento entre mortos e exilados, ressurge das cinzas sob outro formato. Dessa vez, a contenda seria intelectual e institucional. As forças em ebulição nos anos trinta rechaçam, dentre outros, Mesquita Filho e Armando Salles de Oliveira. Seriam novamente exilados.

Finalizamos o capítulo com uma imagem (figura 7) que demarca bem o lugar social de Júlio e de onde partiam as suas militâncias e a constituição subjetiva, intelectual e humana:

¹⁴⁵ BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco. Op. cit. p. 307

¹⁴⁶ AGAMBEN, Giorgio. **Bartleby, ou da contingência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p.35-43.

mesmo em tempos de ostracismo, viajaria em confortáveis camarotes “réservé aux passagers de première classe”,¹⁴⁷ como pode ser lido na placa fixada no navio da imagem abaixo. O enquadramento do retrato não é inocente, e resume em grande medida as intenções daqueles que desejaram projetar o *seu* Brasil. A guerra se impõe, uma guerra pela “alma” do Brasil, o caráter nacional. As guerras pela alma, dada a importância que o homem ocidental deu à metafísica, costumam ser das mais acirradas. Derramando-se sangue ou não, os afetos e desafetos são uma constante.



Figura 7: Júlio de Mesquita Filho, Luiz Piza, Armando de Sales Oliveira e Marina V. de C. Mesquita no navio durante o exílio. A placa na parte inferior esquerda da fotografia, em francês, diz: “reservado aos passageiros de primeira classe”. 03/11/1938 (“Álbum exílio”, Acervo Ruy Mesquita Filho).

No capítulo seguinte a este, buscarei adicionar linhas de compreensão nas questões que já foram levantadas, bem como apontar alguns dos *começos* e pontos de partida desses acirrados debates que levaram estes brasileiros engajados por uma certa sedução cultural a “acordarem para brigar de novo”, na expressão de Drummond. Acompanharemos algumas “impressões tropicais”; notas retóricas e de desejo daqueles que vislumbram o Brasil como um corpo desnudo de significado, e buscam emprenhá-lo e produzir rebentos que são, em grande medida, motivos de discórdia. No campo das ideias e dos discursos, os projetistas-ideólogos de Brasil são como uma cebola de muitas camadas cujo centro existe apenas na medida em que alguém lança uma perspectiva. Outra imagem sugestiva é a de um labirinto sem fio de Ariadne. Em outras palavras, estaremos no encalço das pegadas daqueles que ansiavam por fazer uma

¹⁴⁷ Tradução do francês para o português: “Reservado aos passageiros da primeira classe”.

“Cultura brasileira” supostamente ausente tomar formas de natureza e essência. Seguimos histórias e estórias daqueles que, de uma maneira ou de outra, buscaram traçar uma certa ordem no seio do caos e da confusão de uma Babel Latino-Americana.

3. JANELA SOBRE IMPRESSÕES TROPICAIS: projetistas de Brasil entre as décadas de 1920 e 1960

O grande jogo da História será de quem se apoderar das regras, de quem tomar o lugar daqueles que a utilizam, de quem se disfarçar para perverte-las.

(Michel Foucault, *Microfísica do poder*).

Multiplicaram-se os princípios abstratos com os quais pudessem vestir seus próprios interesses. [...] Em verdade o racionalismo excedeu seus limites somente quando, ao erigir em regra suprema os conceitos assim arquitetados, separou-os irremediavelmente da vida e criou com ele um sistema lógico, homogêneo, a-histórico.

(Sérgio Buarque de Holanda – *Raízes do Brasil*).

Todos os conceitos em que, do ponto de vista semiótico, se congregue todo um processo, esquivam-se à definição: só o que não tem história é definível.

(Friedrich Nietzsche – *Obras incompletas*).

Começo com um panorama. Ocorreu que, no alvorecer do século XX, buscas incessantes de interpretar o Brasil ganharam visibilidade. Isso aconteceu, em grande medida, a partir da ideia compartilhada de que existia uma grande dificuldade de os brasileiros lidarem com os modelos de República e sociedade.¹⁴⁸ O lugar-comum que ocupava essa missão seria a inexistência de um senso de comunidade ou de identidade nacional. Essa problemática passou a ser pensada por muitos como tarefa para a elite intelectual,¹⁴⁹ tanto no campo das ciências sociais e políticas, quanto daqueles que se interessavam em pensar a cultura. Essa busca era

¹⁴⁸ Para Stella Bresciani, o principal mote dos intelectuais que pensavam a formação do Estado-Nação brasileiro no século XX era definir um modelo de República funcional. O seu objeto de pesquisa é o cientista social Oliveira Vianna, mas perpassará por outros pensadores que se propuseram a essa “missão”. Ver: BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

¹⁴⁹ José Carlos Reis, em seu livro *As identidades do Brasil*, elabora um panorama sobre as pretensões de *descobrir* uma identidade brasileira. Os objetos de pesquisa que Reis abarca, como sugere o título, compreende desde Varnhagen no século XIX até Fernando Henrique Cardoso, no final do século XX. Ver: REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

profundamente política e poética. Nessas esferas, o que estava em disputa era conformar uma certa *realidade* para o país, que acreditava-se estar esvaziada numa pluralidade de significados dispersos e vagos. Assim, enquanto Oswald de Andrade dizia que “só a antropofagia nos une”¹⁵⁰ – a ideia da deglutição de certas características dos diversos sujeitos que estavam sendo constituídos – muitos outros intelectuais também teorizavam sobre política e cultura.

Nessa onda interpretativa-inventiva, inseriram-se diversos sujeitos que, posteriormente, tornar-se-iam eles mesmos personagens de uma história que escaparia de qualquer controle ou teleologia que pensassem no decorrer das suas obras. A história cá contada, por exemplo, é uma destas. O pensamento social brasileiro proliferou como uma dispersão constitutiva de começos, no sentido pensado por Friedrich Nietzsche,¹⁵¹ e por volta de 1930 culminou num pico de produção. Nessa tradição se inseriu nomes muito estudados, tais como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, entre outros. Nesta senda também se fez presente Júlio de Mesquita Filho, intelectual¹⁵² que ensejou pensar projetos para Brasil e vem sendo estudado nessa dissertação, mas que ainda assim praticamente não foi pesquisado do ponto de vista da História, apesar de ser tocado de relance em diversos textos como personagem recorrente.

As três citações de abertura deste miolo do texto que ora desenvolvo dão o tom que atravessa todo o argumento, algumas vezes posto de forma propositadamente caótica. Michel Foucault, quando fala de apoderar-se das regras da História, remete a um tema caro: a busca incessante dos nossos personagens de ocupar espaços privilegiados de regras que pretensamente norteariam as regras de um país. Aí está a retórica que deseja fundar verdades rezadas por muitos. Sérgio Buarque de Holanda, célebre crítico da cultura e também personagem recorrente nessa escrita, escreve sobre princípios abstratos que servem de vestimenta a sujeitos com vontades e seduções definidas. Por derradeiro, o filósofo martelador alemão, Friedrich

¹⁵⁰ ANDRADE, Oswald. Manifesto antropófago. **Revista de Antropofagia**, ano 1, n. 1, maio 1928. p. 03.

¹⁵¹ Esse pensamento Nietzscheano localiza os acontecimentos históricos não a partir de sua origem, mas dos começos, a partir do momento onde algo começa a se fazer presente. Michel Foucault toma emprestada essa noção para pensar a genealogia. Ver: FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: _____. **Microfísica do poder**. Organização e tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2013. p. 55-86. A ideia que levantei nesse trecho faz referência aos projetos de nação que já vinham sendo elaborados desde o período imperial, recrudescendo com a emergência da República.

¹⁵² A noção de *intelectual* que penso nesse trabalho se insere na tradição historiográfica à qual se remete a historiadora Maria Stela Martins Bresciani em seu livro *O charme da ciência e a sedução da objetividade*. Trata-se de um estudo sobre “homens das letras” da primeira metade do século XX que se propuseram pensar o Brasil e seus problemas, frequentemente partindo dum pretense mal de origem que estaria situado na colonização; buscavam aliar o pensamento teórico a “uma ação política consciente”; dessa forma, se investiam de uma certa vidência, autorizados por um saber científico e objetivo. Ver: BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O charme da ciência e a sedução da objetividade**: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

Nietzsche, anota que só o que não tem, história é definível. É útil para apontar como o que se busca definir em definitivo por esses personagens inegavelmente talentosos é algo indefinível, pois é algo que têm uma longa e múltipla história, feita no seu fazer-se incessante. Sigo para os elementos mais palpáveis.

Mesquita filho pertenceu à segunda geração que dirigiu o jornal *O Estado de São Paulo*; antes dele, havia sido o seu pai, Júlio de Mesquita. A historiadora Tania Regina de Luca escreveu o livro *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*, no qual toma Júlio Mesquita, pai do sujeito que aqui estudo, como um dos personagens de pesquisa, ao lado de Monteiro Lobato, pensando-os no seio de um grupo de intelectuais que apresentaram diagnósticos para o Brasil na primeira metade do século.

Desse esforço saíram “um conjunto de representações que instituíam problemas, imaginavam soluções e acalentavam projetos de futuro”.¹⁵³ Não é difícil vislumbrar Júlio Mesquita Filho seguindo a trilha intelectual afinada por um diapasão análogo ao que norteava seu pai, e isso se faria mais presente a partir da década de 1930. Os caminhos trilhados por esses sujeitos, como bem demonstrou De Luca, permite notar “os parâmetros a partir dos quais essa intelectualidade elaborava sua visão de mundo, o arsenal analítico que manejava e a missão social e política que se autoatribuía”.¹⁵⁴ De maneira mais geral, é em torno dessas concepções que as análises desse segundo capítulo se articulam.

Fazendo as vezes de cientista social, publicou livros que, notadamente, tinham ambições diagnósticas sobre o Brasil e os seus pretensos problemas. Seu primeiro livro publicado, ainda em 1925, tinha o título sugestivo de *A crise Nacional*. No texto, é elaborado um perfil da Nação brasileira, argumentando que se fazia necessária uma análise apurada “para elucidar o problema da adaptação definitiva da democracia ao Brasil” e conclui listando “soluções para o caso brasileiro”.¹⁵⁵ Outras obras que publicaria, como *A Europa que vi, Nordeste, Ensaio sul-americanos, Memórias de um revolucionário e Política e cultura*, seguiam uma proposta semelhante, engajada em torno de ideais e, em certo sentido, utopias. Encarnando um intelectual polissêmico, que afirmava não separar o pensamento da ação, Mesquita Filho se inscreveu numa tradição de pensadores que deram sua versão sobre os problemas existentes na sociedade, bem como suas possíveis soluções. As vontades de verdade presentes nos seus textos, se

¹⁵³ DE LUCA, Tania Regina. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

¹⁵⁴ Idem, *Ibidem*.

¹⁵⁵ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A crise nacional: reflexões em torno de uma data**. São Paulo, seção de obras de O Estado de São Paulo, 1925.

cruzadas com outras informações deixadas pelo seu escritor, podem fornecer valiosas pistas sobre os horizontes de expectativas que se espelhavam em sua retina.

Uma visão de mundo que conecta uma nação operacionalizada por um determinado sistema social, um projeto político, devêm notavelmente de estudos sociais que são diretamente ligados ao próprio estudo das “razões” de existir do país, antecedentes e ancestralidades. Esse mote compartilhado pelo pensamento social que cruzou pensadores desde o século XIX em propósitos aproximativos carece ser posto em contexto relativamente amplo. Foram nessas condições históricas e socioculturais que Júlio de Mesquita Filho tomou parte dos processos que aqui descrevo e problematizo.

3.1. Esgrima para dizer uma coisa ausente

É necessário advertir que essas preocupações já perduravam há tempos, ainda que, talvez, de maneira menos urgente. “Como se deve escrever a História do Brasil?” – foi a pergunta que mobilizou o concurso promovido pelo IHGB,¹⁵⁶ vencido pelo Alemão Karl Von Martius. Uma espécie de axioma para a História do Brasil estava fundada, ironicamente por um intelectual europeu. Pode-se afirmar que os esforços imperiais de plasmarem uma ideia de nação e de povo brasileiro se manifestaram pela primeira vez no mundo das letras nessa instituição.

A busca por identidade inseria-se no seio da monumentalização de heróis e tentativas de *invenção de tradições*.¹⁵⁷ A historiadora e antropóloga Lilia Moritz Schwarcz refere-se a essa escrita como invenção da História *do* e *para* o Brasil.¹⁵⁸ Esse espírito que seria encarnado no Brasil republicano pelos intelectuais, ganha mais um adepto na figura de Júlio de Mesquita Filho. Este último, que afirmava ter em si investida responsabilidade de lutar pelo Brasil com todas as forças, escreve uma obra que flerta com a antropologia e sociologia, além do seu trabalho “oficial” de diretor no jornal pertencente a sua família.

De maneira geral, conhecimento científico foi a grande musa inspiradora desses intelectuais. Os panteões erigidos nas terras brasileiras seriam onde as teorias e influências da

¹⁵⁶ O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi uma instituição imperial fundada com o escopo principal de reunir fontes históricas e dar um sentido histórico ao Brasil. Ver: WEHLING, A. **As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. RIHB, Rio de Janeiro, n.338, p.7-16, 1983.

¹⁵⁷ HOBBSAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

¹⁵⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. O avesso do avesso ou a história vista pelo outro lado. In: _____ (Org.). **Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 112.

colonização europeia encontrariam suas apoteoses. É na *sedução da objetividade* que a interpretação de Mesquita Filho sobre o Brasil lança âncora, como pode ser observado em livros publicados entre 1925, como *A crise nacional*,¹⁵⁹ *Ensaios Sul-americanos* (década de 1940) e outros escritos já nos anos 1960, a exemplo de *Nordeste*,¹⁶⁰ partindo de suas experiências e, evidentemente, do seu lugar de fala. Sua escrita era a expressão de visões de uma tradicional família da elite paulista, os Mesquitas. À frente de um jornal de ampla circulação – um dos principais meios de comunicação em voga, desejoso de influenciar na opinião pública – Júlio de Mesquita se acostumara a se fazer ouvir por algumas parcelas da sociedade paulista, através dos seus editoriais. Ele próprio investia em si o papel de “doutrinador” sem nenhum embaraço. Embrenhar-se-ia, então, pelos imprevisíveis e nebulosos caminhos da política não partidária, perfazendo itinerários muitas vezes obscuros.

Algumas discussões que ajudam a esclarecer tudo isso estão presentes no livro *A formação das almas*, de José Murilo de Carvalho, no qual afirma que o “liberalismo à americana” disputou, ao lado do “jacobinismo à francesa” e do positivismo, a natureza do regime republicano no Brasil.¹⁶¹ Nesses termos, é possível presumir que essa disputa que se deu no início da república brasileira não desapareceria simplesmente sem deixar rastros, mas tomaria parte em contingências futuras, como uma pedra lançada num lago que, mesmo após algum tempo, a superfície da água permanece agitada. Poderíamos avaliar de maneira meramente semântica que a alcunha de “liberal” passaria a implicar, sobremaneira no decorrer do século XX, um sujeito que tomava a vanguarda em defender os princípios de liberdade – aquela entidade pretensamente transcendental que figurava nos artigos lavrados já há muito tempo, antes e durante a Revolução Francesa. Todavia, a experiência brasileira nos leva a um caminho muito mais conflitante.

Cabe novamente uma referência a Sérgio Buarque de Holanda, que fez uma detalhada análise em torno das instituições brasileiras e os modelos que seriam aplicados ao país que se tentava criar; em *Raízes do Brasil*, esse transplante de ideias artificiais permeou a constituição do Brasil de tal forma que terminou por forjar “uma fachada ou decoração externa, alguns lemas que pareciam mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos”.¹⁶² Isso levou Buarque de Holanda a conclusão de que a democracia no Brasil teria sido “sempre um

¹⁵⁹ MESQUITA FILHO, Júlio. **A crise nacional**: reflexões em torno de uma data. São Paulo: Secção de obras d’O Estado de São Paulo, 1925.

¹⁶⁰ MESQUITA FILHO, Júlio. **Nordeste**. São Paulo: Editora Anhambi S.A., 1963.

¹⁶¹ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

¹⁶² HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1992. p. 107.

lamentável mal-entendido”, já que o liberalismo democrático “impessoal” jamais teria se naturalizado no país, só assimilando os princípios democráticos até onde coincidiam com projetos de interesse privado.

Em aproximação com Buarque de Holanda, Raymundo Faoro em sua interpretação da realidade brasileira em *Os donos do poder* irá compreender, de maneira também crítica, o caráter contraditório da construção da República no Brasil e a ideia de “coisa pública” a que remete. Seguindo essas perspectivas, falhara-se na entrega da nação a uma sociedade. Ainda não livre, carecia elementos vivos de coesão. Nessa abordagem, a elite que copiava instituições e imagens, não fazia – sentiam os críticos – outra coisa senão macaquear o lado externo das coisas. “Republicarizar a República”, para os sediciosos, outra coisa não será do que criar um país próprio, com instrumentos ainda disformes.¹⁶³

No caso que encontramos no Brasil, a pretexto de Mesquita Filho, o termo confunde-se de tal forma que esse liberalismo significava em determinadas conjunturas, um conservadorismo indisfarçável.¹⁶⁴ Esse conservadorismo, por sua vez, compartilhava espaço na mesma mente com reacionarismos pontuais, pré-conceitos que encontravam lastro justamente no já mencionado “charme da ciência”. Esse tal charme se apresenta potencialmente despótico, entranhado de teorias raciais e deterministas importadas da Europa, e que aqui chegavam de maneira quase anacrônica, como se percebe na escrita do Liberal Júlio de Mesquita Filho em seu livro *Nordeste*, fundamentando-se no chamado “darwinismo social” de Spencer. É apressado tomar essas nomeações como representações “verdadeiras” de uma certa realidade. Em que pese estarem preocupados em linearizar suas biografias a pretexto de seus engajamentos, todos os sujeitos são contraditórios.

Cabe aqui um salto temporal para o Brasil mais recente, de onde partem as nossas questões. Em um livro lançado pelo Ministério da Educação em 2010 que teve como objetivo “mostrar o que pensaram e fizeram alguns dos principais expoentes da história educacional”,¹⁶⁵ o nome de Júlio de Mesquita Filho figura ao lado de intelectuais como Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro e Rui Barbosa.¹⁶⁶ Esse lançamento traz o título geral de “educadores”. *Grosso modo*,

¹⁶³ FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: globo, 2004. p. 671.

¹⁶⁴ O conceito de conservadorismo é apropriado aqui para designar “ideias e atitudes que visam à manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras”. Ver: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política I**. Norberto Bobbio. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 242.

¹⁶⁵ MANIFESTOS DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA (1932) E DOS EDUCADORES (1959). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. p. 07.

¹⁶⁶ PONTES, José Alfredo Vidigal. **Júlio de Mesquita Filho**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

trata-se de narrativas ligeiras sobre a trajetória de vida de sujeitos que consideram ter dado contribuições intelectuais no âmbito da educação brasileira. Na esteira desses postulados, este trabalho toma o personagem supracitado como um dos intelectuais brasileiros que, partindo dos seus lugares sociais, buscaram elaborar e defender projetos políticos para o país.

No campo das generalidades, compreendia-se que uma maneira de educar convém para formar o tipo esperado de cidadão. Signatário do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* de 1932 – e mais tarde do *Manifesto dos Educadores* de 1959 –, é uma constante que Júlio de Mesquita Filho se percebia como parte de um grupo de pensadores preocupados com os rumos do país. É muito significativo que um sujeito histórico tenha assinado manifestos educacionais, já que essa espécie de documento faz parte de um projeto de educação que é indissociável de um projeto político, pensada para formar uma alma nacional.¹⁶⁷

A própria etimologia da palavra “manifesto” implica, no mínimo, engajamento por uma causa pela qual deseja “manifestar-se”. Aqui, já podemos afirmar uma vontade de se tornar visionário de um Brasil porvir, bem como um desejo implícito de tomar parte do estabelecimento dum projeto político “vanguardista”, no seio daquilo que Stella Bresciani chamaria de “fundamento de um lugar-comum”, denotada por uma preocupação permanente por uma dizibilidade do Brasil.¹⁶⁸

Jornalista por herança vocacional e familiar, sua inquietação intelectual **em busca de horizontes para uma civilização brasileira** o induziu a lutar nas arenas da política e da cultura. Na área educacional, ficou mais conhecido por sua atuação decisiva na criação da Universidade de São Paulo [...] este signatário *Manifesto dos pioneiros da Educação Nova* e fundador da maior universidade brasileira foi autor de extensa obra jornalística ainda pouco analisada em estudos acadêmicos.¹⁶⁹

Somando a essas evidências, cito um depoimento autobiográfico publicado em 1969 onde Mesquita Filho faria um inventário de sua formação no “campo das humanidades”. Sua educação, notadamente privilegiada, esteve dividida entre Portugal e a Suíça. Viria a dizer que historiadores como Guizot, Burckhardt, Michelet, Thiers, Taine e Sorel, concluiriam o que chamou de “serie de leituras que agiriam de modo definitivo e profundo” na sua “formação intelectual”.¹⁷⁰ Essa formação dialoga diretamente com o argumento que propus trazer,

¹⁶⁷ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: O imaginário da República no Brasil**: São Paulo: Companhia das letras, 1990.

¹⁶⁸ BRESCIANI, Stella. Identidades inconclusas no Brasil do Século XX – fundamentos de um lugar comum. In _____; NAXARA, Márcia. **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004. p. 403.

¹⁶⁹ Ibidem. p. 11-15. Grifos meus.

¹⁷⁰ JORNAL DA TARDE. **Trechos de uma autobiografia**. Segunda-feira, 14/07/1969. Na íntegra: O ESTADO DE SÃO PAULO. **Um esboço de autobiografia**. 13/07/1969.

outorgando-lhe o saber então visto como necessário para se inserir numa ordem discursiva dos homens das letras. O próximo passo teria sido a junção entre esse intelectual e homem de ação. Além de tomar seus ditos e escritos numa perspectiva teórico-política, tornou essa sua missão intelectual em missão concreta, pegando em armas.¹⁷¹

Através das penas dessa emergente “aristocracia” brasileira do século XX, um Brasil é dado a ver. Os enunciados são diversos, desde as artes até os escopos sociológicos. Uma diversidade de dizeres – uns mais brandos, outros francamente agressivos –, lançaram sobre os espaços geográficos do país, arquétipos e estereótipos. Iniciamos aqui uma reflexão sobre como essas forjas de regionalismos e nacionalidade podem ser potencialmente contraditórios.

Júlio de Mesquita Filho, que vem sendo estudado centralmente nesse texto, pode ser identificado como um homem das letras, não sendo um historiador de fato. O seu local de difusão de ideias era o jornal *O Estado de São Paulo*, do qual foi proprietário e dirigente por quase toda a vida, a partir de 1927. Em confronto com ideias que o precederam, textos de fundação do IHGB são interessantes para refletir sobre quais demandas esses escritos buscaram suprir, bem como quais perspectivas de análise assumiram.

No seio do IHGB, é possível mapear uma série de dinâmicas nas quais os letrados da época estavam inseridos e os preocupavam. A busca da consolidação de uma “alma nacional” era algo que movia muitos afetos, como pode ser percebido no estilo de escrita que favorecia o tom de elegia aos líderes. Essa é a construção de uma *representação* que fosse adequada aos rigores metodológicos da época e agradasse ao poder. Aqui está inserida a ideia da História como sendo “o braço armado do Estado”, ou, ainda, “uma fonte de ensinamento para um bom exercício do governo”.¹⁷² Essas são “as demandas de um estado monárquico”, e que constituem de maneira clara um projeto de Nação que serve a interesses de camadas específicas da sociedade – a corte imperial.

Nos escritos de Januário da Cunha Barbosa, por exemplo, se traçava a tessitura de uma narrativa que era um esforço de produzir certa memória histórica ao passo que era regida pelas noções de patriotismo, pertencimento a uma comunidade territorial, política e cultural. É uma trama narrativa cujos fios são tecidos a partir de lembranças e esquecimentos. “O objetivo maior desse trabalho seria então possibilitar uma correta emulação da glória nacional”. A matriz metodológica que serviria a esse esforço de escrita da história comemorativa e filosófica é de

¹⁷¹ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983.

¹⁷² GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). **Nação e cidadania no Império**: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 103.

inspiração historicista e da escola metódica, alicerçando-se na ideia de “ressurreição do passado”. Essa escrita com fins pedagógicos servia mais a propósitos futuros do que eram voltados ao passado.

Rodrigo de Souza da Silva Pontes foi outro sujeito ligado ao IHGB. Ele se preocuparia com a questão documental, já que a documentação era o meio pelo qual pretendiam ressuscitar o passado, “presentificando uma ausência”. Com uma formação erudita em Coimbra, Pontes foi um exemplo de funcionário dedicado ao estado nacional e ciente das suas demandas, tanto no interior quanto no exterior. “Juiz e testemunha, antigas imagens associadas ao trabalho do historiador reconfiguraram-se pelas penas dos letrados oitocentistas comprometidos com a escrita da história do Brasil”. Veremos a seguir que Mesquita Filho também lançaria mão desse recurso documental para elaborar presentificações de ausências.

Diante de tudo isso, é possível compreender que o que ficou conhecido como moderno Estado-Nação é uma invenção europeia. Traduz-se em referências milenares, ancoradas em mitos de origem e passado étnico comum. Essa memória histórica é como um lago assentado, e a identificação com *ser* inglês, francês ou alemão é mais estável, menos conflituosa. Dentro da lógica da América Latina, os conflitos pululam. Os intelectuais, de diversos *locus*, se apressam em apresentar – a partir de certos métodos e teorias – um *ser* das novas nações. Dentro da lógica metódica própria do século XIX, o IHGB se constituiu como mecanismo imperial de produzir uma História comemorativa. Em 1925, Júlio de Mesquita Filho se colocava como um *hommes de lettres* e empreendia uma escrita que pode ser vista como manifesto. Tratava-se de um trabalho intitulado *A crise nacional*, analisado mais adiante, publicado originalmente no seu jornal e diagramado posteriormente em formato livresco. Traço um paralelo de como os textos de intelectuais podem ser vistos em complementaridades, mesmo separados por durações distantes.

Ideias de cultura e sociedade se efetuam como prioridade numa tarefa de tal grandiosidade, como a retórica de uma Nação. Logo, essas noções serão centrais e complementares. Pretende-se problematizar lugares-comuns, ideias que sutilmente se inserem nos nossos tempos numa genealogia desavisada. E, como não poderia deixar de ser num texto de História, busco a palavra ferina, que incomoda e abala ídolos. A partir daqui, seguirão elementos empíricos recortados depois da eclosão da semana de arte moderna de 1922, articulando Mesquita Filho nessa ambiência.

KLAXON não se queixará jamais de ser incompreendido pelo Brasil. O Brasil é que deverá se esforçar para compreender KLAXON [...]. KLAXON sabe que a vida existe. E, aconselhado por Pascal, visa o presente. KLAXON não se preocupará de ser novo, mas de ser actual. Essa é a grande lei da novidade [...].

KLAXON cogita principalmente de arte. Mas quer representar a época de 1920 em diante. Por isso é polymorpho, omnipresente, inquieto, cômico, irritante, contraditório, invejado, insultado, feliz.

(Revista Klaxon, 15 de maio de 1922, primeira edição).

Aqui se busca estabelecer uma conexão entre as ordens discursivas e não discursivas que se instauraram no mundo intelectual brasileiro a partir da década de 1920, com foco concentrado em sujeitos que atuaram em São Paulo, que foi tido como um importante centro cultural nessa época. O sujeito-signo Júlio de Mesquita Filho é tomado paralelamente a outros sujeitos que conversam com ele no tempo, não sendo necessariamente um diálogo no sentido clássico. Mira-se o contemporâneo, aquilo que constitui a latência de um tempo. Diálogos empíricos presentes: A revista *Klaxon*, dos modernistas; A *Revista do Brasil*, de Júlio Mesquita e Monteiro Lobato; aspectos da trajetória de Júlio de Mesquita Filho, através do livro biográfico sobre a vida de Assis Chateaubriand. Partindo dessa premissa, o vislumbre das “políticas da escrita” dessas produções – que almejavam subjetivar e dar materialidade a uma ausência ontológica – são guias para uma compreensão das interpretações e reinterpretações do que seria essa inquietação comum a tantos sujeitos da época. As trilhas teórico-metodológicas e historiográficas centram-se em Michel Foucault, Hans U. Gumbrecht, Jacques Rancière, Tânia Regina de Lucca e Maria Stella Martins Bresciani.

A existência do que nomeamos de projetistas de Brasil não é exatamente uma novidade. Eles foram e são estudados de maneira sistemática, e aqui é proposto uma verticalização a partir de um sujeito pouco estudado. Carlos Guilherme Mota estabeleceu uma periodização da Cultura Brasileira na qual os projetistas são inseridos como aqueles que foram signos de um tempo, expressões e sonhos de uma ausência.¹⁷³ A extensão desses projetos e os sujeitos que buscaram encarná-los, no entanto, não poderiam ser esgotados por um único estudioso do tema. Abrangendo um contexto amplo de análises, a perspectiva que proponho se aproxima daquilo que Jacques Rancière chamou de “corpos utópicos” que se engajaram em ações e escritas políticas que se entrelaçavam retroativamente.

Para Rancière, a escrita representa instancias corpóreas e políticas, unindo elementos que já foram tidos como separados – desejo e corpo como sendo antagônicos de política e

¹⁷³ MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da Cultura brasileira**. *Op. Cit.* 2014.

negócios da *polis* em geral. As escritas são estruturas subjetivas que não podem ser realizadas sem fazer uso de signos, e torna-se uma “relação da mão que traça linhas ou signos ou signos com o corpo que ela prolonga; desse corpo com a alma que o anima e com os outros corpos com os quais ele forma uma comunidade; dessa comunidade com a sua própria alma [...]”. Apresentamos, nessa lógica, que os intérpretes e projetistas de Nação, ao enunciarem as suas impressões tropicais por escrito, ensaiaram uma “maneira de ocupar o sensível e de dar sentido a essa ocupação”, elaborando uma “constituição estética da comunidade”. Tudo isso, através de fortes alegorias.¹⁷⁴

Nessa lógica, sujeitos signos como Júlio de Mesquita Filho a frente do Jornal *O Estado de São Paulo* e aqueles que editaram a revista Klaxon nos anos 1920 são imanentes. Os seus corpos são invólucros da alma (ou da cultura), um certo tipo de cultura que desejam escrever e inscrever no mundo. Desejam uma “partilha do sensível” com as suas comunidades, que têm contornos bem demarcados. As escritas são a enunciação de verdades que anseiam por autorizar uma visão de mundo operacionalizável, ocupando as fronteiras políticas de um país com significados sólidos. Prolongavam seus corpos através dos dedos que escrevem, passando pelo papel, transformando-se em sedução e, finalmente, promovendo uma sutura da comunidade consigo mesmos, ou com “a alma que os animam”.

Os elementos políticos que se expressam nesses esforços de escrita se alternam entre regimes de visibilidade e dizibilidade. A política é, desde o seu início, uma força que conta com profundos elementos estéticos que a compõe. Ela é espetacular, mas também reivindica status científico. Assim, “a escrita é política porque traça, e significa uma re-divisão entre as posições dos corpos, sejam eles quais forem, e o poder da palavra soberana, porque opera uma re-divisão entre a ordem do discurso e a das condições”.¹⁷⁵

Em posturas genealógicas, é possível elaborar um mapa aproximado dos formigamentos de um começo do Brasil *contemporâneo*, aquele mesmo que se faz presente no corpus cultural que muda de representação conforme os desejos do *atual*. Nas posturas críticas e de proposição de um tempo, é possível compreender as intensas disputas que concerniam. A revista Klaxon, que causou um frisson cultural ainda nos “frementes anos vinte”, é manifestação dos sonhos de Brasil. Tratar mais detidamente de algumas das suas proposições e combates é uma maneira de cravar o espírito da época de então, no caso específico de São Paulo e a sua produção cultural que visava conectar o mundo ao Brasil ao mesmo tempo que consolidava um ser brasileiro.

¹⁷⁴ RANCIÈRE, Jacques. **Políticas da escrita**. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. p. 07.

¹⁷⁵ Ibidem. p. 08.

É fundamental atentar para as motivações desse processo em alguma medida romântico que ocorreu no início do século passado nestes centros intelectuais. Acompanhem alguns porquês dessas movimentações, as suas direções e vetores, sublinhando que dentro da temporalidade do assim chamado Modernismo, outras forças de pensamento concorriam pela hegemonia da batalha contra “opressão da sucessividade”.

Como pude não sentir que a eternidade, almejada com amor por tantos poetas, é um artifício esplêndido que nos livra, mesmo que de maneira fugaz, da intolerável opressão da sucessividade?
(Jorge Luís Borges)

Esse trecho de Borges – o mesmo Jorge Luís que evocou o riso descontrolado em Michel Foucault –, inquieta a pensar sobre questões que são muito reais e caras para aqueles que se aprofundam no mundo das palavras, filhas das letras. Os que escrevem, o fazem – talvez – sonhando com alguma eternidade, obtida através da consolidação de uma verdade ontológica que não poderia ser alcançada por aqueles que passam pela vida sem ao menos registrar os episódios da “opressão da sucessividade” em um simples diário. Me ocorre que o espírito das ideias, veiculadas através de signos, tem característica pretensa de um visgo que dota de coerência aquilo que não existe enquanto mônada. Para que se crie esses efeitos de verdade transcendentais, uma notável verbosidade toma de conta de um certo teatro em que as maquinações de poder seguem fluxos contraditórios. Partindo desse comentário que pode soar banal, passo a examinar empiricamente tal hipótese em torno da busca do fugaz livramento de certo niilismo existencial dos intelectuais dos “anos loucos”.

Paulo Mercadante, no seu livro *A consciência conservadora no Brasil* faz um levantamento geral do que chama de “consciência conservadora”, ou uma insistência por parte dos ramalhetes entre os quais o poder se espalhava por uma conservação das estruturas sociais de fundação, partidários de que as transformações sejam regidas pelo motor inexorável do tempo. Segundo Mercadante, “o tenentismo e a Semana de Arte Moderna procuraram romper com o compromisso existente na República Velha” e daí nasceria “o tipo específico do comunismo nacional”.¹⁷⁶ Ainda que a ideia de “comunismo nacional” não seja uma preocupação conceitual no presente texto, a terminologia sugere que, ao lado do tenentismo, a

¹⁷⁶ MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 12.

Semana de Arte Moderna em 1922 representou um desejo de ruptura com uma ordem temporal anterior que muitos contemporâneos não estariam mais confortáveis.

Como uma metonímia tão precisa quanto podem ser as generalizações, a revista dos modernistas – a Klaxon – foi editada em São Paulo de maio de 1922 a janeiro de 1923, que passou a ser a plataforma de divulgação e defesa do que chamaram de *arte moderna brasileira*. A circulação era mensal, sendo os seus editores: Mário de Andrade, Menotti del Picchia, Di Cavalcanti, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira e Graça Aranha. Na qualidade de colaboradores tínhamos: Sérgio Milliet, Anita Malfatti, Sérgio Buarque de Holanda, Raul Bopp, entre outros.¹⁷⁷

A primeira edição da revista é potente de sentimentos que apontam as convicções dos seus escritores. A quinze de maio de 1922, o editorial de debute da revista se quer iconoclasta. O martelo daqueles que escreveram os textos está pesadamente direcionado a valores que estavam sendo postos em xeque. Definiam a sua insurgência contra alguns elementos que marcavam a cultura do século anterior:

Século 19 — Romantismo, Torre de Marfim, Symbolismo. Em seguida o fogo de artifício internacional de 1914. Ha perto de 130 annos que a humanidade está fazendo manha. A revolta é justíssima. Queremos construir a alegria. A própria farça, o burlesco não nos repugna, como não repugnou a Dânte, a Shakespeare, a Cervantes. Molhados, resfriados, rheumatisados por uma tradição de lagrimas artísticas, decidimo-nos. Operação cirúrgica. Extirpação das glândulas lacrimaes. Era dos 8 Batutas, do Jazz-Band, de Chicharrão, de Carlito, de Mutt & Jeff. Era do riso e da sinceridade. Era de construcção. Era de KLAXON.¹⁷⁸

Nesse texto que aparece em posição de destaque do primeiro número da revista, existem esforços de significação que apontam para a fundação de uma cultura. Dizibilidade e visibilidade diferentes. Essa face das impressões tropicais que buscavam se instalar na ordem discursiva que compunha a cultura brasileira segue afirmando que sabe “que o laboratório existe”, e por isso mesmo quer “dar leis científicas á arte”. A arte possuía um elemento estético, mas também apegos científicos; a alma incandescente de uma “época de 1920 em diante” é latente nesse período. Os manifestos representam a vontade de reorganização do universo mental, com preocupações que demarcam posições que se querem antagônicas, ainda que façam um caminho muito semelhante.

¹⁷⁷JUNQUEIRA, Eduardo. **Klaxon**. Verbete. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/KLAXON.pdf>> acessado em 21 de abr. de 2020.

¹⁷⁸ REVISTA Klaxon. **Mensário de arte moderna**. São Paulo: 15 de mai. de 1922.

Falava-se bastante nos “fogos de artifícios” internacionais de 1914, em alusão aos terrores vividos por uma grande parcela da humanidade durante os tempos da primeira grande guerra. A “brecha” que foi aberta no tempo nesse período de instabilidade política, econômica e cultural criava espaço para as criações e recriações de elementos que costumam se manifestar em períodos *interessantes*, já que esses foram um dos fiapos da dispersão constitutiva de começos que gerou a “era dos extremos”. Essa “abertura em acordes heroicos dos anos loucos” demarcava características intensas de mobilização permanente, rupturas paradigmáticas e das maneiras de comportamento; essas coisas estavam sendo reveladas a partir de estranhamento e, simultaneamente, a busca pelo novo que ainda não existia.¹⁷⁹

Na marca dessa temporalidade e em simultâneo aos postulados agressivos da Klaxon, existia e operava também a *Revista do Brasil*,¹⁸⁰ que era então regida por figuras de destaque na cena cultural e intelectual paulistana. As publicações dessa revista “é reveladora de uma intelectualidade cuja produção ocorre num período de crescente urbanização”,¹⁸¹ e teve uma duração de publicação sob o mesmo nome até a década de 1990. Se tratando do seu início, e emergindo em conjuntura “fértil para o desespero”, a intelectualidade passava a expressar em profusão diversas possibilidades históricas em suas narrativas.

Dentre os projetistas que tiveram desfechos amargos, se destaca Euclides da Cunha, que foi correspondente do Jornal *O Estado de São Paulo* no início do século e teve a sua trajetória minuciosamente estudada por Nicolau Sevcenko em *Literatura como missão*.¹⁸² No referido texto, fica explicitado como a criação cultural e as tensões sociais andaram lado a lado no período da Primeira República e, como sugere o título da obra, a literatura – ou a escrita engajada – se tornou uma missão séria. O objetivo original da Revista do Brasil expressava com exatidão essa tarefa urgente de organizar o pensamento em meio à Primeira Guerra Mundial, que inquietava Júlio Mesquita.

¹⁷⁹ Para um cenário mais profundo, ver: SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, Sociedade e Cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 23, 43, 277.

¹⁸⁰ No verbete disponível no CPDOC, recortamos a seguinte definição desse periódico: “A Revista do Brasil, lançada em São Paulo no ano de 1916, era um periódico mensal estritamente literário que refletia esse debate, propondo-se realizar um reexame da identidade nacional e constituir-se enquanto núcleo da propaganda nacionalista. O conteúdo publicado pela revista adequava-se à ideia corrente de que o intelectual deveria direcionar suas reflexões para os destinos do país, pois o momento era de luta e engajamento em defesa da nação e não admitia mais o escapismo e o intimismo. O intelectual deveria deixar de falar de si mesmo para falar da nação brasileira, cabendo-lhe, portanto, o dever cívico de assumir integralmente a defesa e a construção do patriotismo”. Esse trecho é revelador e coaduna com os argumentos que levantamos nesse texto. Ver: SETEMY, Adrianna. **Revista do Brasil**. Verbetes. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVISTA%20DO%20BRASIL.pdf>> acessado em 26 de abr. de 2020.

¹⁸¹ CORRÊA, Anna Maria Martinez. Prefácio. In: DE LUCA, Tania Regina. **A Revista do Brasil**: um diagnóstico para a (N)ação/Tânia Regina de Luca. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

¹⁸² SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999.

Nessa dimensão de criações estéticas que desejavam produzir uma presença modificadora nos tecidos sociais, muitas proposições e manifestos foram suprimidos ou ocultados, entrando numa linha de bruxa marginalizada. E isso acontecia não apenas em São Paulo, mas também noutro centro cultural bastante significativo, que foi o Rio de Janeiro; Sevcenko, no texto supracitado, fala dessa tendência através de Lima Barreto. O ponto central disso é que o contexto de criação não era exclusivo de apenas uma frente ou representava apenas uma ideologia, mas seguia ritmos e acordes distintos. A impressão que se tem a posteriori, depois da consolidação do regime de signos do Modernismo – que cá observamos nas páginas da Klaxon – é de uma inovação que teria sepultado as tradições anteriores e substituído pelo “Modernismo” estético, vanguardista. Esse sepulcro, todavia, é mais raso do que deseja a univocidade artificial criada pela “semana de arte moderna de 1922” e as suas tangentes.

Nessa esgrima para dizer algo que ainda era ausente – que oscilava entre a ênfase em características culturais, sociais e políticas – chegou-se a conclusões diversificadas. A busca por se tornar cânone absoluto por parte do Modernismo e a sua estética explosiva valia-se de estratégias discursivas que buscava negar a voz que os precederam e mesmo daqueles que ousavam rivalizar. No sentido contrário, porém, a recíproca era verdadeira. Anita Malfatti, que se vinculou ao nomeado Movimento Modernista, foi duramente criticada por José Bento Monteiro Lobato durante uma exposição de suas pinturas no ano de 1917. Lobato já era então um intelectual respeitado e essa crítica custou muito a Anita. Esse evento ilustra como a repercussão de artigos podem afetar dimensões diversas do cotidiano cultural através das políticas da escrita.

Em herança muito própria do século XIX e o romantismo, a prática de escrita literária e de crítica se tornaram sinônimo de cultura, e os sujeitos diversos que passaram a emular essa prática como expressões quase metafísicas dos seus desejos e projetos, dando-lhes ar de legitimação. Em 1922, os projetos que pareciam ser representados na Revista do Brasil eram mais pragmáticos e buscavam um tom de continuidade histórica, de maneira contrária ao que propunha a revista dos modernistas. Um trecho esclarecedor consta na edição de setembro:

A geração do Centenário, a primeira "que nasceu pobre e que vive por si", começa a desmontar a mentalidade colectiva e, com ella, o ronceiro aparelho moral que ha cem annos nos rege. O que ahi vem não é a revolução nos velhos moldes. E' mais e melhor: é a revolução das idéias e dos costumes com sua feição civica.

Quem não percebe a orientação nova dos moços?

Em suas grandes porções, a que aspira á direcção e a que pretende simplesmente o trabalho, a mocidade se orienta por novas trilhas de bravía independencia. Para uns como para outros, já não é o Estado a Providencia de

há pouco. Desacreditaram-se os governos paternaes que dotam filhos. Já se dotam estes a si. S. Paulo é o grande exemplo: — aqui se cria o livro nacional e o seu público; aqui se criam os filhos de si mesmos.¹⁸³

O discurso não nega o passado, ao contrário, faz-se tributário dele. Diferente do trecho anteriormente transcrito da *Revista Klaxon*, Brenno Ferraz em sua atuação como um dos três editores da *Revista do Brasil*, apresenta essa edição com notória pompa sobre uma suposta geração que emergia pobre e que cabia fazer a própria trajetória sem ajuda das muletas da escravidão. Para isso, propõe uma “revolução das ideias”, que não é de maneira alguma a revolução aos “moldes antigos”. As rasuras nas ordens discursivas carregam uma latência que diferencia as duas revistas que imaginamos como dois esgrimistas que investem projetos de brasis em seus respectivos floretes. Vai-se construindo uma geografia do pensamento que aponta acordes tradicionais, como veremos, possíveis ressonâncias dessa dinâmica na forma de “um futuro que o passado prometia”, expressando a busca de um futuro utópico cujo caminho se localizava através do passado.

De certa forma, os objetivos de ruptura são comuns às duas revistas, carregando consigo propostas que são muito próprias daquele período de profundo sentimento de necessidade de reinvenções. As dessemelhanças se manifestam nas proposições de *how-make*, de como levar a cabo a construção das coisas então ausentes, a saber, uma Nação estruturada e dotada de solidez. As revoluções propostas são de apologia ao “modernismo” – não só esteticamente falando, mas com outras tendências que retiram o sufixo “ismo” – e outra cuja ruptura não tem apego iconoclasta e não ataca de maneira vivaz a tradição, pois ela é “centenária”.

Nisso, creio ter dado uma imagem, ainda que breve, das “sintonias e antinomias” de duas das diversas possibilidades de visões de mundo que espocavam nos “anos loucos”. Elas compõem um arco complexo da “atitude política” dos “escritores cidadãos” que se manifestava no “círculo dos sábios” então aglomerados em São Paulo. Não era um combate simulado entre esgrimistas, era uma batalha real e sangrenta – ainda que, por enquanto, metaforicamente.¹⁸⁴

Se admitimos que a escrita está profundamente conectada com a vida, como disse Deleuze,¹⁸⁵ então farelos das vidas desses escritores devem nos chegar através de folhas amarelas, digitalizadas por algum estudante que, provavelmente, nasceu muito depois da morde

¹⁸³ FERRAZ, Brenno. O momento, a geração do centenário. *Revista do Brasil*, 1922, anno VII, v XXI, n 81. Setembro-dezembro de 1922. p. 02. Disponível em: <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/26306>> Acessado em 26 de abr. de 2020.

¹⁸⁴ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. Op. Cit. 1999. p. 78.

¹⁸⁵ DELEUZE, Gilles. *L de Literatura, Abecedário de Deleuze*: transcrição integral do vídeo para fins exclusivamente didáticos. Disponível em: <<http://escolanomade.org/wp-content/downloads/deleuze-o-abecedario.pdf>> Acessado em 26 de abr. de 2020.

daqueles. A natureza da escrita que buscou envolver camadas de real e criar realidades novas deve ter sido, para os seus autores, um terreno selvagem. É como se escrevessem numa língua estrangeira a si mesmos, mas ao mesmo tempo conectada às suas almas. Uma imagem vivaz de assujeitados a um mundo que se desdobrava surpreendente e imprevisível.

Essas contendidas, que tiveram a máquina de escrever como arma de ataque e de defesa, tiveram resultados imprevisíveis para aqueles que ora estavam mergulhados no *atual* de 1922. As muralhas, por exemplo, não eram tão impenetráveis quanto deram a entender. Na verdade, os presentes de grego e as conexões instáveis com as ramificações do poder por vezes submetia os desejosos de coerência à incoerência. Para citar uma ironia desse tipo, Sérgio Buarque de Holanda – um daqueles que editaram a Klaxon – posteriormente se tornaria editor da *Revista do Brasil*, que tomara rumos diversos daqueles que Monteiro Lobato e Júlio Mesquita haviam pensado em 1916, em meio à Primeira Guerra Mundial.

Poucas coisas são tão características dos nomeados projetistas de Brasil quanto os cientistas sociais. Estes emprestavam as suas virtudes de intelectuais ao seu país, numa postura de cidadania engajada. Lembrando Michel Foucault, “o autor é aquele que dá à inquietante linguagem da ficção as suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real”,¹⁸⁶ e por isso mesmo dentro da *Revista do Brasil* aqueles sujeitos que escreviam sobre as características do Brasil, como o caso de Oliveira Vianna, tinham um espaço garantido. O objetivo de dar a essa ficção ainda ausente arestas de “coerência” e “inserção no real”, estava em consonância com as linhas editoriais compartilhadas.

Nesse trecho, falo de fragmentos de uma edição da revista que foi publicada em 1923. Figurava aí um artigo de Vianna que, em formato epistolar, dirigia-se em primeira pessoa a Júlio de Mesquita Filho, que ora tinha por volta dos trinta anos. O enunciado geral desse texto-resenha é revelador de dois movimentos simultâneos: uma cultura de legitimação mútua na vida intelectual do período; o objeto que interessava o autor resenhado e o resenhista era a formação do povo brasileiro, mas o enfoque era a “comunhão paulista”. Isso se aproxima das conclusões de Kátia Maria Abud sobre as décadas iniciais do século XX terem sido um período áureo da produção relativa ao bandeirantismo,¹⁸⁷ que nesse texto de Vianna comentando Mesquita Filho, é um elemento forte, ponto a ser discutido de maneira aprofundada no tópico seguinte. Os debates em torno da intelectualidade desses dois sujeitos demonstram em primeiro plano a

¹⁸⁶ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2009. p. 28.

¹⁸⁷ ABUD, Kátia Maria. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições** (a construção de um símbolo paulista: o bandeirante). 1985. 342 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

consolidação de uma determinada realidade em que a *doxa* e a *episteme* deveriam coincidir, em outras palavras, os pensamentos compartilhados e a verdade ontológica da época deveriam ser legitimados por um discurso científico e vice-versa.

Segundo estudo minucioso feito por Maria Stella Martins Bresciani sobre Oliveira Vianna, este intelectual defendia que “[...] o “movimento de ‘entradas’, o capítulo heroico da história dos latifúndios”, e também deliberado ato de cumprimento de dever, conferiu às populações “paulistas” uma “importância persistente em sua leitura da formação da sociedade brasileira”.¹⁸⁸ A *Revista do Brasil* e seus editores tinham interesses notáveis em fazer do nativismo emergente, um combustível para capital político. Para os envolvidos, tanto melhor que tais ideias – que já faziam parte da textura de um pensamento em circulação – ganhasse ares e tons científicos. Coloco em análise alguns trechos dos escritos de Vianna supracitados. Chamando-o de “ilustre confrade”, Vianna se dirige a Júlio em tom elogioso e levemente complacente.

[...] O que ha de propriamente novo nos meus estudos, meu brilhante confrade, o que ha nelles de propriamente original, é o Brasil — (a grande novidade, grande originalidade, desconhecida, não só dos estranhos, como também de nós mesmos. O preconceito, que ha cem annos nos domina (conforme demonstrei no volumezinho do *Idealismo na evolução politica*), de que entre nós e os grandes povos modernos não ha differenças essenciaes, nos tem dispensado de voltar os olhos para essa "grande originalidade", que é o nosso povo e que, por isso mesmo, continua inteiramente ignorado. O meu esforço tem sido apenas de revelar alguns aspectos mais impressivos desta "grande originalidade" e mostrar o erro fundamental que se contem naquelle preconceito secular. Só o facto de sermos, como observa o nosso insigne Alberto Torres, o único grande povo situado em regiões intertropicaes, bastaria para fazer com que fossemos um "caso" á parte na economia internacional, constituindo um "problema novo" para todo o mundo, mas principalmente para nós mesmos.¹⁸⁹

Já em 1923, no início da terceira década de vida, Júlio fazia por merecer os comentários elogiosos de Oliveira Vianna, então já com uma vasta obra consolidada que o insere dentro dos pretensos intérpretes de Brasil. No interior da tradição intelectual que ora se arvorava, Mesquita Filho e Vianna buscavam uma origem para a brasilidade mais densa e como menos pretensões de demolição do que as proposições modernistas. Isso os colocavam em terrenos senão antagônicos, mas ao menos de disparidade entre os seus objetivos. Isso dá para a linguagem um

¹⁸⁸ BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O charme da ciência e a sedução da objetividade:** Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2007. p. 227.

¹⁸⁹ Mantemos a ortografia tal qual se encontra no documento. VIANNA, Oliveira. A comunhão paulista. **Revista do Brasil**, 1923, anno VIII, v 23, n 92. p. 43. Disponível em: <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/26317>> Acessado em 30 de abr. de 2020.

papel ambíguo entre o palpável e o impalpável, oscilando entre essas barreiras de intangibilidade. "A potencialidades do homem só fluem sobre a realidade através das fissuras abertas pelas palavras".

Uma vez organizadas, as palavras reproduzem e produzem "toda sorte de hierarquias e valor intrínsecos às estruturas sociais de que emana", e através da atividade escrita se expressam aqueles que são socialmente desajustados, os inconformados em geral. Isso torna estratégico como um olho mágico para aferir as tensões sociais de um determinado período. Nicolau Sevcenko indaga: "como imaginar uma árvore sem raízes, ou como pode a qualidade dos seus frutos não depender da característica do solo, da natureza do clima e das condições ambientais?" e na pertinência disso, estabelecemos que esses registros escritos dos anos 1920 trazem consigo as tensões e conflitos, fragmentos das mágoas dos aflitos que lá habitaram.

A despeito do nativismo aí encarnado, os "quatrocentões" logo encontrariam um antagonista a altura. Com o trato menos refinado do que aqueles que se citavam na RB, a habilidade discursiva de um certo homem poliédrico traria uma cólera silenciosa para Júlio. Este de que falamos será apresentado em seguida.

Saímos agora do início da década 1920 e atravessamos o restante dela num salto para que possamos sondar através de outras janelas e estabelecer novas conexões com as paisagens que já vimos por outras frestas durante o primeiro capítulo. O palco de transição que apresento é o das turbulências do início dos anos loucos que levaram a *Revista do Brasil* das mãos de Júlio Mesquita e Monteiro Lobato diretamente para os braços de Assis Chateaubriand, no ano de 1925. Dentro daquela simultaneidade histórica, marcava-se o encontro de novas contendas dentro do espaço da escrita e fora dele. Os conflitos pareciam engolir a República. No contexto social, a guerra de classes se intensificava cada dia mais, ecos das greves de 1917; em 1922, 17 jovens tenentes e um civil descontentes com os poderes administrativos do país, marcharam contra milhares de soldados do governo e foram quase todos imolados nas areias da praia de Copacabana; em 1924, o "movimento tenentista" eclode e se prolonga até 1927 com a "Coluna Prestes". Esses acontecimentos, na curta duração, eram impactantes para aqueles que estavam inserido em tais tempos e tornavam as ideologias – filhas das ideias – algo a ser defendido com a vida.



Figura 8: Júlio de Mesquita Filho (Julinho) e Assis Chateaubriand (“Álbum Julinho”, Acervo Ruy Mesquita Filho).

Assis Chateaubriand foi um jornalista brasileiro que partilhou eras de conflitos com Júlio de Mesquita Filho. Na imagem acima, uma imagem dos dois é capturada em um instante em que estariam supostamente se reconciliando depois de décadas a fio de desafeto ferrenho. No livro *Chatô, o rei do Brasil*, escrito por Fernando Morais, a trajetória de Assis é apresentada e ele aparece como um sujeito multifacetado e controverso, que obteve sucesso ímpar na sua carreira no jornalismo. Ao construir um império no setor da imprensa brasileira, ele foi alçado à posições de poder com uma regularidade impressionante. Essa figura complicada e contraditória ganhou a alcunha de “o rei do Brasil”. Colecionou inimizades e azedou relações pessoais, e a sua relação com Mesquita Filho se encaixava nessa categoria. O olhar de soslaio de Júlio para Chatô parece carregado de ressentimentos acumulados por muitos anos de ataques públicos, ofensas pessoais, em sua maioria irradiadas pelo polêmico jornalista de gibão contra o que envergava roupas clássicas.

Para tomar conhecimento de quão longe vinha essa contenda, olhamos a partir do ano de 1925, quando Chateaubriand compra a *Revista do Brasil* de que viemos tratando anteriormente. No ano em que Mesquita Filho publica o seu livro *A crise nacional*, ainda nas funções de secretário do Jornal O Estado de São Paulo que era então dirigido pelo seu pai, Júlio Mesquita, Monteiro Lobato passava por dificuldades financeiras. Isso impele este último a se desfazer da *Revista do Brasil* que havia sido palco de uma refinada empreitada intelectual de “diagnósticos para a N(ação)”. O então ainda jovem Assis Chateaubriand assume a batuta da revista, promovendo sucessivas transformações de abordagem que, segundo Morais, oscilava conforme conveniências políticas e outros fatores.

Os conflitos maiores teriam iniciado em 1932, quando Assis e Júlio fizeram parte do movimento constitucionalista de São Paulo. A derrota militar levou ambos a prisão, juntamente com diversos outros participantes daqueles engajados na causa paulista. Nesse momento de vácuo do poder em que o chefe do poder executivo pra em exercício – Getúlio Vargas – buscava ampliar a sua rede de aliados, Chateaubriand teria “virado a casaca”, para grande revolta de Júlio de Mesquita Filho. No depoimento de Júlio após a prisão e antes de rumar ao seu primeiro exílio, o tom exasperado se faz destacar em meio a sua fala reservada e estóica.

Em filme homônimo ao livro de Moraes e nele inspirado, Chateaubriand aparece metaforizado em meio a um delírio que visualiza a própria vida em retrospectiva. Na narrativa cinematográfica dirigida por Guilherme Fontes, muitos personagens com quem havia tido desavenças no passado, aparecem em um julgamento no qual o réu é o próprio Assis. A vida desse “*Forrest Gump brasileiro*” é habilmente alinhavada com acontecimentos que são amplamente propalados pela historiografia e a literatura brasileira, tais como a nomeada “Revolução de trinta”.¹⁹⁰ Personagens como Getúlio Vargas ocupam parte central do enredo do filme e se torna advogado do réu em tal julgamento. Muitos outros personagens da vida real são aglutinados no filme em pseudônimos para que não haja problemas de direitos. Referimos o filme, pois ele é um discurso possível e romantizado da trajetória obscura e intensa do jornalista paraibano. Júlio de Mesquita Filho é mencionado de maneira recorrente na narrativa de Fernando Moraes, mas não tem representação direta nas filmagens.¹⁹¹

Certo é que a atitude que é dada e ver em tais mídias é de uma *persona* que teve sucesso político – ainda que não partidário – durante parte significativa da sua vida. Em seus flertes nada sutis com as instâncias do poder cultural e econômico, conseguiu feitos que foram pioneiros no país – tais como a fundação do Museu de Arte de São Paulo (MASP), a rádio e a TV Tupi, realizações que pareciam espantosas e até certo ponto inacreditáveis. O seu sucesso aparentemente só foi limitado pela doença, que o pôs em situação de quase paralisia, e na fotografia acima (figura 8) Júlio aparece ao lado de um Chatô já alquebrado. Isso gera indagações sobre ao que se deveria esse sucesso estrondoso, ao passo que Mesquita Filho fora derrotado diversas vezes e mandado um par de vezes ao exílio – além das diversas vezes que

¹⁹⁰ No clássico filme *Forrest Gump*, lançado em meados da década de 1990, o personagem principal participa de acontecimentos de grande repercussão da História dos Estados Unidos e mundial, como a Guerra do Vietnã, Guerra Fria, e com muitas passagens de interações anedóticas com ícones da Cultura Popular como John Lennon e Elvis Presley. No presente texto, fazemos essa referência como uma metáfora sobre a notável semelhança deste filme sobre Assis Chateaubriand com o anteriormente citado.

¹⁹¹ CHATÔ O REI DO BRASIL. Direção: Guilherme Fontes. São Paulo, 2015, 102 min. son. color.

conheceu a prisão. Uma possibilidade de compreensão se apresenta dentro de vertentes antropológicas contemporâneas sobre a atuação no seio do poder.¹⁹²

Dentro da lógica estabelecida por estes escritores, a “política lida com o poder no nível da comunidade como um todo, até mesmo do mundo em geral”. Ao pensar o século XX todo como uma guerra perpétua no ocidente, uma guerra de vários tipos, é razoável apontar que toda sorte de disputas estivera à tona nos países que, como o Brasil, buscavam demarcar projetos. A habilidade dos seus projetistas seria medida a cada segundo em meio aos teatros do poder. Isso que Agnes Horvath e Arpad Szakolczi definem como teatro ou peça do poder conta com o talento teatral daqueles envolvidos em tal representação, pois “difícilmente uma pessoa consegue entrar na política contemporânea se não estiver disposta a renunciar a si mesma; e nisso poucas pessoas conseguem vencer um comediante de verdade”.¹⁹³ Nisso está a potência de personagens insidiosos com Assis Chateaubriand, cujas regras éticas elásticas em sua subjetividade devem tê-lo favorecido repetidas vezes nas coxias e bastidores das peças do poder que participou no Brasil.

Costuma dizer-se que acima do rei, apenas a coroa. É de se perguntar o que haveria acima do “rei” sem coroa que vestia um gibão de couro em celebração a um “regionalismo” nordestino, tudo a ver com uma monarquia em seus acordes míticos. Decerto, existia a sua mortalidade, evidenciada no rosto sorridente da fotografia acima, que nem as suas habilidades teatrais e de trapaça escondia a enfermidade. Júlio, ao seu lado – aquele que havia sido repetidamente desafiado pelos escritos de Assis, olhava de través e sem sorriso algum. Nesse gesto, demarcado na materialidade dos corpos e capturados pelo instantâneo de uma câmera fotográfica, é possível entrever a disparidade entre a disparidade dos talentos teatrais entre os dois homens. Nessa senda para definir a coisa ausente, a estrutura de um país que ambos eram esgrimistas, Chatô parecia estar mais confortável com as armas necessárias para alcançar vitórias – ainda que não definitivas ou infinitas, pois ainda o seu “poder régio” da trapaça não o livrava de todas as armadilhas do assujeitamento no tempo.

Na medida que um sujeito consegue ser um ator competente no teatro da prática política ou dos envolvimento com as práticas do poder, mais efetiva vai ser a sua intervenção. As representações se ocupam das medidas em que os sujeitos são atores canastrões ou não. “O trapaceiro tem de inventar alguma artimanha para entrar, ganhar atenção e até confiança, apesar de seu caráter duvidoso, e mesmo ameaçador e desconhecido” e assim “ele pode estimular

¹⁹² HORVATH, Agnes; SZAKOLCZAI, Arpad. **O trapaceiro na antropologia política**. São Paulo: n-1, 2020.

¹⁹³ Idem, p. 07.

emoções nos outros, brincando com sentimentos humanos como se o fizesse com um instrumento musical”.¹⁹⁴

Se “a esfera pública como teatro é uma cena de jogos mascarados”,¹⁹⁵ esse trajeto de formulações de arestas e faces da “ideologia da Cultura brasileira” pode ter uma das suas colunas fundadas em alicerces de máscaras. O que vai definir exatamente quais sujeitos vão encarnar determinadas ideologias, emulá-las e melhor divulgar, pode ser, dentre outras questões, a capacidade teatral e de representar vários papéis na mesma peça. As ferramentas são muitas e, aparentemente, aqueles que melhor se adaptam a elas podem se tornar “rei”.

Júlio de Mesquita Filho seguia por uma senda mais erudita, intelectualizada, e talvez por isso mesmo, mais excludente do olhar público. As suas vontades interpretativas sobre os trópicos de maneira geral podem ser vistas ao longo de livros ensaísticos que andou lançando ao longo da sua trajetória, como o caso dos livros *A crise nacional* (1925) e *Ensaaios Sul-americanos*, analisados no tópico que segue.

3.2. Cosmovisão mítica em *A Crise Nacional* e n’Os *Ensaaios Sul-Americanos*

Para situar qual era o projeto de Nação que Mesquita Filho pensara antes do início de sua carreira como jornalista, utilizaremos a sua primeira obra publicada, *A Crise nacional* (1925). Esse livro marca o início das suas atividades intelectuais, e, como sugere seu título, atesta que existe uma crise generalizada no Brasil e estabelece suas causas e possíveis soluções. Em sua escrita, fala desde os “efeitos da lei de 13 de maio”, dá sua posição sobre modelos de governo, economia e demonstra interesse pela criação das universidades. Nesse ponto, a ideia de crise manifesta posição de discordância conflituosa com o *status quo*. Essa é a primeira relação notada na qual são confrontados o intelectual e a realidade nacional.

Os manifestos estiveram em evidência naquela década que seria a última da assim chamada “Primeira República”. Como comburentes desses ditos e escritos, uma certa vontade de resolver as coisas. Mas não apenas isto. Implicitamente, o desejo de vanguarda e de preconizar os tempos vindouros fazia-se presente em cada palavra. O *Manifesto do Pau Brasil* de Oswald de Andrade e O *Manifesto regionalista* de Gilberto Freyre são exemplares clássicos de tentativas de fundação de ética e estéticas nacionais. Em São Paulo, em quinze de novembro de 1925, um intelectual que fazia carreira como dono do matutino *O Estado de São Paulo*

¹⁹⁴ Ibidem, p. 17.

¹⁹⁵ Ibidem, p. 25.

ensaiava o seu projeto vanguardista para a Nação. O texto de debute de Júlio de Mesquita Filho possui um título forte, mostrando a que veio – *A crise Nacional. O Estado* havia lançado nomes como Euclides da Cunha, a saber, pelo próprio membro fundador, Júlio Mesquita. A sede desse empreendimento de imprensa era assiduamente frequentada por intelectuais e homens das letras já proeminentes como Monteiro Lobato e Olavo Bilac, sequiosos pela divulgação que um noticioso de ampla circulação poderia proporcionar. Talvez encorajado por esses sujeitos, Mesquita Filho lança o primeiro livro, fortemente engajado em torno da ideia de República.

O texto integral foi publicado originalmente na edição do jornal na data em que se comemorava a proclamação da República – daí o subtítulo “reflexões em torno de uma data”. Esse escrito ganharia formato de livro provavelmente pelo fato do seu autor tê-lo considerado merecedor de um formato menos efêmero. A “secção de obras d’*O Estado de São Paulo*” diagramou o livro de tal modo que trazia uma citação de Goethe na capa: “Onde vejo grandes efeitos, sempre supponho grandes causas”. Essa epígrafe reforça a ideia de uma visão dialética de sociedade que revela o pensamento do autor. Em sua análise de “grandes causas” que geraram “grandes efeitos” – a crise –, o primeiro tema é a monarquia. Com os tempos do Segundo Reinado descrito com palavras otimistas – saudosas, até – essa é uma das primeiras evidências do passado de *tradição* que Mesquita Filho atribui como sendo um período em que se havia neutralizado “os males que mais tarde tão grandes proporções assumiriam, inerentes a tendência autocrática do brasileiro”. O que teria mantido esses “males” distantes: “a presença de Pedro II, espírito culto [...] figura serena do soberano”.¹⁹⁶

Esse tempo de suposta estabilidade política cairia por terra por ocasião do “decreto de 13 de maio, [quando] entrou a circular no sistema arterial do nosso organismo político a massa impura e formidável de dois milhões de negros” [*Sic*].¹⁹⁷ Esse brusco diagnóstico remete a notas de um pensamento sociológico amplamente difundido nas academias a partir do século XIX, cujas pistas mais veladas puderam ser parcialmente desvendadas apenas nos estudos antropológicos recentes. As referências a “massa impura e formidável” dos antigos escravos na sociedade possui fundamentos e lugares-comuns sobre cultura.

A historicidade da ideia de cultura perpassa pela construção dos Estados-Nacionais e, nesse caso, instrumentaliza um intelectual a refletir sobre “a crise nacional” brasileira na terceira década do século XX. Mesquita Filho demonstra estar entre aqueles que epistemologicamente “proclamam a necessidade de um período de incubação ética para

¹⁹⁶ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A crise nacional**: reflexões em torno de uma data. Secção de obras d’*O Estado de São Paulo*, 1925. p. 8.

¹⁹⁷ *Ibidem*, p. 9.

preparar homens e mulheres para a cidadania política” e que, por outro lado “negam aos povos coloniais o direito à autodeterminação até serem suficientemente «civilizados» para o exercício das suas responsabilidades”.¹⁹⁸

Em termos crus, acrescenta que “o afluxo repentino de toxinas” – em referência a inserção dos antigos escravos como cidadãos – levou a “consciência nacional” que estaria se fortalecendo nos tempos imperiais a apresentar imediatamente “os mais alarmantes sintomas de decadência moral”.¹⁹⁹ Os fundamentos dessa dialética, onde grandes causas e grandes efeitos são axiomas de processos mecanicistas, não usa eufemismos ou subterfúgios. Afirma peremptoriamente: a abolição da escravidão tem como desfecho o que chamou de “crise nacional”. O fatalismo em torno de ideias que remete a esse “mal” traz um obscuro determinismo. Através de algumas analogias e termos médicos, Júlio de Mesquita Filho afirma que a “doença” política e cultural do Brasil vem de uma “vibração sempre maior do elemento patógeno”. A catástrofe política que ele observava no Brasil nos anos derradeiros da Primeira República seria outra manifestação da visão epistemológica de mundo que pensava o globo terrestre como um *continuum* de tempos diferentes e um desenvolvimento unilinear.²⁰⁰

A partir dessas afirmações tautológicas em seu livro inaugural, salta aos olhos uma lógica de sentido transcendente e exterior. Não existe traços de hesitação nesses argumentos. Um sólido construto teórico amparava aquelas conclusões, a exemplo da bibliografia europeia que se fazia presente na sua biblioteca pessoal. Dentre as concepções de Estado-nação moderno, se avultou na Europa a ideia de homogeneidade étnica e cultural da população, tema de estudo de Benedict Anderson em *Comunidades imaginadas*,²⁰¹ com menções diversas, como a de Hannah Arendt em texto clássico sobre o nazismo.²⁰²

Esse pressuposto terminaria ecoando pelo mundo, chegando com grande rapidez na América Latina. Esse fenômeno de intelectuais engajados em construir nações latinas articulado em torno da ideia de raça já conta com excelentes análises, como a de Jeane Delaney sobre as tentativas da *intelligentsia* e ações de Estado para consolidar uma nacionalidade argentina.²⁰³

¹⁹⁸ EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. Lisboa: Temas e Debates, 2003. p. 18.

¹⁹⁹ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A crise nacional**: reflexões em torno de uma data. Secção de obras d’O Estado de São Paulo, 1925. p. 11.

²⁰⁰ LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber e eurocentrismo nas ciências sociais**: perspectiva latino-americana. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005.

²⁰¹ ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

²⁰² ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 198.

²⁰³ DELANEY, Jeane. “Imaginando La raza argentina”. In: PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don H. **Nacionalismo no Novo Mundo**: A formação dos Estados-Nação no século XIX. São Paulo: Record, 2014.

No caso da retórica de Mesquita Filho Sobre a Nação, o fim da escravidão e a súbita transformação de “coisas” em cidadãos deitaria por terra as esperanças de um país aos moldes etnicamente “civilizados”.

De acordo com a volumosa quantidade de informação deixada por este intelectual que exerceu uma atuação *sui generis* em empreitadas tão heterogêneas, pode ser percebida uma atmosfera de tradição, como uma busca constante por recuperar “o chão sob seus pés”. Dentro daquilo que Michel Foucault chamou de “crise da representação”, o sujeito que escreve *A crise nacional* dedica sua eloquência ao estudo de um objeto ao qual ele próprio se mistura. Na *mise en scène* da sociedade brasileira representada nesse livro – que localizo com tons de manifesto, apesar de não ter se colocado claramente com esse objetivo –, a nostalgia de um tempo perdido é o elemento sensível. Uma lista de mazelas começa a ser apontada, ainda sob a fórmula de “grandes causas e grandes efeitos”. O sistema de oligarquias, por exemplo, é localizado como causa direta da “mentalidade primitiva” a circular no metabolismo político do país, já que estava convencido de que a nação havia “entrado para a categoria daqueles povos que ‘preferem um governo qualquer a se governarem por si mesmos’”.²⁰⁴

Se considerarmos o autor de *A crise nacional* dentro do que estudiosos críticos como Stella Bresciani e Carlos Guilherme Mota chamaram de intérpretes ou ideólogos do Brasil – visto que além desse livro diagnóstico, escreveu outros com escopo semelhante –, vemos alguns ineditismos em suas análises, pelo menos acerca do que é mais divulgado. Em termos de circulação, talvez devido a concepções hoje claramente inadmissíveis nos círculos intelectuais, seus livros não são mais publicados. Todavia, sujeitos como Monteiro Lobato e Oliveira Vianna leram e elogiaram os escritos de Mesquita Filho, como vimos o caso de Vianna que chegou a publicar uma resenha elogiosa a um artigo escrito por Júlio.²⁰⁵ Dentro do que pode ser considerado em suas análises como ineditismo nessa sua “interpretação” é o fato de que, ao falar de crise, não retorna à colonização,²⁰⁶ mas se detém na abolição da escravidão como “mal de origem”. Compartilhava com outros pensadores da época, a abordagem intelectual de um dos chamados universais – O Estado –, que implicava em vários outros, como Verdade, Justiça e Lei, investidos igualmente de teor meta-histórico.

²⁰⁴ MESQUITA FILHO, Júlio de. **A crise nacional**: reflexões em torno de uma data. Secção de obras d'O Estado de São Paulo, 1925. p. 16.

²⁰⁵ OLIVEIRA VIANNA, F. J. A comunhão paulista. Resenha. **RBR**, v.24, n.92, p.326-8, ago. 1923.

²⁰⁶ BRESCIANI, Maria Stella Martins. Identidades inconclusas no Brasil do Século XX – fundamentos de um lugar comum. In: _____; NAXARA, Márcia. **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004. p. 406.

Esta posição epistêmica em relação a temas delicados é demarcada ao ano de 1925. Ocorre, no entanto, que um outro debate profundamente revelador é apresentado duas décadas depois. Esse caso, a ser analisado nas próximas páginas, também é definidora de intencionalidades e projetos de Brasil que são forjados em determinadas conjunturas sociopolíticas.

É lugar-comum, mas nem por isso menos verdadeiro, que os nomes e as definições no geral dão contornos a visões de mundo, significam realidades com tons de inteligibilidade, fundam correntes de pensamento e, de maneira recorrente, concorrem para estabelecer mitos de diversas espécies. Em meio aos intelectuais e pensadores, que certamente não enxergam as coisas do “ponto de vista da eternidade” e podem ser “presas fáceis do seu tempo”,²⁰⁷ é comum que sejam adotados argumentos de cunho metafísicos como parte dos seus repertórios analíticos. Pode, inclusive, virar ideologia tingida com as tintas dos pincéis científicos. Cartografados pela História das Ideias, ensaios como *Raízes do Brasil* propuseram análises que privilegiaram a dimensão a heurística, fundando interpretações localizadas em torno das ideias de Brasil e de Nação, passando a ser muito comuns depois da década de 1930.

No caso de *Raízes do Brasil*, um dos livros mais conhecidos e editados de Sérgio Buarque de Holanda, foram fundadas concepções bastante icônicas e referenciadas do chamado “caráter nacional” ou “alma nacional”, que passaram a impactar profundamente o cenário acadêmico e erudito. As querelas e discussões que derivaram desse livro carregam um tom acalorado, mesmo quase noventa anos depois da sua primeira edição ter sido lançada. Muitos estudos no âmbito da História Intelectual, Sociologia e das Humanidades em maneira geral se debruçaram na disputa dos sentidos pretendidos ou não pelo seu escritor, inclusive tendo diversas contestações deste enquanto esteve em vida.

Um exemplo dessas dissidências interpretativas está em torno do conceito de “homem cordial”, que se tornou uma espécie de rifão com múltiplos sentidos. Em entrevistas e outros textos, Buarque de Holanda se esforça para reestabelecer o pretense sentido original da expressão.²⁰⁸ Como se vê, a multiplicidade interpretativa que se efetua em muitas camadas, com elevadas cargas de subjetividade, faz surgir uma trilha de escritas de si mesmos entranhadas ao exercício do pensamento. Essa perspectiva de labor intelectual que vem sendo debatida a partir

²⁰⁷ Sérgio Buarque de Holanda afirma isso em entrevista, a respeito do fato dos intelectuais que falam de dentro de seus próprios tempos carregam elementos de testemunha e são “presas” dos afetos que são próprios de sua época, nas suas palavras, “um certo conceito de tempo”. Ver: MARTINS, Renato. (Org.). **Sérgio Buarque de Holanda (Encontros)**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009. p. 93.

²⁰⁸ A este pretexto do conceito de “homem cordial”, que foi por muitos associado a “homem bom”, Buarque de Holanda apressa-se em dizer que a sua ideia “não era fazer nenhuma avaliação ética. Cordialidade vem do coração. É possível até odiar cordialmente”. Idem, *ibidem*, p. 186.

de alguns prismas ao longo dessa dissertação pode ser vista em mais este caso, que cá passo a analisar.

Para além do supramencionado clássico do “pai do Chico”,²⁰⁹ outros ensaios foram produzidos por intelectuais que se aventuraram a dar suas versões sobre as “raízes” daquilo que se pretendia como Brasil “real”. Júlio de Mesquita Filho, por seu turno, publicou o livro “ensaios Sul-Americanos” no qual relata conclusões e sínteses de seu pensamento e estudos na altura do ano de 1946, ano desta publicação. Como já alertado na seção “advertência”, os esforços de Júlio – então se apresentando como jornalista trabalhando como cientista social – foram instados para “aproveitar, do modo mais útil possível ao Brasil, as intermináveis horas de inatividade em que nos atirou o arbítrio do mais torpe dos regimes jamais implantados em nossa terra”.²¹⁰

Em suma, trata-se de uma reunião de ensaios escritos durante os cinco anos de exílio, decretado pelo Estado-Novo varguista, ao qual se refere como “mais torpe dos regimes”; em face da experiência de desterro, Mesquita Filho afirmou se defrontar com “a contemplação do conformismo passivo” com que quase todo o país assistia a “devastação sistemática da nacionalidade pelo caudilho de São Borja e seus asseclas” [em referência a Getúlio Vargas e os seus apoiadores].²¹¹ Esses ensaios compõem, dessa forma, uma resposta intelectual e um plano de interpretação sobre a História do país, vista por Mesquita como um importante fator norteador da nacionalidade e como fornecedor de resoluções, influência do vetor “história mestra da vida”. O esforço ensaístico e de pesquisa que dá corpo a este documento permite inferir sobre uma Filosofia da História do Brasil elaborada a partir de referências míticas e regionais que haviam tido os seus começos registrados em uma genealogia bastante antiga.

Uma das primeiras questões que se fazem notar, antes mesmo de qualquer aprofundamento nas definições conceituais e empíricas presentes nestes ensaios é, a rigor, o engajamento intelectual – tão presente quanto reivindicado ao longo da trajetória de Júlio de Mesquita Filho. Remetendo aos estudos de Eric J. Hobsbawm e a agudeza do seu olhar sobre um fenômeno sociocultural do qual ele mesmo fazia parte, os intelectuais tiveram variadas funções e razões de existir em diferentes contextos sociopolíticos, bem como estiveram no olho de muitos paradoxos.

²⁰⁹ Uma maneira bastante comum de se referir ao notável Historiador brasileiro Sérgio Buarque de Holanda, uma vez que ele é pai do compositor, cantor e literato Chico Buarque de Holanda. Essa referência se dá comumente para evidenciar a grande inserção do pai e do filho Buarque de Holanda nas narrativas sobre a cultura brasileira.

²¹⁰ MESQUITA FILHO, Júlio. **Ensaaios Sul-Americanos**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1946. p. 02.

²¹¹ Idem, *ibidem*.

Sendo Júlio um intelectual em exílio, fruto de dissidências severas com aqueles que se compreendiam como timoneiros do poder no país, proprietário e dirigente de um grande veículo da imprensa, a sua posição era também de um “intelectual orgânico” que servia a interesses ditos antagônicos àquele status quo. A metáfora de Hobsbawm que “a pena jamais teve mais poder do que a espada” esclarece o fato dos textos só terem sido publicados após Getúlio Vargas ser apeado do poder em 1945,²¹² mas ainda assim atesta que a “pena” que Mesquita Filho empunhara neste e em outros escritos levam consigo registros e ambiências históricas que coexistiam na mesma temporalidade.

Na dialética comum entre os desejos e sonhos de brasis que foram esgrimidos dentro dessa realidade virtual de textos, manifestos e ensaios podem ser lidos como faces do que já foi chamado por outros intelectuais e críticos brasileiros de “Brasil Oficial”, mas que aqui apresento como ideias a serem tratadas fora do maniqueísmo de “Brasil Oficial X Brasil Real”, em vista do fato de que ambos se misturam e terminam por compor partes do mesmo, se organizando dentro das mesmas fronteiras geográficas e culturais. É a pretexto desse “Brasil Oficial” de Mesquita que podemos vislumbrar elementos que concernem as seduções tropicais, este grande híbrido que cabe na mesma equação mitos que remetem a bandeirantes, jesuítas, índios e outros ídolos das origens que se terminaram por se tornar personagens de uma intriga que passou a ser apresentada em diferentes versões, por sujeitos diversos. Disputavam para se tornarem a trama vencedora da nacionalidade.

Os rumos das ideias de Mesquita Filho nos ensaios mais reveladores dos *Ensaio Sul-Americanos* versam sobre os temas caros entre aqueles que eram aquecidos pela “formosa lareira intelectual” que fora o Jornal *O Estado de São Paulo*, nas palavras do apresentador da edição, Plínio Barreto, que exalta a característica de ensaísta de Júlio, que transcendia a efemeridade e superficialidade do modus operandi do jornalismo para a verticalidade do ensaísmo. Segundo Barreto, o caráter histórico tomado pelo ensaísta sobre a sociedade e cultura brasileira é quase uma missão de fé, deixando claro que tipo de formação discursiva desejava fazer ir além das páginas do jornal.

Alertadas as condições do contexto – no tempo da redemocratização pós-Estado Novo –, o texto do intelectual estudado desta feita entra em pauta. Após versar sobre dados dos tempos coloniais em ensaios reunidos no livro, a sistematização do que aparenta ser a constituição dos rudimentos de uma Filosofia da História brasileira que, note-se, parte de São Paulo, fazendo-se

²¹² HOBBSAWM, Eric J. Os intelectuais: papel, função e paradoxo. In: _____. **Tempos fraturados:** Cultura e sociedade no século XX. Tradução Berilo Vargas. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

presente principalmente no texto final. O título sugestivo de “Índios, jesuítas e Bandeirantes” demarca a sua eleição dos elementos-base da sua interpretação de Brasil, de forma semelhante a Gilberto Freyre quando definiu serem os Africanos escravizados e Portugueses aqueles que constituíam o caráter brasileiro.

“A guerra de 1914” – escreve Júlio ainda no início do referido texto – “e a tremenda crise social que a ela se seguiu provocaram sensível diminuição no ritmo e na qualidade da produção intelectual da humanidade”, mas segue argumentando que teve uma outra característica, que foi a produção de um laboratório de estudos sociais a céu aberto, pelo fato de muitas nações “de elevado nível cultural” terem caído perante regimes de força.²¹³ Nessa nova realidade de conflitos, o autor infere que “a história perdeu o caráter de serena interpretação do passado, para assumir a feição de uma acerba polêmica em que tendências ideológicas individuais se sobrepõem sistematicamente aos interesses da verdade objetiva”.²¹⁴

A perspectiva de uma crítica à verdade histórica é feita a pretexto da pretensa ideologização da Filosofia da História que, a pretexto de Benedetto Croce – demonstrando nesse ponto uma erudição neste filósofo italiano – acusa a historiografia de ter deixado de ser “um ato de pensamento” para se transformar na “aprovação ou condenação”, entre outros maniqueísmos. Segue neste tom, ainda parafraseando Croce sobre as características do saber histórico: “[...] como perante um tribunal, citam-se os homens do passado, para que respondam por suas ações, distribuindo-lhes prêmios, ou marcando-os com o estigma da maldade, do vício, da tolice, da inépcia ou o quer que seja”.²¹⁵ A influência do pensamento de Croce nesse escrito parece ser bastante intensa, inclusive na dimensão de inspiração do trabalho intelectual, visto que o pensador italiano manteve uma postura crítica mesmo durante regimes autoritários em seu país.

Tais críticas aos modelos historiográficos se dão em dimensão internacional e nacional. Mesquita Filho, nesse preâmbulo, adota a postura de combatente a vertentes de pensamento segundo os quais – e aqui se situa o objeto central do escrito – demoniza-se o bandeirante paulista, segundo ele, por motivos políticos aos quais serviriam os historiadores. A sua postura é de revisionismo, pretendendo a princípio aguçar a crítica sobre a História escrita e restabelecê-la “para os fins da nação”. Seja definindo alguns historiadores como “detratores” ou declarando obsoleto o método de outros, a exemplo do próprio Capistrano de Abreu – ainda que admitindo

²¹³ MESQUITA FILHO, Júlio. Índios, jesuítas e Bandeirantes. In: _____. **Ensaio Sul-Americanos**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1946.

²¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 196.

²¹⁵ *Ibidem*.

a sua intuição intelectual –, discorda do argumento que lega às bandeiras paulistas o lugar de “violentos caçadores de índios”, direcionando-os para outros postos mais “nobres” no concerto das movimentações sociais brasileiras.²¹⁶ A sua intenção é justamente demonstrar como esses personagens foram parte da dinâmica de uma época.

Nesse interim, iniciam-se os esforços de reabilitação do bandeirantismo como a peça-chave do processo civilizador na História do Brasil. O mote sistemático, a partir de vários matizes, é o de conciliar a imagem do bandeirante com a matriz empreendedora das “entradas”, dotado de um espírito europeu. Descontado da violência desses sujeitos o fato de ser uma temporalidade remota, na narrativa de Mesquita Filho é acrescentado “a favor do bandeirante a situação de tremenda inferioridade em que se viu, durante todo o decorrer do século XVI, ante a massa enorme e hostil de Carijós, Tamoios, Tupiniquins e Guaianazes, que enfrentavam”.²¹⁷ Quanto ao escravismo e o apresamento de índios, o ensaísta estabelece que a corrente moral da época – amplamente compartilhado pela Europa, incluindo setores da igreja – autorizava a escravidão como justa e que, assim sendo, não havia surpresa que os paulistas coloniais lançassem mão desse recurso – “era pois absolutamente geral esse estado de espírito”.²¹⁸

Essas características elencadas acerca dos “paulistas” e dos “colonizadores modernos” que vai firmemente definindo um enunciado ao texto, age desviando a figura daqueles da definição de inovadores da desumanidade. Recheando de exemplos que remetiam aos Vikings, através de citações de estudiosos tais como Hippolyte de Taine, busca demonstrar que na construção das civilizações que consideravam o cume do desenvolvimento humano houve episódios cruentos, mas que terminaram tendo grandiosos resultados. Em suma, para se fazer uma omelete sempre se tivera que quebrar alguns ovos. Destarte, a pretensão do autor é demonstrar que não existem motivos especiais para que se “detrate” e negue a ancestralidade paulista ao sangue dos primeiros colonizadores, pois

É preciso confessar, diz Gerland, que todos os povos civilizados se conduziram em relação aos naturais com a mesma ferocidade; espanhóis, portugueses, holandeses, ingleses, franceses, alemães. A maneira desumana e mortífera com que os europeus lutaram contra esses povos, maneira que ultrapassa de longe a selvageria destes, conduz-nos a uma conclusão antropológica que não nos parece de pouca importância: o abismo que separa o civilizado do pretensio selvagem está longe de ser tão grande como se pensa. Não se julgue, conclui, que se trate de casos individuais; são ao contrário fatos gerais nas colônias que recebem a aprovação universal.²¹⁹

²¹⁶ Ibidem, p. 198.

²¹⁷ Ibidem, p. 203.

²¹⁸ Ibidem, p. 206.

²¹⁹ Ibidem, p. 212,

Remetendo a estudiosos da sociologia, o arcabouço argumentativo de Mesquita Filho se volta para a construção de fundamentos gerais que orientem a pulsão de civilização. Para ilustrar a sua retórica, apresenta exemplos vivazes do colonialismo europeu já em muito avançado no século XIX para demonstrar que, séculos depois da atuação do bandeirantismo paulista, atitudes de barbárie – como as políticas de extermínio na Tasmânia – foram mais agressivas e desumanas do que naquele distante contexto colonial brasileiro:

E, ainda, que preando índios, procedia o paulista, nos séculos XVI e XVII, de modo exatamente idêntico ao do jesuíta, na mesma época, em Angola, e de maneira indubitavelmente mais humana do que, em pleno século XIX, o anglo-saxão na Austrália, na Tasmânia e em África; o belga, no Congo; o holandês em Java, na África do Sul e nas Guianas; o francês na Martinica e o dinamarquês nas ilhas de Santa Cruz e São Tomás.²²⁰

Uma característica de Júlio na sua arguição é trazer questões paralelas de outros espaços e tempos para corroborar com a sua visão. Tendo escrito durante e após o seu segundo exílio, depois de meia década como jornalista em diáspora fora do Brasil, o olhar cosmopolita está inflado como, aliás, era característica dos intelectuais orgânicos do século XX, que foram educados e adquiriram erudição também em trânsito pelo mundo. A narrativa lança mão de estratégias em que categorias regionais e internacionais são alinhadas em paralelo, fazendo reflexões que remetem, de fato, a uma Filosofia da História bem demarcada. Esses esforços de abordagem de História Total e transnacional podem ser vistos, aliás, em passagens de outros ensaios do mesmo volume que, por critérios de recortes metodológicos, não estarão aprofundados aqui, mas que contextualizarei em resumo.

Ainda que não busque essa análise detida sobre os outros “ensaios Sul-Americanos”, para efeito de alargamento da discussão sobre a questão bandeirantes aliada a esta compreensão transnacional dos processos históricos, é útil definir algumas teses que são recorrentes em vários pontos da obra. Originalmente publicado no jornal argentino “La Nación”, o texto “O Brasil e a Revolução Industrial da Inglaterra” representa uma outra camada do seu argumento, já referido, que colocava o “bandeirismo” a frente de um movimento que não apenas era regional ou nacional, como teria se tornado ecumênico e influenciado movimentos revolucionários na Europa. Lançando mão de um historiador estadunidense chamado Vannorden Shaw, passa a defender o argumento de que existiu uma decisiva influência “que sobre a eclosão da revolução

²²⁰ Ibidem, p. 225-226.

industrial da Inglaterra no século dezoito exercera a descoberta, pelos bandeirantes paulistas, das minas de ouro nas províncias brasileiras de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás”.²²¹

O gênero dos ensaios e obras de interpretação que se consolidaram entre as décadas de 1930 e 1940 foram, via de regra, profundamente influenciados pelas trajetórias dos seus autores, sujeitos viajados e que entraram em contato íntimo com ideias que circulavam e buscavam inovar o debate das ciências sociais, achando-se também diante de perspectivas diferenciadas proporcionadas pelo olhar do fora. Alguns seguiram viagem exclusivamente para fins intelectuais – como o próprio Mesquita Filho havia feito três décadas antes nos seus estudos na Suíça – mas desta feita estava exilado, se confrontando com a relação de ostracismo compulsório. É uma experiência que certamente afeta um sujeito, na carne e nas suas relações com as sensibilidades e os ressentimentos. Em frente a isso, é inevitável que para além dos contatos com leituras, a sua própria condição contribuía para que o seu olhar sobre o que compreendia como Brasil ganhasse tons mais próximo daquilo que compreendia como lar.

Em que pese Júlio se apresentar como estudioso propondo uma interpretação historiográfica e sociológica de um objeto tão recuado no tempo, os sujeitos são mais do que apenas produtos de suas formações intelectuais. Em estudos recentes do historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior, a ideia de que existe uma aliança e aproximação entre a carne – o eu subjetivo – e o texto – pretensamente imparcial, racional. Aferir essa sutil presença da carne que chega a nós através das letras pretas no papel amarelado não é tarefa simples, mas que se pode ter uma pista através da premissa que “o primeiro encontro entre carnes e letras se dá no fato de que ambas são habitadas pelo desejo”.²²² O desejo de escrita, de se traduzir em texto e fazê-lo inteligível, permite revelação de situações do seu “estado de espírito”, que já foi notado na biografia de Mesquita Filho escrita pelo diplomata Roberto Salone. Nesses moldes, na construção dessa Filosofia da História e revisões existe também existe uma ligação íntima com o desejo.

Em prefácio de uma segunda edição desses ensaios que foi publicada em 1956, o autor admite que as suas “adjetivações” eram frutos de um “Eu hipersensível, de quem fora violentamente arrancado do seu próprio meio para passar a viver, de certa maneira de favor, no seio da sociedade que nos acolhera”, acrescentando ainda que optava por deixar o texto sem alterações “em respeito ao nosso Eu daqueles tempos sombrios”, “como um grito de reunir

²²¹ MESQUITA FILHO, Júlio de. O Brasil e a Revolução Industrial da Inglaterra. In: _____. **Ensaio Sul-Americano**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1946. p. 137.

²²² ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. de. Narrar vidas, sem pudor e sem pecado. **albuquerque: revista de história**, v. 12, n. 24, p. 12-23, 26 dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/12157>>. Acesso em: 17 de jan. 2021.

dirigido a todos quanto, naquele doloroso momento, como ainda hoje, se obstinam em crer num futuro melhor para o Brasil”.²²³ A vista desse Brasil por ele desejado tinha muito de São Paulo e fortes tendências de uma matriz explicativa luso-europeia.

É notável que, para Mesquita Filho, os paulistas do passado ao fincarem as “raízes do Brasil” carregam a plasticidade do português, argumento que se alia a Gilberto Freyre e as teses centrais de Casa Grande & Senzala. Na obra mais conhecida e traduzida do intelectual pernambucano, o português ocuparia um lugar híbrido que o permitiu “contemporizar” os usos e costumes dos povos colonizados. Aqueles teriam uma predisposição natural a se manter nos trópicos, sendo esse seu maior mérito, já testado na Índia e na África antes de se aventurarem no Brasil. O português seria “cosmopolita e plástico”.²²⁴ Adaptado a essa perspectiva antropológica que lhe era contemporânea, o ajuste é feito para que se contemple a sua tese de maneira mais eficaz. Havia se passado pouco mais de uma década desde a primeira edição do volume mais famoso da obra freyreana.

Encarnar-se-ia no bandeirante a plasticidade que Freyre atribuía ao colonizador português em geral. A figura de proa da interpretação de Júlio, o português-bandeirante, é evidenciada nessa passagem:

[...] levada a cabo em meio a populações extremamente densas e altamente civilizadas, a epopeia portuguesa cria figuras gigantescas. [...] Surge Antônio Raposo Tavares, figura sobre-humana e herói de uma das mais famosas façanhas de que guarda memória a história da humanidade: a sua “entrada” através de S. Paulo e Mato Grosso, dos Chacos, dos Andes bolivianos, do alto Peru e Quito, até as nascentes do Amazonas. Ora, Fernão Mendes Pinto, no Oriente, e Raposo Tavares, no Brasil, são portugueses, aqui-portugueses. Portugueses de nascimento, e nas atitudes, no inacreditável poder de vontade que os anima e sustenta, na constância e maleabilidade com que se amoldam a todas as situações...²²⁵

Nas estruturas de sentido às quais se busca articular os arquétipos ancoradouros de tradições nacionais, Raposo Tavares – na condição de personagem tomado tão elogiosamente por Mesquita Filho em sua narração –, se aproxima daquilo que Marilena Chauí situa como figuras que “[...] entram em cena [...] como palavras encantatórias que permitem a aplicação de

²²³ MESQUITA FILHO, Apud: SALONE, Roberto. **Irreduzivelmente liberal**: Política e cultura na trajetória de Júlio de Mesquita Filho. São Paulo: Albatroz Editora, 2009. p. 265.

²²⁴ Para efeito de consulta do leitor, citamos uma edição recente de Casa Grande & Senzala, mas esses trechos já constavam nas primeiras edições. Ver: FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006. p. 65.

²²⁵ MESQUITA FILHO, Júlio de. O Brasil e a Revolução Industrial da Inglaterra. In: _____. **Ensaio Sul-Americano**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1946 p. 143-144.

esquemas europeus sem que nos envergonhemos deles”.²²⁶ Nesses moldes de personagens encantatórios a partir dos quais se constroem usos do passado específicos, ilustro com um exemplo referido por Hobsbawm a pretexto das narrativas míticas construídas ao redor do Caubói estadunidense, que através de mídias diversas, terminou por se tornar também um símbolo de ideais caros a nacionalidades inteiras. Nas palavras do historiador inglês, tratam-se de “mitos semibárbaros machos e heroicos de um tipo ou de outro em seus próprios países e às vezes mais além”.²²⁷ No presente caso, os acordes míticos são afinados através de um diapasão intelectual.

Na fundação de um *ethos* para que se retire a vilania dos personagens que penetraram o Brasil colonial e ficaram conhecidos como sertanistas e entraram em territórios tidos como inóspitos é uma das camadas pretendidas pela forja de uma proto-história do bandeirantismo. Para que personagens se tornem símbolos numa longa duração, carece-se de elementos de coesão e justificação de atitudes que permitam a contemporização e construção de empatia. Na pena de Júlio, o enunciado de que esse símbolo do passado já remoto remete a sujeitos extraordinários que, sendo capazes de feitos terríveis – é verdade – foram também hábeis ao ponto de realizações dignas de “raças de gigantes”.

Retomando o caso dos bandeirantes em conflito com os Jesuítas, nos termos que estes últimos narraram aqueles como sujeitos impiedosos e diabólicos, Mesquita Filho apressa-se em utilizar novamente a retórica do telhado de vidro, ou seja, mencionando como aqueles da companhia de Jesus agiam de maneira hipócrita, já que recomendavam a escravidão africana para que pudessem “salvar as almas” indígenas em paz. “Estamos” – diz o ensaísta – “diante do reconhecimento explícito da Companhia [Jesuítas], dos métodos de economia escravocrata adotados pelo branco”.²²⁸ Demarcando os pares de opostos que compõem a intriga do texto – Jesuítas e Bandeirantes – o terceiro envolvido, nativo autóctone, é o elemento passivo dessa relação. Nos moldes descritos por Júlio, os métodos dos dois ativos estavam separados por uma fina barreira moral, havendo apenas uma diferença de “matiz entre os processos aplicados pelos dois irreduzíveis adversários”. É possível acrescentar até que, nesse alinhamento de objetivos, deixa-se entendido que os bandeirantes foram mais honestos do que os padres e missionários,

²²⁶ CHAUI, Marilena; ROCHA, André (Org.). **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 36-37.

²²⁷ HOBBSAWM, Eric J. O Caubói americano: um mito internacional? In: _____. **Tempos fraturados: Cultura e sociedade no século XX**. Tradução Berilo Vargas. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 313.

²²⁸ MESQUITA FILHO, Júlio. Índios, jesuítas e Bandeirantes. In: _____. **Ensaio Sul-Americanos**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1946. p. 231.

uma vez que não se utilizavam de subterfúgios para as suas ações, assumidamente econômicas e empreendedoras.

O enredo segue na direção da economia colonial, que se desdobraria no entorno da força de trabalho expressa nos paulistas, mais especificamente a população de Piratininga onde, dizia Júlio, teria aflorado “toda uma nova civilização”. Nessa altura, uma crítica a Capistrano de Abreu é retomada:

Nela [na população de Piratininga] vislumbramos tudo, menos os traços específicos daqueles “caçadores de escravos” afeitos a “provarem o aço de seus alfanges em rachar os meninos em duas partes, abrir-lhes as cabeças e despedaçar lhes os membros” de que nos fala Capistrano de Abreu. E que admirável resposta constitui ela ao ilustre historiador quando pretende afirmar serem o “despovoamento e a depredação a característica essencial e inseparável das bandeiras”!²²⁹

A crítica a conceituadas obras da historiografia brasileira, como a remissão a Capistrano de Abreu e os seus *Capítulos de História Colonial*, revela um refinado domínio da literatura existente sobre os significantes que interessavam Júlio naquela ocasião. Muitas pesquisas sugerem que o período colonial dos países da América Latina é um tema recorrente para os intelectuais “explicadores” e, no limite, é recorrente o desejo de fazer usos políticos desse passado. Isso, em grande medida, decorre do fato de que o delineamento de divisas quase sempre foi alvo de disputas e litígios. A história está repleta de casos em que esse processo terminou por resultar em genocídios, escamotear povos e culturas que, sob determinada perspectiva, seria indelevelmente silenciada e invisibilizada. Esses acontecimentos recrudesceriam no contexto que se desdobrou a partir da “descoberta” do “Novo Mundo”, especialmente durante a consolidação dos Estados-Nação da América do Sul. Grandes massacres permanecem envoltos na mais espessa névoa, lançada numa época de profunda fé no progresso. Decidiu-se que os recém-nascidos países da América Latina necessitavam de uma “alma”, um elemento que ancorasse o sentimento de pertencimento.

Dentro de textos como os *Ensaio Sul-americanos*, ocorre desejo de cimentação de determinado regime de verdade em torno do ponto de inflexão entre um tempo que precedeu a campanha de “conquista do deserto” por parte dos bandeirantes – território eminentemente selvagem, ambientes inóspitos e territórios não aproveitados – e depois dessa empreitada. As duas forças “civilizadoras” os paulistas e, em segundo plano, os Jesuítas. A transposição desse enunciado para meados do século XX remete a uma filosofia do “fardo do homem branco”. Como o intelectual em condição de exílio encarna um discurso sobre a América Latina, é válido

²²⁹ Idem, *ibidem*, p. 249.

estabelecer um paralelo com discursos veiculados em outros espaços, em termos semelhantes, como escreve os historiadores Héctor Alimoda e Juan Ferguson sobre o que foi nomeado de “problema indígena”.²³⁰

A guerra contra os índios é apresentada pelos intelectuais, políticos e militares desta nova geração como uma necessidade fatal. “Conquista do Deserto” que supõe, de fato, a produção física e simbólica daquele Deserto, a eliminação material dos povos que habitam nele, mas também a própria negação da sua existência. Operações similares se produziram e continuam se produzindo em outras situações nacionais, como no Brasil: Warren Dean vincula com a confrontação entre sociedades que tem modelos radicalmente diferentes de uso dos recursos naturais; quando duas sociedades compartilham o mesmo sistema de apropriação da natureza, o que se estabelece entre elas é uma fronteira política.²³¹

No presente caso, a preponderância do prosseguimento da História e que tomaria as rédeas do futuro seria justamente dos seus “antepassados” conterrâneos. E isto ele busca demonstrar através de uma engenhosa argumentação que vai da filosofia de Aristóteles, de Kant, até a antropologia de Malinowski. Categorias metafísicas tais como “processo mental da humanidade”, “categorias do entendimento” e “vida espiritual do homem” concorrem para a construção do fio retórico que justifica como as sociedades em choque eventualmente deram origem à sociedade contemporânea tal como é.²³² Mesquita Filho passa a defender, ancorando em pensadores diversos, que o indígena era dotado de uma “perfeita passividade”, fruto da “carência total de determinação” que o tornaria “escravo submisso da sociedade”.²³³

O pensamento antropológico que influencia os seus argumentos e conclusões se voltam, apropriadamente, no sentido de desqualificação de um modo de vida autóctone e favorecendo a ideia de uma “atualização histórica”, a ser realizada, presumivelmente, pelo sujeito civilizador. Para um intelectual que cultua o sistema de pensamento racional, a simbologia das escolhas antropológicas que postula para definir a célula indígena da sociedade é sintomática de um evolucionismo social na altura da década de 1940, sendo que nas palavras de Mesquita Filho “o indígena, seja habitante da África, da América ou da Oceania, crê, incondicionalmente, na presença e na ação das forças invisíveis e inacessíveis aos sentidos, e essa certeza iguala, senão ultrapassa, à dos próprios sentidos”.²³⁴ Essa sequência remete a um organicismo muito

²³⁰ ALIMONDA, Héctor & FERGUSON, Juan. “Imagens desertos y memoria nacional – as fotografias da campanha do exército argentino contra os índios, 1879”. In: **Anais eletrônicos do III Encontro da Anphlac**. São Paulo, 1998.

²³¹ Idem, *ibidem*, p. 1-2.

²³² MESQUITA FILHO, Júlio. Índios, jesuítas e Bandeirantes. In: _____. **Ensaio Sul-Americanos**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1946. p. 283.

²³³ Idem, *ibidem*, p. 289.

²³⁴ Idem, *ibidem*, p. 292.

comum nas interpretações sobre a “alma nacional”, cujo aparato formador tinha relações com um movimento natural e orgânico, um determinismo para a situação de conflito do choque cultural.

Essas supostas características de irracionalismo ou inconstância dos nativos fez com que, na interpretação de Júlio de Mesquita Filho, os esforços da Companhia de Jesus soçobrassem e os dos paulistas se fizessem vencedores no processo colonizador. A trama que ancora a sua representação de História do Brasil se dá, em síntese, a partir desse “drama cruento” que “se desenrolara entre índios, jesuítas e bandeirantes. Na síntese final do texto de mais de cem páginas e repleto de dados de diversas naturezas e extensas notas de rodapé, escreve:

No ensaio que aqui termina procuramos narrá-lo, embora esquematicamente, tal qual no-lo representam os fatos. Colocando o bandeirante no quadro dentro do qual se processaria o predomínio da raça branca no mundo, e a Companhia de Jesus nos limites exatos em que se desdobraria, senão a ação do jesuíta, tomado individualmente, pelo menos a política da Ordem, cremos ter deixado perfeitamente claro, primeiro, que se alguma coisa distingue o paulista dos demais habitantes da Colônia, essa não foi certamente a sua maneira de tratar o índio, mas a sua incomparável capacidade construtora.²³⁵

Nesse trecho, tendo versado por questões que já foram aqui reiteradas, sobre o lugar que cada personagem ocupava nessa trama, cabe ressaltar ainda que, para fundamentar as suas ideias, a Revista do Instituto Histórico Brasileiro era amplamente citada por Mesquita Filho, para imbuir a sua perspectiva e autorizá-lo a fazer o trabalho de historiador. Nas diretrizes do seu pensamento, evidências de influências mais arcaicas e mais contemporâneas se fazem notar na medida que, se de um lado citava historiadores como Varnhagen – já então bastante criticados pela historiografia e pelo ensaísmo –, por outro lado trazia referências contemporâneas que remetiam a perspectivas relativistas.

A tríade anunciada, nas relações empreendidas no “laboratório” histórico sobre o qual Júlio de Mesquita Filho erigia a sua episteme e a ungia com fundamentos de Filosofia da História, carrega semelhanças com uma estratégia que outros intelectuais utilizaram em períodos e contextos diferentes. Carl Friedrich Philipp von Martius elencou, ainda no período imperial – quase um século antes dos *Ensaio Sul-Americanos* – três componentes da História brasileira: Brancos, Indígenas, Negros. Martius propunha abordagem que em muito se assemelha com formatos exaustivamente usados pela historiografia. Um exemplo disso é que ele pretendia que se fizesse um estudo considerando quais as condições constitutivas do Brasil

²³⁵ Idem, *ibidem*, p. 316.

enquanto povo, como que em busca e suas raízes. Para ele, as instituições portuguesas que foram transplantadas para o Brasil e a ordem Jesuíta seriam importantes materiais de análise histórica, assim como mapear os efeitos da imigração e colonização no Brasil e suas causas.²³⁶ Na esteira de Martius, muitos outros escreveram as suas versões, como Francisco Adolfo de Varnhagen, seguindo tal metodologia. O já citado Freyre, nos anos trinta, daria ênfase aos elementos da África diaspórica e o Português “plástico”.²³⁷ Darcy Ribeiro, bem mais recentemente, põe os povos indígenas no centro do motor do *Povo brasileiro*.²³⁸

É sabido que cada um dos pensadores supracitados deu sua respectiva versão e visão de Brasil, na tentativa de consolidar “seduções tropicais”. É notável também o envolvimento de cada um com instâncias do poder político-administrativo, seja no Império ou na República. Suas obras, em alguma medida, ressoaram nas suas vidas e militâncias; homens “de fé e de partido”, como admitia Darcy Ribeiro. Freyre, por sua vez, tornou-se arauto da lusotropicalologia. Essa digressão é válida na medida que contribui para demonstrar como a vida intelectual e pessoal carregam relações estreitas de interdependência, algumas vezes – seja conscientemente ou não – os textos servem para justificar certas posições enquanto sujeito, movidas pelos imperativos de seus contextos. A tríade enunciada por Mesquita Filho tratava-se de uma escolha que nada tinha de inocente: Índios, Jesuítas e Bandeirantes.

Essa sequência de objetos urdidos para a produção deste longo ensaio sugere a existência de causas às quais esteve vinculado, inserindo Júlio numa certa *operação historiográfica com lugar, procedimentos de análise* e construção de *texto*.²³⁹ O lugar de intelectual e pensador, que escrevia dentro do contexto já mencionado, estava limpidamente atravessado pela aclimação dos seus engajamentos. A título de exemplos: o caso do Movimento Constitucionalista de 1932 do qual participou –, como discutido no primeiro capítulo – foi um momento em que o bandeirantismo paulista se exprimiu de maneira especialmente intensa,²⁴⁰ bem como nas militâncias educacionais no âmbito da consolidação da

²³⁶ MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. **Como se deve escrever a história do Brasil**. Revista do IHGB. Rio de Janeiro 6 (24): 389-411. 1845.

²³⁷ FREYRE, Gilberto. Op. Cit. 2006.

²³⁸ RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: companhia das letras, 2006.

²³⁹ Referência aos conceitos de *operação historiográfica* e *lugar de fala* gestados por Michel de Certeau. O autor postula que os escritos históricos são oriundos de uma instituição histórica, um lugar institucional de produção do saber, cuja filosofia institucional, igualmente, atravessaria o fazer historiográfico. No presente caso, os conceitos sofrem uma metamorfose, pelo fato de Júlio de Mesquita Filho ser um ensaísta com pretensões de análise histórica e não se vincular a uma instituição no sentido duro, porém a associação permanece útil para a compreensão. Ver: CERTEAU, Michel de. *A operação historiográfica*. In: _____. **A escrita da história**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 65-119.

²⁴⁰ MACÊDO, Francisco Adriano Leal. *Janela sobre a metrópole órfica: Júlio de Mesquita Filho e a cidade-mundo que habitou*. **Vozes, Pretérito & Devir**, Ano VII, v. XI, n. I, p. 208-228, 25 maio 2020.

Universidade de São Paulo,²⁴¹ logo depois do primeiro exílio de Mesquita Filho (1933). Durante esse segundo exílio, o nativismo é canalizado para a sua produção intelectual, misturando o dito pensamento racional e desejo. Nesse cruzamento, se dá a formulação de cosmovisão mítica.

Em vista do autor dos *Ensaio Sul-Americanos* estar exilado, como já referido, esse esforço de escrita que promovia a unção de carne e texto, e mirava o país natal visto do lado de fora. É pertinente fazer remissão a um trecho de fala do seu contemporâneo Sérgio Buarque de Holanda, outro paulista com quem compartilhou mais ou menos os mesmos espaços: “Quando estamos no num país estrangeiro vemos nosso próprio país com mais interesse, reparamos na diferença, no choque. [...] do estrangeiro, vemos o Brasil de outra maneira”.²⁴² É curioso também o fato de Buarque de Holanda afirmar que as primeiras palavras que leu na vida foi “*O Estado de São Paulo*”, o nome do jornal então pertencente ao “primeiro” Júlio Mesquita.

O jornal homônimo ao estado da federação que ocupa, que depois de 1927 pertenceria a Mesquita Filho, era digno de nota por personagens notáveis da intelectualidade. Essas convergências de pensamento e coincidências sugerem a articulação de um desenho heurístico do “corpo e da alma do Brasil” que emanava de referências regionalistas. Por outro lado, é irônico que Sérgio faça críticas mordazes a outros autores contemporâneos por caminhar por sendas semelhantes às suas, como a do regionalismo: “para ele [Gilberto Freyre] é como se o Brasil fosse o nordeste brasileiro”.²⁴³

O livro do baiano Jorge Amado *Navegação de Cabotagem*,²⁴⁴ com passagens sobre sua relação com Júlio de Mesquita Filho e narrando um encontro de ambos com Jean-Paul Sartre, fornece uma perspectiva da década de 1960. O relato autobiográfico escrito por Mesquita Filho, também na década de 1960, permite fazer relações sobre permanências da sua cosmovisão em relação ao longínquo ano de 1925. Podemos aqui atestar a sua concepção de civilização como algo que o demarcava enquanto sujeito, apresentando muitas semelhanças às concepções que tinha ao redigir *A crise nacional*. Sua ideia de lugar social da “raça” negra o coloca numa linha de pensamento que já estava, em alguma medida, sendo abandonada por outros dos seus contemporâneos – a exemplo de Gilberto Freyre.

O paradigma epistemológico tomado por Júlio de Mesquita Filho para pensar o lugar do negro na sociedade brasileira carrega questões que, principalmente a partir da metade do século

²⁴¹ MACÊDO, F. A. L.; BRITO, F. L. C. B. A ideologia da cultura brasileira nas universidades. **albuquerque: revista de história**, v. 12, n. 24, p. 198-212, 26 dez. 2020.

²⁴² MARTINS, Renato. **Sérgio Buarque de Holanda**, 2009, Op. Cit., p. 186.

²⁴³ MARTINS, Renato. **Sérgio Buarque de Holanda**, 2009, Op. Cit., p. 187.

²⁴⁴ AMADO, Jorge. **Navegação de cabotagem**: apontamentos para um livro de memória que jamais escreverei. Rio de Janeiro: Record, 1992.

XX, se tornaram anacrônicas. Isso, no entanto, se apresenta como o apego afetivo a um mundo que deixara de existir formalmente, mas que ainda ecoava através das subjetividades. O esforço memorialístico feito por Mesquita Filho em seu relato é bastante significativo: “Que é uma civilização, senão um sistema de representação e valores? Ora, a nossa civilização é cada vez mais tributária da civilização ocidental e cada vez menos dos elementos ameríndios e africanos”. Essas palavras fornecem sinais preliminares da sua ideia do que compõe uma “civilização”, legando um lugar de privilégios para “o elemento branco ocidental”.

O negro trouxe uma contribuição realmente interessante, quanto ao colorido e ao pitoresco, para os nossos usos e costumes, para o nosso folclore e para a nossa música. Quanto à pureza da *mentalidade primitiva* dos descendentes de africanos, a sua influência não pode deixar de prejudicar a homogeneidade que seria de desejar para o pensamento nacional. Estou convencido de que a eficiência cultural e mental de uma nação está na razão inversa da soma de elementos místicos que por ventura ainda possam atuar na mentalidade de suas massas. A capacidade política, a solidez moral e, portanto, das instituições de um povo são, evidentemente, uma função da predominância de uma ou de outra das duas mentalidades.²⁴⁵

Em uma abordagem que já vinha caindo em descrédito no seio do pensamento social desde os anos de 1930, com obras como *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre, esse trecho afirma que para além do folclore e ao “colorido e pitoresco”, a contribuição das etnias africanas no Brasil não era outra senão uma mentalidade primitiva – ecoando seu pensamento em *A crise nacional*. Dentro do “sistema de representações e valores” que compunham uma civilização, indivíduos “nos albores da mentalidade ocidental propriamente dita” só teria a contribuir com “elementos místicos” que envenenariam as instituições, a moral e a capacidade política do povo. É como se não houvesse lugar para o negro na sociedade brasileira, e que o moderno Estado Nação não fosse possível onde o misticismo de elementos de graus anteriores da evolução desse as cartas (*Sic*). Para reforçar essa ideia, trago o trecho do livro de Júlio de Mesquita Filho *Nordeste*, cujos argumentos se ancoram em perspectiva semelhante:

A porcentagem de homens de cor – pretos e mulatos – que na Bahia atinge mais de 60% da população, segundo o censo demográfico de 1955, entra, em nossa opinião, como fator preponderante na explicação do atraso em que se encontra ali a agricultura. Não pretendemos, com isto, diminuir a capacidade da raça negra; mas é evidente na grande maioria dos seus componentes aquilo que a sociologia denomina de “mentalidade primitiva” a torna praticamente inadaptável às atividades agrícolas.²⁴⁶

²⁴⁵ MESQUITA FILHO, Júlio de. Escritos avulsos, datilografados e rabiscados pelo autor. p. 1. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho, do seu arquivo particular. p. 17. Não publicado.

²⁴⁶ MESQUITA FILHO, Júlio de. *Nordeste*. São Paulo: Anhambi, 1963. p. 14.

A sua visão de Sociologia na década de 1960 baseava-se em categorias de raças. A publicação desse livro nesses termos torna evidente que, em um indivíduo, podem conviver ideias que, em tese, seriam antagônicas. O liberalismo, renomeado pelo personagem como uma “magnífica doutrina”, absolutamente democrático; por outro lado, uma perspectiva sociológica que exclui uma grande parcela do povo de um país como o Brasil, posto ela ser prejudicial para seu “sistema de representação e valores”. A sua concepção de sociedade infiltrava-se, também, na sua vida privada.

Sobre isso, as linhas finais do seu escrito autobiográfico são reveladoras. Segundo ele, existia uma mania da “maioria dos pretos de combater a carapinha”, categorizando o suposto costume dos negros de alisarem os cabelos como “terríveis recalques que fazem da maioria dos mulatos indisfarçáveis seres desgraçados e, de quase todo preto, um marginal em choque permanente com o seu meio”.²⁴⁷ Encerrando o seu pensamento nessa *escrita de si*, declara: “por todas essas razões é obvio que eu não aceitaria jamais, voluntariamente, o casamento de qualquer membro de minha família com gente indisfarçavelmente de cor”.²⁴⁸

Buscamos compreender por que Júlio de Mesquita Filho, o sujeito que pertenceu ao seu tempo, é definido em polos como *reacionário* e *conservador*. Nessa senda, no exercício de perceber o personagem para além das certezas e coerências, o que me aproximo a defini-lo é como alguém que vivenciou os “perigos” da vida; dessa forma, não escaparia da vontade dos indivíduos em imprimir sua marca na História e, simultaneamente, seria marcado e demarcado por ela. Nesses termos, as palavras cumprem sua tarefa, pintando quimeras e dividindo os sujeitos e suas ideias em categorias éticas e morais, enquanto os indivíduos marcham por entre regimes de historicidade que os caracterizam e, de maneira simultânea, os influenciam.²⁴⁹ Passo a examinar as permanências da ideia sobre raça nas publicações seguintes, usando como baliza comparativa um trabalho do seu contemporâneo Gilberto Freyre.

Cada atualidade reúne movimentos de origem e de ritmo diferente: o tempo de hoje data simultaneamente de ontem, de anteontem, de antanho.

(Fernand Braudel)

²⁴⁷ MESQUITA FILHO, Júlio de. Escritos avulsos, datilografados e rabiscados pelo autor. p. 1. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho, do seu arquivo particular. Não publicado.

²⁴⁸ MESQUITA FILHO, Júlio de. Escritos avulsos, datilografados e rabiscados pelo autor. p. 1. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho, do seu arquivo particular. Não Publicado.

²⁴⁹ HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo.** Tradução: Andréa Souza de Menezes, Bruna Beffart, Camila Rocha de Moraes, Maria Cristina de Alencar Silva e Maria Helena Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

As intermitências do pensamento social brasileiro a partir de escritos de Gilberto Freyre e Júlio de Mesquita Filho, colocando-os como dois indivíduos que ocuparam posições diferentes no debate intelectual do país entre a terceira e a sétima década do século XX. A partir de breve análise empírica de dois livros homônimos – ambos intitulados *Nordeste*, cada qual de um dos pensadores supracitados – perceber as rupturas e permanências epistemológicas na criação/*invenção* e interpretação de espaços e lugares sociais do Brasil pela intelectualidade.

Nas trilhas deixadas pelas ideias destes dois interpretes/ideólogos da cultura e da sociedade brasileira, é possível perceber certos engajamentos e visões de mundo particulares, bem como pinceladas de paradigmas que dão tons aos devires científicos de época. O interesse especial pelo signo “Nordeste” indica elementos em disputa para definição, circunscrição e simbolização. Para compor os referenciais teórico-metodológicos, autores tais como Fernand Braudel e Claude-Lévi Strauss, para pensarmos noções de duração e evolução histórica. Os elementos e componentes em análise se mostraram não ser monocromáticos, tampouco unânimes; Freyre e Mesquita Filho, ainda que habitem atmosferas históricas semelhantes, se afastam em diversos segmentos.

Os escritos a serem utilizados como âncora dessa reflexão possuem o mesmo título – *Nordeste* –, um de autoria do proprietário do Jornal *O Estado de São Paulo* – Júlio de Mesquita Filho – no início da década de 1960²⁵⁰ e o outro do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, publicado a primeira vez em 1937.²⁵¹ A edição aqui trabalhada é, todavia, do ano de 1967 – que traz consigo um prefácio lavrado em 1961. A análise comparada desses textos indica os percursos das ideias que germinaram de um significante comum, possibilitando escrutinar em que medida as noções de evolução e progresso no terreno do pensamento social se aplicam.

No caso de Gilberto Freyre, o *seu* Nordeste é caracterizado por um intenso e contraditório processo de rupturas epistemológicas, com algumas permanências que faz o enunciado do livro ser quase paradoxal. A confluência de paradigmas das ciências sociais e mesmo da ecologia produzem uma forte verossimilhança, demonstrando a força da narrativa das obras dos chamados “intérpretes do Brasil” – título atribuído aos intelectuais que se aventuraram em nomear o que era o Brasil. Júlio de Mesquita Filho escreveu os textos reunidos sob o título de “Nordeste” originalmente como editorial do próprio jornal, mais de duas décadas depois do lançamento da primeira edição do livro de Freyre.

²⁵⁰ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Nordeste**. São Paulo: Anhambi, 1963.

²⁵¹ FREYRE, Gilberto. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympias Editora, 1967.

A chave da leitura panorâmica aqui proposta é guiada pela ideia fornecida por Gilles Deleuze que sugere não buscar o que os livros “querem dizer”, mas observar em conexão com o que ele funciona: “Não há nada a explicar, nada a compreender, nada a interpretar. É do tipo ligação elétrica”. Esses livros são como engrenagens que tornam possível a apreensão de pedaços de mundo e das ideias que o povoam. Eles podem envelhecer ou ganhar novas vidas. Esse crivo torna possível perceber esses dois livros como documentos históricos, bem como estudos interessantes para compreensão da região que foi inventada durante o século XX.

Claude Lévi Strauss, antropólogo que curiosamente esteve no Brasil nos anos 1930 a convite do grupo de Júlio de Mesquita Filho na USP, escreveu em *Raça e história* que o chamado “progresso” humano e cultural não é linear ou cumulativo. Essa acepção teórica dá a ver que as temporalidades não teleológicas que norteiam a produção e circulação de ideias.²⁵²

Nos interciclos das durações históricas é possível notar a curvatura e profundidade de metamorfoses no pensamento e na circulação de ideias. Os sulcos cavados pelo rio das novas ou velhas ideias nas margens das ciências sociais também são elementos passíveis de análise histórica. Para empreender um estudo desse tipo é importante manter os olhos na advertência braudeliana sobre pontos de inflexão abruptos serem, em grande medida, elementos enganadores.²⁵³ Partindo dessa formulação do historiador francês, encontramos um caminho possível para conhecer as transformações no pensamento de estudiosos brasileiros do século XX, que inseridos em perspectivas diferentes, chegam a conclusões algumas vezes opostas.

Mesquita Filho fala de uma “incontestável inferioridade do trabalhador rural baiano [...] trata-se de uma questão de mentalidade, que faz com que o camponês da Bahia permaneça de mais próximo das suas origens sociais africanas” [sic]. Segue ele argumentando que esse fenômeno torna “o elemento humano dessa região num ser híbrido que ainda está longe de se integrar definitivamente na estrutura essencialmente econômica da civilização contemporânea”.²⁵⁴

O *Nordeste* de Freyre é confessadamente impressionista, buscando retratar uma presença sobre o assim chamado Nordeste, em suas essências sensoriais e subjetivas. O movimento de vanguarda impressionista pretendia apelar para a dimensão subjetiva em busca de “criar” uma realidade, sempre aliado com traços científicos que forneceram ao texto um “charme de ciência”. Freyre alia isso a elementos empíricos e de pesquisa, resultando num texto fortemente sedutor. Os elementos centrais abordados: a monocultura da Cana-de-açúcar e sua

²⁵² LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e História**. Lisboa: Presença, 1980.

²⁵³ BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências sociais**. Lisboa: Editorial Presença, 1976. p. 14.

²⁵⁴ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Nordeste**. São Paulo: Anhambi, 1963. p. 16.

relação com a terra, água, mata, animais e homens, tendo sempre em vista como as suas análises irão romper ou dar continuidade com elementos epistemológicos da época.

Ocupando *locus* privilegiados durante regimes políticos como a ditadura civil-militar brasileira, Freyre se inseriu na ordem do discurso para a invenção e cimentação desse Brasil, com o seu esforço interpretativo que, ao mesmo tempo que valorizava o elemento negro em certos aspectos, também narrava o “Brasil profundo” a partir da ideia do “mundo que o português criou”. Apesar disso, e deixando escapar em diversos pontos que a escravidão foi um meio que terminou justificando seu fim – insistindo na suposta inabilidade do africano em se rebelar, silenciando as resistências miúdas e o escravizado como sujeito político – Gilberto Freyre trouxe pontos de um argumento inovador que trinta anos depois Mesquita Filho pareceu ignorar.

A saber, Freyre escreve que a atribuição recorrente de preguiça e incompetência do negro para atividade ditas civilizadas “seria torcer um fenômeno de causas nitidamente sociais para acomodá-lo a um ‘racismo’ muito suspeito”, acrescentando ainda que isso se manifesta “quase sem nenhum cheiro de ciência e com um odor cada dia mais carregado de intenção política”. Reforço: o texto de Gilberto Freyre foi editado a primeira vez em 1937; o de Júlio de Mesquita Filho, em 1963.

Isso significa duas coisas: em primeiro lugar, que o "progresso" (se este termo ainda é adequado para designar uma realidade muito diferente daquela a que se tinha primeiramente aplicado) não é nem necessário nem contínuo; procede por saltos, ou, tal como diriam os biólogos, por mutações. Estes saltos não consistem em ir sempre mais longe na mesma direção; são acompanhados por mudanças de orientação, um pouco à maneira dos cavalos do xadrez que têm sempre à sua disposição várias progressões mas nunca no mesmo sentido. A humanidade em progresso nunca se assemelha a uma pessoa que sobe uma escada, acrescentando para cada um dos seus movimentos um novo degrau a todos aqueles já anteriormente conquistados, evoca antes o jogador cuja sorte é repartida por vários dados e que, de cada vez que os lança, os vê espalharem-se no tabuleiro, formando outras tantas somas diferentes. O que ganhamos num, arriscamo-nos a perdê-lo noutra e é só de tempos a tempos que a história é cumulativa, isto é, que as somas se adicionam para formar uma combinação favorável.²⁵⁵

Compreendendo suas motivações intelectuais, podemos vislumbrar esquematicamente os “cheiros de ciência” ao lado das “intenções políticas”. Segundo a assertiva de Lévi-Strauss acima transcrita, os tempos das ideias não seguem um progresso linear. Questões que parecem superadas e óbvias, retornam de maneira “tardia” e anacronicamente. Ao retomarmos a epígrafe de Fernand Braudel, essa questão fica bastante clara. Em se tratando dos conceitos manejados

²⁵⁵ LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e História**. Lisboa: Presença, 1980. p. 9.

pelos intelectuais brasileiros, as considerações daí advindas tinham seu caráter orientado não apenas pelo tempo em que foram postas no papel, mas equilibrava-se questões como regionalismos e nativismos. Freyre gostaria de (re)estabelecer uma centralidade para o lugar do qual escrevia, o Nordeste, cujos significados estavam em disputa. O jogo de perspectivas é abarrotado de intenções e ideologias, distante de qualquer pretensão de imparcialidade intelectual. Assim se posicionava os projetistas de Brasil, variando o *lugar* do qual se enxergava mais do que na sua relação de *temporalidade*.

A esta altura é interessante se colocar a par de passagens de *Ideologia da cultura brasileira* que ajudam a esclarecer essa questão sobre os “projetistas de Brasil”: “o regionalismo, enquanto ideologia, por outro lado, não ocorre em detrimento ou em contraposição a projeto nacional. Afinal, as diversas oligarquias propunham, e propõem, na luta política, uma perspectiva nacional”, e os *Nordestes* de Júlio e Gilberto são matizes que buscam imprimir na nacionalidade. Nesse regime de oligarquias, “não será de se estranhar que seus filhos produzissem, e ainda produzam, obras em que se vê aprimorada a noção de ‘cultura nacional’”.²⁵⁶

Esse trecho é potente em si, e além disso está situado contiguamente a outro que, do meu ponto de vista, ajuda a aclarar esse assunto. Fala que a força de escrita de Freyre em torno de sua escrita segue um vetor que visa escamotear a ideologia, que é exatamente a força de restauração de poderes oligárquicos que ora ameaçavam afrouxar. Nas palavras de Mota: “[...] registra, mascara a crise, a lenta perda de poder do grupo oligárquico a que pertence, identificando-a como uma crise nacional”.²⁵⁷ *A crise nacional* é exatamente o título do primeiro livro escrito por Mesquita Filho, no ano de 1925, no qual apresenta elementos fortemente análogos a este. Ponho essa questão em relação de aproximação com os pontos discutidos anteriormente, sobre as suas posições intelectuais nos primeiros anos de carreira profissional, permanências e rupturas.

Uma crise de representação, que conectava a Cultura brasileira com a sociedade, se manifestava no pensamento do sujeito Júlio de Mesquita Filho; a sua busca de *semelhança* pela tradição o tornava resistente a sentir intensidades outras, como a constituição de um *pensamento sem imagem* desnorteador, produzido na *diferença*.²⁵⁸ Em que pese as ideias de Mesquita Filho terem escopos por vezes compartilhados com outros pensadores de sua época – a exemplo de

²⁵⁶ MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira**. *Op. Cit.* 2014. p. 112.

²⁵⁷ *Ibidem*, Grifos meus.

²⁵⁸ DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Tradução Luís Orlandi e Roberto Machado. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

Gilberto Freyre – não teve o mesmo sucesso em construir uma força *retórica* similar que produzisse intensidades de *sedução* em primeiro plano.

Essa inferência é rastro de um fenômeno em que o personagem em suas tentativas de fabricação de temporalidades, sofreu um processo de obsolescência. Se tornaram mais distantes os intervalos entre as palavras que enunciava e a coisa ou fato que buscava consolidar, como no caso do seu livro *Nordeste*, que apresentava argumentos combatidos por Gilberto Freyre em seu livro homônimo três décadas antes daquele existir, nos anos trinta. Essas ideias aparentemente anacrônicas, no entanto, não nascem exclusivamente da mente de um intelectual em delírio nostálgico, mas podem ser evidências de que ainda na década de 1960, as ideias em torno da Cultura brasileira carregavam marcas categóricas de idiossincrasias não superadas. Os blocos monolíticos que o jornalista paulistano era deseioso de fundar retoricamente – e que efetivamente acreditava – acerca da história brasileira nascia de elementos empíricos característicos, com notórias continuidades aos fenômenos estudados por Lília Moritz Schwarcz em *O espetáculo das raças*.²⁵⁹

²⁵⁹ SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

4. JANELA SOBRE O RELICÁRIO DE UMA EXISTÊNCIA: mundos fraturados e estratégias de fabricação do tempo

A verdadeira imagem do passado passa voando. O passado só se deixa capturar como imagem que relampeja irreversivelmente no momento de sua conhecibilidade. [...] Pois é uma imagem irrecuperável do passado que ameaça desaparecer com cada presente que não se sinta visado por ela. [...] Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “tal qual ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma recordação, como ela relampeja no momento de um perigo.

(Walter Benjamin, Obras escolhidas, v. 1, p. 243-244).

Surgem continuamente homens de bons costumes, sensatos, sábios e amantes da espécie humana, que têm como objetivo portar-se, a vida toda, do modo mais moral e sensato, iluminar, por assim dizer, com sua pessoa, o caminho para o próximo, e precisamente para demonstrar a este que, de fato, se pode viver do modo moral e sensato. E então? É sabido eu muitos desses amantes da humanidade, cedo ou tarde, às vezes no fim da existência, traíram-se, dando motivos a anedotas às vezes do gênero mais indecente até.

(Fiódor Dostoiévski – Memórias do subsolo).

A existência do sujeito humano se dá e se faz pela linguagem, é no interior da linguagem que assumimos o lugar de sujeito e que elaboramos, para nós mesmos, uma narrativa sobre o nosso ser e a apresentamos como aquilo que somos. Num momento em que a ameaça de morte se faz mais presente, afirmar a existência é se alojar na palavra, é fazer dela instrumento de luto e de luta.

(Durval Muniz de Albuquerque Júnior – A palavra como luto e como luta)

Este capítulo,²⁶⁰ de maneira geral, tem como mote localizar panoramicamente aspectos da trajetória de vida do jornalista Júlio de Mesquita Filho, proprietário do jornal “O Estado de São Paulo”, a partir de fontes sensíveis, como o discurso proferido quando foi paraninfo de uma turma do curso de direito da Universidade de São Paulo em 1948. Os ditos e escritos aqui postos em análise fazem um esforço de reconstituição do itinerário intelectual e existencial do personagem, situando questões que o mobilizaram mais intensamente. Esses enunciados constituem documentos necessários para a compreensão de como o sujeito que desejou tomar parte do debate intelectual em torno da consolidação da República brasileira, discutido com mais profundidade no capítulo anterior, e os modelos de sociedade adequados compreendia a si mesmo e seus propósitos. Para a interpretação das fontes e estabelecer as balizas de aclimatação, algumas noções se farão presentes, ainda que nem sempre evidenciadas textualmente: “estar no mundo” (Dasein), conceito desenvolvido por Paul Ricoeur a partir da filosofia de Heidegger; “escrita de si” (Self Writing), utilizando a apropriação da historiadora Ângela de Castro Gomes do conceito foucaultiano; bem como a categoria de cone de memória, trabalhada por Ecléa Bosi a partir de estudos do filósofo Henri Bergson.

Analisar elementos sensíveis como cartas, relatos autobiográficos e discursos leva a um terreno escorregadio. Sobre isso, remeto a quando Robert Darnton escreveu sobre Jacques-Pierre Brissot, notando a cimentação de uma série de mitos em torno da biografia guiada pelas memórias do personagem. Brissot havia se esforçado em linearizar a sua trajetória de vida como uma “encarnação do espírito revolucionário”. O historiador teve que adicionar “carnação” a essa persona que parecia as vezes a materialização de ideias grandiosas, fazendo ser da “[...] juventude em diante a imagem completa de todas as aspirações de uma geração”.²⁶¹ Acontece algo semelhante em outros lugares do mundo e em outras épocas. Júlio de Mesquita Filho pode ser um desses sujeitos personalizados e descarnados, quando os únicos fragmentos de suas existências são dizeres lineares, idealismos transcendentais, habitando um corpo que apenas servia como janela do espírito. Na busca implacável por nomear a realidade e dotá-la de coerências, cai-se nas pistas frias da História. Tentaremos fazer o percurso ao avesso, sondando as penumbras.

Mesquita Filho, através do seu papel social de jornalista proeminente na maior cidade brasileira, tomara frente do seu jornal que fora fundado ainda nos tempos do Império pelo seu

²⁶⁰ Parte desse capítulo se encontra publicado em anais de evento e na revista *Intelligere*. Ver: MACÊDO, Francisco Adriano Leal. Relíquias da existência de um intelectual. *Intelligere*, n. 8, p. 17, 30 dez. 2019. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revistaintelligere/article/view/160994>>. Acesso em 29 de abril de 2020.

²⁶¹ DARNTON, Robert. **Boémia literária e revolução: o submundo das letras no antigo regime**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 50.

pai sob o nome de *A província de São Paulo*. Na década de 1920, quando assume a secretaria do *O Estado* e logo em seguida a direção do mesmo, a sua centralidade como homem público é carimbada. Assume como discurso central da linha editorial o pensamento liberal, dito por ele como “irredutivelmente liberal”. Esse liberalismo, no entanto, possuía a sua respectiva historicidade e, embora fosse tratado como tal, não pode ser assumido como uma palavra que se cola a uma coisa imutável. Destarte, as análises a seguir se desdobram a partir das experiências subjetivas, como a do exílio no limiar de uma guerra, e em conexão direta com categorias das memórias de outros conflitos, para aferir contra-dicções e desapontamentos desse sujeito enquanto intérprete-ideólogo do Brasil, o que será discutido no tópico 4.1.

O liberalismo, essa “ideia exótica” de que fala a historiadora Stella Bresciani,²⁶² é uma palavra nômade no seio da história vivida, até mesmo entre sujeitos que convivem em um mesmo tempo. Assim como a democracia, noção que nem mesmo entre os que a inventaram pela primeira vez foi una, os pensamentos liberais possuem a historicidades e contradições próprias da condição humana. Curiosamente, existem evidências diversas que no Brasil sempre se confundiu as palavras democracia e liberalismo. Entretanto, fica velado o fato que Sérgio Buarque de Holanda sensivelmente percebeu: “o liberalismo pode perfeitamente sobreviver sem democracia”.²⁶³ Ainda que essa vertente teórica sobre a sociedade apareça de maneira que quase sempre associada a democracia, Norberto Bobbio nos lembra que muitas vezes liberalismo e democracia surgem descolados, como no Estado hobbesiano – um Estado Absoluto, mas de sistema econômico liberal.²⁶⁴ Isso aponta como a democracia não era um valor necessariamente consolidado entre o final da primeira e o início da segunda metade do século XX, o que explica o fato de muitos intelectuais terem sido apoiadores do golpe civil-militar de 1964, como foi o caso de Júlio, percepção que se reflete no tópico 4.2.

4.1. Fraturas ontológicas de um intelectual engajado

[...] Toda sociedade tem um dever com relação a seu passado: ela deve impedir que ele seja irremediavelmente apagado. Não que seja preciso subjugar o presente ao passado, nem que todas as lições do passado sejam

²⁶²BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O charme da ciência e a sedução da objetividade**: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2007. p. 295.

²⁶³HOLANDA, Sérgio Buarque. A democracia é difícil. In: MARTINS, Renato. (Org.). **Sérgio Buarque de Holanda**. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2009. p. 88.

²⁶⁴BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 17.

igualmente recomendáveis. A memória coletiva prefere habitualmente guardar, no passado da comunidade, dois tipos de situações: aquelas em que fomos ou heróis vitoriosos ou vítimas inocentes. As duas permitem legitimar nossas reivindicações presentes. Mas tais situações, que podem ter realmente existido, contribuem para nos cegar com relação ao presente mais do que para nos deixar lúcidos. As páginas menos gloriosas de nosso passado seriam as mais instrutivas, se nós aceitássemos lê-las inteiramente. O passado é benéfico não quando alimenta o ressentimento ou o triunfalismo, mas quando o seu gosto amargo nos leva a transformar-nos a nós mesmos.

(Todorov – O homem desenraizado)

Apresento esse primeiro tópico do capítulo final enfatizando de maneira especial a primeira pessoa do discurso, em vista de o método aplicado ser principalmente a experiência que por ventura tenha adquirido durante três anos de pesquisa histórica acerca desse personagem, sujeito-cidadão brasileiro que, após esse período, ainda me suscita espanto e reflexão. Esse terceiro capítulo está em clara aproximação com o *loop da montanha russa* vivido agora no século XXI, ponto culminante de acontecimentos de acontecimentos da longa e média duração que passaram pela subida utópica e alegre, o êxtase das alturas, seguido pelo despencar súbito durante o século XX. Fragmentos testemunhais acerca do miolo do século XX podem revelar elementos insólitos sobre os sonhos e desejos que permearam tais momentos, na esteira de textos como o escrito por Nicolau Sevcenko na sugestiva coleção *virando séculos* visando, neste caso particular, inquietar e conectar aqueles tempos com o avançar das décadas do século atual.²⁶⁵

Esses traços biográficos são redigidos também com o propósito de elucidar, depois de organizado em texto, sobre os porquês possíveis de ter desenvolvido movimentos de aproximação sobre alguém tão diferente de mim mesmo, questão já avisada na introdução. Essa é uma busca pessoal que é mobilizada profundamente, acredito, pelos tempos em que vivemos e aqueles que *imaginamos* que tenham os de outra época vivido. Talvez seja esforços de se situar ontologicamente dentro da condição humana, na busca insólita de entrever “os milagres do acaso”,²⁶⁶ bem como as suas angústias. Na busca de sondar como a máscara subjetiva desse

²⁶⁵ SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

²⁶⁶ ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo 10ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

personagem ressoa com as minhas próprias, parto de uma expressão de Clarisse Lispector que diz que a primeira aventura humana solitária é a escolha da sua máscara pessoal. Nessa busca, olho as frestas desse meu Outro através de vestígios sensíveis, quando ele e alguém que lhe era querida viviam um exílio nos limites da década de 1930 para década de 1940.

O paulistano Júlio de Mesquita Filho foi um homem que compartilhou o seu tempo com milhões de outros. Ao escrever a cifra dos milhões, situo-o dentro do seu próprio país, o Brasil. Mas na temporalidade em que penso aqui, especificamente no apagar das luzes da década de 1930, ele esteve exilado do país, durante parte da guerra mais sanguenta já travada pela humanidade, a Segunda Guerra Mundial. Os traços que cá busco sondar é sobre sujeitos que estiveram em ostracismo, desterrados, vivendo uma singular experiência de *desenraizamento*,²⁶⁷ entrando em contato com outros povos e outras culturas. Entre outros lugares, Júlio passou pela França, Estados Unidos e Argentina. Absorveu de maneira intensa através dos seus sentidos, signos estranhos ou *em diferenciação*²⁶⁸ dos brasileiros.

O burburinho cotidiano em francês, inglês e em espanhol fazia os seus ouvidos terem uma audição do estranhamento, ainda que fosse fluente nesses idiomas. A paisagem visual não tinha, nesses países, as mesmas tonalidades àquelas a que estava acostumado na cidade de São Paulo, onde vivia com sua família. As cartas que vou citar a seguir foram escolhidas por mim para efeito de ilustração de um existir no limite do tempo, antes do marco de 1945 e a ressaca do conflito mundial acontecido no miolo do século XX. Os limites do tempo de que falo são durante a crista da onda cujas consequências e desdobramentos se refletem no nosso *amplo presente*.²⁶⁹

Como já discutido em capítulos anteriores, este exílio do Brasil não foi o primeiro. Alguns anos antes, em 1932, Júlio saiu do país após a sua derrota na guerra-civil que participou, o Movimento Constitucionalista paulista. Mas em 1939, fora do país por conta da ditadura comandada por Getúlio Vargas vestido em fortes mitologias, esteve apátrida logo no ano da eclosão do conflito no qual se usaria pela primeira vez uma bomba atômica. Eram, de fato, tempos extremos. Limite de ruptura entre estágios civilizacionais. As anotações de Júlio para sua esposa Marina, também nômade, são espelhos esfumados pelos quais é possível desvendar certas experiências pessoais e compartilhadas, ainda fragmentadas. A correspondência passiva recebida por Júlio, vinda da sua esposa, é igualmente reveladora de

²⁶⁷ TODOROV, Tzvetan. **O homem desenraizado**. Tradução de Christina Cabo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

²⁶⁸ DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Tradução Luiz Orlandi e Roberto Machado. 1ª Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

²⁶⁹ GUMBRECHT, Hans Ulrich, **Nosso amplo presente: o tempo e a cultura contemporânea**. Tradução de Ana Isabel Soares. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

angústias muito próprias. E é através desse registro sensível e intimista que começo a organizar tais percepções, quando a bordo de um navio e a caminho de São Paulo, entre os dias 26 de abril e 4 de maio de 1939, Marina voltava ao Brasil e saía de perto do seu marido exilado. Essa missiva era encaminhada para “Mister Julio de Mesquita, c/o E. J Schuabach e co, 67 Broad Street, New York, U.S.A.”. Sigo apresentando trechos escolhidos com base nas enunciações mais afetivas e passionais:

Julinho,

O vapor chegou às 6 e saiu às 10 da manhã. Quando subi já estávamos desatracados. Armandinho delirou com a chegada às terras brasileiras. Fez exclamações, deu largas expansões ao seu patriotismo. Eu, se disser a verdade, só senti uma tristeza profunda de chegar sozinha neste Brasil tão ingrato. A ideia me é profundamente desagradável e não me conformo com ela. Pelos jornais aí comprados parece que a situação europeia vai pedras.²⁷⁰

É notável que, ao retornar de viagem e sendo compulsoriamente separada do marido pelas circunstâncias errantes, Marina tenha escrito um trecho com tom rancoroso sobre o “país ingrato” que era o Brasil. Daí os traços bio-gráficos dessa mulher que vivia uma experiência desagradável de desenraizamento que, em outros momentos, ecoará a do seu companheiro exilado. Uma grafia da vida que denuncia a aspereza própria daquela experiência extrema que viviam. Tinha estado juntos numa Europa embalada por uma sombria melodia prenunciativa da guerra por vir. A seis de maio de 1939, Júlio enviava uma carta para a esposa dando notícias de que já tinha chegado nos Estados Unidos.

Nova York, 6 de maio de 1939

Marina,

[...] Deixei Paris sob atmosfera sinistra. Todos certos de que era inevitável a guerra e convencidos de que pouca coisa restaria da Europa, depois do furacão. As despedidas foram tristíssimas. Os moços, em idade militar, esperavam ver-me ainda, se não morressem na luta, e os velhos vivem na perspectiva de assistir a partida dos moços e a destruição de tudo quanto os séculos acumularam de belo e de grande. Vi a todos os amigos e conhecidos.²⁷¹

Este é um testemunho vivo de um sujeito-signo embebido por um repertório valorativo que concebia a Europa como o cume da civilização humana. Era em maio; em setembro, que o vaticínio melancólico e sombrio do jornalista paulista se realizava. Enquanto isso, na marca da data dessa missiva, “as trincheiras já foram abertas e as esquadrilhas de caça e bombardeio estão

²⁷⁰ CARTA de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. A bordo, a caminho de São Paulo, 26 de abril a 4 de maio de 1939. Acervo Ruy Mesquita Filho.

²⁷¹ CARTA de Júlio de Mesquita Filho para Marina Vieira de Carvalho. Nova York, 6 de maio de 1939. Acervo Ruy Mesquita Filho.

nos aeroportos prontos para alçar voo”.²⁷² Estabelece-se a presença no fenômeno de revolta em Júlio, que parecia sentir na “atmosfera sinistra” parisiense o eco futuro nascido no “sangue e nos clamores do século”. Paradoxalmente, o que essa latência regurgitava eram os esforços da prodigiosa História do orgulho europeu.²⁷³ Funde-se nessa experiência as dimensões afetivas de pessoas exiladas e afastadas entre si, a angústia com a situação geopolítica mundial e os afetos tristes em relação ao território ao qual eram ligados.

Cabe lembrar que essa referência a uma Europa que acumulara algo “de belo e de grande” é a mesma a que já criticava Charles Baudelaire durante o século XIX que, de forma semelhante a Marx no *Manifesto do Partido Comunista*, está consciente da capacidade inventiva da burguesia, a reconhecendo enquanto classe revolucionária, passando a lhe fazer elegia. Mas, surgindo em um momento seguinte, já apresenta graves sintomas de crise econômica e política dos países, em postura antipastoral.²⁷⁴ Quando essas tradições de valores foram ameaçadas por tal atmosfera sombria, o desenraizamento de Júlio parece transparecer na sua persona, na medida que as suas cartas parecem sugerir o esmagamento de alguns sonhos do modernismo sedutor europeu. A travessia no oceano, rumo aos *United States of America*, é duplamente simbólica: um exilado brasileiro, partícipe intenso da vida pública e cultural, parece exilado novamente; e, também, nesse novo desterro, se vê de súbito “em Nova York após uma viagem desagradável num vapor relativamente pequeno e transformado em um gueto alemão”, onde lançaria âncora para reforçar o seu pensamento e crenças em relação a tradição europeia do modernismo transplantada na América.

Os EUA era um refúgio seguro para a tempestade que se formava no horizonte da construção de trincheiras e reunião dos soldados, e passava a ser outro porto. No desenraizamento europeu, *mutatis mutandis*, já fazia a muda imediata de uma reativação das referências estáveis, do imaginário social de alguém que não se permitia ter dúvidas; aparentemente, era uma profissão de fé que tinha se incumbido de construir referências estáveis de mundo e lançar para as terras brasileiras. Sintomaticamente, na mesma carta que já citei, Júlio se mostra aliviado por saltar em terras estadunidenses e saído do navio em que se acotovelara na travessia do mar. Os ares novaiorquinos parecem agradá-lo:

[...] Não há dúvidas nenhuma de que o norte americano criou uma coisa nova e que constitui uma contribuição ao patrimônio estético da humanidade. E isso quer queiram, quer não os europeus. Num pedaço da cidade as ruas são tão

²⁷² Ibidem.

²⁷³ CAMUS, Albert. **O homem revoltado**. Rio de Janeiro: Record, 2019. p. 15-22.

²⁷⁴ BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Tradução de Carlos Felipe Moisés Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 132.

amplas que a população se escoia sem que se tenha a sensação de formigamento, que seria de esperar. Nesse sentido, Paris dá a impressão de maior densidade de população. O aspecto da gente é incomparavelmente melhor que a da Europa: no asseio, na beleza das mulheres que é realmente notável, na afabilidade de todos, que lembra o Brasil.²⁷⁵

Esse trecho apologético e pastoral aponta para uma reviravolta no ponto de vista. Se voltarmos o olhar no tabuleiro do passado para algumas décadas antes dessa carta – de maneira não teleológica – uma versão muito jovem de Júlio estudava na Europa e tinha as suas primeiras formações. Após algumas rupturas e soldas, engajamentos no Brasil, guerras, exílio, construção de uma cidade universitária e por fim novo exílio, a versão mais envelhecida que escreveu essa carta para a sua companheira já parece disposta a mudar o centro de interesses, mas sem alterar em quase nada os signos. Apenas o posicionamento do significante se movia geograficamente. Essa busca de consistência é uma espécie de tentativa de antídoto ao “tudo o que é sólido se desmancha no ar”, passando a ser tudo que se desmancha no ar pode retomar a sua solidez.

Uma certa instabilidade, no entanto, não desaparece. A empolgação dá espaço a um solene mal-estar. Quem fala em seguida é o “sonho comum a imigrantes”, que é “o da impossibilidade de voltar pra casa”.²⁷⁶ Se desnuda a experiência de fratura e desenraizamento de Júlio de Mesquita Filho em relação ao país que o recebeu boa parte da vida até ali e o tomou como pátria, mas viu-se, com a emergência de um regime autoritário, um pária. Apesar de ter gostado de estar na “terra da liberdade”, não estava pronto para a apostasia do Brasil. A melancolia desse trecho é de singular penetração, sob forma de perguntas insistentes:

[...] E vocês por aí como vão? Que impressões teve você ao chegar? E os nossos filhos? E todos os da família? E os amigos? E São Paulo? E o Brasil? Quando verei tudo isso, de novo? Quando voltarei a viver, realmente? Ao me sentir tão longe, uma grande angústia me invade. Parece que tão cedo não será dado retomar o fio da minha verdadeira vida.²⁷⁷

As circunstâncias do seu segundo exílio rumo à França carregam traços de privilégios – como camarotes de primeira classe –, mas ao mesmo tempo não deixa de ser uma experiência desoladora. As estruturas afetivas, como a família, os amigos, a sua cidade de origem e o seu país estão situadas em regime de incerteza; ainda que elogie o “patrimônio estético” estadunidense, parece deslocado da sua “verdadeira vida”; a angústia que diz invadi-lo faz parte das vivências de um brasileiro no exílio que, mesmo sendo um brasileiro notável e com

²⁷⁵ CARTA de Júlio de Mesquita Filho para Marina Vieira de Carvalho. Nova York, 6 de maio de 1939. Acervo Ruy Mesquita Filho.

²⁷⁶ TODOROV, Tzvetan. **O homem desenraizado**. *Op. Cit.*, p. 16.

²⁷⁷ CARTA de Júlio de Mesquita Filho para Marina Vieira de Carvalho. Nova York, 6 de maio de 1939. Acervo Ruy Mesquita Filho.

privilégios simbólicos e materiais, ainda é um latino-americano em trânsito por Nova Iorque. Desesperança em relação a “retomar o fio da verdadeira vida” no curto prazo o torna abatido, dizendo que “[...] É verdade que o meu estado de espírito, não ajuda, antes me predispõe a achar tudo ruim”.²⁷⁸ Do Brasil, Marina recebia as missivas após uma também angustiada espera, levando-a, por vezes, a telegrafar – o que custava caro até para os padrões de uma família abastada quando em exílio. Essa aflição que separava sujeitos também criava paixões tristes.



Figura 9: Júlio de Mesquita Filho (Julinho) discursando para exilados brasileiros em Buenos Aires. Marina V. de C. Mesquita à esquerda (entre 1939 e 1943) (“Álbum exílio”, Acervo Ruy Mesquita Filho).

Na imagem acima (figura 9), um outro registro de época que coloca Júlio no front de uma batalha retórica. Estando a discursar para conterrâneos exilados, já em território argentino, este homem faz máquina de guerra de palavras em meio a Segunda Guerra Mundial, uma vez que um *pronunciamento* constitui também um ato de “tentar mudar o curso da história através da intervenção pública, da força, e não apenas das armas, mas das ideias, das maneiras de pensar, dos valores, das ideologias e das utopias”.²⁷⁹ O próprio ato da materialidade da fotografia tirada em momento oportuno manifesta um desejo de constituir uma narrativa para si, de modo que o coloque na crista de fatos históricos propriamente ditos. Esses fatos são cristalizados a partir de acontecimentos, simultâneos a tantos outros em suas similitudes e diferenças através do mundo, e que em si são surpreendentes, não assimiláveis, imprevisíveis e contingenciais. A ossificação factual pretendida por uma fotografia desse tipo é, também,

²⁷⁸ Ibidem.

²⁷⁹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011.

reveladora de um mote sedutor. Cientes disto, passamos a sondar as texturas temporais que perpassam esses momentos da trajetória desse projetista de Brasil.

Já se teorizou o tempo como um fluxo de rio deixou de existir e passou a ser redemoinho. Quando as utopias se esgotam, a cronologia deixa de ser vetorizada pelo futuro. Assim, o tempo torna-se *não reconciliado*.²⁸⁰ O tempo, aquilo que “contém uma infinidade de mundos”, pode ter em seu centro de gravidade um passado exemplar para ser projetado em uma modernidade flechada pelo futuro. O que acontece quando o eixo do presente se esvai? Nas aventuras humanas de Júlio e Marina exilados, os focos no passado e referências estáveis – como a época em que “o fio das suas vidas” permanecia normal – se choca com o presente obscuro, potencialmente aterrador, e o foco no futuro. Essa fabricação de sensação de tempo que se intercala com uma experiência configura uma das possíveis “aberrações do tempo” que influencia o pensamento de um intelectual e a sua família a tomarem determinada postura perante o mundo e o seu país.

As estruturas do pensamento que se situam na história do tempo são ziguezagueantes. O tempo homogêneo com o qual romperam Bergson, Heidegger e Benjamin promove uma divisão entre o que ficou soterrado no passado como um futuro abortado, influenciando acordes de tradição que gera aversão completa a vertentes de pensamentos e ações que se considera particularmente culpadas por tais instabilidades e derrotas. Marina e Júlio voltavam a face rancorosa para Getúlio Vargas – ironicamente apelidado de GG nas correspondências – e tudo aquilo que lembrasse a sua influência, a sua memória killer. Platão define poeticamente o tempo como “uma imagem móvel da eternidade”, o que fazia do regime varguista o crime que roubara a sua pátria, tempo e eternidade em um só assalto. Isso é cristalinamente posto em carta enviada a 18 de maio:

Chegou afinal sua carta. Fiquei tão contente! Tão contente e com tanta saudade. Li-a para os meninos ouvirem e fiz o mesmo papelão que lá em Paris lendo as de Alicinha. Botei a boca no mundo. Como esse GG estragou a nossa vida, meu Deus! Eu estou constantemente agoniada. Agora, enquanto não me vir de novo ao seu lado, não sossego.²⁸¹

O tempo da cultura brasileira e os seus tecedores – ideólogos, projetistas – opera como um lenço repetidamente dobrado e amarrotado, que uma vez enfiado no bolso, faz tocar as superfícies que antes não tinham nenhuma relação aparente. Aí se faz presente uma gigantesca memória ontológica, com lençóis e jazidas de passado, que se comunicam entre si e exercem

²⁸⁰ PELBART, Peter Pál. **O tempo não reconciliado**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

²⁸¹ CARTA de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 12 a 18 de maio de 1939. Acervo Ruy Mesquita Filho.

pressão no presente. Atravessam-se idades. As linhas do tempo não são realmente linhas. Outras vezes, os tempos-argila se rearranjam e se afastam em suas topologias, modulações variáveis, pontos que cintilam e se rearranjam e viram uma memória mundo. Depois desses flashes de 1939, em que Mesquita Filho e Marina Vieira de Carvalho estiveram embebedos em um tempo limite e vivendo condições adversas, elementos de fusão com outros pontos dessa narrativa são apresentados. O que se segue é um dos exemplos de contingências dessa jazida de passado, mas não a única.

Na imagem abaixo (figura 10), um registro do ano de 1910. Nele, Júlio na marca dos seus dezoito anos, não podia adivinhar sobre as vicissitudes às quais seria sujeito. É notável o ar de um jovem que deixava o país europeu que tinha o recebido para os seus estudos e obter formação que seria impossível no Brasil de então. Como muitos jovens de estirpe privilegiada da América Latina, Mesquita Filho teve um ensino voltado para a excelência. Não é difícil imaginar que a sua mentalidade estaria fortemente disposta a assumir algum tipo de missão intelectual. O veículo, ele já tinha por herança – *O Estado*. Como uma vertigem, via-se na década de 1940 em uma Europa muito diferente da que idealizara e onde havia tido companheiros. Muitos destes que aparecem na fotografia ao seu lado podem ter sido convocados para a Primeira Guerra Mundial e, talvez, para a Segunda. Foram décadas intensas entre 1910 e 1939. Ele – mas não só ele – estava perplexo.



Figura 10: Júlio de Mesquita Filho (Julinho), ao centro, despedindo-se dos colegas da "La Chateleine". Genebra – 1910 ("Álbum Julinho", Acervo Ruy Mesquita Filho).

Eram ordens de tempo cujos acontecimentos eram especialmente desnorteadores. Se Mesquita Filho tinha tido choques existenciais nos períodos que antecederam e sucederam o Movimento Constitucionalista de 1932, nessa época de segundo exílio e coincidindo com as batidas dos sinos para o início da Segunda Guerra surgia uma sensação muito particular que entremeou o imaginário intelectual de então. Tratava-se de “sujar as mãos”, como fazia Jean-Paul Sartre – que Júlio encontraria dali há alguns anos. O clima transnacional introduzia cores pouco animadoras no horizonte da *intelligentsia*. No mesmo período em que Marc Bloch foi fuzilado pelos nazistas, a “consciência infeliz” dos pensadores da ideologia da cultura brasileira estava aflorando, dividindo as trincheiras, de uma outra espécie.²⁸²

Como possível consequência nascida desses tempos de perplexidades diversas e realizadas em âmbito cosmopolita, observamos que as resoluções e questões de representação para uma elaboração de projeto de sociedade gestado em concepções culturais são ardentemente influenciadas por uma vida agitada. Júlio vivera esse tempo conhecido por rupturas diversas nos padrões que definiam a condição humana e as suas labutas.²⁸³ Relações com a vida e com a morte se transformam depressa demais, aprofundando a crise que, na década de 1920, teve o seu primeiro *boom*. O conceito de memória, em que pese ser por vezes tomado como uma imagem fidedigna do passado dos indivíduos guardado em um baú, é uma fabricação sutil e pode ser conectada em escalas de tempo variáveis, desde muito próximas e imediatas até bastante longínquas. Os trechos que seguem são associáveis a memórias do primeiro exílio de Júlio, motivado pelo seu engajamento na guerra civil de 1932. Essa é uma maneira possível de ler esses acontecimentos, o que apresento a seguir.

Depois do seu retorno ao Brasil, Júlio ficaria por um tempo recluso na sua fazenda, a Louveira. Quando retomou completamente as suas liberdades civis, buscou reaver o seu costumeiro hábito de tomar parte dos debates intelectuais. Tornou a manejar o timão d’*O Estado de São Paulo*, e lançou o seu livro *Ensaio Sul-Americanos*, já analisado em tópico do segundo capítulo. Foi a esta altura que, lançando mão das suas experiências recentes, escreveu ensaios que remetia a uma interpretação do Brasil que mantinha alto nível de estilo argumentativo. Todavia, não contente em apenas publicar livros e redigir editoriais de seu jornal, Mesquita Filho aproveitava-se de ocasiões nas quais ficava em evidência de públicos intelectuais para transmitir as suas narrativas e conhecimentos de um tempo que vivenciou. É notável a sua

²⁸² MOTA, Carlos Guilherme. **A ideologia da Cultura Brasileira**: pontos de partida para uma revisão histórica (1933-1974). São Paulo: Editora 34, 2014. p. 130.

²⁸³ ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo 10ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. p. 13.

característica que, na década de 1940, após diversos envolvimento no cenário político e cultural, buscava presentificar múltiplas temporalidades, remetendo a acontecimentos recentes e mais recuados, como os anos da sua juventude cortados pela Primeira Guerra.

Ambientado no contexto do ano de 1948, Júlio de Mesquita Filho pronunciaria um discurso que demonstrava as suas concepções mais caras. Fizera essa fala a convite da turma de direito que então se formava na Universidade de São Paulo (USP), que ele mesmo havia ajudado a fundar ao lado do seu cunhado, Armando Sales de Oliveira, pouco mais de uma década antes, como já estudado no primeiro capítulo. Assim como faria mais tarde em sua breve autobiografia, narra as próprias reflexões memorialísticas sobre o *Fin de siècle* em que nasceu e cresceu, descrevendo como vinha sendo afetado por uma existência no século XX, assombrada pelas suas visões das guerras e demolições de ideais. O discurso é originalmente intitulado “a minha geração”, depois publicado em seu livro *Política e cultura*. Esse pronunciamento se insere na *ordem* de esforços de produção e vontades de verdades, o que compreendemos como a busca por fazer surgir um novo tipo de realidade, como retomaremos a seguir a partir da análise de texto e contexto.²⁸⁴ As primeiras palavras introduzem o tom da experiência que desejava relatar aos recém-formados:

Quanto mais procuro compreender as causas profundas que possam explicar o caos em que vai submergindo a humanidade; quanto mais me esforço por compreender em que possa residir a indisfarçável fragilidade das concepções políticas que em vão os homens de pensamento procuram impor aos seus semelhantes, mais me convenço de que não logrará a ciência desvendar esse mistério enquanto não lhe for dado responder a esta outra angustiante interrogação: com quem está a razão, com Rousseau ou com Freud?²⁸⁵

Fazia três anos que o Partido Nacional Socialista Alemão – que tinha sonhado pelo “Reich dos Mil Anos” – fora derrubado. Quase pareado à emergência de Hitler ao poder em 1933, no hemisfério sul do mundo, Júlio de Mesquita Filho havia lutado em uma “Revolução” contra o que viria a ser a consolidação da experiência brasileira do Nacional Estatismo no Brasil, conhecida como “Estado Novo”.²⁸⁶ Essa foi uma época em que governos antiliberais situados nos espectros da extrema esquerda e da extrema direita se tornaram tendência mundial.

²⁸⁴ DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Tradução de Cláudia Sant’ Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005. p. 14.

²⁸⁵ Este documento está transcrito para o livro “política e cultura”. Pude consultar outras versões do mesmo texto, como os rascunhos datilografados cedido por Ruy Mesquita Filho do seu acervo privado. Escolho referenciar a versão publicada em livro, que consta em rodapé a seguinte apresentação: “Palavras pronunciadas na Faculdade de Direito de São Paulo, por ocasião da homenagem que lhe foi prestada na noite de 24 de novembro de 1948”. MESQUITA FILHO, Júlio de. Dissidência republicana, reação democrática. In: _____. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Editora, 1969. p. 63.

²⁸⁶ Ver: MACÊDO, Francisco Adriano Leal. **Nação como retórica: a construção da ideia de Brasil por Júlio de Mesquita Filho (1932-1964)**. 2018. 115 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2018.

Como ressonância de um processo que já se desenhava desde o primeiro quartel do século XX, com o fim da primeira guerra mundial, um mal-estar na civilização ocidental se faziam presentes. Os sonhos iluministas ameaçavam desmoronarem sob o peso do recente Estado de guerra entre as maiores potências mundiais. Acontecimentos como o *crash* de *Wall Street* em 1929 põe em evidência uma violenta crise no sistema capitalista. Cá no Brasil, liberais como Mesquita Filho, um jornalista que havia herdado o que provavelmente era então o maior jornal impresso do país, agonizava em negação perante a aparente falência daquilo que havia aprendido ser o melhor modelo de sociedade. Cabia, em tempos de reviravoltas, descobrir ou inventar o nome do jogo. Talvez fosse justamente esse o mote do discurso de Júlio: treinar uma nova geração com as memórias da sua própria.

O seu sondar de memória ao escrever tal discurso volta ainda mais fundo, naquelas instâncias longínquas da matéria da memória, que, para Henri Bergson, “é do presente que parte o apelo ao qual a lembrança responde, e é dos elementos sensório-motores da ação presente que a lembrança retira o calor que lhe confere vida”.²⁸⁷ Aparentemente, naquele ano de 1948, buscava respostas ainda nos tempos da primeira guerra mundial, quando era um jovem na altura da segunda década de vida. O seu diagnóstico surpreendentemente alinhado ao que hoje é amplamente discutido no âmbito dos estudos sobre as fissuras na ontologia dos sujeitos que foram esmagados pela Guerra Total. Depois de exortar que os seus interlocutores fiquem atentos para a importância dessa questão, inicia uma reflexão sobre como lembrava de ter *sido no tempo* antes de explodir o “barril de pólvora” europeu.

Pertenço a uma geração que conheceu o mundo tal qual era, antes que sobre ele desabasse o cataclismo de 1914. Conheci, portanto, esse período incomparável da história, em que o liberalismo imperava sem contraste e o socialismo não assumira ainda o feitio agressivo, totalitário e predador que lhe imprimiria a vitória definitiva das tendências marxistas sobre as soluções profundamente humanas defendidas pela escola francesa. O espetáculo de ordem e precisão que nos ofereciam as sociedades europeias de então; as conquistas pacíficas que se sucediam no terreno social; os surpreendentes progressos realizados pela ciência, e com estes a rápida expansão das indústrias e do intercâmbio entre os povos, davam a todos a impressão de que, afinal, havia a humanidade encontrado o caminho capaz de levá-la a paz e a solidariedade entre as nações. Não admira, pois, que todos nós jurássemos pelos postulados rousseauianos e que nos sentíssemos inclinados a ver em nossos semelhantes outros tantos homens de bem.²⁸⁸

²⁸⁷ Ver: BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 46-47. BERGSON, Henri. **Matéria e memória:** ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 179.

²⁸⁸ MESQUITA FILHO, Júlio de. Dissidência republicana, reação democrática. In: _____. **Política e cultura.** São Paulo: Martins Editora, 1969. p. 63.

A divisão de um tempo anterior estava situada em torno das doutrinas liberais, as quais exaltava com paixão indisfarçada. O tempo das utopias e do progresso, quando julgava haver uma paz social ideal. Esse é um sentimento que, ao fazermos um exercício de perspectivismo e olhar aquela ordem de tempo por seus olhos, podemos compreender. Em outras palavras, Júlio afirmava olhar o mundo com um olhar de “inocência”, ainda ignorando as agruras do “cataclismo”. Havia razões para o jovem Mesquita Filho se encantar pela possibilidade de ver a solidariedade imperar, ao utilizar a mesma sociedade que Rousseau havia diagnosticado como a corruptora de homens para fins de reeducá-los. O próximo trecho do seu discurso muda para um tom mais sombrio, marcando o prelúdio para um ponto de inflexão, ainda que a retórica permaneça em tom grandiloquente.

Por pouco tempo, porém, pois, a pretexto de implantar a justiça social no mundo, a revolução russa eliminaria pura e simplesmente classes inteiras, e para provar a excelência das lucubrações de um profeta em delírio, determinaria o extermínio de trinta milhões de criaturas! Haveis de convir, senhores, que era o bastante para que começasse a vacilar em nós a crença nos ensinamentos do pensador ilustre.

Não parariam, entretanto, aí as nossas decepções. O advento do totalitarismo vermelho nas estepes euro-asiáticas provocaria, como consequência necessária, a explosão do fascismo na Itália e do nazismo alemão. Por uma vez a dialética hegeliana encontrava nos acontecimentos uma aparência de confirmação: à tese comunista, vitoriosa na terra dos czares, respondia o Ocidente, subvertido pela guerra de 14, com a sua antítese, o totalitarismo da direita.

A violência com que irrompera a reação fazia acreditar no predomínio definitivo dos regimes de força. E, ante a inacreditável ousadia dos que negavam a moral e o direito e sob a capa de um pseudo-realismo político, proclamavam como norma sistemática de ação o mais deslavado amoralismo; a democracia, tal qual a havia concebido a civilização greco-latina, recuava vertiginosamente. *Os acontecimentos se encarregavam, assim, de oferecer o mais brutal dos desmentidos às teorias que, durante cerca de três séculos, haviam alimentado a crença numa humanidade melhor.*²⁸⁹

As primeiras perguntas lançadas no início do discurso delimitam lanças ao encontro de uma rachadura ontológica, na forma da dúvida que indaga entre as concepções otimistas de Rousseau e o pessimismo de Freud. As duas experiências de guerra total presenciadas pelo personagem significavam a submersão desse sujeito no calor abrasivo dos “ventos das trincheiras”, conforme a expressão de Nicolau Sevcenko.²⁹⁰ Não apenas a guerra em si, mas os rumos políticos tomados no pós-guerra. O arcabouço filosófico de compreensão de mundo,

²⁸⁹ MESQUITA FILHO, Júlio de. Dissidência republicana, reação democrática. In: _____. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Editora, 1969. p. 64-65. Grifos meus.

²⁹⁰ SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: companhia das letras, 1992. p. 156.

alegoricamente ilustrado por Júlio como o antagonismo entre os postulados de Rousseau e Freud, sofria aí a fratura definitiva, sistematizada depois no texto que ora estudamos.

Mal ferida em 14, desfalcada dos seus melhores elementos, sentindo vacilar em seus fundamentos toda a escala de valores sobre a qual construíra a sua visão das coisas e do mundo, a geração que recebera como um insulto o incêndio da Biblioteca de Louvain e a mutilação da Catedral de Reims, assistiria, ante uma humanidade quase indiferente, à destruição de Londres e Coventry e, como um revide a esses dois atos de inédita selvageria, o arrasamento de Berlim e Hamburgo, de Colonia e de Bremen, de Dresden e de Lubeck, de Casino e Aix-la-Chapelle. Trinta anos antes, ela aplaudira, fremindo de entusiasmo, o gesto de Einstein preferindo a proscrição a pôr sua assinatura no manifesto dos 90 sábios alemães em apoio à política de Guilherme II. Hoje, a que é que assistimos? Vemos esse mesmo Einstein convocar a fina flor da inteligência ocidental para se isolarem num deserto do Arizona e só dali saírem de posse da bomba atômica! Assim, senhores, a ciência, a ciência que fora a religião dos povos brancos, teria a sua apoteose em Hiroshima! Positivamente, Freud andara muito mais próximo da verdade!²⁹¹

Essas palavras proferidas em 1948 encontram certa explicação quando lançamos o olhar para algumas páginas de autobiografia escritas daí a pouco mais de uma década. Ao arriscar uma sinopse, diríamos que o texto ensejou mergulhar no seu passado, em busca de si mesmo, elaborando a sua *escrita de si*.²⁹² Ao olharmos esse documento, partimos de algumas concepções de Paul Ricoeur (2007): segundo esse estudioso da filosofia da História e dos indivíduos que a habitam, a ideia de tempo é o lugar em que nós nos construímos enquanto seres, que nos situamos ontologicamente, e esse tempo se situa entre o nascimento e a morte. O que faz os indivíduos perceberem e sentirem os tempos é a sombra da morte que paira sobre eles (o pronome “nós” talvez seja mais adequado). Existe a certeza de que não somos imortais e que existiram outros antes de nós mesmos que, ao fitarmos retrospectivamente, tiveram que lidar com a própria mortalidade.²⁹³ Essa é a comprovação consensual que o tempo passa e a última consequência é a degradação da nossa própria vida. O enredo segue a sua autobiografia ensaiada já no outono da vida para narrar o *eu* de maneira que exclua as intempéries, as frestas de indecisões e fragilidades, aquilo que compõe uma *poiesis* da memória, ou uma memória trabalho. Acompanhem-lo através desse “cone da memória” e suas vidências.

²⁹¹ MESQUITA FILHO, Júlio de. Dissidência republicana, reação democrática. In: _____. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Editora, 1969. p. 65.

²⁹² GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 07-23.

²⁹³ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alan François. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007. p. 358.

Os escritos de Júlio de Mesquita já referidos nunca foram publicados – exceto alguns fragmentos pelo Jornal *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo* na ocasião de seu falecimento. Ele se esforça em narrar sua vida em retrospectiva, comparando-a com os momentos políticos que vivera a República brasileira desde o seu nascimento, no final do século XIX. O texto datilografado pelo sujeito que faz um esforço memorialístico, se lança vertiginosamente aos seus dias de infância, vivida “na atmosfera sadia e revigorante de uma velha família paulista do século XIX”, em um casarão que lhe era acolhedor, mostrando grande admiração pelo seu avô, Cerqueira César. Mesquita conta que “pela sua casa passava quase todo São Paulo. Prestava-lhe homenagem diariamente [...] figuras de destaque de passagem pela Paulicéia”.²⁹⁴ Nesses termos, o personagem ao passo que deseja dar a ver um ambiente tranquilo e feliz, revela também que passara seus primeiros anos num ambiente privilegiado e sem privações materiais.

Em um trecho posterior do mesmo documento, escreve como essa experiência de infância influenciaria o seu futuro e sua visão política. Suas impressões e leituras da realidade já aparecem nas primeiras páginas do texto:

A lição que me ficou da fase a que me refiro não podia afastar-se mais daquilo que hoje parece a própria *essência da democracia* e que, na realidade, nada mais é do que o nivelamento, por baixo, de todos os sentimentos. Se alguma filosofia me fosse dado extrair do estilo de vida que se observava na velha residência, ela deveria forçosamente concluir de maneira completamente oposta ao que se entende por democracia. Suas raízes iriam mergulhar naquele sentimento de solidariedade humana (...) para evoluir no sentido de atrair as classes menos protegidas para o nível de vida das elites. Seria, portanto, um movimento ascensional, e, nunca, como se verifica hoje, de cima para baixo. A linha de evolução social se aproximaria muito do fenômeno norte-americano, afastando-se, portanto, decididamente, das soluções europeias do problema social.²⁹⁵

Nesse trecho, encontramos algumas pistas da incidência da experiência enquanto sujeito no seu pensamento social. A ideia que brota no seu pensamento faz referência aos aspectos da sociedade brasileira, como a questão das classes sociais, compreendendo a si mesmo como sujeito de elite que tinha a missão de ajudar “as classes menos protegidas” a ascender. Sua referência às “soluções europeias do problema social” como algo que não devia ser aplicado no Brasil consiste em uma busca por aproximar a nossa “linha de evolução social” ao modelo estadunidense, reconhecidamente liberal, ao mesmo tempo que enfatizava o afastamento das

²⁹⁴ MESQUITA FILHO, Júlio de. Escritos avulsos, datilografados e rabiscados pelo autor. p. 1. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho, do seu arquivo particular. Grifos nossos.

²⁹⁵ Ibidem. p. 2.

experiências socialistas, que então estavam em voga nos países do leste europeu. O modelo de República pensado por Mesquita primava por uma incidência mínima do Estado nos negócios da sociedade. Ele situa esse trecho num tempo próximo à infância, notadamente desejando passar a impressão de um sujeito que sempre estivera idêntico a si mesmo.²⁹⁶

Segue algumas páginas descrevendo como fora a sua formação intelectual, ressaltando a vontade da parte do seu pai, Júlio Mesquita, que cursasse medicina. Contra a vontade dele, “um homem do século passado, que acreditava que a cultura [estava] baseada na Física, na Química e na Biologia” de maneira mais sólida do que “nas letras propriamente ditas, a filosofia e as Ciências Sociais”,²⁹⁷ Mesquita Filho seguiria a carreira justamente nessas últimas. A formação básica teria sido baseada em leituras como eram as corriqueiras que “constituíam o acervo espiritual de um estudante de 5º e 6º ano de humanidades, na Suíça e na França daquele tempo”. Ao descrever essas leituras, remete novamente a nomes como Peguy, Psichari que teriam preparado a juventude espiritualmente para o sacrifício em Verdun, Ypres, Marne e Somme – batalhas que figuravam no seu pronunciamento feito alguns anos antes e discutido no tópico anterior.

Outra convergência entre os esforços memorialísticos nos dois momentos – 1948 e no ano impreciso da década de 1960. As suas crenças sobre o espírito da História entram em polvorosa durante o tempo que separa a temporalidade antes da Primeira Guerra e os destroços deixados pela Segunda Guerra. Em Júlio, o tributo da *Era dos Extremos* foi promover uma mudança em sua visão filosófica sobre a humanidade, antes protagonizada por Rousseau. A partir da “derrocada de Rousseau”, passaria a ver a realidade como um palco das ideias freudianas, onde as pulsões eram atrizes principais e que todo homem deveria ser considerado “um refinado patife” até que provasse o contrário. Essa referência a Sigmund Freud encontra aproximações ao seu ensaio *Mal-estar na civilização*,²⁹⁸ escrito em 1930, que, retomando Hobbes, afirmava: *Homo homini lupus*. Desse modo, a sua maneira de pensar o Brasil e o sistema mundo estavam inextricavelmente ligadas. Atuando em palcos indiretos como o jornal do qual era proprietário, em editoras bem como em militâncias mais incisivas, reuniões conspiratórias contra regimes políticos antiliberais e em “revoluções”, esse indivíduo dá o tom de climas históricos ainda enigmáticos. O veredicto é lacônico e peremptório:

²⁹⁶ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. São Paulo: FGV, 2006.

²⁹⁷ MESQUITA FILHO, Júlio de. Escritos avulsos, datilografados e rabiscados pelo autor. p. 11. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho, do seu arquivo particular.

²⁹⁸ FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In: **Os pensadores**. São Paulo, Abril, 1978. p. 167.

[...] essa concepção rousseauana da humanidade seria, porém, totalmente destruída por tudo quanto me foi dado presenciar nos anos da ditadura Vargas, no contato com a canalha getulesca, nas prisões e no exílio. Daí para cá, invertera-se-me a concepção sobre meus semelhantes: quem tem razão é Freud e não o cidadão de Genebra...”²⁹⁹

O barulho ensurdecedor das metralhadoras e das bombas que espatifavam o frágil corpo humano de uma maneira inédita e terrível. Conforme o relato de Walter Benjamin, a pobreza da experiência se tornou um fenômeno perturbador.³⁰⁰ Aquela Europa aparentemente idílica observada pelo jovem brasileiro Júlio logo se tornaria escombros – literal e figurativamente –, o que não impediria de permanecer sendo sua inspiração de liberalismo, crente em sua superioridade cultural. No Brasil, um *status quo* igualmente saudoso de sua infância, não mais conseguiria esconder suas vísceras de desigualdade. O liberalismo clássico do século XIX teve considerável parcela de responsabilidade nas guerras do século seguinte. Ainda assim, muitos veriam esse modelo como a marca de um tempo áureo. A *belle époque* era um sonho aristocrático, e que se tornaria tradição para o futuro. O tempo em que o sangue do colonialismo pôde ser camuflado como a tinta do progresso se tornou modelo. Mas essa “solução”, paradoxalmente, tomou parte no problema que levou as aves de rapina a se empanturrarem com carne humana durante o breve século XX.

O vértice da sua memória e experiências, organizados nessa ordem discursiva, e a proposta é um retorno ao liberalismo e a tradição que fora destruída pela guerra e pelo autoritarismo. Agora, portanto, as noções antes otimistas estavam transformadas. O pressuposto de todos são “refinados patifes” até que o contrário seja provado leva a um olhar conservador. O conceito de liberalismo, para Júlio, sofre uma mudança. O elogio às doutrinas liberais do sujeito pode ser melhor compreendido agora, uma vez que penetramos em algumas instâncias da sua *poiesis* ou autocriação como indivíduo. Voltamos às ideias propagadas nas palavras pronunciadas aos formandos da USP em 1948. Falava ele o seguinte, criticando mordazmente o socialismo, seguida de uma intensa apologia ao liberalismo, que considerava antípoda daquele.

²⁹⁹ MESQUITA FILHO, Júlio de. Escritos avulsos, datilografados e rabiscados pelo autor. p. 11. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho, do seu arquivo particular.

³⁰⁰ Essa passagem é um curioso caso em que o autor serve igualmente como aporte teórico e fonte de pesquisa, dada a contemporaneidade entre Walter Benjamin e Júlio Mesquita Filho. Ambos conheceram a mesma Europa e foram, de lugares diferentes, expectadores dos acontecimentos a que se referem. A coincidência chega, inclusive, ao ano de nascimento de ambos sendo 1892. Por isso, essa referência irá figurar entre os referenciais teóricos do texto e na listagem de fontes. Ver: BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: _____. **Magia, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 123-124.

E que é que pretende o socialismo? Se não nos enganamos, um padrão de vida capaz de garantir a todos a felicidade e o bem-estar que hoje é o apanágio de alguns apenas. Pois bem, senhores. Onde esse ideal foi até agora atingido, senão nos Estados Unidos, terra por excelência da livre concorrência, da liberdade individual e onde a ausência quase absoluta de um partido de extrema esquerda nos está a demonstrar o exotismo dessa planta no Continente americano? Não creio no marxismo porque já não creio em Rousseau. Aliás, que sentido poderá ter a estranha atitude da ditadura vermelha baixando um "ukase" contra as afirmações do Mendelismo? Não estará nessa singularíssima atitude a confissão implícita de que Mendel e Freud feriram de morte o postulado básico sobre o qual se ergue toda a engenhosa construção marxista? Por que, pois, apostasiar? Por que abandonar a solida posição conquistada pelo empirismo liberal, pela miragem falaz do apriorismo marxista?³⁰¹

O tropo discursivo irônico ao afirmar que o liberalismo suplantou a interpretação marxista configura uma busca de coerência. O bico do funil pelo qual escorria as gotas da sua experiência continha o cuidadoso acréscimo de um enunciado subjacente que autorizava um lugar de fala. As críticas feitas aos sistemas que pretensamente teriam sido uma aplicação das fórmulas marxistas, não tinham reservas em adotar a postura elogiosa a ideia de liberalismo. Escamoteava-se que os autoritarismos que então rememorava como expressões do terror vieram justamente como fruto de um avanço sistemático do capitalismo. Para demonstrar isso, mais uma vez evocamos Sevcenko, que aponta como o tempo histórico de recrudescimento de um liberalismo excludente da Primeira República no Brasil favoreceu a emergência dos mitos que se propusessem iluminar com suas luzes os pontos escuros da sociedade. Vargas fora elevado à categoria de mito, como um feiticeiro a propor estranhas curas aos males da multidão. A interpretação do historiador vem na forma de uma sequência de límpidas perguntas retóricas:

Nesses tempos de fogueiras e rituais, os homens pareciam querer se entregar voluntariamente, como que hipnotizados, à voz de comando dos novos aprendizes de feiticeiro. Mas não era observando o comportamento dos celebrantes que os novos magos aprendiam o seu ofício? O que será que havia nesse canto das sereias modernas para que tanta gente em tantas partes do mundo se entregasse a ele de forma tão completa, física e mentalmente?³⁰²

Este autor chega à conclusão de que o mito é composto de “projeções” das multidões sobre uma pessoa, galvanizando a cena pública, “transformando a política numa ritualização das fantasias e do entusiasmo coletivo”. Os cataclismos do século, tão tenebrosos a ponto de derreterem os valores de um indivíduo que esteve atento aos acontecimentos do hiato entre as guerras e participe deles, parece retomar a uma imagem de pensamento anterior. Um remédio

³⁰¹ MESQUITA FILHO, Júlio de. “O Estado de São Paulo” e a questão social. In: _____ **Política e cultura**. São Paulo: Martins Editora, 1969. p. 74.

³⁰² SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: companhia das letras, 1992. p. 307.

que se sabia não ser cura, mas um frágil paliativo. A memória-hábito do Júlio de 1948, bem como do que escrevia alguns anos mais tarde, buscava em seu relicário a justificativa para catapultar para a próxima geração as experiências da sua, bem como os traumas de quando se desviaram das doutrinas a que possuía tanta simpatia. De certa maneira, isso coincide exatamente com o que escreve Enzo Traverso sobre os usos políticos do passado, uma vez que o “[...] capitalismo e o liberalismo parecem ter-se tornado novamente o destino inelutável da humanidade, como tinham sido descritos por Adam Smith na época da Revolução Industrial e por Tocqueville depois da Restauração”.³⁰³

Esses usos do passado, finamente sintonizados com uma visão de mundo que insistia em se definir como liberal, seriam manejados não apenas no plano de doutrinador e em discursos para aspirantes a intelectuais e o futuro da classe acadêmica. Esta visão pretensamente freudiana da sociedade se afirmava em tal medida que o ceticismo em relação a reformas de base ficava bastante claro. A partir de uma entrada construída no início da década de 1960, por ocasião das movimentações que derivaram no golpe fundador da ditadura civil-militar, é possível observar Júlio de Mesquita Filho fortemente mobilizado por experiências anteriores, as referidas “jazidas de passados” – em partes já discutidas nos tópicos e capítulos anteriores – e empenhado em barrar transformações sociais que, ao seu ver, poderiam afastar o Brasil dos trilhos que almejava, “aquela nação que o seu grande passado prometia”.

4.2. “Aquela Nação que o seu grande passado prometia”³⁰⁴

— Mas vocês não compreenderam ainda que se não tomarmos o poder agora estamos perdidos? Quem vai governar mesmo no próximo quinquênio é o Jango e o maluco do cunhado dele, o Leonel Brizola. Os dois, mancomunados, continuarão manobrando os sindicatos, encorajando as greves, fazendo passar mais e mais leis favoráveis aos seus eleitores e pelegos, aumentando o salário mínimo, em suma, estrangulando cada vez mais as classes produtoras. Vamos acabar no socialismo!

³⁰³ TRAVERSO, Enzo. Usos políticos do passado, In: **O passado, modos de usar**: história, memória e política. Lisboa: Edições Unipop, 2012. p. 121.

³⁰⁴ Uma versão desse tópico com alterações significativas, mas com semelhanças em seu argumento, se encontra publicada em coletânea. O texto foi assinado em coautoria com a historiadora Marylu Alves de Oliveira, que orientou aquela versão do texto. Ver: MACÊDO, Francisco Adriano Leal; OLIVEIRA, Marylu Alves de. Um liberal à brasileira: Júlio de Mesquita Filho e “o roteiro da revolução”. In: COSTA, Lucas Rafael Santos; FILHO, Pedro Pio Fontineles (Org.). **(Re)escritas plurais**: história, historiografia e temporalidades. Teresina: EDUFPI, 2019.

— *Que Deus nos livre* — acrescentou, rápida, Quitéria.
 [...] (Erico Veríssimo – Incidente em Antares).

O que segue é uma espécie de demonstração empírica de que, dentro da cosmovisão de Júlio de Mesquita Filho em sua esgrima e compondo os quadros do poder, os empuxos históricos muitas vezes moveram forças opressivas que caíam sobre a cabeça dos sujeitos históricos como um piano ou uma bigorna. Esse trecho é importante para aferir a operacionalização de uma prática de escrita intelectual que tomou o seu ofício como uma missão de maior vulto. Nos tópicos anteriores vimos o sujeito-signo Júlio seguindo regras que o tempo lhe impunha, introduzindo a si mesmo nas brechas das palavras e das ações, em práticas discursivas e não discursivas. As militâncias, no geral, nem sempre tinham resultados consonantes com os desejos. As suas retóricas e seduções por vezes encontraram entraves que o torna um homem “vencido pelos fatos”.³⁰⁵ Nesse trecho que se desdobra doravante, vemos os esforços de significação empreendidos por alguém que intentava, já no crepúsculo da sua vida, projetar uma ideia no tempo que vivia. Sempre importante lembrar que olhamos para esse presente passado com consciência do seu futuro – já que ele nos antecede.

A pretexto disso, o tópico problematiza mais uma das perspectivas de época em torno do golpe militar de 1964 e seus desdobramentos. Uma ampla e competente historiografia situa esse processo enquanto acontecimento na cena pública brasileira. Não é surpreendente que sujeitos cuja vontade de intervenção na realidade histórica do país não era tímida buscassem tomar parte desses eventos como protagonistas. No caso presente, traço considerações sobre o papel de Júlio de Mesquita Filho, com posições político-filosóficas autodefinidas como “liberal”, buscando perceber a influência de setores intelectuais como indivíduos envolvidos diretamente nas tramas do golpe e que, posteriormente, sofreram as suas consequências. A fonte principal é um editorial do jornal *O Estado de São Paulo* intitulado “roteiro da revolução”, publicado em 12 de abril de 1964 por Júlio de Mesquita Filho, escrito a próprio punho. O argumento se desenvolve tomando noções como *força da tradição* de Arno Mayer, as reflexões de Reinhart Koselleck sobre os tempos históricos e os postulados de Michel Foucault acerca da consolidação dos *regimes de verdade*.

Nascido na última década do século XIX, Júlio provavelmente alcançava o ano de 1964 sentindo o peso da própria mortalidade. A essa altura, já contabilizava dois exílios, frutos de

³⁰⁵ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 21.

suas posições políticas.³⁰⁶ O *Kairos* – *tempo do agora* – desse período era efervescente e as bigornas da forja do Brasil retiniam, onde o futuro era um objeto de disputa aguerrida. Ocupando lugar central no palco dos acontecimentos está a pergunta que já vinha sendo colocada há algumas décadas: Qual regime político seria mais apropriado para o país? Mesquita Filho ousaria ensaiar uma resposta através do texto “roteiro da revolução”. Nesse caso, uma pretensa cientificidade e racionalismo do que se compreendia como liberalismo foi adotada como principal justificativa teórica do “roteiro” em questão. Esse processo, em seus desdobramentos, levaria as instituições democráticas brasileiras a colapsos reiterados.³⁰⁷

Como o foco não é fazer revelações inéditas e surpreendentes sobre o período no qual se passa essa história, alguns *spoilers* não fazem mal. Na encenação dessa peça que então era roteirizada, um monstro foi parido para além de qualquer controle. Inclusive por aqueles que, tendo participado ativamente de sua concepção, imaginavam possuir suas rédeas. Da genética dos comandos racionalistas de intelectuais como Júlio de Mesquita Filho atuando como elemento legitimador, parece haver um efeito semelhante ao que foi descrito no enredo do livro de Mary Shelley *Frankenstein, ou o prometeu moderno*.³⁰⁸ Assim como o monstro criado pelo doutor Victor Frankenstein, a tentativa do Dr. Júlio no Brasil de fazer o país retomar determinado trilho voltou-se contra ele mesmo. O “Prometeu” brasileiro logo seria liquidado. Em que pese esses desdobramentos, a concepção do regime autoritário que seguiria partiu, também, da ideia de que a dita “revolução” estava inscrita na ordem natural das coisas, respaldada por intelectuais.

Haviam se passado doze dias desde que o golpe militar havia derrubado João Goulart de seu cargo de presidente da República quando o Jornal *O Estado de São Paulo* publicou um editorial com o título de “roteiro da revolução”. Esse roteiro, que tinha sido endereçado às “altas patentes das Forças Armadas”, era a missiva escrita em vinte de janeiro de 1962, quando essas “altas patentes” teriam inquirido Júlio de Mesquita Filho – diretor d’*O Estado* –, a manifestar sua opinião acerca das conspirações que já teriam então tido início. Esse roteiro estava dividido em tópicos que, segundo seu autor, teriam a sequência das ações a serem tomadas como ideais para a estruturação do Estado brasileiro. Em outras palavras, estava detalhada a receita política

³⁰⁶ O primeiro exílio de Júlio de Mesquita Filho foi em 1932, por ocasião de sua participação na chamada “Revolução constitucionalista”, já tratado no primeiro capítulo da presente dissertação; o segundo seria motivado pela oposição ao “Estado-Novo”, prolongando-se entre 1938 e 1943.

³⁰⁷ O texto “roteiro da revolução” está contido no livro “Política e Cultura”, sendo a transcrição literal do editorial d’*O Estado de São Paulo* de 12 de abril de 1964. Ver: ROTEIRO da revolução. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, ano 1875, n. 27.292, p. 144, 12 abr. 1964.

³⁰⁸ SHELLEY, Mary. **Frankenstein, o prometeu moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

de estrutura linear e causal, tomando as experiências anteriores da política brasileira como parte do seu arsenal analítico.³⁰⁹

Apoiador bastante assíduo de políticos ligados à UDN, podemos pensar Júlio de Mesquita Filho como sujeito alinhado às aspirações do proeminente partido conservador. Isso não significa, todavia, que os seus anseios sejam totalmente consonantes com as aspirações dos seus companheiros. O seu lugar na sociedade da época era o da elite nacional, que vinha se mantendo em posições de privilégios há bastante tempo. Próximo do também jornalista Carlos Lacerda,³¹⁰ comungava em parte com seus projetos, francamente golpistas; em 1964, estavam definitivamente legitimados pela bandeira da legalidade. A UDN, enquanto partido político, já partira no encalço de demolir a reputação de Getúlio Vargas décadas antes, esforçando-se em colar a sua figura aos ares do ditador que fora até 1945. Os correligionários do partido buscavam articular a ideia de que a metamorfose de Getúlio de ditador para democrata – por vezes alinhado à esquerda – era uma fachada populista de manipulação. Em 1954, o suicídio de Vargas sacudia a firmeza de Carlos Lacerda – “o demolidor de presidentes” – e seu partido. Quando o PSD e o PTB formaram uma coalizão, frustraram a UDN por várias vezes consecutivas. O partido conservador passou a enxergar a aliança que chamavam de “getulismo e populismo” como causa de grande parte dos atrasos do país, passando a desprezar e odiar a situação, ressoando em críticas “mal-humoradas”.³¹¹

Esse é o cenário político que se desdobrava então, e mobilizava de muitas maneiras aqueles que eram diretamente afetados. As questões envolvidas se prolongavam em muitas dimensões. Júlio, em seu caso particular, havia sido derrotado durante o movimento constitucionalista em 1932 e seguiu buscando intervir na realidade intelectual e prática, tomando frequentemente a ideia de Nação enquanto um Universal. Os resultados intermitentes desses esforços de significação não eram perenes, tampouco seguiam na mesma direção. Os balanços das ondas da história não costumam se adaptar aos barcos que singram por eles, e sim o contrário. O barco que for resistente aos impulsos daqueles terminam mais avariados do que os que não apresentam tantas resistências e baixam as velas. Júlio, portanto, pode ser visto em boa parte da sua trajetória como estes barcos que não estão totalmente contentes com os destinos

³⁰⁹ MESQUITA FILHO, Júlio de. **Política e cultura**. São Paulo: Martins Editora, 1969. p. 122.

³¹⁰ Nas fontes obtidas no arquivo do Jornal *O Estado de São Paulo*, Júlio de Mesquita Filho é o destinatário de uma vasta correspondência enviada por Carlos Lacerda, sempre em tom de amizade e proximidade. Após a morte de Mesquita Filho, Lacerda chegou a projetar a escrita de uma biografia para o amigo, todavia veio a falecer antes que concluísse a tarefa.

³¹¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à História dos Partidos Políticos brasileiros**. 2 ed. Belo Horizonte: UFGM, 1999. p. 83.

dos ventos e tenta resistir. Nesse caso particular do seu “roteiro da Revolução”, veremos que planejava um evento cujos enigmas e ondas não seguiriam os seus direcionamentos.



Figura 11: Carlos Lacerda, Júlio de Mesquita Filho (Julinho) e outros (“Álbum Julinho”, Acervo Ruy Mesquita Filho).

Acima (figura 10), Júlio está entre outros sujeitos que se tornaram personagens recorrentes nas histórias contadas sobre esse período, como Carlos Lacerda. No canto inferior direito da fotografia, parece absorto. Não é possível dizer sobre o que falavam quando essa foto foi tirada, mas no esquema de fios que os detetives fazem em suas paredes para localizar os personagens de suas tramas, colocamos sujeitos envolvidos em níveis diversos nos caminhos políticos que o país tomaria. Afinal, o frame preto-e-branco parece revelar “a presença de projetistas de Brasil”. Uma vez que falamos de histórias que se contam desses tempos, passo a ilustrar com uma versão.

Diz essa versão, obtida com bastante responsabilidade e pesquisa – embora não seja imparcial –, que a crescente votação em grupos políticos à esquerda mobilizou novamente o anticomunismo. Na perspectiva do espectro liberal-conservador direitista da União Democrática Nacional, uma atitude se fazia necessária. Como pode ser presenciado no fragmento do livro *Incidente em Antares* que abre esse tópico – escrito por Erico Veríssimo já na década de 1970 –, as mistificações anticomunistas ecoavam pela sociedade brasileira.³¹² O trabalhismo e a reforma agrária, projetos políticos que eram representados por Jango, eram vistos por muitos como a soleira da porta para o comunismo. É nesse terreno que o argumento construído em torno da “defesa da legalidade” culminaria no golpe militar de 1964, bem como

³¹² VERÍSSIMO, Erico. **Incidente em Antares**. São Paulo: Companhia das letras, 2006. p. 107.

adentraria mais de duas décadas, sempre alimentando essa ideia – que, a certa altura, passou a justificar a tortura e a morte de brasileiros como “mal menor”.

No livro de Mesquita Filho, intitulado *Política e cultura*, publicado em 1969, figura a transcrição do editorial já referido. O título “roteiro da revolução” encontra um significado forte no contexto da época. A palavra “roteiro” implica um plano que manteria os desdobramentos da conspiração contra o presidente seguindo por trilhos pré-estabelecidos; “revolução”, por sua vez, é um termo de legitimidade que, na década de 1960, segundo os estudos desenvolvidos por Marcelo Ridente, encontrava-se envolto em um grande misticismo romântico. A Revolução com R maiúsculo estava fincada no imaginário coletivo, não sendo exclusividade nem dos espectros políticos de direita ou de esquerda. Era comum que muitos encontrassem causas pelas quais estavam dispostos a pagar um alto preço. Ridente escreve que “[...] talvez os anos 1960 tenham sido o momento da história republicana mais marcado pela convergência revolucionária entre política, cultura, vida pública e privada, sobretudo entre a intelectualidade”.³¹³ Os intelectuais canalizam essa tradição revolucionária, passando a integrar seus escritos e engajamentos – “a utopia que ganhava corações e mentes era a revolução”.

A “revolução” que ganharia “o coração e a mente” de Júlio de Mesquita Filho seria protagonizada pelos militares. A partir disso, pensaria ele ser um importante guia, já que os interesses a quem servia esse ponto de inflexão política eram os dos setores conservadores. O governo de João Goulart estava ameaçando bases políticas brasileiras que jaziam em voga há bastante tempo, com mudanças lentas, em que muitas vezes apenas os nomes mudavam e as coisas permaneciam; para conservar esse *status quo*, havia a necessidade de barrar as reformas que Jango e seus apoiadores pretendiam promover. Em torno dessas reformas, as alegorias anticomunistas foram criadas e compartilhadas de maneira extensa e incontrolável. Um regime socialista poderia estar a caminho, e isso era algo que aterrorizava os indivíduos das classes dirigentes. Essa batalha contra o comunismo possuía raízes que remontavam aos períodos que precederam o Estado Novo.³¹⁴ Operando através de mecanismos como a imprensa e criando uma certa *ordem discursiva*³¹⁵ que enunciavam, um terreno fértil para uma “revolução” política foi preparado; as conspirações já estavam a todo pano pelo menos desde 1962, conforme o início do artigo publicado por Mesquita Filho.

³¹³ RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos de 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. (O Brasil Republicano, 4). p. 135.

³¹⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à História dos Partidos Políticos brasileiros**. 2 ed. Belo Horizonte: UFGM, 1999.

³¹⁵ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2012.

O texto é apresentado nos seguintes termos, após detalhar que ele havia sido escrito há aproximadamente dois anos daquela data: “O Dr. Júlio de Mesquita Filho, instado por altas patentes das Forças Armadas a dar a sua opinião sobre o que se deveria fazer caso fosse vitoriosa a conspiração que já se iniciara contra o regime do Sr. João Goulart [...]”.³¹⁶ Em seguida, desdobra-se a transcrição de uma carta pelas próximas oito páginas, detalhando um itinerário a ser seguido para que a “legalidade” fosse restaurada. A datação é do dia vinte de janeiro de 1962; um “roteiro” em seis tópicos é escrito e endereçado a um misterioso destinatário, referido apenas como “meu ilustre amigo”. Os tópicos possuem os seguintes subtítulos: *Junta militar, tribunais, legislativo, Conselho Nacional, O prestígio nacional e Iniciativa privada*. O intelectual e Revolucionário Mesquita Filho afluía novamente, dessa vez forjando uma receita de como proceder após o golpe de Estado a que chamava de Revolução. Após os seus dois exílios e o passar do tempo, o seu papel na revolução agora era o de pensador cuidadoso por trás da ação. Emprestava seus saberes às forças armadas.

Analisando o documento, em primeiro momento, um pensamento se faz presente – a introdução desse escrito afirma que “a responsabilidade que pesa sobre as forças armadas é enorme”.³¹⁷ Essa responsabilidade atestada por Mesquita Filho aos militares aparece seguida de referências a diversas ocasiões em que o exército havia agido como poder moderador, especialmente apologético ao “belo movimento que derrubou a ditadura em 1945 e da queda de Getúlio de 1954”. É nesse momento que se faz presente sua preocupação para o que chama de “imprudências que redundaram em fracasso”, já que anteriormente o exército teria entregado precipitadamente o poder a homens que tiveram seus espíritos formados em tempos de ditadura. O personagem dirá que uma atitude planejada e prudente se faz necessária, como se desejasse perscrutar o futuro e fornecer-lhe um plano a prova de falhas, um diagnóstico e receita de intervenções que em “no máximo três anos terá voltado o Brasil a um estado de perfeita saúde política e social”.³¹⁸

O roteiro continua, nesse tom de planejamento detalhado. A respeito da junta militar, ela se constituiria em três militares que fariam as vezes do executivo. Tudo isso seria ancorado na legitimidade constitucional, fundamentada na constituição de 1946 “para acalmar os espíritos e, a partir disso, promover a inadiável obra de saneamento”.³¹⁹ O chamado de “Poder Executivo revolucionário” promoveria, de dentro dos limites da constituição, uma “reestruturação

³¹⁶ MESQUITA FILHO, Júlio de. Op. cit. 1969. p. 122.

³¹⁷ Idem, ibidem.

³¹⁸ Idem, ibidem.

³¹⁹ Idem, ibidem.

administrativa e moral do Estado Brasileiro”. Não é definido, contudo, quais seriam esses limites e até onde era aceitável o esgarçamento da constituição em nome do governo “revolucionário”. Uma vez sob a bandeira da legalidade, as forças armadas desempenhariam o seu papel, posto como quase sagrado, de restaurar a moralidade, o que deveria ser feito, segundo Mesquita Filho, com prudência.

Essa prudência consistia, principalmente, em “evitar violências desnecessárias”. Dado o tom da aquiescência apenas parcial nesse trecho da carta, aparentemente “as forças armadas” planejavam proceder uma derrubada total dos tribunais imediatamente após a então nomeada “revolução”. O “saneamento” dessas instituições era urgente e necessário para que as sombras que tanto diziam combater pudessem ser substituídas pelos faróis do Estado autocrático que estava por dominar o país.³²⁰ O desafio que parece ter havido foi a não existência de uma fórmula para que se efetuasse a substituição de governo; em outras palavras, os conspiradores não tinham controle sobre quaisquer das contingências vindouras. Júlio de Mesquita Filho afirmara que o processo que levaria à queda de João Goulart já havia tido sua ignição, mas não existia um roteiro prévio. Essa previsão que desejava dar conta do futuro começara a ser discutida pelo menos desde 1962 e nem sempre encontrava unanimidade.³²¹ A consulta de intelectuais e homens ligados à imprensa – como aqui apresentamos Mesquita Filho –, parece ter sido parte do conjunto de ações que compôs o golpe de 1º de abril de 1964.

Júlio de Mesquita Filho pregara prudência. Assim, tornava-se um dos ideólogos-*teóricos* que ajudariam a compor o quadro burocrático que cobriria o futuro governo ditatorial com a bandeira da legalidade. Até hoje, os desdobramentos mais sutis desse período muitas vezes permanecem velados por causa do alto grau de complexidade posta ao lado de uma renitente insistência em modelos explicativos. Carlos Fico faz uma prolífica discussão em torno dessa problemática; segundo este autor, pouca atenção é dada aos acontecimentos.³²² Nesse caso, por exemplo, vemos o eco de como “1964 buscou construir suportes jurídicos e aliou estratégias de legalização do regime às práticas de censura aos meios de comunicação, de cassação arbitrária de mandatos parlamentares e dos direitos políticos”,³²³ consultando intelectuais e pessoas em

³²⁰ MESQUITA FILHO, Júlio de. Op. cit. 1969.

³²¹ Para Reinhart Koselleck, a relação dos sujeitos históricos com as temporalidades em que habitam não é a mesma para todos os indivíduos, ao mesmo tempo que propõe o estudo da própria historicidade da categoria tempo. Ver: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução: Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006. p. 09-15.

³²² FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

³²³ MONTENEGRO, Antonio Torres. História e memória de lutas políticas. In: MONTENEGRO, Antonio Torres; RODEGHERO, Carla S.; ARAÚJO, Maria Paula. (Org.) **Marcas da memória**: história oral da anistia no Brasil. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

evidência na política nacional. Essas dinâmicas são lampejos de processos subterrâneos, contudo, não menos importantes. Uma sugestão dada por Júlio de Mesquita Filho na referida carta pode ajudar a compreender como esse processo se desdobrou. Ele defendia a criação de um “Conselho Nacional” que pudesse ser consultado pela junta militar. Assim teria sido pensado tal conselho:

[...] medida que julgo de grande interesse seria a criação de um Conselho Nacional que acolhesse em seus quadros figuras de grande projeção. Este novo organismo poderia ter apenas caráter consultivo ou deliberativo, ou os dois simultaneamente. [...] A sua presença no organismo estatal viria reforçar sensivelmente o prestígio do governo revolucionário, pois com ele julgo que estaria completada a estrutura jurídico-política do País.³²⁴

Os conselhos que Mesquita Filho apresentaria aos militares nessa carta, que é tornada pública após a deposição de João Goulart, defendem fortemente a restauração da legalidade, segundo os moldes da democracia por ele pensado. Não concebia mais que o país continuasse a se afastar dos seus projetos e, dessa vez, com o espaço muito mais limitado para negociações do que acontecera na década de 1930 e a sua penetração no terreno público. O “liberal” fazia aposta alta no exército para que o mando de campo das elites ameaçadas fosse devolvido, numa posição paradoxal: era revolucionário em nome, inserindo-se como tal para efeito de autolegitimação, mas o futuro utópico correspondia, também, a um passado nostálgico. O reacionário – ou uma vontade de retorno – e o revolucionário disputavam espaço em um mesmo indivíduo, o que, em última análise, era um mesmo significante. O indivíduo pensara uma sociedade *ao seu modo*, mas que deveria dissonante dos seus desejos. É nesse ponto que a influência das tradições se faz presente, demonstrando grande capacidade de reação, quase seguindo as leis Newtonianas de “igual força e sentido contrário”. Tal fenômeno é análogo ao apresentado por Arno Mayer sobre a permanência do antigo regime na Europa, com papel ativo da aristocracia e dos intelectuais.³²⁵

Conforme o século envelhecia, mais o autor da carta e da matéria de jornal que analisamos nesse texto também sentia o peso dos anos. Giorgio Agamben nos lembra que a terminologia “século” significava, no latim que a derivou, *saeculum*, ou “tempo de vida”.³²⁶ Para além de conjecturas, é possível afirmar a vontade de coerência que o fizera acreditar que possuía um “terceiro olho” capaz de perscrutar o futuro; esse olho estaria vigorosamente fincado nas seis décadas do tempo de vida que tivera no século XX, passando a pretender a segurança dos

³²⁴ MESQUITA FILHO, Júlio de. Op. cit. 1969. p. 127.

³²⁵ MAYER, Arno. **A força da tradição**: a persistência do antigo regime (1848-1914). São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 269.

³²⁶ AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009.

Oráculos. Essa segurança é evidente quando afirma que caso “[...] a junta militar se mantiver dentro dos limites da política cujos traços principais são os que aí ficam, ela terá contribuído para tornar o Brasil **aquela Nação que o seu grande passado prometia**”.³²⁷

Aqui, sugiro conexão com trechos anteriores deste mesmo texto: Mesquita Filho, que seguia uma tradição de passado que, na primeira República, sujeitos como Monteiro Lobato e o seu próprio pai tinham trilhado – a de compor políticas que tinham lastro numa construção de um país grandioso, expurgando-lhe “as pragas” que o levavam à menoridade no concerto das nações. Evidências de sua saudade do “liberalismo excludente” da Primeira República, na qual vivera até seus quarenta anos, aparece no texto do derradeiro tópico de sua proposta de “Revolução”. Aí entra o seu projeto liberal, construção de um país em que a “iniciativa privada” daria as cartas; ao mesmo tempo, combateria qualquer vestígio de filosofias que remetessem ao socialismo. Caberia ao Estado brasileiro

[...] combater os males que a infiltração do pensamento marxista na política brasileira provocou nesses dois últimos decênios, exacerbando até o paroxismo a intervenção do Estado na economia nacional. [...] se quisermos combater o comunismo dentro das nossas fronteiras, o próximo passo a ser dado pelo futuro governo será o que tenda a conter dentro do razoável a ingerência do Estado naquele delicado terreno estudando, ao mesmo tempo, a maneira de aliviar as responsabilidades financeiras do tesouro, devolvendo à iniciativa privada tudo quanto esta esteja em condição de gerir melhor.³²⁸

O anticomunismo voltava, encarnando parte do clima histórico, mostrando como as dinâmicas da sociedade se canalizam nos indivíduos e como estes reagem. A iniciativa privada era defendida por Mesquita Filho como uma defesa contra o comunismo. Isso se expressava na tentativa de coser o seu *agora* de 1964, fortemente influenciada por suas *experiências* passadas, disputa por um futuro à sua imagem. Nas palavras de Reinhart Koselleck, um horizonte de expectativa *sui generis* estava se constituindo no calor das “decisões políticas tomadas sob a pressão dos prazos e compromissos”,³²⁹ sob influência da urgência de uma ação militar que rompesse com uma ordem estabelecida e implantasse outra no seu lugar. Essa sequência de acontecimentos encontra o que afirmara Darcy Ribeiro na obra que sintetiza seu pensamento, *O povo brasileiro*. Segundo ele, o golpe militar de 1964 é reflexo de que as classes privilegiadas

³²⁷ MESQUITA FILHO, Júlio de. Op. cit. 1969. p. 127. Grifos meus. O trecho grifado em negrito compõe justamente o título inicial do planejamento que deu origem a esta dissertação. Depois de reformulações, o título ganhou o formato atual, mas as intenções originais de perceber os elementos de tradição e de passado permanecem. Ver: MACÊDO, Francisco Adriano Leal. “Aquela nação que o seu grande passado prometia”: Estado, Liberalismo e Tradição nas ideias de Júlio de Mesquita Filho (1925-1964). 2019. 15 p. Projeto de Pesquisa (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina.

³²⁸ Ibidem, p. 126.

³²⁹ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução: Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006. p. 15.

viviam o medo de qualquer sublevação, reagindo duramente a isso.³³⁰ Isso ecoa os conflitos que estudamos no primeiro capítulo a partir do encontro entre Ribeiro e Mesquita.

O Historiador estadunidense Thomas Skidmore, nas palavras finais de seu livro *Brasil: de Getúlio a Castelo*, faz uma breve menção a Júlio de Mesquita Filho como participante ativo no golpe, apesar de não fazer nenhuma referência ao “roteiro da revolução” que aqui discutimos. Skidmore aponta o envolvimento de certos setores da sociedade no golpe, sujeitos ressentidos com mudanças recentes no *status quo* brasileiro. Novas dinâmicas que assustavam as classes privilegiadas conduziram o apoio ao golpe, devidamente travestido sob o nome grandiloquente de “revolução”. Skidmore anota que os militares agiram respaldados “por antigetulistas e civis de ideias neoliberais” – como é o caso de Mesquita Filho – e que esses conspiradores estavam certos de que, com a “revolução”, a incômoda herança varguista que viam encarnada em Jango finalmente se exauriria.³³¹ Contudo, esses acontecimentos dariam origem a uma curiosa ironia, como veremos em seguida. Conforme a “revolução” se prolongava e ganhava indisfarçáveis tons de ditadura, os interesses individuais se bifurcavam e se tornariam conflituosos.

O dia 1º de abril é popularmente conhecido como “o dia da mentira”; apesar disso, em 1964, a “peça” pregada no regime democrático no Brasil não foi uma mentira, ainda que recheado delas em seus pretextos. Ainda assim, o espírito do dia parece acompanhar os desdobramentos, uma vez que a célebre frase “a revolução devora seus filhos”, atribuída por Georg Büchner a Danton, parece poder ser aplicada por muitos cá no Brasil pelos anos do regime de governo que seguiu o golpe. Júlio de Mesquita Filho em breve seria engolido; após publicar um artigo com duras críticas ao regime que se instituirá,³³² distante daquele que escrevera no seu roteiro, o jornal é censurado e seu proprietário nunca mais publicaria nele. “Golpes de Estado são eventos traumáticos, que podem ser bem planejados e executados. Mas, uma vez efetivados, é frequente que abram alternativas políticas diversas”, escrevem Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, acrescentando que “[...] por isso, o que ocorre após muitos golpes de Estado foge muito do controle de muitos que o promoveram e apoiaram”,³³³ o que significa que os sujeitos de cada época possuem seus próprios projetos políticos, mas isso não implica que tudo ocorra de acordo com o “roteiro”.

³³⁰ RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: companhia das letras, 2006. p. 21-22.

³³¹ SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Getúlio a Castelo. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 369.

³³² O Estado de São Paulo, 13 de dezembro de 1968, p. 3.

³³³ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964**: o golpe que derrubou um presidente, e pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: São Paulo, 2014.

O *deus ex machina* que conteria o avanço da suposta avalanche comunista estava, enfim, construído. Brotava como a solução milagrosa que levaria o país de volta aos trilhos; diversas mitologias construíram as condições de nascimento desse golpe. A literatura captura sensivelmente essa dinâmica do terror que então era construído: “Os inimigos já estão dentro de nossos muros! Protegeí a vossa intimidade” – escreve Erico Veríssimo no livro *Incidente em Antares*, referindo-se ao crescente anticomunismo – “Fechai as vossas portas e vossos corações a esses forasteiros curiosos e indiscretos agentes do comunismo internacional ateu e dissolvente. [...] Defendamos a nossa crença em Deus, na Pátria, na Família e na Prosperidade! (*Um Patriota*)”.³³⁴ Na obra ficcional de Veríssimo, essa caricata e irônica referência não estava, de maneira alguma, distante dos “patriotas” dessa época.

Um coro considerável uniu-se para “demolir” Goulart; não apenas Carlos Lacerda, Júlio de Mesquita Filho ou setores da Igreja Católica. Seja a “Pátria”, a “Família” ou a “Prosperidade”, esses poderosos discursos e construções imagéticas através dos meios de comunicação e no senso comum contribuíram com o golpe, que em seguida se transformaria em “revolução” nas narrativas oficiais de época. Mais tarde, os “flautistas de Hamelin” que abandonavam o coreto eram tratados de maneira semelhante àqueles que se recusaram a segui-los desde o começo – como inimigos da revolução. Ditaduras não toleram críticas. O artigo escrito pelo proprietário d’*O Estado de São Paulo* e publicado em plena vigência do Ato Institucional Nº 5 já falava em ditadura; o jornalista já mudara seu tom, talvez por sua cartilha de interesses liberais vir sendo deformada durante o período “revolucionário”. O título sugestivo de “instituições em frangalhos” denunciava a implosão da democracia política pela qual acreditava ter lutado quatro anos antes. O neoliberalismo referido por Skidmore não teve pudores quanto ao modelo de Estado que o Brasil fazia uso, justamente por ser o desenvolvimento mais agressivo do já voraz liberalismo. Esse filho bastardo da modernidade, em sua fome insaciável, não poupava nem mesmo os paladinos e mercenários que lutaram do seu lado.

Esse momento faz conexão a diversos conceitos que viemos operando durante todo o texto. Intelectuais, poder, escrita, desejo, sedução, contemporâneo, etc. Essa fiação, estabelecida em formato rizomático e que opera fazendo o vaivém temporal recomendado por François Hartog, captura o sujeito Júlio de Mesquita Filho em movimento e em diálogo simultâneo com forças diversas entre si e com ele próprio. O empuxo dos acontecimentos certamente o surpreendeu e o decepcionou, quando finalmente imaginava ser uma vitória da

³³⁴ VERÍSSIMO, Érico. Op. Cit. 2006. p. 141.

sua visão de mundo, do seu *projeto de Brasil* que desejava fazer nascer. As considerações possíveis são muitas, como é costumeiro nas contingências históricas; uma que insisto em fazer mais categoricamente diz respeito a como, na duração da sua vida, Júlio se fez ouvir de muitas maneiras, mas a sua voz mais de uma vez caiu no vazio e se tornou uma alternativa histórica irrealizada. A vidência dessa fonte que guiou as últimas páginas dá um testemunho que nós, que conhecemos o futuro daquele passado tempestuoso, podemos atestar a sua negação em alguns níveis; a negação de uma ocorrência real daquele roteiro tão cuidadosamente redigido; a não realização da aparente utopia pós “revolucionária” que deveria se fazer presente depois da causalidade então prevista.

Seguindo um caminho muito mais obscuro do que aqueles fixados nos mapas da escrita, a violência das atuações dos atores históricos envolvidos nessas contendas saía das práticas discursivas, do texto limpo e polido, para as atitudes ignóbeis e realizadas em porções não tão limpos assim. Todavia, o pensamento e a ação estavam intimamente relacionados. As angústias e desesperos de um tempo, as dores infligidas na carne dos dissidentes e insurgentes contra as práticas não discursivas que os feriam nesse tempo, tinham o tributo e contribuição dos enunciados e prescrições de sujeitos que não sujavam a mãos que não fosse de tinta. Essa trajetória que aqui conhecemos parece reservar uma fina ironia: lembra que os sujeitos estão encaretados em seus respectivos tempos; que o campo de visão que reluz em seus projetos é potencialmente instável; e, ainda, ideias podem ganhar vidas outras e voltarem-se contra aqueles que julgavam serem seus proprietários.

Como desfecho do tópico e do capítulo, faço referência a um trecho da apresentação feita por Alfredo Bosi em plena década de 1970 a um livro que muito citamos aqui, no limiar entre fonte e análise social feita no calor dos acontecimentos – quase um pleonasma:

A ingenuidade parece fatal em todo homem que funde na sua ação duas formas enleantes de boa consciência: a de cidadão prestigiado pela oligarquia e a de intelectual eficiente. O melhor do passado combina-se com o melhor do presente: que mais se poderia desejar? O elitismo engendra-se nesse e embala-se nesse culto da própria dignidade intelectual que lustra-se com as águas da contemporaneidade.³³⁵

O argumento é que, depois da segunda guerra, a chamada “boa consciência liberal” se exulta e se reforça por não ter aderido ao varguismo e seu Estado Novo. Estes eram reconhecidamente os bastiões do autoritarismo e barbárie no maior país da América Latina,

³³⁵ BOSI, Alfredo. Um testemunho do presente. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica (1933-1974)**. São Paulo: Editora 34, 2014. p. 37.

dentre aqueles que debutavam aos arrastos num mundo pós colonial. O desenvolvimentismo aparece como a alternativa viável e se tornaria a vedete desses setores sociais e intelectualizados. Nascido disso, viriam rebentos desagradáveis. Bosi segue escrevendo em tom cortante: “[...] o resultado está aí, e é triste, mas instrutivo: não temos a grande infraestrutura nacional, mas, para escarmento dos liberais, temos um estado autoritário. Foi no que deu o desenvolvimentismo cego: ele nadava com a maré, e a maré o levou para onde bem quis”.³³⁶ Vivia-se uma ditadura. A liberdade de pensar livremente, que é a seara do intelectual, estava barrada como se por ironia.

4.3. Testemunhos de “gerações”

Apesar dos desdobramentos imprevisíveis de atitudes intelectuais e políticas, os sujeitos históricos não cabem em binômios maniqueístas. As sensibilidades diversas que operam no interior dos conflitos históricos podem provocar desavenças que são algumas vezes incontornáveis, como vimos o exemplo de Júlio de Mesquita Filho e Assis Chateaubriand – ou, ainda que de maneira mais branda, entre aquele e Darcy Ribeiro – mas também existe a possibilidade de relações fraternas e não beligerantes entre indivíduos que carregam consigo visões de mundo dissonantes. Nesse último caso, é possível observar o contraditório e fazer conexões com os esforços de significação em torno da vida de um sujeito que enfrentou o século XX no Brasil, em lugar social específico, bem como os referidos usos políticos das memórias cristalizadas em torno desse homem. Ainda em diálogo com Carlos Guilherme Mota, as análises em torno de “testemunhos de gerações” representam um ponto de sutura importante entre os argumentos diversos que se apresentam ao longo da dissertação.

Entre a década de 1930 e 1970, os pontos de partida para uma “história das ideologias no Brasil” são muitos. Pontos de ignição que compreendem desde as ressonâncias do Movimento Modernista dos anos 1920, o desencanto posterior de alguns dos seus membros duas décadas depois – como Mário de Andrade, na década de 1940, fazendo uma intensa (auto)crítica sobre o dito modernismo – e atinge os “grupos-geração” de intelectuais críticos dos que vieram antes deles, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Podemos sondar parcelas consideráveis dessas fortunas críticas através do já bastante citado livro de Carlos Guilherme Mota *Ideologia da Cultura brasileira*. O seu próprio texto, escrito na década de 1970 como tese de livre-docência em meio ao regime ditatorial então estabelecido em uma das

³³⁶ Ibidem, p. 38.

suas fases mais severas e repressivas, é um petardo que aponta um mapa de ideologias da Cultura que permeiam as fronteiras do social.

Júlio de Mesquita Filho é um dos personagens que aparecem naquela obra de Mota, mas que não é contemplado com análises mais acuradas dedicadas a ele. Dá-se, por vezes, a impressão que Júlio está em *standby*, como se não tivesse tido a participação tão efetiva e intensa na vida pública e intelectual brasileira que teve, centrada em São Paulo e, mais amplamente, durante e por causa dos seus exílios políticos. Por conta disso, e crendo que a esta altura o leitor já tenha acompanhado suficientemente os pontos que narrei da agitada pretensão de interferência deste sujeito em acontecimentos que viriam a se organizados em fatos, vejo ser momento de penetrar no testemunho intelectual de Mesquita Filho, na medida que é possível observar que a sua trajetória nada teve de tímida ou vacilante. Foi, sim, um homem de pensamento e ação que participou efetivamente das dinâmicas de diversos “grupos-geração”, aglutinando em torno de si personagens como Monteiro Lobato, Antonio Cândido, Jorge Amado, Décio de Almeida Prado, dentre outros. Nem todos estes indivíduos tiveram seus pensamentos afinados com o universo mental e intelectual de Júlio, mas essas “improváveis” interlocuções são, em si mesma, reveladoras.

Mesmo sendo Júlio um adepto de epistemologias evolucionistas sobre raça, como visto tanto em seu livro *A crise nacional* de 1925 bem como ainda presentes no seu depoimento autobiográfico e livro *Nordeste*, ambos da década de 1960, Jorge Amado mantinha uma amizade respeitosa. Mesmo com o apoio ao Golpe Civil-Militar de 1964 – pessoal e editorial através do seu jornal – a ruptura com indivíduos dissonantes não foi total. Esses elementos são sintomas de que os matizes do pensamento e da ideologia da cultura não são unívocos. As intersecções são muitas, e o preto-no-branco nem sempre são as cores mais usadas no correr das relações humanas e o desdobramento da história. As contraditórias relações de poder que se efetuaram entre e através dos projetistas de Brasil que se acotovelaram naqueles que se pretenderam grandes centros de saber.

Existe uma noção carimbada por Sérgio Milliet de “Rebelião das Elites” que se expressa na forma da construção de estruturas de significação “brasileiras” que estivessem estribadas em classes pensantes, pretensamente dirigentes, que tomavam para si a voz-guia da Cultura Nacional. Em meio a esses grupos, o sujeito que estivera em exílios intermitentes entre a década de 1930 e 1940 pode ser apontado como um dos possíveis protagonistas – ao menos um participante engajado – dessa propalada “rebelião de elite”.



Figura 12: "Sérgio Milliet, com cigarro na mão, ao lado de Júlio de Mesquita Filho. 'Não posso deixar de aplaudir essa rebelião de uma elite que há de preceder a das massas [...]'.³³⁷

Acima (figura 13), Júlio foi fotografado ao lado de Sérgio Milliet, este que fazia um elogio à “revolução de uma elite” – integrando Mesquita Filho em meio a estes – que através do labor intelectual e engajamentos políticos produziram ebulição significativa nas estruturas simbólicas e culturais da sociedade. Milliet revelaria em *Testemunho de uma geração* a sua simpatia com as respostas da elite com o incentivo uma construção de uma intelectualidade vigorosa, que seguiu – segundo ele – dos paulistas que foram derrotados no Movimento Constitucionalista de 1932. Esse “ato conclusivo” que visava perseguir um “Brasil Nação” para além do “Brasil Formal” nascia em centros de poder-saber como a Universidade de São Paulo, pavilhão e panteão de um saber que se fortaleceu apoteoticamente.

A USP é, também, um ponto de celebração. A Instituição foi como um torreão a partir do qual projetos de Brasil jorraram em profusão das suas seteiras e muralhas. Nos limiares do final do século XX, o país contou com um Presidente de República cuja formação intelectual e atuação profissional devém de dentro dos muros do “templo de saber” que Júlio de Mesquita Filho ajudou a laborar. Nesse ponto específico, na medida em que situamos as “Ideologias das culturas brasileiras” como construtos diversos, é justo que considerar a tese de Livre-docência de Carlos Guilherme Mota que muito citei para além de uma referência, mas também como fonte. Uma vez produzida no contexto da própria Universidade de São Paulo, possui ela mesma uma ideologia da qual não poderia se desvencilhar completamente de certas ordens discursivas,

³³⁷ Fotografia presente no caderno fotográfico da edição aqui citada de *Ideologia da Cultura Brasileira*. Ver: MOTA, Carlos Guilherme. **A ideologia da cultura brasileira**. (1930-1974): pontos de partida para uma revisão histórica. 4 ed. São Paulo: Editora 34, 2014. p. 347.

na altura da década de 1970. Afinal, ele admite as suas afinidades eletivas direta ou indiretamente. Em considerações feitas por Darcy Ribeiro, transcritas em edições recentes do próprio *Ideologia da Cultura Brasileira*, é afirmado ser esta última uma “tese acadêmica de louvação da USP”, acrescentando que foi “escrita para os examinadores”, vaticinando por fim que é “boa de ler, criticamente”.³³⁸ Isso ocorre porque “um dos traços fundamentais da ideologia consiste, justamente, em tomar as ideias como independentes da realidade histórica e social”,³³⁹ e é sabido que o próprio livro de Mota foi produzido dentro de um contexto do qual depende os argumentos apresentados.

É especialmente útil a análise de um testemunho de Jorge Amado sobre Júlio, que delineia matizes de relações sociais que nem sempre são atravessadas por relações a ferro e fogo, como o caso do embate entre Júlio de Mesquita Filho e Assis Chateaubriand. A definição feita por Amado sobre o seu amigo não ter sido “nem intransigente nem sectário” sugere uma nebulosa discursiva e de relações que nem sempre é preto no branco. Nesse ponto, a visão do literato baiano norteia as compreensões e representações sobre Júlio e como este se costurou no Brasil do século XX.

Esse encontro provavelmente possa ser chamado de colisão entre visões de mundo contrárias. Se fosse uma fábula do “bicho homem”, comporia uma breve história sobre como filosofias de vida que não são convergentes em todos os pontos não são barreiras irredutíveis para que diálogos e até amizades aconteçam. Jorge Amado e Júlio de Mesquita Filho, sujeitos cuja trajetória comum de proximidade segue um caminho bem diverso daquele que traçou a partir do breve diálogo entre Mesquita Filho e Darcy Ribeiro, contado no primeiro capítulo. Jorge Amado, que também se ocupou do tema da “brasilidade”, ou os esforços de definição da identidade cultural brasileira, mantém uma longa amizade que alguns poderiam considerar improvável. Quando escreve “O país do Carnaval” (1931), Jorge Amado (que aparece na fotografia acima, figura 9) já havia se inserido em perspectivas perante o objeto de litígio dentro das produções intelectuais das mais diversas categorias. Entrava nas impressões tropicais com a ideia que o Brasil carecia de identidade, de elementos transcendentais que fornecesse “liga” e consistência a um povo. A comunidade nacional estava em foco.

Jorge Amado, nessa busca por um “ser nacional”, parte da matriz nordestina que paradoxalmente é o lugar da “fome e atraso”, mas ao mesmo tempo é o local da cultura. Um nordeste de tradição, que ao mesmo tempo que possui uma vida árdua, é o local da cultura

³³⁸ RIBEIRO, Darcy. Aos trancos e barrancos, Rio de Janeiro, Guanabara, 1985, verbete 2.271. *Apud* MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura brasileira*. *Op. Cit.*, 2014, p. 409.

³³⁹ CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

genuína. Aproxima-se, nesse ponto, de Gilberto Freyre quando este se refere ao nomeado Nordeste como uma ostra, que no momento de gerar uma pérola sente uma dor excruciante, mas que o resultado é uma joia preciosa. O Nordeste, seria a ostra. A pérola, a cultura brasileira. Jorge Amado na literatura, Freyre na Sociologia e muitas vezes ganhando as telonas nas produções cinematográficas de Nelson Pereira dos Santos, essa visão cultural disputa a realidade nacional. A cultura da mistura, do híbrido e da miscigenação. É isto, pelo menos, o que sugere as palavras de Jorge Amado, sendo que “o povo Brasileiro luta para construir uma nação original, com sua cultura original. Uma nação, grande nação mestiça, a única grande nação mestiça do mundo”.³⁴⁰

Jorge Amado eventualmente seria alçado a lugares de poder ocupados pelos intelectuais da cultura e ligados ao estado. Isso causa uma impressão muito forte, uma vez que sabia que os intelectuais eram uma estratégia para consolidar um ideal de nação, mesmo que fosse para, como disse Carlos Guilherme Mota, “harmonizar as diferenças”. A “Bahia como o Brasil profundo de Jorge Amado” é a forma que encontra de utilizar a força da literatura para reforçar as imagens e dar verossimilhança a elas, esculpindo com a pena identidades que se diziam inconclusas.³⁴¹ Os narradores de Brasil aí se bifurcam em suas conclusões acerca do caráter nacional que, como no caso do confronto Darcy Ribeiro X Júlio de Mesquita Filho, os projetos se tornam antagônicos e podem tornar os seus portadores como água e óleo. Mas o caso de Júlio e Jorge é diferente, e parece ter havido uma longa amizade, conforme o relato do segundo em seu livro *Navegação de Cabotagem*.

As primeiras menções de Amado sobre Mesquita Filho neste livro de memórias fazem referência aos dias dos primeiros encontros entre os dois homens, em Buenos Aires, quando ambos estavam exilados pelo Estado Novo no ano de 1941. Jorge anota que teria recebido a incumbência de “tratar com os *liberalóides a gente Armando Sales de Oliveira*”, pois a hora seria “de aliança na luta contra o fascismo e de convivência com os políticos que [rotulavam] de liberais com menosprezo e desconfiança”.³⁴² Nesse trecho, o literato baiano conta os primeiros encontros desconfiados com aquele jornalista paulista “quatrocentão” cuja “fidalguia” conquistaria a sua amizade. Um dos elos que ligou os dois intelectuais foi a admiração que tinham pela figura de Luís Carlos Prestes, que Júlio teria conhecido ainda em

³⁴⁰ **Jorjamado no Cinema**. Direção: Glauber Rocha. Produção: Setor de Rádio e Televisão da Embrafilmes. Fotografia: Walter Carvalho. Salvador: 1977. 1 filme (36 min).

³⁴¹ ROCHA, Romário de Moura. **A brasilidade vai ao cinema**: intertextualidades e produção de sentidos entre Jorge Amado e Nelson Pereira dos Santos (1963-1986). 113 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2019.

³⁴² AMADO, Jorge. **Navegação de cabotagem**: apontamentos para um livro de memórias que jamais escreverei. Rio de Janeiro: Record, 1992. p. 52. Grifos do autor.

1924. Nesses tempos de exílio, Jorge Amado estava a escrever *La vida de Luís Carlos Prestes*, e um dos primeiros exemplares iria para Mesquita Filho.

Além dessas admitidas incompatibilidades pessoais que pareciam de início uma barreira ideológica para uma confraternização mais cordial, acrescenta-se o fato que as morfologias do pensamento de Jorge Amado podem ser vistas como outro antagonismo bastante decisivo em relação às ideias de Júlio, que mapeamos anteriormente. Em pesquisa sobre o pensamento de Amado em conexão com a filmografia de Nelson Pereira dos Santos, a seguinte assertiva é feita:

[...]o imponente Ojuobá ergue-se no centro do terreiro e pronuncia algumas palavras no dialeto sagrado, e faz com que Zé de Alma Grande faça-se Zé de Ogum – como o era antes de sair do Candomblé e ir trabalhar na polícia – e se imponha contra os perseguidores, proclamando-se definitiva a vitória da religião mestiça contra os agentes a serviço da ciência moderna e de suas teorias degradantes, a miscigenação contra os ditos brancos puros e seu racismo, enfim o ápice do duelo presente no filme.³⁴³

Só que o que ocorre não é a separação de azeite e óleo, como seria de se supor a partir de uma análise mais fria. Aparentemente, Júlio inspirava impressões outras que iam para além do que ele escreveu em *A crise nacional* e as palavras que teriam deixado Sartre estupefato. O próprio filósofo francês, como vimos, não chegou a nenhuma inferência definitiva acerca do jornalista que o recebera em sua fazenda. Jorge e “Julinho” –, como aquele passou a chamar Mesquita Filho – se tornaram amigos. Para que isso ocorresse, deveriam ser de fato “nem intransigentes nem sectários” ou, ainda, as circunstâncias da vida tenham mostrado que ambos compartilhavam a mesma condição humana.

Acontecimentos aparentemente triviais são contados pelo romancista com empolgação, como quando no ano de 1968 Júlio foi a uma livraria comprar o seu livro *Tenda dos milagres* e lhe tomou um autógrafo, declarando-se envaidecido por aquela presença que descreve como postada em “toda a sua altura e majestade”, trazendo um dos fotografos do seu jornal para registrar o momento. Atente-se que é 1968, alguns anos após o “roteiro da revolução” ter sido publicado pelo proprietário do Estado de São Paulo. Só que isso parece não estremecer a amizade. Anos antes, por ocasião do ingresso de Jorge Amado na Academia brasileira de Letras (ABL), Júlio tinha estado presente. Por fim, o romancista define o jornalista como um anticomunista – “aquele anticomunista!”, exclamava com ênfase – era um “democrata, respeitoso dos direitos humanos em geral e do direito de opinião particular”.³⁴⁴ Pode parecer paradoxal que ele seja descrito como “reacionário” e ao mesmo tempo “democrata”.

³⁴³ ROCHA, Romário de Moura. *A brasilidade vai ao cinema*. Op. Cit. 2019. p. 96.

³⁴⁴ AMADO, Jorge. *Navegação de cabotagem*. Op. Cit. 1992. p. 401.

Refletimos, todavia, que essas categorias não são fixas e se sobrepõem em muitas camadas e dessincroniza-se a palavra da “coisa”.

Estes trechos se pretendem um atestado dos diálogos, ainda que infrequentes, entre os ideólogos e projetistas de Brasil que não tocam as mesmas melodias. Jorge escreve por fim uma nota de pesar sensível sobre o amigo quando este faleceu, em 1969. “Transmitida pela televisão, a notícia da morte de Júlio de Mesquita Filho me aflige e me entristece”, acrescentando em seguida o que as décadas de diálogo com ele tinha representado: “a presença de Julinho comprovava a possibilidade de convivência civilizada, democrática, a negação do conceito político tão em voga entre a chamada elite, que considerava o adversário inimigo a odiar e a exterminar”. Nesse dia, o baiano do “País do Carnaval” telegrafava ao OESP: “De Júlio de Mesquita Filho se podia ser ao mesmo tempo adversário e amigo”.³⁴⁵

As vidas e as obras se misturam. Mesquita Filho, assim como Jorge Amado, entram na disputa pelas realidades da Nação brasileira, que encontrava contendores desde o período imperial, com a criação do IHGB.³⁴⁶ As concepções providencialistas do conhecimento social costumeiramente se atracavam na força do indivíduo. Os argumentos presentes em *A Crise nacional* e nos relatos autobiográficos que aqui estudamos sugerem que esses personagens, durante décadas a fio, buscaram ser os arquitetos de uma comunidade forjada em *Tradições*,³⁴⁷ ainda que dissonantes entre si, tinham axiomas comuns. Essa articulação fornece pistas das lógicas de organização social pretendida por esse sujeito. As disputas em torno da constituição do Estado mostram o conflito entre prioridades, dilemas e paradoxos, vetores recorrentes na forja artificial dos sentidos dos países – em especial daqueles que, como o Brasil, partem de matrizes étnicas plurais e portadores de memórias históricas controversas. Talvez Mesquita Filho seja um dos sujeitos que Sérgio Buarque de Holanda descreveu como partidários de um retorno à tradição como a única defesa contra a desordem.³⁴⁸ Em sentido próximo, Reinhart Koselleck em *O futuro passado* mostra como o tempo histórico se constrói nessa simultaneidade ou diálogo entre a experiência do passado e uma expectativa de futuro, uma espécie de “brecha” onde o passado ou a tradição opera.³⁴⁹

³⁴⁵ Ibidem, p. 524-525.

³⁴⁶ HRUBY, Hugo. O templo das sagradas escrituras: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a escrita da história do Brasil (1889-1912). *História da Historiografia*, n.2, p. 50-66 março, 2009.

³⁴⁷ MAYER, Arno. *A força da tradição: a persistência do antigo regime (1848-1914)*. São Paulo: Companhia das letras, 1987. p. 269.

³⁴⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1992. p. 5.

³⁴⁹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução: Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

Ainda assim, perspectivas como a de Jorge Amado nas suas “memórias que nunca escreveria” escritas demonstram os (des)encontros e diálogos que não estão em preto no branco. Assim, esses dois projetistas de brasis, no fim de tudo, podem ter construído um elo de admiração mútua que ultrapassava qualquer rigidez ideológica. As “ideologias da cultura brasileira” são filhas mestiças dos seus inventores, que são muitos e nem sempre tiveram as margens de si mesmo tão definidas como poderiam desejar. Um outro contemporâneo destes de que falamos diria que é o rio que cava as margens, e não estas que prendem o rio. As ribanceiras desse rio caudaloso no qual rolam os projetistas de Brasil podem ser, também, traçoeiras. Falaremos a seguir de um exemplo em que o nosso sujeito-signo central foi atraído pelo fluxo da história vivida, apesar dos planos e roteiros.

Nos rastros dessa ironia que parece se impor de maneira incontornável com a censura no final dos anos 1960, pouco restava a não ser construir alguma estratégia de evasão de tempo, ou melhor, de fabricação de tempos menos desagradáveis para os seus habitantes contemporâneos que lá não se sentiam confortáveis. A trilha de Júlio de Mesquita Filho e as suas políticas da memória, uma eventual “busca de um tempo perdido” no sentido proustiano e os usos públicos e privados desse passado. Olhando através de lembranças e vestígios de uma existência-relíquia, temas “frios” como intelectualidade e poder se conectam a outros muito mais “quentes”, como desejos e seduções que habitam os corpos de contemporâneos em cada “atual”. Essa parte é o ponto culminante dos conceitos que estive operando e propondo articulação, a saber, as “seduções tropicais”. Nesse terreno de busca pela constituição de ideologias, os respectivos projetistas possuem carne, artérias e paixões. Em outras palavras, não são guiados apenas pelo racionalismo que tanto enfatizavam, ainda que este seja parte constitutiva.

Esses signos produzem enunciados difusos. Narrado por si mesmo e pelos seus, Júlio aparece dotado de linearidade, um sujeito que nascera nos últimos suspiros do século XIX e que mantivera consigo uma incorruptível coerência. A tocha de “uma certa ideia de Brasil” seguiria em suas mãos; em suas palavras, esforçadas por escrever a si mesmo, estão impressas certas *palavras de ordem* das quais se convencera. Em alguma medida, esses enunciados apareciam em textos públicos, também. Esse fenômeno redundava no que Koselleck chamou de “batalha semântica para definir, manter ou impor posições políticas e sociais”.³⁵⁰ Inseridos no esforço de traduzir esses conceitos para as nossas concepções, limita a dimensão semiótica a

³⁵⁰ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução: Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006. p. 102.

olhar em contexto. As palavras não desejam apenas convencer, mas ordenar, imperativamente, as coisas e suas arestas.

As compreensões buscadas no passado brasileiro traziam para aquele presente uma ideia que se chocava com as visões cosmopolitas. Em 1955, a UNESCO havia definido que “raça” era uma invenção social. Nessa época, Martin Luther King enfrentava o *apartheid* racial então reinante nos Estados Unidos – que, coincidência ou não, era a Nação liberal em que Júlio de Mesquita Filho ancorava sua inspiração ideológica. Em meio a essa efervescência de conflitos com ressonância mundial, repleto de ideias nem sempre coerentes, podemos notar semelhanças do discurso segregacionista à sua determinação em não misturar sua família com “gente indisfarçavelmente de cor”. É improvável que projetos políticos pensados por alguém com tais ideias pudessem ser inclusivos, todavia existia uma complexidade em seu pensamento que o levava para muito distante de qualquer simplismo ou fanatismo.

A partir da tomada dessas noções aparentemente inconciliáveis, podemos refletir sobre como os projetos dos engajados “por uma ideia de Brasil” trazem consigo uma série de paradoxos. Os conceitos que compõem as paisagens políticas de um tempo, possuem a influência de tempos passados. Esse pitoresco cruzamento de contemporâneos, possuem continuidades dividindo o palco com fragmentações. Avoluma-se a força das tradições anteriores, que permanece instalada nos sujeitos que participam da História. O tempo aparece como o elo que conecta estruturas, acontecimentos e indivíduos. As realidades que se desdobraram diante dos olhos de Mesquita Filho só eram possíveis de conectar ao que já havia sido vivido, em retrospectiva – pois as coisas só são previsíveis quando já aconteceram.

Nas vicissitudes da vida de um indivíduo que mantivera sua infância na “atmosfera sadia e revigorante” de uma casa abastada do final do século XIX, passa a carregar consigo certas idiosincrasias. A partir dessa ilusão biográfica, a sua utopia remete àqueles momentos; é uma vontade de verdade, que como tal, não é falsificada. Essa espécie de “paraíso perdido”, somado a uma ilusão de identidade, se aglutinam em torno da sua pretensa razão objetiva. O próprio filósofo Jean-Paul Sartre, dentre outras ideias, defende que a “existência precede a essência”, ou que as experiências do sujeito é o que o define;³⁵¹ este encontro parece o lançar rumo à sua própria filosofia, numa conversa com um defensor tão aguerrido de sua essência, ou mesmo de uma essência brasileira. Júlio de Mesquita Filho, este adepto de uma mística da identidade – seja paulista, ou brasileira – se manifestava como uma espantosa ironia. Jorge Amado narra

³⁵¹ SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

que, após uma visita aos cafezais da fazenda dos Mesquitas, já na viagem de volta à cidade, o filósofo pareceu-lhe “perturbado como se sentisse abalado o seu saber”.³⁵²



Figura 13: Jean-Paul Sartre, Ruy Mesquita, Júlio de Mesquita Filho, Luis Carlos Mesquita – Fazenda Louveira, SP, 1960 (Acervo Ruy Mesquita Filho).

Em meio a essa perturbação, Sartre teria dito: “– Este Brasil é um país absurdo, surrealista tu dizes, mas isso não diz tudo, não explica nada, o Brasil não tem lógica, nunca se pode ter certeza”.³⁵³ A presença que esse trecho produz é de alguém que tivera um estalo, percebendo subitamente que os próprios conceitos não podiam dar a ordem desejada à realidade. “[...] Quando se pensa ter entendido logo nos damos conta que cometemos um erro, que o certo é diferente, um disparate”. Ao olhar do seu visitante, a contradição de Júlio de Mesquita Filho se manifestava da seguinte maneira: “[...] como é que um homem tão reacionário, tão estreito como Monsieur Mesquitá de repente, ao falar dos cafezais, se transforma num poeta, o mais terno e amoroso? O que ele me disse foi pura poesia, estou feliz de tê-lo conhecido”.³⁵⁴

Na fotografia acima (figura 13), Júlio e Sartre confraternizam enquanto algum fotógrafo tirava o instantâneo. Trata-se de um momento que simbolizava o encontro entre o nacional e o transnacional, um registro do encontro entre intelectuais que vivenciaram experiências relevantes até então. Mesquita Filho distanciava-se muito daquilo que o seu conviva estrangeiro

³⁵² AMADO, Jorge. **Navegação de cabotagem:** apontamentos para um livro de memória que jamais escreverei. Rio de Janeiro: Record, 1992. p. 113.

³⁵³ Idem, *ibidem*.

³⁵⁴ Id, *ibid*.

imaginava acreditava e defendia em suas militâncias e textos. Esse encontro intrigante carrega as marcas de sujeitos de prestígio, que visavam protagonismo, e a imagem acima revela a ausência das esposas de ambos, que segundo o testemunho de Jorge Amado, estavam presentes. Esse detalhe sugere, por exemplo, que os projetos de Mesquita Filho eram também patriarcais.

Aqui, nesse texto, as contradições presentes são análogas – projetos de Nação marcados pelo signo do liberalismo, um desejo de projetar um futuro utópico, mas que nele não haveria espaço para multidões fora da ordem imaginada. Segundo essa teleologia, inscrita na ordem natural das coisas, o destino da Nação seria o triunfo do liberalismo e o desaparecimento ou assimilação dos negros, mulatos e indígenas. Nunca se pode ter certeza, e, certamente, não pertence a uma lógica unívoca. Isso não nos impede de entrever a figura insistente de um sujeito de privilégios remexendo seu passado nostálgico para projetá-lo no futuro almejado; por outro lado, miramos um intelectual e cidadão brasileiro que, como tantos outros – dentre os notórios, Darcy Ribeiro, Gilberto Freyre, Jorge Amado, Sérgio Buarque de Holanda –, tiveram sonhos contraditórios e, seduzidos por eles, buscaram, como “cabrais modernos”, redescobrir o Brasil e os trópicos.

5. O QUE AS JANELAS PERMITIRAM ENXERGAR:

Na sua juventude, Júlio de Mesquita Filho esteve estudando em Portugal e, depois, na Suíça. Lá, recebeu os primeiros fundamentos intelectuais, baseados numa formação possível apenas para a elite, de condições financeiras privilegiadas. Uma vez munido de conhecimentos teóricos, teceria sua própria visão sociológica acerca do Brasil. Coloquemos sempre em vista a ideia de que os “anseios não estão definidos antes de todas as experiências”;³⁵⁵ as vidas humanas têm como uma das suas características a constante atualização dos propósitos, salvo se considerarmos a metafísica do destino. Não é este o caso, pois o mote é entrever como o personagem foi se tornando um homem com fronteiras demarcadas, a partir das suas próprias experiências vitais, lembrando o exemplo de Jacques-Pierre Brissot. Essas memórias – tanto aquelas tornadas públicas em algum auditório da USP em 1948 como esse relato autobiográfico mais intimista – tratam de reflexões de um *sujeitado* a um tempo e que buscou organizar o caos que presenciou. O seu *plano de imanência*,³⁵⁶ ou estratégias do pensamento para recortar alguma fatia de sentido naquilo que não possui sentido *per se*, parte de um reservatório de memórias cujo vértice do cone é desejoso de apontar um caminho.

Os olhares impertinentes que lançamos aos pensamentos de Júlio, um indivíduo instaurado em ordens de tempo diversas da que escrevemos na nossa contemporaneidade, nos desvela para além de qualquer esforço hermenêutico ou filológico, mundos sonhados e pesadelos que assombraram não apenas um dos que respiraram naquelas épocas. Concluímos, com vistas mais uma vez ao que disse o professor Nicolau Sevcenko, que esses textos são memórias que se despejaram as “alternativas históricas possíveis”,³⁵⁷ ainda que derrotadas ou apócrifas; insólitas dentro de um mundo que não tolera a mão organizadora; da realidade que não pode “ser arrumada como um tabuleiro de xadrez”. O passado de Júlio tocava o *seu* presente, como reminiscências de estar em outros tempos. Sonhava com a democracia que aprendera na “atmosfera revigorante” da casa do avô. Uma democracia ao seu modo, ao modo

³⁵⁵ ELIAS, Norbert. **Mozart**: sociologia de um gênio. Tradução: Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. p. 13.

³⁵⁶ Na história da filosofia, as categorias *imanência* e *transcendência* ocupam um palco central. Em linhas gerais, imanência valoriza a autonomia das pessoas ao longo da sua vida em nomear e habitar o mundo, ao passo que transcendência segue o caminho oposto, dando ênfase nas estruturas e condicionamentos que são externos às vontades individuais, muitas vezes com ligação ao metafísico. Ver: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** São Paulo: Editora 34, 2010. p. 36-37.

³⁵⁷ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 23.

de certa categoria de sujeitos daquele tempo. Afinal, todos os conceitos são históricos, e os que o mobilizavam não eram diferentes.

Esse passado narrado remete aos ensaios de Walter Benjamin, notadamente *O narrador*,³⁵⁸ sobre a busca de transmissão de uma experiência (*Erfahrung*) por meio do ato de contar histórias. Júlio Mesquita Filho, intelectual brasileiro que não foi partícipe tão assíduo dos círculos acadêmicos nacionais da época, conta uma história e baliza a sua vivência em uma época de mitos emergentes, *tempos fraturados* e espetáculos de massificação e retorno ao estado de guerra na *era dos extremos* do breve século XX.³⁵⁹ A sua memória de um ser no mundo (*Dasein*) é engrenagem para tomarmos esses relatos como preciosos testemunhos de um indivíduo – na acepção de Norbert Elias sobre o papel do indivíduo na História – e obtermos a conhecibilidade do passado que o mobilizou. Nesse sentido, remetemos a epígrafe desse tópico que admite: “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘tal qual ele de fato foi’”, mas fitarmos o relampejar da sua imagem nos momentos de perigo e daí tirar alguma compreensão “sobre a estranheza do que acontece hoje”. Os mundos habitados por Mesquita Filho sofreram fraturas, e nesse penetrar noite adentro os insones que fitavam a escuridão buscavam enxergar maneiras de refundir as vértebras do século (*vek*), e ao tentar criar um novo mundo, apelavam para o velho, aquele que existia antes que “sobre ele desabasse o cataclismo de 1914”. A solda, todavia, parecia insuficiente para deter o lusco-fusco em crescendo.

Com o passado explodindo e tornado diáfano os ecos contraditórios, as polêmicas em torno de modelos de Estado, sociedade, cultura, economia e de ação política internacional se expressam no pensamento de um intelectual que teve uma vida atribulada: escreveu manifestos; participou de revoluções; buscou construir uma universidade; sofreu exílios; teve Jean-Paul Sartre como comensal em sua mesa e por ele foi chamado de reacionário e de poeta. As verdades sobre Júlio de Mesquita Filho são muitas, oscilando de acordo com as perspectivas. O que se pode dizer de maneira definitiva é que suas militâncias e retóricas por um país do porvir continuam vivas e se expressam, com continuidades e rupturas, nos nossos dias. O clima ideológico, intelectual e político de uma época.

³⁵⁸ BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Magia, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 213.

³⁵⁹ Essa parte do texto foi escrito com o olhar detido sobre a interpretação do historiador britânico Eric J. Hobsbawm, que escreveu grandes clássicos que lançam graus de compreensão sobre diversos processos históricos do século XX. Anoto em especial obras que encontram citadas indiretamente nesse parágrafo. Ver: HOBSBAWM, Eric J. **Tempos fraturados**: Cultura e sociedade no século XX. Tradução Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Extremos**: o breve século XX, 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Talvez seja gigante pela própria natureza. Talvez suas fronteiras estivessem demarcadas em sagradas placas tectônicas, antes que a Pangeia se quebrasse. Ou, mais provável que seja apenas um construto artificial em torno do qual muitos agonizam para lhe dar forma. Estamos falando de Pindorama, que seus “descobridores” europeus supostamente encontraram “perdido” após seus sextantes os traírem. O chamaram de “Brasil” há cinco séculos, e desde então o seu número crescente de moradores, ainda atordoados com as próprias origens, tentam lembrar o que são de fato. Ao tentarem lembrar, inventam. Engalfinham-se em textos agressivos, imagens coloridas e acordes. Nem todas as versões são consonantes, tampouco pacíficas. As retóricas bifurcam em muitas outras e atravessam a barreira de cada século, seguindo fios que ameaçam se partir; outras vezes são artificialmente realocados.

Júlio, sujeito-signo que guiou essa narrativa, nasceu no crepúsculo do século XIX; tornou-se brasileiro fora das fronteiras territoriais que se convencionou chamar de “Brasil”. Faltando um ano para fazer setenta anos de sobrevivência no século XX, o seu corpo dá se por vencido pela velhice e falha. Em 1969, quando deixa de respirar, leva consigo outras lembranças que poderiam ser temas de muitos outros tipos de trabalhos, em disciplinas diversas. Não existe aqui a ilusão de ter captado “essência” de Mesquita Filho – ao contrário –, na verdade o sucesso ou insucesso dessa escrita provavelmente será em parte avaliado na capacidade do seu autor de desmitificar a essência e coerência daquele que buscou, como escreveu Fiódor Dostoievski antes do nascimento de Júlio, ser um “sábio amante da espécie humana”. No seu processo de viver da maneira mais “moral e sensato”, nem tudo foi tão cerzido assim. O que importa é que as contradições parecem ser a sutil e irônica condenação daqueles que buscam “iluminar o caminho para o próximo”. Dostoievski indica que esses “amantes da humanidade” algumas vezes se traem no fim da existência e se tornam motivos de anedotas indecentes. Seria muito agradável para mim se esse texto tivesse sido lido e tomado como uma anedota – embora talvez não indecente –, mas isso é impossível de controlar.

Se pedissem para resumir em poucas palavras a história que busquei contar, diria que tratei de como nem sempre as realidades de um país cheio de gente de “carne e sangue” cabem em papéis timbrados; o poder dos que acreditam ter a voz imperiosa não é absoluto, mesmo que sejam denominados “donos do poder”; histórias e estórias são contingentes, às vezes muito parecidas em seus pretensos fins e começos; os fatos e as histórias se misturam e buscam seduzir os habitantes do trópico e definir “o povo brasileiro”, consolidando as suas verdades.

Uma vez em contato direto com os ditos e escritos do personagem através dos arquivos pesquisados, uma sensação de abismo se instalou. Em busca desse “enigma chamado Brasil”,³⁶⁰ intelectuais de um passado recente ou mais distante se concentraram em demarcar lugares e consolidar a cultura e a sociedade brasileira em cânone, solidificando essa ideia com a máxima verossimilhança. O século XX foi bastante habitado por diversos desses sujeitos, que buscaram encarnar em si uma “vidência” capaz de vislumbrar e definir o que era o “Brasil profundo”.³⁶¹ Em um regime de contemporaneidade denotado por um desejo compartilhado entre eles de projetar um Brasil como que seduzido pelos trópicos – em sua maioria homens, situados em um mundo patriarcal – já tornam as interpretações inevitavelmente excludentes que, apesar de se desejarem transcendentais, funcionaram mais como narrativas fundadoras de mitos de origem ou “invenção de tradições”.³⁶² Nessa sedução para fundar um tempo brasileiro, o verbo era disputado, já que os encantamentos e feitiços que lhes davam carnação se efetuam através da palavra e a sua força. Operam nessa senda questões pessoais e sociais.

Em Júlio de Mesquita Filho, durante as análises feitas ao longo da pesquisa, é recorrente um desejo inventivo da memória de São Paulo através de múltiplos discursos veiculados através do seu jornal, livros, discursos, militância política, cartas e colaboração em jornais estrangeiros. Um tom fortemente nativista pode ser visto reiteradamente, como visto de maneira sistemática ao longo do primeiro e segundo capítulos.

Alberto Luiz Schneider em livro recente situa panoramicamente como o discurso de ancestralidade em São Paulo se imantou e buscou irradiar um Brasil de lá.³⁶³ Semelhante a essas considerações, meu trabalho anterior e já citado³⁶⁴ demonstra a notável característica do intelectual paulista que ora retomamos em deslocar o seu centro de interesse na matriz explicativa do Brasil para o seu lugar de fala/escrita, região territorial em que erigiu sua própria identidade. Esse é um fenômeno recorrente apontado por Stella Bresciani sobre os chamados “intérpretes do Brasil”, no sentido de que onde eles estão é o epicentro da cultura, do saber, da

³⁶⁰ BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz. (Org.). **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes de um país**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

³⁶¹ BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco. **Visionários de um Brasil profundo: invenções da cultura brasileira em Jomard Muniz de Brito e seus contemporâneos**. Teresina: EDUFPI, 2018.

³⁶² HOBSBAWM, Eric J. Introdução: a invenção das tradições. In: _____; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

³⁶³ SCHNEIDER, Alberto Luiz. **Capítulos de história intelectual: racismos e alteridades na reflexão sobre o Brasil**. São Paulo: Alameda, 2019. p. 129.

³⁶⁴ MACÊDO, Francisco Adriano Leal. **Nação como retórica: a construção da ideia de Brasil por Júlio de Mesquita Filho (1932-1964)**. 2018. 115 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2018.

brasilidade etc.³⁶⁵ Esse é o tipo de argumento que leva em consideração determinismos mesológicos, ilustrado por Nicolau Sevcenko quando escreve que Júlio de Mesquita Filho era um dos homens das letras que pretendiam tornar São Paulo o maior centro científico da América Latina.³⁶⁶ Nos seus escritos e nas páginas do jornal, como disse a historiadora Maria Helena Capelato, “o saber sociológico era tido como imprescindível para a análise da sociedade e das soluções adequadas a seus problemas”.³⁶⁷

O Brasil do século XXI, que hoje habitamos, permanece abarrotado de conflitos sociais. Segundo os estudos de Lília Moritz Schwarcz, o autoritarismo brasileiro é alimentado por práticas sociais antigas – remanescentes de um tempo escravocrata – legitimadas por narrativas que escamoteiam as contradições. Alguns, desejosos dessa vidência de nomear o Brasil, anseiam em consolidar uma “verdade tropical” de um país justo e sem desigualdades, e, quando existem, se apresentam como uma espécie de vontade divina. É nesse ponto que introduzo a mim mesmo como sujeito que ecoa no próprio trabalho, como egohistória. As “histórias únicas” de ontem e de hoje carregam consigo complementaridades sutis. Em um regime de representação de um intelectual como Júlio de Mesquita Filho, poderia existir o “sertanejo educado”, sendo que a história que contava dava a entender que as universidades deviam servir de casa aos seus ancestrais? Nesse ponto é que, talvez, começo a ser alvo da “violência do pensamento” que instigou a realizar essa pesquisa nas suas fronteiras.³⁶⁸

Em texto da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, somos alertados para *O perigo de uma história única*, pois “as histórias importam. Muitas histórias importam”. Para Chimamanda, as histórias possuem uma força deontológica singular. Elas podem “espoliar e caluniar”, mas também podem “empoderar e humanizar”. “Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada”.³⁶⁹ Esse trabalho teve como um dos seus imperativos rechaçar uma história única, levando seus esforços argumentativos e empíricos aos limites das suas contra-dicções – aquelas que existem nas ideias sobre o Brasil, as retóricas enviesadas que foram cimentadas a partir dessa sedução contemporânea dos trópicos e seus rituais cabalísticos, dos quais nós mesmos fazendo parte.

³⁶⁵ BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O charme da ciência e a sedução da objetividade**: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2007. p. 227.

³⁶⁶ SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: companhia das letras, 1992. p. 231.

³⁶⁷ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Os arautos do liberalismo**: imprensa paulista 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 22.

³⁶⁸ DELEUZE, Gilles. **Proust e os signos**. 2.ed. trad. Antonio Piquet e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

³⁶⁹ ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

5.1. Epílogo: o acender dos holofotes

Em entrevista realizada no ano de 2012, Nicolau Sevcenko afirma que o seu livro *Orfeu Extático na Metrópole* “termina numa espécie de clímax, que é o período pré-Segunda-guerra com a ascensão do nazismo em 1932”.³⁷⁰ Como vimos, esta tese de livre docência foi um dos esteios que amparou os argumentos dos capítulos que precedem esse epílogo. Os tons que envolvem a conclusão que de fato apresenta, deixa em suspenso uma certa sombra projetada pelo fulgor dos *frementes anos 20*. Com o subtítulo de “cai a noite”, o historiador desmascara os tentáculos do fascismo que penetram na escuridão dessa noite. A figura de linguagem de Sevcenko para descrever o começo da entrada da *Era dos Extremos* é profundamente poética: “[...] uma noite qualquer, longa e exasperante, em que um tuberculoso insone, isolado no alto de um morro, sentia crescer a angústia da solidão”, seguido da citação de um poema de Manuel Bandeira: “Gatinho branco e cinza/ fique aqui no quarto/ a noite é tão escura lá fora/ e o silêncio pesa”.³⁷¹

Aqui, carregamos os elementos fronteiros das análises para uma temporalidade que invade a segunda metade do “breve século XX”. Um outro clímax é o fim do presente texto; a melancolia de um mundo fraturado; pensamentos de sujeitos refratários que queriam projetar valores em uma nação desigual cheia de gente; esforços quase titânicos de carregar um mundo consigo. O destino daqueles cujos nomes foram aqui citados certamente transcendem em muito a fabricação de sentido proposta. Júlio de Mesquita Filho faleceu antes de ver a década de setenta; Darcy Ribeiro, quase vê o sol de um novo século, mas um câncer pôs fim aos seus dias em 1996. A morte é um signo outro, daquilo que reúne. “Nós que aqui estamos por vós esperamos”. Sobraram estilhaços e cacos de existências, registros de corpos que vagaram e pereceram. Os esforços de significação, todavia, ecoam o desejo de um dos personagens de Jean-Luc Godard em 1960, “tornar-me imortal e, depois, morrer”. Mas apesar dessa aparente grandiloquência, o final não é um “foram felizes para sempre”, mas uma angustiante inconclusão, com diferenças e repetições em relação aos anos 20-30. O clímax final sinaliza as culturas brasileiras que busquei estudar tornando-se paulatinamente mais espremida em meio

³⁷⁰ KANASIRO, Alvaro Katsuaki; HIRANO, Luis Felipe Kojima. Entrevista com professor Nicolau Sevcenko, *Ponto Urbe*, v. 10, 2012, posto online no dia 26 julho 2014. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/pontourbe/1325>>. Acessado em 25 de mai. de 2020.

³⁷¹ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 313.

aos holofotes das ditaduras latino-americanas, que moviam tropas armadas em direção aos pensadores “refratários”.

REFERÊNCIAS:

BIBLIOGRAFIA

Monografias:

MACÊDO, Francisco Adriano Leal. **Nação como retórica: a construção da ideia de Brasil por Júlio de Mesquita Filho (1932-1964)**. 2018. 115 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2018.

ROCHA, Romário de Moura. **A brasilidade vai ao cinema: intertextualidades e produção de sentidos entre Jorge Amado e Nelson Pereira dos Santos (1963-1986)**. 113 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2019.

Livros e capítulos de livros:

ABUD, Kátia Maria. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições** (a construção de um símbolo paulista: o bandeirante). 1985. 342 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

ADICHIE, Chimamanda ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. de. Narrar vidas, sem pudor e sem pecado. **albuquerque: revista de história**, v. 12, n. 24, p. 12-23, 26 dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/12157>>. Acesso em: 17 de jan. 2021.

AMADO, Jorge. **Navegação de cabotagem: apontamentos para um livro de memória que jamais escreverei**. Rio de Janeiro: Record, 1992.

ANDRADE, C. D. **Nova reunião: 23 livros de poesia - volume 1**. 1. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2009.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009.

_____. **Bartleby, ou da contingência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

ALIMONDA, Héctor & FERGUSON, Juan. “Imagens desertos y memoria nacional – as fotografias da campanha do exército argentino contra os índios, 1879”. In: **Anais eletrônicos do III Encontro da Anphlac**. São Paulo, 1998.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo 10ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. **Eichmann em Jerusalém**. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 2012.

_____. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Magia, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012.

_____. Experiência e pobreza. In: _____. **Magia, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **A evolução criadora**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2005.

BLANCHOT, Maurice. **O espaço literário**. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Tradução de Carlos Felipe Moisés Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOMENY, Helena. Aposta no futuro: o Brasil de Darcy Ribeiro. In: BOTELHO, André. SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). **Um enigma chamado Brasil**: 29 intérpretes e um País. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. São Paulo: FGV, 2006.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz. (Org.). **Um enigma chamado Brasil**: 29 intérpretes de um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências sociais**. Lisboa: Editorial Presença, 1976.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O charme da ciência e a sedução da objetividade**: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

_____; NAXARA, Márcia. **Memória e (Res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco. **Visionários de um Brasil profundo**: invenções da cultura brasileira em Jomard Muniz de Brito e seus contemporâneos. Teresina: EDUFPI, 2018.

- CAMUS, Albert. **A peste**. Rio de Janeiro: Record, 2019.
- _____. **O homem revoltado**. Rio de Janeiro: Record, 2019.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012.
- _____. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino: Imprensa e ideologia no jornal “O Estado de São Paulo”**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. **A escrita da história**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 65-119.
- CORRÊA, Anna Maria Martinez. Prefácio. In: DE LUCA, Tania Regina. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação/Tânia Regina de Luca**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- CHATÔ, O REI DO BRASIL. Direção: Guilherme Fontes. São Paulo, 2015, 102 min. son. color.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- _____; ROCHA, André (Org.). **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- DARNTON, Robert. **Boemia literária e revolução: o submundo das letras no antigo regime**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- DE DECCA, Edgar Savadori. **O silêncio dos Vencidos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- DE LUCA, Tania Regina. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- DELANEY, Jeane. “Imaginando La raza argentina”. In: PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don H. **Nacionalismo no Novo Mundo: A formação dos Estados-Nação no século XIX**. São Paulo: Record, 2014.
- DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Tradução de Cláudia Sant’ Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- _____. **Proust e os signos**. 2.ed. trad. Antonio Piquet e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- _____. **Diferença e repetição**. Tradução Luiz Orlandi e Roberto Machado. 1ª Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- _____; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?**. São Paulo: Editora 34, 2010.

_____. **Conversações (1972-1990)**. Tradução Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2013.

_____. **L de Literatura, Abecedário de Deleuze**: transcrição integral do vídeo para fins exclusivamente didáticos. Disponível em: <<http://escolanomade.org/wp-content/downloads/deleuze-o-abecedario.pdf>> Acessado em 26 de abr. de 2020.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. Lisboa: Temas e Debates, 2003.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese em ciências humanas**. Tradução de Ana Falcão Bastos e Luís Leitão. Lisboa: Editorial Presença, 2007.

ELIAS, Norbert. **Mozart**: sociologia de um gênio. Tradução: Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

FARGE, Arlete. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FERRAZ, Brenno. O momento, a geração do centenário. **Revista do Brasil**, 1922, anno VII, v XXI, n 81. Setembro-dezembro de 1922. p. 02. Disponível em: <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/26306>> Acessado em 26 de abr. de 2020.

FREIRE, V. da Silva. A guerra e a produção nacional: reflexões de um desorientado. In: **Revista do Brasil**, 1918, anno III, v VII, n 28. p. 317. Disponível em: <<http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/26253>>. Acessado em 19 de mai. de 2020.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

_____. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1967.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In: **Os pensadores**. São Paulo, Abril, 1978.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins fontes, 1999.

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. Nietzsche, a genealogia e a história. In: _____. **Microfísica do poder**. Organização e tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

_____. Introdução à vida não-fascista. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Anti-Oedipus**: capitalism and schizophrenia. New York: Viking Press, 1977, p. XI-XIV. Traduzido por Wanderson Flor do Nascimento.

GALEANO, Eduardo. **As palavras andantes**. Porto Alegre: L&PM, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 07-23.

GINZBURG, Carlo. “Seu país precisa de você”: um estudo de caso em iconografia política. In: _____. **Medo, reverência, terror:** quatro ensaios de iconografia política. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). **Nação e cidadania no Império:** novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de presença:** o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2010.

_____. **Em 1926:** vivendo no limite do tempo. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

_____. **Depois de 1945:** latência como origem do presente. Trad. Ana Isabel Soares. São Paulo, Editora da Unesp, 2014.

_____. Depois de aprender com a história. In: _____. **Em 1926:** vivendo no limite do tempo. Rio de Janeiro, 1999.

_____. **Nosso amplo presente:** o tempo e a cultura contemporânea. Tradução de Ana Isabel Soares. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade:** presentismo e experiências do tempo. Tradução: Andréa Souza de Menezes, Bruna Beffart, Camila Rocha de Moraes, Maria Cristina de Alencar Silva e Maria Helena Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HOBBSAWM, Eric J. **Tempos fraturados:** Cultura e sociedade no século XX. Tradução Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **A Era dos Extremos:** o breve século XX, 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Tempos interessantes:** uma vida no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das letras, 1992.

_____. **Caminhos e fronteiras.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORVATH, Agnes; SZAKOLCZAI, Arpad. **O trapaceiro na antropologia política.** São Paulo: n-1, 2020.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos:** uma história. Curitiba, PR: A Página, 2012.

JUNQUEIRA, Eduardo. **Klaxon.** Verbetes. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/KLAXON.pdf>> acessado em 21 de abr. de 2020.

KANASIRO, Alvaro Katsuaki; HIRANO, Luis Felipe Kojima. Entrevista com professor Nicolau Sevcenko, **Ponto Urbe**, v. 10, 2012, posto online no dia 26 julho 2014. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/pontourbe/1325>>. Acessado em 25 de mai. de 2020.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução: Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber e eurocentrismo nas ciências sociais**: perspectiva latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e História**. Lisboa: Presença, 1980.

MACÊDO, Francisco Adriano Leal; OLIVEIRA, Marylu Alves de. Um liberal à brasileira: Júlio de Mesquita Filho e “o roteiro da revolução”. In: COSTA, Lucas Rafael Santos; FILHO, Pedro Pio Fontineles (Org.). **(Re)escritas plurais**: história, historiografia e temporalidades. Teresina: EDUFPI, 2019.

_____. CARDOSO, S. P. Em busca do Estado-Nação: devires do pensamento social e forças da tradição nas ideias de Júlio de Mesquita Filho. In: BARROS, Fransuel Lima de Barros; SILVA, Ronyere Ferreira da; SILVA, Márcio Douglas de Carvalho (Org.). **História**: objetos, fontes e escritas. São Paulo: Mentis Abertas, 2019.

MARTINS, Renato. (Org.). **Sérgio Buarque de Holanda (Encontros)**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. **Como se deve escrever a história do Brasil**. Revista do IHGB. Rio de Janeiro 6 (24): 389-411. 1845.

MAYER, Arno J. **A força da tradição**: a persistência do antigo regime (1848-1914). São Paulo: Companhia das letras, 1987.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1, 2018.

MESQUITA FILHO, Ruy. **Cartas do exílio**: a troca de correspondência entre Marina e Júlio de Mesquita Filho. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2006.

MONTENEGRO, Antonio Torres. História e memória de lutas políticas. In: MONTENEGRO, Antonio Torres; RODEGHERO, Carla S.; ARAÚJO, Maria Paula. (Org.) **Marcas da memória**: história oral da anistia no Brasil. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MOTA, Carlos Guilherme. **A ideologia da cultura brasileira**. (1930-1974): pontos de partida para uma revisão histórica. 4 ed. São Paulo: Editora 34, 2014.

_____. **História e contra-história**: perfis e contrapontos. São Paulo: Globo, 2010.

MORAIS, Fernando. **Chatô – o rei do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PELBART, Peter Pál. **O tempo não reconciliado**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: UNICAMP, 2013.

RANCIÈRE, Jacques. **Políticas da escrita**. Tradução de Raquel Ramalhete. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

REVISTA Klaxon. **Mensário de arte moderna**. São Paulo: 15 de mai. de 1922.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alan França. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: companhia das letras, 2006.

SAID, Edward W. **Representações do intelectual: as conferências Reith de 1993**. Tradução Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SALONE, Roberto. **Irredutivelmente liberal: política e cultura na trajetória de Júlio de Mesquita Filho**. São Paulo: Albatroz editora, 2009.

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

SETEMY, Adrianna. **Revista do Brasil**. Verbetes. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVISTA%20DO%20BRASIL.pdf>> acessado em 26 de abr. de 2020.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: companhia das letras, 1992.

_____. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. **Capítulos de história intelectual: racismos e alteridades na reflexão sobre o Brasil**. São Paulo: Alameda, 2019.

SCHWARCZ, Lília Moritz. O acaso não existe. In: _____. **Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

_____. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um País**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SCHWARTZ, Stuart B. “Gente de terra braziliense”. Pensando o Brasil: a construção de um povo. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-200) Formação: histórias**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

SHELLEY, Mary. **Frankenstein, o prometeu moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

STALLYBRASS, Peter. **O casaco de Marx**: roupas, memória, dor. Tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

TODOROV, Tzvetan. **O homem desenraizado**. Tradução de Christina Cabo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

TRAVERSO, Enzo. Usos políticos do passado, In: _____ **O passado, modos de usar**: história, memória e política. Lisboa: Edições Unipop, 2012.

VERÍSSIMO, Erico. **Incidente em Antares**. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

VIANNA, Oliveira. A comunhão paulista. **Revista do Brasil**, 1923, anno VIII, v 23, n 92. p. 43. Disponível em: < <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/26317>> Acessado em 30 de abr. de 2020.

Artigos de periódicos:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Raros e rotos, restos, rastros e rostos: os arquivos e documentos como condição de possibilidade do discurso historiográfico. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 15, n. 26, p. 7-28, jan.-jun. 2013.

CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. **Topoi**, v.8, n.15, jul-dez, p.159-207, 2007.

GOMES, Angela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para debate. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.34, jul-dez, 2004.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Devemos continuar a escrever histórias da literatura? Tradução: Caio Cesar Esteves de Souza. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Teoria Literária e Literatura Comparada FFLCH-USP**, 2018.

HRUBY, Hugo. O templo das sagradas escrituras: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a escrita da história do Brasil (1889-1912). **História da Historiografia**, n.2, p. 50-66 março, 2009.

MACÊDO, Francisco Adriano Leal. Relíquias da existência de um intelectual: os mundos fraturados de Júlio de Mesquita Filho na “Era dos Extremos”. **Intelligere**, n. 8, p. 17, 30 dez. 2019.

_____. Janela sobre a metrópole órfica: Júlio de Mesquita Filho e a cidade-mundo que habitou. **Vozes, Pretérito & Devir**, Ano VII, Vol. XI, Nº I, p. 208-228. 25 mai. 2020.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história: Interfaces. 1996, **Revista Tempo**, vol.1 n. 2, p. 73-98 Disponível in: <https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-4.pdf>. Acessado em 23 de jan de 2021.

FONTES

Ensaaios

ANDRADE, Oswald. Manifesto antropófago. **Revista de Antropofagia**, ano 1, n. 1, maio 1928. p. 03.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: _____. **Magia, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012.

MARTINS, Renato. **Encontros: Sérgio Buarque de Holanda.** Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2009.

MESQUITA FILHO, Júlio de. Dissidência republicana, reação democrática. In: _____. **Política e cultura.** São Paulo: Martins Editora, 1969.

_____. Declínio de Rousseau. In: _____. **Política e cultura.** São Paulo: Martins Editora, 1969.

_____. “O Estado de São Paulo” e a questão social. In: _____. **Política e cultura.** São Paulo: Martins Editora, 1969.

_____. Roteiro da Revolução. In: _____. **Política e cultura.** São Paulo: Martins Editora, 1969.

_____. **A Europa que eu vi.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 1953.

_____. **A crise nacional: reflexões em torno de uma data.** Secção de obras d’O Estado de São Paulo, 1925.

_____. **Nordeste.** São Paulo: Anhambi, 1963.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. **Projetos para o Brasil.** São Paulo: Companhia das letras; Publifolha, 2000.

Transcrições de relatos orais:

DUARTE, Paulo Alfeu Junqueira de Monteiro. **Paulo Duarte II** (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 178p.

RIBEIRO, Darcy. **Darcy Ribeiro** (depoimento, 1978). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 61p.

Hemerografia

INSTITUIÇÕES em frangalhos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, ano 1875, n. 28.737, p. 3, 13 dez. 1968.

ROTEIRO da revolução. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, ano 1875, n. 27.292, p. 144, 12 abr. 1964.

TRECHOS de uma autobiografia. **Jornal da Tarde.** São Paulo, Segunda-feira, 14/07/1969.

UM esboço de autobiografia. **O Estado de São Paulo.** São Paulo, ano 1875, 13/07/1969.

Cartas e documentos pessoais:

CARTA de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 14 de Julho de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho.

CARTA de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 27 de agosto de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho.

CARTA de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 22 de setembro de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho.

CARTA de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 24 de setembro de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho.

CARTA de Júlio de Mesquita Filho para Marina Vieira de Carvalho. Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho.

CARTA de Júlio de Mesquita Filho para Marina Vieira de Carvalho. Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho.

CARTA de Júlio de Mesquita Filho para Marina Vieira de Carvalho. Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho.

CARTA de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 19 de novembro de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho.

CARTA de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. A bordo, a caminho de São Paulo, 26 de abril a 4 de maio de 1939 Acervo Ruy Mesquita Filho.

CARTA de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 12 a 18 de maio de 1939. Acervo Ruy Mesquita Filho.

CARTA de Júlio de Mesquita Filho para Marina Vieira de Carvalho. Nova York, 6 de maio de 1939. Acervo Ruy Mesquita Filho.

MESQUITA FILHO, Júlio de. **Cidades universitárias**. Documento pessoal do arquivo do jornal O Estado de São Paulo. Buenos Aires, 30 de novembro de 1939.

TERMO de declarações do Sr. Júlio de Mesquita Filho. CPDOC, FGV. NA, 32.07.13.

Filmes e documentários:

Jorjamado no Cinema. Direção: Glauber Rocha. Produção: Setor de Rádio e Televisão da Embrafilmes. Fotografia: Walter Carvalho. Salvador: 1977. 1 filme (36 min).

Sites consultados:

FERREIRA, Marieta de Moraes. Júlio de Mesquita Filho. **Verbete Biográfico**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo>> acessado em 12 de jul. de 2019.

VERSIGNASSI, Alexandre. **O futuro já aconteceu. E o livre-arbítrio não existe**. Superinteressante, 9 de jan. de 2019. Disponível em: < <https://super.abril.com.br/especiais/o-futuro-ja-aconteceu-e-o-livre-arbitrio-nao-existe/>>. Acesso em: 15 de abril de 2020.